

**TRANSFORMAÇÕES PARA UNS, DESOCUPAÇÃO PARA OUTROS**  
**As reclamações da população nos jornais Correio do Povo**  
**e Diário de Notícias em Porto Alegre, 1928-1935**

**ALEXANDRE PENA MATOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Gerson Luís Trombetta.

**Passo Fundo**  
**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P397t Matos, Alexandre Pena

Transformações para uns, desocupação para outros: as reclamações da população nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias em Porto Alegre, 1928-1935. / Alexandre Pena Matos. – Passo Fundo: UPF, 2012.  
206 p.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.  
“Orientador: Prof. Dr. Gerson Luís Trombetta”.

1. História. 2. Porto Alegre. 3. Queixas e reclamações. 4. Transformações urbanas. 5. Jornais. I. Título. II. Trombetta, Gerson Luís.

CDU 94(816.51)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de pesquisa que permitiu a realização desta pesquisa.

Ao meu Orientador, Professor Dr. Gerson Luís Trombetta, pelas palavras e pelo incentivo ao longo do curso. Sou muito grato pela confiança e tolerância nos momentos difíceis desta caminhada.

Aos Professores do PPGH – UPF, pelas inestimáveis e relevantes contribuições à minha vida de acadêmico.

Aos colegas de curso, meu muito obrigado pela convivência e pelos muitos cafés.

À secretária Jenifer Brum, pelo incentivo, pela ajuda e tolerância dados a mim.

Aos meus professores de graduação, colegas e amigos, pela força de estarem sempre ao meu lado, mesmo quando eu estava ausente.

À minha família amada, meu muito obrigado por serem a razão de tudo que sou!

*Nas pegadas das minhas botas  
Trago as ruas de Porto Alegre  
E na cidade dos meus versos  
O sonho dos meus amigos.  
Bebeto Alves, Pegadas*

## RESUMO

O presente trabalho traz a Porto Alegre do período de 1928 a 1935, com suas especificidades que acarretaram transformações para uns e desocupações para outros. O objetivo é expor o cotidiano da população, através das reivindicações, das necessidades e das sugestões que estamparam a seção *Queixas e Reclamações*, durante o processo de urbanização, parcelamento do solo e embelezamento do espaço da *urbs*. Os jornais pesquisados apresentaram por vezes uma linearidade na publicação de tal coluna, existindo sim, diferenças em suas linhas jornalísticas e editoriais. Ou seja, em geral, os temas não se alteram entre si, apenas encontram-se, por vezes, evidências na composição e exposição destas queixas. O universo das reclamações totalizaram 2.494, sendo analisados 599, correspondente ao jornal *Correio do Povo*, através das colunas *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *As Queixas do Público* e, 1.895 do *Diário de Notícias*, com as seções *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*. Os queixosos são moradores ou transeuntes expostos às ações do dia a dia, vítimas das más condições dos serviços públicos, de empresas ou companhias, assim como, de outros indivíduos, que não dispunham de outro canal de comunicação para manifestarem suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio destes agentes. A mídia impressa teve um peso substancial, visto que em suas folhas as narrativas da cidade tomam forma. Alimentando-se do substrato da ocorrência, seja ela pública ou privada, ela narra, em suas linhas, uma espécie de realidade a partir de textos e imagens, provocando práticas e representações que se desenrolam em novas realidades. A História e a Comunicação guardam cada uma suas especificidades, seus métodos e suas técnicas, que são utilizadas nas análises das mais diversas formas de discursos, em contra partida, o foco de ambas permanece o mesmo, as ações humanas e os acontecimentos por elas implicados.

**Palavras-chave:** Porto Alegre. Queixas e reclamações. Transformações urbanas. Jornais.

## ABSTRACT

This work brings to Porto Alegre in the period 1928 to 1935, with their specific transformations that led to evictions and to each other. The goal is to expose the daily life of people through the claims, needs and suggestions that stamped the section Complaints and Claims during the process of urbanization, land subdivision and beautification of the area of *urbs*. The newspapers surveyed had sometimes linearity in the publication of this column, but there are differences in their journalistic and editorial lines. That is, in general, do not change themes among themselves, are only sometimes evidence in composition and exposure of these complaints. The universe complaints totaled 2,494, which analyzed 599, corresponding to the newspaper *Correio do Povo*, through the columns *Caixa Urbana*, *Microscopio* and *As Queixas do Público* and, 1,895 of *Diário de Notícias*, with sections *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* and *Carta á Direção*. The plaintiffs are residents or bystanders exposed to the actions of everyday life, victims of poor public services, businesses or companies, as well as other individuals who had no other communication channel to express their grievances in cases of omission or will these agents. The print media had a substantial weight, since their leaves in the city narratives take shape. Feeding on the substrate of the occurrence, whether public or private, she narrates in his lines, a kind of reality from texts and images, causing practices and representations that unfold into new realities. History and Communication guarding each their specificities, their methods and their techniques, which are used in the analysis of various forms of discourse, in counterpart, the focus remains the same for both, human actions and events involved in them.

**Key-words:** Porto Alegre. Complaints and grievances. Urban transformations. Newspapers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b>	As iniciativas particulares – <i>Correio do Povo</i> .....	29
<b>Figuras 2 e 3:</b>	Anúncios publicitários – <i>Correio do Povo</i> e <i>Diário de Notícias</i> ...	30
<b>Figuras 4 e 7:</b>	Anúncios publicitários – <i>Correio do Povo</i> e <i>Diário de Notícias</i> ...	31
<b>Tabela 8:</b>	Caixa Urbana – <i>Correio do Povo</i> .....	37
<b>Tabela 9:</b>	O Público Reclama – <i>Diário de Notícias</i> .....	38
<b>Figuras 10 e 13:</b>	Anúncios Publicitários – <i>Correio do Povo</i> .....	43
<b>Figura 14:</b>	Anúncio Publicitário – <i>Diário de Notícias</i> .....	44
<b>Figura 15:</b>	Notícias das construções mundiais e regionais – <i>Correio do Povo</i>	46
<b>Figuras 16 e 17:</b>	Anúncios publicitários – <i>Correio do Povo</i> .....	50
<b>Figuras 18 e 19:</b>	Ecos & Notas – <i>Diário de Notícias</i> .....	61
<b>Figuras 20 e 21:</b>	Cabeçalho e Expediente – <i>Correio do Povo</i> .....	98
<b>Figura 22:</b>	Cabeçalho com Carimbo – <i>Correio do Povo</i> .....	99
<b>Figura 23:</b>	Publicidade na Capa – <i>Correio do Povo</i> .....	100
<b>Figura 24:</b>	As Exigencias da Directoria de Hygiene – <i>Correio do Povo</i> .....	103
<b>Figura 25:</b>	Os miseráveis – <i>Correio do Povo</i> .....	103
<b>Figura 26:</b>	Os Nossos Arrabaldes – <i>Correio do Povo</i> .....	103
<b>Figura 27:</b>	Porto Alegre é Bonita lá de Cima – <i>Correio do Povo</i> .....	103
<b>Figuras 28 e 29:</b>	Cabeçalho e Expediente – <i>Diário de Notícias</i> .....	108
<b>Figura 30:</b>	Anúncio publicitário – <i>Diário de Notícias</i> .....	110
<b>Figura 31:</b>	Kaleidoskopio Urbano – <i>Diário de Notícias</i> .....	112
<b>Figura 32:</b>	A Infância Desamparada – <i>Diário de Notícias</i> .....	112
<b>Figura 33:</b>	A Remodelação dos Serviços Urbanos – <i>Diário de Notícias</i> .....	112
<b>Figura 34:</b>	A Cidade e Coisas Irritantes – <i>Diário de Notícias</i> .....	112
<b>Figura 35:</b>	Coisas Irritantes – <i>Diário de Notícias</i> .....	131
<b>Figura 36:</b>	O problema da fuligem – <i>Correio do Povo</i> .....	137
<b>Figura 37:</b>	A Rua Gonçalves Dias – <i>Correio do Povo</i> .....	146
<b>Figura 38:</b>	Desastre no tráfego – <i>Correio do Povo</i> .....	150

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	Candidatos das eleições Municipais de Porto Alegre (1897-1937) .....	80
<b>Tabela 2:</b>	Distribuição de quantidades de jornais por ano (1928-1935) .....	115
<b>Tabela 3:</b>	Total de reclamações no período de 24/01/1928 a 20/09/1935 .....	116
<b>Tabela 4:</b>	Distribuição das queixas por coluna no Jornal <i>Correio do Povo</i> .....	118
<b>Tabela 5:</b>	Distribuição das queixas por coluna no Jornal <i>Diário de Notícias</i> .....	120
<b>Tabela 6:</b>	Quantidade de queixas por coluna distribuídas anualmente no Jornal <i>Diário de Notícias</i> .....	122
<b>Tabela 7:</b>	Quantidade de queixas distribuídas anualmente nos jornais .....	124
<b>Tabela 8:</b>	Temática dos assuntos abordados anualmente no <i>Correio do Povo</i> e <i>Diário de Notícias</i> .....	125
<b>Tabela 9:</b>	Demonstrativo por reclamação ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa .....	126
<b>Tabela 10:</b>	Quantidades de reclamações ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa por temática .....	164
<b>Tabela 11:</b>	Índice de queixas da coluna As Queixas do Público do Jornal <i>Correio do Povo</i> .....	164

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Periódicos pesquisados (1928- 1935).....	16
<b>Quadro 2:</b>	Cargo de Presidência no jornal <i>Correio do Povo</i> entre os anos de 1895 a 1935.....	102
<b>Quadro 3:</b>	Cargo de Presidência no jornal <i>Diário de Notícias</i> entre os anos 1925 a 1935.....	106

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b>	Mapeamento dos primeiros assentamentos humanos na atual região de Porto Alegre.....	68
<b>Mapa 2:</b>	Evolução da estrutura urbana de Porto Alegre nos fins do século XIX.....	75
<b>Mapa 3:</b>	Planta do <i>Plano Geral dos Melhoramentos</i> , 1914.....	85

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b>	Universo de Jornais pesquisados.....	116
<b>Gráfico 2:</b>	Seção de Queixas do Jornal <i>Correio do Povo</i> em %.....	118
<b>Gráfico 3:</b>	Seção de Queixas do Jornal <i>Diário de Notícias</i> em %.....	122
<b>Gráfico 4:</b>	Temáticas das reclamações em %.....	124
<b>Gráfico 5:</b>	Reclamações ao Governo, do Governo e de Pessoas/Empresas em %.....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	<i>Associated Press</i>
AMFORP	<i>American &amp; Foreign Power</i>
ACPA	Associação Comercial de Porto Alegre
CON	Comissão de Obras Novas
CP	<i>Correio do Povo</i>
CBFE	Companhia Brasileira de Força Elétrica
CEERG	Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DN	<i>Diário de Notícias</i>
INS	<i>International News Service</i>
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SFU	<i>Société Française des Urbanistes</i>
UP	<i>United Press</i>
UTG	Usina Termoelétrica do Gasômetro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: elementos teóricos</b> .....	21
<b>2.1 O imaginário e o real</b> .....	22
<b>2.2 As construções nos discursos textuais e imagéticos</b> .....	32
<b>2.3 Com um pé na modernidade</b> .....	47
<b>2.4 Dentro do espaço urbano da cidade, a urbanização</b> .....	57
<b>3 DA GEOGRAFIA ÀS TRANSFORMAÇÕES URBANAS</b> .....	66
<b>3.1 A geografia e os primeiros habitantes</b> .....	67
<b>3.2 A formação do espaço</b> .....	70
<b>3.3 Da Independência à proclamação da República</b> .....	72
<b>3.4 O final do século XIX e início do XX</b> .....	76
<b>4 QUEIXAS E RECLAMAÇÕES SOB ANÁLISE</b> .....	93
<b>4.1 O <i>Correio do Povo</i></b> .....	96
<b>4.2 O <i>Diário de Notícias</i></b> .....	104
<b>4.3 Os periódicos sob análise</b> .....	113
<b>4.4 As Queixas e Reclamações em textos nos periódicos</b> .....	127
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	162
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168
<b>FONTES DOCUMENTAIS</b> .....	177
<b>APÊNDICE I - Planilha de dias que compõem o período pesquisado</b> .....	186
<b>APÊNDICE II - Planilha de dias pesquisados do Jornal <i>Correio do Povo</i></b> .....	187
<b>APÊNDICE III - Planilha de dias pesquisados do Jornal <i>Diário de Notícias</i></b> .....	188
<b>APÊNDICE IV - Planilha de dias pesquisados do Jornal <i>A Federação</i></b> .....	189
<b>APÊNDICE V - Planilha com o nome dos reclamantes - Jornal <i>Correio do Povo</i></b> .....	190
<b>APÊNDICE VI – Planilha com nome das ruas e respectivas reclamações – Jornal <i>Correio do Povo</i> (nomenclatura e grafia mantida conforme o período pesquisado (1928 a 1935))</b> .....	194
<b>APÊNDICE VII – Planilha com nome dos bairros e respectivas reclamações – Jornal <i>Correio do Povo</i> (1928 a 1935)</b> .....	198
<b>APÊNDICE VIII - Planilha com o nome dos reclamantes - Jornal <i>Diário de Notícias</i></b> .....	199
<b>APÊNDICE IX – Planilha com nome das ruas e respectivas reclamações – Jornal <i>Diário de Notícias</i> (1928 a 1935)</b> .....	201
<b>APÊNDICE X – Planilha com nome dos bairros e respectivas reclamações – Jornal <i>Diário de Notícias</i> (1928 a 1935)</b> .....	204
<b>APÊNDICE XI – Tópicos da Seção <i>Queixas e Reclamações</i> da população nos jornais <i>Correio do Povo</i> e <i>Diário de Notícias</i></b> .....	205

## 1 INTRODUÇÃO

Inúmeros são os estudos que se debruçaram a refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, enfocando suas diferenças urbanísticas ou socioculturais. Atualmente, sob a condição de uma das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, a cidade – que possui atrativos de toda ordem – vai apresentando paralelamente as suas mazelas: as ruas asfaltadas e acompanhadas por buracos; as casas em residências cada vez mais gradeadas, em cujo cinturão encontram-se as malocas que se utilizam do muro de arrimo do condomínio como a sua quarta parede; os veículos de passeio, com uma só pessoa, cada vez mais abundantes, enquanto que, nos coletivos abarrotados, a ironia pede licença – não cabe mais ninguém. As transformações que constam para uns, representam as desocupações para muitos outros. É nessa linha de problemas e reivindicações que esta pesquisa pretende refletir.

O objetivo desta pesquisa é conhecer, refletir e explorar o cotidiano da população, por meio das reivindicações, das necessidades e das sugestões que estamparam as seções de queixas e reclamações de dois jornais da capital gaúcha, durante o seu processo de urbanização, parcelamento do solo (loteamento de antigas chácaras) e embelezamento do espaço. O *corpus* documental pontua-se nas colunas *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *As Queixas do Público* do jornal *Correio do Povo* e nas seções *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção* do jornal *Diário de Notícias*.

A partir da proclamação da República em 1889, ocorreram profundas mudanças nas cidades, tais como o aumento da densidade demográfica, aliado à transformação da economia – comércio e indústria. Conforme Souza (2010, p. 29), “o novo governo representou um marco no processo histórico de desenvolvimento urbano no País: ‘a República pôs em prática um projeto político disposto a redefinir a ordem social com base nas ideias-chave de progresso e disciplina.’”.

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Porto Alegre havia desenvolvido seus setores comercial e portuário e introduzido melhoramentos, tais como pavimentação e iluminação de algumas ruas, implantação de transportes públicos, áreas de lazer (praça, teatro), mercado e prédios públicos. No período governado por José Montaury (1896-1924), a implantação da Comissão de Melhoramentos tratou de efetuar obras urbanas, mas deteve-se na regularização e higienização da *urbs*. O início da construção do Porto Mauá, em 1911, fora o marco iniciante da interdição no espaço urbano.

Em 1914, é elaborado o Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, proposta que procurava colocar a cidade rumo à modernização, para estar em igualdade com as grandes metrópoles. Esse Plano orientou medidas de forma disciplinada e ordenada, com projetos de infraestrutura, reformulação do sistema viário, construção e aquisição de novos equipamentos, saneamento dos becos e cursos d'água, higiene e saúde pública e modernização dos transportes públicos.

Herschmann; Pereira (1994, p. 37) observam que, para a “elaboração e implantação do projeto modernizante”, o Estado contou com o “auxílio das classes dominantes e de um grupo de intelectuais, principalmente médicos e engenheiros, que se engajaram em destruir uma cidade de enfermidades e em edificar uma cidade salubre e saudável, ficando tais profissionais conhecidos como ‘missionários do progresso’”. As medidas executadas com fins de “limpar” a *urbs* e gerar uma boa experiência no espaço urbano, não apenas se voltavam para a infraestrutura, mas também se preocupavam com o lado “social” e possuíam um caráter preventivo, que promoveu, em certa medida, a normalização da vida social no Brasil. Essa modificação de imagem devia-se à aproximação desse *staff* com os países de centro (Estados Unidos e os países do continente europeu) e “quanto mais intenso era o relacionamento, maiores eram as demandas” (SOUZA, 2010, p. 37). Empunhava-se uma nova ordem, que afastava do centro a pobreza insalubre, o mundo do crime e a malandragem, para dar espaço à beleza, higiene e convivência harmoniosa na sociedade. Mas, o Plano terminou não sendo aplicado, devido a problemas administrativos e financeiros.

Na década de 1920, a população da capital rompia os 178 mil habitantes e, na seguinte, alcançaria 275 mil. Os cidadãos de baixa renda se concentravam no centro e nos arrabaldes São João e Navegantes, onde estavam as fábricas. Por outro lado, as elites sociais e econômicas começavam a deslocar suas residências, gradualmente, para fora do centro, ocupando as áreas mais altas e “sãs” dos futuros Bairros Independência e Moinhos de Vento (BAKOS, 1996).

Na administração, estava Otávio Rocha (1924-1928), nomeado pelos jornalistas locais como “remodelador da cidade” ou o “Pereira Passos gaúcho”, devido ao efetivo processo de modernização urbana. O Plano de Melhoramentos e Embelezamento (1914), de Moreira Maciel, foi reeditado e estudado criteriosamente por sua Comissão Especial de Obras, servindo de orientação para a realização das reformas, tanto ao longo da administração de Rocha quanto depois, na de Alberto Bins (1928-1937) (MONTEIRO, 1995; BAKOS, 1996).

Nessas primeiras décadas do século XX, a imprensa, principalmente os jornais diários, constituía-se como principal meio de comunicação. Assim como no Rio de Janeiro, São Paulo

e em outras cidades, existia em Porto Alegre uma grande circulação de publicações, jornais e revistas, ligados a grupos literários, artísticos, educativos, operários e científicos, entre outros. Os periódicos atraíam certa atenção e ocupavam lugar de destaque dentre os demais, por colocarem os cidadãos em sintonia com os acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais que ocorriam nas cidades brasileiras e internacionais (RÜDIGER, 2003).

Os dois maiores jornais de circulação da capital, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, publicaram uma seção de queixas e reclamações destinada a receber dos cidadãos/leitores cartas e comunicações, feitas diretamente no balcão e, por vezes, ao jornalista. Apesar de seu pequeno espaço em relação às demais colunas dos impressos, e de sua periodicidade irregular (apresentava interrupções que muitas vezes perduravam por semanas), tal seção cooptou inúmeras discussões sobre o cotidiano da cidade.

O recorte temporal desta pesquisa inicia em 24 de janeiro de 1928, com a inauguração da Avenida Júlio de Castilhos, registrada pelo jornal *Correio do Povo* (25/01/1928, p. 08) como uma obra estética, higiênica e de alto interesse para o tráfego, “com os grandes edifícios que se estão construindo ao longo da arteria que se acaba de inaugurar, a Avenida Julio de Castilhos póde ser considerada uma das primeiras ruas da capital, pela sua iluminação, calçamento etc.”.

O marco temporal se encerra em 20 de setembro de 1935, com a inauguração do trecho da Avenida Borges de Medeiros, compreendida entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideu. Como explana Monteiro (1995, p. 93), “o ideário de modernização e o trabalho de abertura da avenida começara, desde lá, causando um impacto no perfil da cidade e na sua ocupação social do espaço”.

Nesses oito anos pesquisados, o montante de queixas e reclamações identificadas foi de 1.995, assim distribuído (anualmente):

#### Periódicos Pesquisados (1928 – 1935)

Jornais	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
<i>Correio</i>	37	26	26	37	33	35	149	106	449
<i>Diário</i>	354	481	90	156	48	212	187	18	1546
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>507</b>	<b>116</b>	<b>193</b>	<b>81</b>	<b>247</b>	<b>336</b>	<b>124</b>	<b>1995</b>

**Quadro 1:** Periódicos pesquisados (1928- 1935). Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

As colunas selecionadas, dentro desses marcos temporais, chamam a atenção por centrar seu conteúdo em discussões pertinentes ao viver urbano daquele momento e por acompanhar, temporariamente, a reforma urbana. Assim, mais do que descrever a *urbs* em um

momento de intensa transformação, foi vê-la a partir de um olhar da população, ou seja, saindo do campo da documentação governamental (relatórios de governo, médico-sanitários ou policias), objetivando a história sociocultural que, segundo Burke (2008, p. 147), “ é a história social engolindo a história cultural ou ao contrário”. Para o autor, “estamos assistindo ao aparecimento de um gênero híbrido [...] os termos ‘social’ e ‘cultural’ parecem estar sendo usados de maneira quase intercambiável”. Constituindo a história das cidades e da população que nela habita e, principalmente, a sua circulação no espaço e no tempo, conforme expressa Heller (2008, p. 31), a vida cotidiana é a vida do ser humano com todos os aspectos de “sua individualidade, de sua personalidade”. Para a autora, estão “em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”.

Para Certeau (2008), é no cotidiano, que estampa o comportamento da sociedade, ou seja, as “práticas” das pessoas comuns ou a “espontaneidade” (HELLER, 2008, p. 47), com suas ações na vida privada e pública – que as pessoas/indivíduos comuns fazem seleções a partir do repertório apresentado no teatro social, criando novas combinações entre o que selecionam e colocando em novos contextos aquilo de que haviam se apropriado. Essa construção do cotidiano, por meio de práticas de reutilização, é parte do que Certeau (2008) chama de “tática”. Para o autor, muitos grupos “empregam táticas, mais que estratégias, porque sua liberdade de manobra é restrita”, operando dentro de limites estabelecidos por outros. Os dominados têm a liberdade de “surrupiar”, palavra empregada para designar a sutileza das operações de tática utilizadas por um indivíduo ou um grupo. Para Heller (2008, p. 47), “a assimilação do comportamento consuetudinário, das exigências sociais [...] é uma assimilação não tematizada [...], por motivações efêmeras, em constante alteração, em permanente aparecimento e desaparecimento”.

A partir desse olhar, as práticas culturais não são apenas as instâncias oficiais de produção cultural, as instituições, as técnicas e as realizações, inclusive em relação aos usos e costumes de uma determinada sociedade. Elas vão além e geram padrões de vida cotidiana. Esse dia a dia é cerceado por representações que incluem os modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, mas não se restringem a eles. Le Goff (1988) explica que o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” e está ligado ao processo de abstração. O âmbito das representações, segundo o autor, “[...] também pode abarcar elementos associados ao Imaginário”.

O imaginário é reestruturante em relação à sociedade que o produz. É, além de imagens visuais, imagens verbais e, em última instância, mentais. O imaginário tem interfaces

com a noção de representação e vice-versa. Le Goff (1988) destaca que “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”. Trata-se de uma realidade tão presente quanto o que poderia se chamar de “vida concreta”.

O presente estudo traz considerações, particularidades, métodos e técnicas que permeiam a história e a comunicação. Contudo, ao utilizar as diversas formas de análise, seu foco permanece o mesmo: as ações humanas e os acontecimentos por elas implicados. A História e o Jornalismo têm procurado aliar seus estudos, entendendo que um pode se utilizar das contribuições do outro. Esta pesquisa se utiliza da historiografia da Nova História, trabalhando abordagens a partir de documentos não oficiais e entendendo que tudo aquilo que registra a passagem do ser humano na sua trajetória histórica também é documento: imprensa, imagens – fotografia e cinema – obras de arte, literatura, entre outros tipos de documentos.

O conceito de jornalismo informativo e de indústria cultural foi gestado lentamente no início do século XX, mais precisamente a partir de 1920, com as primeiras empresas jornalísticas voltadas para o mercado, sendo o seu produto uma mercadoria. Segundo Fonseca (2008), um dos argumentos que se sustenta nessa tese é que “a característica principal de uma imprensa de indústria cultural é a subordinação do jornalismo, do conteúdo editorial dos jornais à lógica capitalista de produção das empresas de comunicação”. As notícias são concebidas integralmente como “mercadorias, não apenas porque são produzidas com o emprego de técnicas próprias das indústrias culturais, mas também porque estão sujeitas à sua lógica – visam à obtenção de lucro”.

O Jornalismo, ao trabalhar a atualidade e a dinâmica da vida social, também está lidando com a História. Mais do que isso, está construindo a História, uma vez que produz realidades e imaginários. Não se trata de dizer que a mídia determina como pensar ou sobre o que pensar, mas investigar por que isso acontece em um espaço social com determinadas especificidades. Barbosa e Ribeiro (2005, p. 04) salientam que “considerar a história não é, necessariamente, realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise”, sendo o principal postulado da historiografia referente à questão da interpretação que “não se trata de recuperar o que ocorre, mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinação social”. As autoras apontam que História e Jornalismo trabalham com tempos diferentes: “a presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, no tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação”. Se o presente prova, em

determinada medida, o futuro, consiste em ser descrito, por se consumir, ao mesmo tempo, como objetivo de reflexão, ao a ser pensado e posteriormente atingindo. Sendo assim, as propostas de pesquisas que englobam as questões jornalísticas, são inflamadas de uma consciência do presente e, portanto, “da consciência da universalidade refletida”.

O jornal é fonte de sua própria história e das situações mais diversas; um meio de expressão de ideias e depósito de culturas. Nele, encontram-se dados sobre a sociedade, seus usos e costumes e informe sobre questões econômicas e políticas. Entretanto, por meio da representação feita pelo jornal, em suas palavras e imagens criadas, a imprensa permite captar uma história viva e em movimento, relacionando personagens com práticas sociais do período. O fato jornalístico é construído, sendo a objetividade relativa. O jornalista participa dos fatos, criando-os quando lhe convier.

O presente trabalho está organizado e dividido em três partes. Na primeira, *Capítulo – História e Comunicação Social: os elementos teóricos*, serão apresentadas as considerações a respeito da Historiografia da Ciência Histórica e da Comunicação. Cada ciência guarda suas particularidades, métodos e técnicas, e utilizam formas de discursos diversos. Assim como a mídia impressa – *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* – nesse período construiu discursos (textuais e imagéticos) dos fatos a partir de uma realidade (um imaginário). Nessa primeira parte, também são abordados os conceitos de modernidade, progresso, espaço urbano, urbanização e cidade.

Na segunda parte, *Capítulo – Da Geografia às Transformações Urbanas*, será apresentada uma síntese da ocupação da região onde se insere o núcleo habitacional da cidade, com sua evolução urbana. O pontal de terra sofreu alterações, construções, demolições e reconstruções que, por sua vez, confabularam com os fluxos das relações sociais. Nesse teatro social, os cidadãos porto-alegrenses acompanharam as atividades comerciais e industriais, o quadro urbano e sua crescente, com serviços básicos de água, esgoto, limpeza, transporte e melhoramentos na estrutura viária. O aumento da população e a transformação da economia foram determinantes para o viver urbano ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do XX.

As necessidades diárias, que operaram as transformações físicas, terminaram por gerar consequências sociais. Nas primeiras décadas do século XX, Porto Alegre viveu a aclamação da modernização. A elaboração do Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, em 1914, implantado na gestão de Otávio Rocha (1924-1928), tomou impulso, mas somente uma pequena parte do projeto foi atendida, ou seja, o embelezamento da cidade que, conforme Pesavento (2002), era “a sala de visitas do Rio Grande do Sul”.

A terceira e última parte, *Capítulo – Queixas e Reclamações sob Análise*, será dedicada às análises da diagramação e do conteúdo das respectivas colunas dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, os quais se figuravam como órgãos comerciais de informação e se intitulavam com pretensa imparcialidade, ou seja, seus objetivos seriam meramente informativos e sem vínculos expressos com qualquer facção partidária. Este capítulo apresenta a pesquisa em si, com relevância, no *corpus* documental, às seções de queixas e reclamações da população frente a outras matérias e artigos no corpo dos periódicos. Os dados apresentados, desse imenso leque de problemas urbanos, foram abordados nas seções intituladas *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *Queixas do Público*, publicadas no *Correio do Povo*; e nas seções *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas do Público*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*, publicadas no *Diário de Notícias*. Os reclamantes compõem um campo diverso e fragmentado em termos de identidades e sociabilidades, e tratam das condições materiais no percurso e na ocupação dos espaços urbanos, das deficiências dos serviços públicos e privados, dos incômodos encontrados nos locais de entretenimento, da falta de segurança, das más condições no dia a dia e dos comportamentos não condizentes com as normas prescritas e aceitas pela ordem cidadina. Essas informações são constituídas por cartas escritas pela população, algumas vezes assinadas e, em outras, anônimas e por denúncias feitas diretamente ao jornalista/colunista ou no balcão do jornal.

## 2 HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: elementos teóricos

O presente capítulo traz considerações a respeito das ciências que permeiam a História e a Comunicação. Cada uma delas guarda suas particularidades, seus métodos e suas técnicas que utilizam formas de discursos diversos, ainda que o foco da pesquisa permaneça o mesmo, as ações humanas e os acontecimentos por elas implicados. A História e o Jornalismo<sup>1</sup> têm procurado aliar seus estudos entendendo que um pode se utilizar das contribuições do outro. Parte da Historiografia tem seguido os princípios da Nova História, trabalhando abordagens a partir de documentos não oficiais e entendendo que tudo aquilo que registra a passagem do ser humano na trajetória histórica também é documento: imprensa, imagens – fotografia e cinema – obras de arte, literatura, entre outros tipos de documentos. Para Bordé e Martin (2003, p. 119-132), ergueu-se uma nova metodologia contra a dominação da escola positivista e uma nova tendência durante os anos 1920, a historiografia francesa instigou *A Revista de Síntese*, ou revista *Les Annales*. A História consolida-se como ciência a partir de meados do século XIX, mas somente no século XX surgem as preocupações com a problemática e a formação de um corpo teórico da disciplina. Se, antes, a História estava centrada na narrativa dos grandes eventos e dos heróis da Nação, com base nos ditos documentos oficiais, agora surgem novos olhares e uma preocupação teórico-metodológica, passando a problematizar-se O uso explícito de diferentes teorias permite discutir os pressupostos da investigação, ao invés do uso irrefletido, acrítico desses pressupostos. O campo a ser seguido está delimitado e o leitor vê claramente qual é a perspectiva teórica do historiador. A chamada Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional (história produzida pela escola metódica, paradigma do senso-comum da História). Nos anos de 1950 e 1960, os colaboradores da *Les Annales* desbravam os terrenos da Geografia Histórica, da História Econômica e da Demografia Histórica; nos anos 1970, abrem o domínio da História, das mentalidades. Ao cabo de meio século de experiências, o espírito da *Les Annales* impregna a maior parte dos historiadores da França e influencia determinados historiadores no estrangeiro, na Europa e em toda a América.

---

<sup>1</sup> Para Sodré (2011, p. 22), o jornalismo “é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica) entre organizações formais (editoras e emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal, revista, rádio, televisão e cinema) que asseguram a transmissão de informações em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)”. Trata-se, portanto, de “um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade. O fio de ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo”.

## 2.1 O imaginário e o real

A mídia impressa tem um peso substancial, visto que são em suas folhas que as narrativas da cidade tomam forma. Alimentando-se do cotidiano da cidade, ela narra, em suas linhas, a realidade por meio de textos e fotografias, provocando práticas e representações que desenrolam-se em novas realidades.

As práticas culturais não são apenas as instâncias oficiais de produção cultural, as instituições, as técnicas e as realizações. A confecção de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, além dos modos como, em uma dada sociedade, os seres humanos falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, adoecem ou morrem, tratam seus loucos, recém-nascidos ou os estrangeiros, a relação dos usos e costumes que caracterizam a sociedade, podemos observar pelo exemplo abaixo, na compreensão dos dois conceitos: práticas e representações.

As práticas relativas aos mendigos (ou pobres) geraram representações, e estas geraram práticas em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os inícios (se em determinadas práticas, se em determinadas representações). O mendigo (ou pobre), que na Idade Média desempenhava um papel vital e orgânico nas sociedades cristãs do Ocidente Europeu, tinha sua existência social considerada como sendo primordial para a salvação do rico. Toda a comunidade, cidade ou mosteiro queria ter os seus mendigos, pois eles eram vistos como laços entre o céu e a terra – instrumentos por meio dos quais os ricos poderiam exercer a caridade para expiar os seus pecados. Essa visão do mendigo (ou pobre), como “instrumento de salvação para o rico”, gerava práticas, ou mais especificamente costumes e modos de convivência. Esse mesmo indivíduo que se beneficiara da representação “salvação do rico”, será na Idade Moderna, e principalmente na Idade Contemporânea, sofrerá consequências amargas pelos poderes dominantes por causa da aparente ameaça que representa frente ao sistema de trabalho assalariado do Capitalismo, “que não podia desprezar braços humanos de custo barato para pôr em movimento suas máquinas e teares, e nem permitir que se difundissem exemplos e modelos inspiradores de vadiagem” (BARROS, 2008, p. 77-79).

O mendigo (ou pobre) passa a ser representado, portanto, como um desocupado, um estorvo que ameaçava<sup>2</sup> a sociedade. Eles passam a ser, portanto, associados aos marginais, aos

---

<sup>2</sup> O mendigo passa a não mais ser visto como ser merecedor de caridade, já o pobre é visto, pela sua condição, como fruto do desleixo e da falta de ânimo para querer trabalhar e, assim, mudar seu *status quo*.

criminosos, sendo que sua representação mais comum é a do vagabundo. “As novas tecnologias de poder passariam a visar sua reeducação e, quando isto não fosse possível, a sua punição exemplar” (BARROS, 2008, p. 80).

As noções de práticas e representações são bastante úteis, porque através delas pode-se examinar tanto os objetos culturais produzidos, quanto os sujeitos produtores e receptores de cultura, os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a esses processos e sujeitos e, por fim, as normas que formam as sociedades quando produzem cultura, inclusive através da consolidação de seus costumes.

As representações podem incluir os modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, mas não se restringem a eles. Le Goff (1988, p. 28) explica que o campo das representações, “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” e está ligado ao processo de abstração. O âmbito das representações, segue o autor, “também pode abarcar elementos associados ao Imaginário”.

O imaginário está tão presente quanto o que é considerado “vida concreta”. Essa perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário, reestruturante em relação à sociedade que o produz, é, além de imagens visuais, imagens verbais e, em última instância, imagens mentais. O imaginário tem interfaces com a noção de representação e vice-versa. Le Goff (1988, p. 30) destacava que “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”.

Para Castoriadis (2007, p. 21-93), “o imaginário não pode ser examinado como algo estático”. Sendo assim, o imaginário é “um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas”; voltando-se para objetos mais definidos:

é um determinado padrão de representações, um repertório de símbolos e imagens com a sua correspondente interação na vida social e política, o papel político ou social de certas cerimônias ou rituais, a recorrência de determinadas temáticas na literatura, a incorporação de hierarquias e interditos sociais nos modos de vestir, a teatralização do poder, os modos de interação com o meio em que os indivíduos estão inseridos.

O registro feito pelas narrativas jornalísticas, aparentemente tão despreziosas, traz à tona a materialidade das habitações, a labuta diária, a contradição e a simplicidade desses locais. Conforme Monteiro (1995), Machado (1998) e Bakos (1996), percebe-se que a

vadiagem, definida como a falta de domicílio e meio de subsistência estável, era considerada uma patologia social e uma grave ameaça à sociedade. Em contradição com os novos valores sociais burgueses, a vadiagem negava a nova moral do trabalho que a República procurava consolidar, em oposição à carga negativa proveniente de um passado colonial marcado pela escravidão. A campanha da imprensa contra a vadiagem era sintomática. A representação positiva no imaginário social burguês era o trabalhador laborioso, sempre a postos para ser requisitado pelo mercado de trabalho. Associado à vadiagem, está o pobre, por morar nos locais ditos “perigosos”, não ter qualificação para conseguir um emprego, sobreviver a duras penas através de “bicos” e não se apresentar como mandava o “figurino” da época. De acordo com o artigo publicado no editorial de *A Federação* de 28/06/1928, p. 01 (*apud* MONTEIRO, 1995, p. 83),

Nessa massa dúbia e sombria de desocupados e miseráveis, a criminalidade mergulha as suas raízes mais profundas e vivazes. Dela irrompem de quando em quando as horrendas tragédias com que se enriquecem as crônicas policiais. A miséria foi em todos os tempos a causa dos crimes mais tremendos, que não somente assombam, como envergonham, ainda hoje, a nossa civilização, mostrando as profundas chagas e iniquidades sobre que repousa a organização social. E quando ela não é causa, constitui pelo menos condição favorável a delinquência. Entre os vagabundos se recrutam os auxiliares dos criminosos das grandes cidades, e até eles não vai geralmente a sanção legal.

Enfim, recupera-se, em instante, o material e o imaginário que se entrelaçam em torno das relações sociais no meio urbano. Nas páginas dos jornais, alertava-se e faziam-se campanhas sobre a massa de desocupados e miseráveis, associando criminalidade com o viver à margem do sistema econômico e produtivo.

Patlagean (2005, p. 393-395) define “o imaginário como constituído pelo conjunto de representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam”. Isso é, cada cultura, cada sociedade e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa tem seu imaginário. Conforme a autora, “o limite entre o real e o imaginário revela-se variável [...] já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, coletiva ou individual”. A autora termina por citar dois autores. O primeiro é o historiador Johannes Huizinga que, em 1919, afirmava que “o sentido de uma sociedade estava em seus sistemas de representações, seu imaginário e na forma como ele se relacionava com as estruturas sociais, com a ‘realidade’”. O segundo, Georges Duby, afirma “que é preciso ir buscar o sentido de uma sociedade em seu sistema de representações e no lugar que esse sistema ocupa nas estruturas sociais e na realidade”.

Barros (2008, p. 93), ao se referir às representações, às práticas e aos imaginários – afirma que “o historiador deve se utilizar da expressão ‘noção’, ao invés de ‘conceito’”. As “noções” são “quase conceitos”, que funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação para determinado objeto de conhecimento. As práticas, representações e imaginários são, ainda, “noções que estão sendo elaboradoras no campo da História Cultural”.

A última geração de historiadores culturais se apropriou da noção antropológica do termo “cultura”, o qual é ainda problemático. Conforme Burke (2008, p. 42-43), em geral, esse termo é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, de modo a incluir a “baixa” cultura, ou a cultura popular. E mais recentemente, ampliou-se para os lados. O termo cultura costuma se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares: “música folclórica, medicina popular e assim por diante”. Atualmente, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar, etc.).

Dentro do termo cultura, utilizamos como guia, nesta pesquisa, a teoria de Michel de Certeau (2008), que tem seu estudo centralizado na vida cotidiana, no “comportamento” da sociedade (entre leitores, consumidores e outros grupos), que nominou como “práticas” das pessoas comuns, ou seja, práticas cotidianas que vão de “fazer compras, caminhar pela vizinhança, arrumar a mobília, sendo elas privadas ou públicas”. A razão do autor se referir às “práticas” e não aos “comportamentos” era fazer com que seus leitores levassem as pessoas (sobre as quais ele escrevia) tão a sério quanto elas mereciam. Sendo assim, o autor descreve o consumo como uma forma de produção, enfatizando as escolhas que os indivíduos faziam ao selecionar entre os artigos produzidos em massa e a liberdade com que interpretavam o que liam (jornais, revistas, livros) ou viam na vida pública (vitrines, modos de se vestir, cartazes). A sua preocupação com o “uso”, a “apropriação” e, especialmente, a “utilização”, tem por perspectiva, trazer a luz e a reflexão, que os indivíduos fazem seleções a partir do repertório que a circundam, criando novas combinações entre o que selecionam e, igualmente importante, colocam em novos contextos aquilo de que se apropriam. Essa construção do cotidiano, por meio de práticas de reutilização, é parte do que ele chama de “tática”. Os dominados empregam táticas, mais que estratégias, porque sua margem de manobra é restrita e operam dentro de limites estabelecidos por outros cidadãos. Os dominados têm a liberdade de “surrupiar”, metáfora utilizada pelo autor para as formas criativas de leitura e visão de mundo que transformam os significados oficiais em outros subversivos.

As práticas culturais geram produtos culturais, e estes padrões na vida cotidiana. Esses padrões por vezes estampam as páginas dos jornais e são construídos a partir de uma realidade e transformam para além dela. Podemos observar essas condições no Jornalismo que se formava no país, conforme o capitalismo se desenvolvia, este adotava padrões de organização empresarial como meio de sobrevivência.

No final dos anos 1920 e, sobretudo, na década de 1930, uma série de manifestações culturais emergia – vinculadas a uma nascente indústria de lazer (o cinema, a música popular e o rádio – atingindo todos os segmentos sociais do mundo urbanizado, iniciava-se a “era da cultura de massas”.

A cultura de massas é constituída de um corpo de símbolos, mitos e imagens concernentes à vida prática e à vida imaginária; um sistema de projeções e de identificações específicas. Ela se acrescenta à cultura nacional, à cultura humanista e à cultura religiosa, e também, entra em concorrência com estas. As transformações urbanas, procuraram criar um sujeito nos moldes burgueses para circular nos lugares planejados e ocupá-lo em seu modo físico e imaginário.

Nessa visão midiática, Morin (2009, p. 13-77) esclarece que “o poder industrial se estendeu por todo globo terrestre. As feiras internacionais de amostras e máquinas de níqueis são o que se processam nas imagens e nos sonhos. A industrialização do espírito tende a tomar forma, ela é a colonização da alma”. Através dessa indústria, opera-se o progresso ininterrupto da técnica, penetrando no domínio interior do ser humano e, aí, derramando mercadorias culturais. Conforme o autor “não há dúvida de que o jornal, passa a ser tratado como mercadoria”. A cultura e a vida privada nunca haviam entrado a tal ponto no circuito comercial e industrial; “nunca os murmúrios do mundo – antigamente suspiros de fantasmas, cochichos de fadas, anões e duendes, palavras de gênios e de deuses, hoje em dia, músicas, palavras, filmes levados através de ondas – haviam sido, ao mesmo tempo, fabricados industrialmente e vendidos comercialmente”. Esse novo conceito de cultura teve seu ponto fundante na mídia impressa.

O conceito de Jornalismo informativo e de indústria cultural foi gestado lentamente no início do século XX, precisamente a partir de 1920, com as primeiras empresas jornalísticas voltadas para o mercado<sup>3</sup>, sendo o seu produto uma mercadoria. Segundo Fonseca (2008, p. 54), um dos argumentos que se sustenta nesta tese é que “a característica principal de uma

---

<sup>3</sup> A década de 1920 marca o aparecimento do primeiro conglomerado de mídia brasileiro, inicialmente, com a criação de *O Jornal* (1925-1974), que viria a ser o primeiro veículo de uma série pertencente a Assis Chateaubriand (Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, 1892-1968), magnata das comunicações, dono dos *Diários Associados*, possuindo afiliadas em quase todo o território nacional.

imprensa de indústria cultural é a subordinação do jornalismo, do conteúdo editorial dos jornais à lógica capitalista de produção das empresas de comunicação”. As notícias são concebidas integralmente como “mercadorias, não apenas porque são produzidas com o emprego de técnicas próprias das indústrias culturais, mas também porque estão sujeitas à sua lógica – visam à obtenção de lucro”.

A diferença dos grandes centros mundiais – Estados Unidos e os países da Europa – para o caso brasileiro é a de importação de modelos, justamente a característica da indústria cultural. A adoção do modelo estadunidense teria feito com que muitos periódicos tivessem feições típicas de uma indústria cultural, antes mesmo da existência de infraestrutura material para sua instalação<sup>4</sup>.

A disseminação das vistas urbanas pela fotografia, principalmente na mídia impressa, durante as primeiras décadas do século XX, teve seu destaque pelo sagrado, ou seja, a fotografia é visualizada como leitura real do ocorrido. A foto imprime, naquele que a observa, algo mágico que relata o objeto fotografado. Os poderes municipal e estadual, que se destacavam pela amálgama do PRR, souberam elaborar, através do uso das imagens na propaganda, um imaginário de transformações urbanas que beneficiariam a todos. Destacava-se a cena como retratação fielmente dos traços indiscutíveis da modernidade de Porto Alegre, difundindo a ideia do partido que os melhoramentos e embelezamentos comungavam ao visual de cidades como o Rio de Janeiro, e esta, há Paris e, posteriormente, como São Paulo para Nova Iorque (POSSAMAI, 2008, p. 67-77).

Para Napolitano (2010, p. 235-289), a primeira visão – “objetivista” – decorre do “efeito de realidade” que o registro técnico de imagens denota para o espectador. Esse “efeito de realidade” imediato produz a impressão de uma adesão imediata do referente (a realidade fotografada) à representação (o registro fotográfico em si). A fonte utilizada, que é o periódico com suas imagens, juntamente com os seus textos explicativos, potencializa o “efeito realidade”, a busca de eventos e processos que fornece o mote para a criação.

---

<sup>4</sup> Para muitos autores, entre eles, a historiadora e professora Tânia de Luca, não há como falar de “Indústria de Massa” ou “Indústria Cultural” no Brasil antes dos anos de 1950, visto que as condições para consumo (infraestrutura) ainda estavam em construção nesta primeira metade de século. Já para Bahia (2009, p.210), a “Indústria de Massa” ou “Indústria Cultural”, ou no mínimo “pré-indústria”, inicia-se “a partir da Semana de Arte Moderna e toma fôlego a partir de 1930” no corpo dos jornais, principalmente nos anúncios textuais e fotográficos que vão aparecer crescentemente a partir de 1920, devido às transformações urbanas engendradas nas cidades como: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre. Se há um consumo para as modificações urbanas (infraestrutura), é porque a modificação no imaginário é atuante, e busca-se, assim, o consumo e o lazer. Modos de viver na *urb*, o indivíduo torna-se sujeito. E este adquire por assimilação os modos burgueses dos grandes centros urbanos.

Napolitano (2010, p. 235-289) lembra que “todo o documento deve ser analisado a partir de uma crítica sistemática que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica e do seu conteúdo”. O conceito moderno de documento rejeita a máxima metódica: “o documento fala por si” – as armadilhas de “um documento contendo imagens podem lograr o pesquisador, restituí-lo ao contexto, aprender o propósito consciente ou inconsciente mediante o qual foi produzido diante de outras imagens com textos e localizar seus modos de transmissão, seu destino, suas sucessivas interpretações”. O autor cita Roger Chartier, que destaca que a imagem é, “para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, visam a seduzir e convencer; e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida e decifrável”.

As imagens/fotografias nos impressos são compreendidas como imagens-documentos, portanto, possuem uma historicidade, na qual se delineiam formas de conhecer e imaginar para, então, comunicar. O caminho dá-se por duas estradas. O primeiro é na escolha que levou aquela fotografia a ser mostrada em amplitude jornalística e para que intuito fora destinada; a contemplação é bem específica, pois pode ser medida na imagem que consta no corpo desse retrato. A segunda trata-se de como a sociedade se apropriou dessa imagem/fotografia; sua medição é subjetiva, pois, se tal imagem ou conjunto de imagens foram bem aceitas, essa será reutilizada constantemente e dentro da diagramação. O subjetivo está na leitura com que a população de leitores aceita e vê sua realidade explanada no periódico, caso contrário, essa diagramação sofrerá mudanças. Logo, o subjetivo é mensurável pelo uso constante ou não.

Para Mauad (2008, p. 33-50), “o tecido comunicativo produzido pelas imagens fotográficas é poroso e sujeito à polissemia dos sentidos que tais imagens aguçam. Estas corroboram com o processo de construção de identidades sociais, políticas, étnicas e nacionais”. Como podemos observar no artigo *As Iniciativas Particulares* (Figura 01) do jornal *Correio do Povo* (16/05/1929, p. 04), com a diagramação do título em negrito e o acréscimo de duas fotografias. A reportagem refere-se à compra de uma antiga chácara, o parcelamento do solo e, posteriormente, sua venda em lotes no Arrabalte do Partenon, “uma das antigas chácaras (assim como os futuros Bairros Menino Deus, Glória, Tristeza, Rio Branco, Mont Serrat, Petrópolis, Bella Vista, Tristeza, Ipanema, Assunção) foi retalhada em várias ruas”. Sendo assim, o leitor identifica de imediato o que é dito: a iniciativa privada toma para si, a vanguarda de comprar antigas chácaras e transformá-las em loteamentos, para construções de moradias. Tais compradores são compostos por funcionários públicos, pequenos empresários, profissionais liberais e um segmento de trabalhadores que possuem poder para financiar a compra desses lotes. Estes empreendimentos imobiliários são vistos

como a chance de construir a casa própria, e, no futuro, serão atendidas pelos melhoramentos urbanos, tais como transporte, água, esgoto, entre outros. Porém, o não dito a estes compradores: é que ficará a cargo do poder público o atendimento da infraestrutura. Esses futuros bairros, que podemos observar nas duas fotografias, são mostrados com avançado partilhamento das áreas. O leitor, que já vive, de certa forma, a euforia da abertura das grandes avenidas no centro da capital, observa nas imagens as perspectivas das ruas abertas, já pavimentadas, e com cordão de paralelepípedo das futuras calçadas. Contudo, o que ocorre e como pode-se observar, somente a rua (ou avenida) principal do loteamento recebe a capa de concreto; o restante das ruas ficará será calçada quando a municipalidade for acionada,

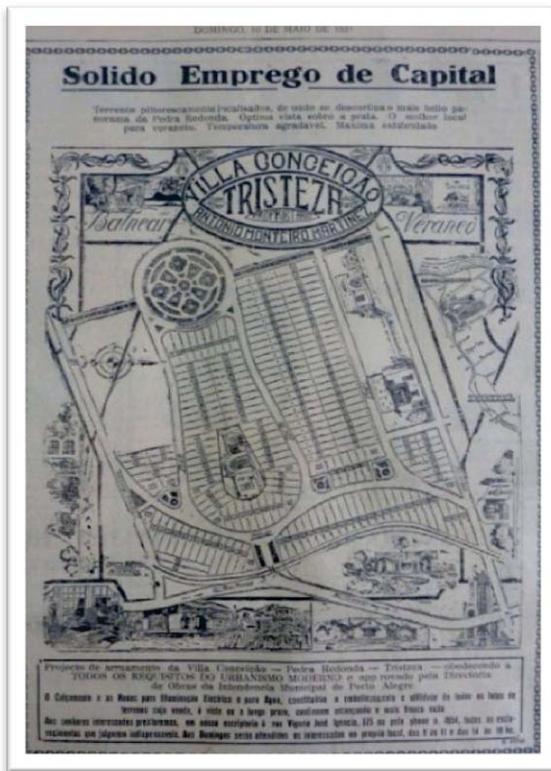


**Figura 1:** As iniciativas particulares, A.P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/05/1929, p. 04. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

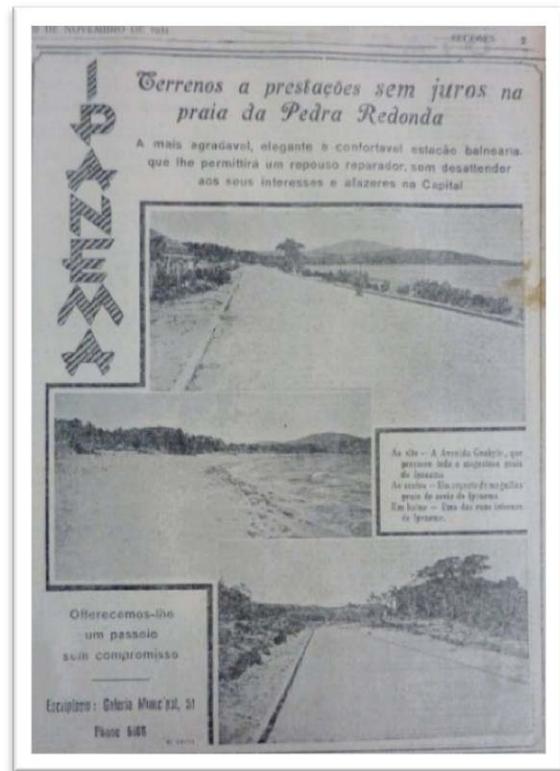
assim como destinar os serviços urbanos para localidade. A construtora, a imobiliária e o jornal não informam isso aos potenciais compradores e leitores. O imaginário de modernidade, incutido e estampado, devido às transformações no centro da cidade, agora logra com o futuro bairro onde o morador mais simples também terá acesso a seu quinhão de progresso. Nesse caso, trata-se de fortalecer a cidade sobre o campo, o moderno sobre o folclore, o concreto sobre a terra.

A imagem acima não constitui somente uma vontade única, ou seja, do jornal, mas os anseios de um escopo de grupos sociais emergentes, como o setor imobiliário que busca transpor para *urbs* a representação do poder econômico, político e sociocultural. Assim, este mesmo processo se deu na cidade de São Paulo conforme a tese de Santos (2006), quanto à atuação do setor imobiliário, ilustramos o caso da cidade paulista e da capital gaúcha com as diversas propagandas de ofertas de terrenos na periferia. Na plantas que estampam as propagandas das

páginas dos jornais, pode-se observar as ruas sinuosas, área verdes, arborização, com futuras casas construídas situadas em meio a jardins. Conforme Marins (1998, p. 182), “a proporção e localização das construções dentro dos lotes – detalhavam-se inclusive as cercas entre os terrenos particulares –, controlando-se de maneira indireta o perfil dos proprietários”, a constituição de um bairro com perfil residencial, aspectos apresentados nos anúncios (textos e imagens), passam a ser utilizados como evidências de progresso, cujo estabelecimento do dado bruto (a reportagem do jornal) é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis, mas com fins bem definidos: constituir um imaginário de modernidade, como complementa as chamadas destes anúncios: “local saudável, zona de futuro”; “solido emprego de capital”; “terrenos a prestações sem juros...”; e “belíssimos terrenos em magnífica situação topográfica” (Figuras 02 a 07). “Garantiu-se, portanto, a manutenção dos proprietários de seus espaços privados, erguidos sob fiscalização rigorosa que era prevista nos contratos de servidão exigidos por ocasião da venda de lotes, visando ‘construções regulamentadas, isto é, garantia de boa vizinhança’ (MARINS, 1998, p. 182), como eram feitos os anúncios do Jardim América, primeiro bairro-jardim de São Paulo e do Brasil.



**Figura 2:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/05/1931, p. 09. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 3:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1931, p. 07. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



ESCOLHA, O QUANTO ANTES, na

## Villa Nictheroy

O MELHOR PRESENTE DE  
NATAL e ANNO BOM para vossa família

A VILLA NICTHEROY, antiga granja Casinha  
ex-propriedade do major Alberto Elias, dista  
apenas 15 minutos do centro da cidade!

Lembre-se que as melhores fazendas do Universo foram construídas e  
consolidadas com a aquisição de terrenos

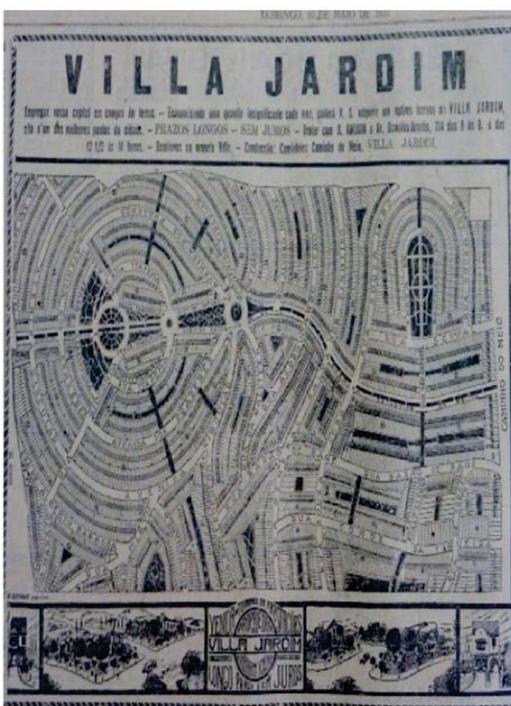
LOCAL SAUDAVEL Não perca a ocasião que  
ZONA DE FUTURO vos oferece a  
Antes cambalhões de Empresa Territorial  
15 em 15 minutos NICTHEROY LTDA.  
e adquire, hoje mesmo, um  
15000 O PALMO Não é REILAN!

desse magníficos terrenos, que vos terão vendidos em 60 prestações, sem  
entrada e SEM JUROS

Arroventa e domingo para visitar o mais confortável e  
industrial resort de Porto Alegre

Informações na sede com o sr. Arthur Jackson e na Capital à Rua Dr.  
Fleury n. 29 — Telephone 464

**Figura 4:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*,  
Porto Alegre, 05/12/1931, p. 08. Fonte: Museu da  
Comunicação Hipólito José da Costa.



ESCOLHA, O QUANTO ANTES, na

## VILLA JARDIM

Comprar nesta capital os campos de terra. — Escusado para quem dispõe cada vez, pelas 1. 2. sempre em melhores terras em VILLA JARDIM,  
isto é em das melhores zonas da cidade. — PRAZOS LONGOS — SEM JUROS — Para com o sr. ANTONIO de A. SANTANA, 724 das 1 de 1. e das  
12 12 de 14 horas. — Endereço: Rua Siqueira Campos, 2. andar, Sala 13, TELEF. 4153

Arroventa e domingo para visitar o mais confortável e  
industrial resort de Porto Alegre

Informações na sede com o sr. Arthur Jackson e na Capital à Rua Dr.  
Fleury n. 29 — Telephone 464

**Figura 5:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*,  
Porto Alegre, 10/05/1931, p. 12. Fonte: Museu da  
Comunicação Hipólito José da Costa.



## Bellissimos Terrenos

em magnífica situação topographica  
(Alto dos Meinhos de Vento)

Ruas calçadas e água encanada

Apenas 4.100 metros  
de distancia da Praça Senador  
Flores — Rua dos Andradas

O bairro mais próximo ao  
centro da cidade, pois,

NAVEGANTES,	dista 5.000 mts.
SÃO JOÃO,	• 5.400 •
PARTHENON,	• 5.900 •
MENINO DEUS,	• 6.450 •
THERESOPOLIS,	• 7.000 •
GLORIA,	• 7.200 •
BELLA VISTA	• 4.100 •

Caixa d'agua especial  
construida pela Sociedade, com  
220.000 LITROS DE  
CAPACIDADE  
com escada interna e terraço  
franqueando ao publico.

Terrenos desde 150\$000 o palmo  
Grande facilidade nos pagamentos — Pequena entrada e prazo longo

## Bairro BELLA VISTA

SOCIEDADE TERRITORIAL «BELLA VISTA», LTDA. — Edifício Banco Nacional  
do Comercio, Rua Siqueira Campos, 2. andar, Sala 13, Teleph. 4153

automoveis à disposição dos interessados

**Figura 6:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*,  
Porto Alegre, 27/12/1932, p. 15. Fonte: Museu da  
Comunicação Hipólito José da Costa.



## ADQUIRAM TERRENOS na CHACARA MOSTARDEIRO

Distantes uma quadra do bonde  
Independencia, com lindos matos

Zona urbana — Terrenos na Rua Formosa, Rua Dona Laura, na Avenida,  
e em ruas em construção dotadas com esgotos, água  
encanada, calçamento de paralelepípedos e luz.

O veraneio na propria cidade  
Os terrenos mais proximos do centro

Éis o que será a grande AVENIDA que em parte atravessa a Chacara Mostardeiro,  
ligando as ruas dos Meinhos de Vento, Flores, São João e Navegantes com a rua  
Venancia Ayres. A comunicação mais curta e rápida para qualquer ponto

VENDAS — PRESTAÇÕES A LONGO PRAZO  
Proprietario: HEMETERIO MOSTARDEIRO  
Escritorio: Edifício Pyrandi — Sala 4 — Rua Passagem n. 123

Automoveis à disposição dos interessados

**Figura 7:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*,  
Porto Alegre, 28/01/1933, p. 12. Fonte: Museu da  
Comunicação Hipólito José da Costa.

## 2.2 As construções nos discursos textuais e imagéticos

O Jornalismo, ao trabalhar a atualidade e a dinâmica da vida social, também está lidando com a História. Mais do que isso, está construindo a História, uma vez que produz realidades e vai além disso: constrói imaginários. Não se trata de dizer que a mídia pode determinar como se deve pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece em um espaço social considerado e com suas especificidades. Dessa forma, as aproximações teóricas e práticas entre a História e a Comunicação Social têm-se tornado cada vez mais frequentes, permitindo novos olhares sobre conhecimentos até então entendidos como consolidados. A História não se preocupa apenas com o passado, mas com questões do presente que a escreve e a requer continuamente. Os estudos históricos e jornalísticos têm possibilitado a quebra de estereótipos construídos sobre os agentes e os papéis sociais que permeiam as diferentes esferas do cotidiano.

Barbosa e Ribeiro (2005, p. 11) apontam, que História e Jornalismo trabalham com tempos diferentes: “a presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, no tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação”. Se o presente prova, em certa medida, o futuro, ele precisa ser conhecido, descrito e, ao mesmo tempo, constituir-se como objeto de reflexão. Portanto, a importância dos estudos que envolvem questões jornalísticas, encharcados dessa consciência do tempo presente.

Os primórdios da imprensa brasileira estão ligados a D. João VI, que trouxe para o país a Imprensa Régia, em 1808. No Rio de Janeiro, logo no início do século XIX, já circulava o primeiro jornal do país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, surgia *O Diário de Porto Alegre*, em 1827, seu redator João Inácio da Cunha e patrocinado pelo Presidente Brigadeiro Salvador José Maciel. Havia surgido um público letrado que deveria ser levado em consideração, mesmo porque a circulação de boatos e informações contraditórias colocaria em perigo o próprio exercício do governo. Desde o surgimento da imprensa nacional, na Província, foram lançados 32 jornais. Esses periódicos tinham pequeno formato (18 x 28 cm) e suas tiragens giravam em torno de 400 exemplares. A circulação era, em sua grande maioria, duas ou três vezes por semana. Em ambas as Províncias (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), o sistema de distribuição dos periódicos era semelhante, por meio de venda avulsa e de postos de distribuição, tais como os estabelecimentos de comércio ou direto no escritório da tipografia. Somente na década de 1870 os jornais se transferiram para quiosques e, destes, para as bancas. Naqueles tempos,

para a constituição de uma imprensa com uma maior visão de mercado, ocorreram transformações significativas (SODRÉ, 2011; RÜDIGER, 2003). De acordo com Bahia (2009, p. 16), “a imprensa compõe um universo plural, até a sua consolidação como indústria e empresa. A imprensa brasileira fará conviver na redação o publicista (misto de jornalista e político) e o repórter que depende só do jornal”.

Rüdiger (2003) esclarece que o surgimento do Jornalismo político-partidário gaúcho, no século XIX, estava ligado ao processo pelo qual a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária. Após a Revolução Farroupilha, não foram poucos os tipógrafos que conquistaram cargos políticos, de modo que logo a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política. A consolidação dos partidos políticos que se esboçou nessa época paulatinamente institucionalizou essa prática. A manutenção dos periódicos não constituía um problema financeiro, mas um problema político. O lançamento dos jornais não visava ao lucro mercantil, mas à doutrinação da opinião pública. As páginas desses periódicos não somente constituíam um prolongamento da tribuna parlamentar, mas também, meios de articulação partidária do movimento da sociedade civil. As rendas de pequenos anúncios, publicidades e vendas de jornais eram ainda embrionárias. O autor relata que a decadência deste modelo jornalístico viria das transformações verificadas na estrutura econômica da sociedade. Nesse quadro, houve um processo de complexidade social, que possibilitou a consolidação de diversas camadas médias (burocratas, profissionais liberais, pequenos empresários), cujas expectativas de ascensão viriam a constituir um dos fatores de pressão nas estruturas políticas. Os públicos estavam se multiplicando e diversificando, com vistas a renovação das práticas culturais. Em consequência de tudo isso, a sustentação meramente litúrgica dos jornais, dada pelos partidos, torna-se cada vez mais precária. O que, por sua vez, fez com que as frentes embrionárias, os anúncios, as publicidades e a venda de jornais fossem desbravadas.

O final do século XIX marcou um tempo de publicações efêmeras, com focos diversos na cidade de Porto Alegre e no Estado. Enquanto jornais como *A Federação* trabalhavam com questões político-partidárias, publicações como *O Guaíba* e a *Revista do Partenon Literário* assinalavam a vida cultural. Já *A Gazetinha*, representava, em suas páginas, a vida cotidiana, cultural, política e a econômica.

As condições culturais dominantes começaram a se reformular em função das transformações na estrutura social. A progressiva ascensão das camadas médias teve correspondência na formação de novas expectativas culturais. O público, agora diversificado, colocava demandas por padrões gráficos e editoriais, aos quais esta mídia procurava atender.

Para Barbosa (1996, p. 33-36), o século XX trouxe à cena um novo tipo de Jornalismo, “no qual o investimento em um noticiário amplo buscou um público variado e fortaleceu determinados jornais como empresas”. Entre os jornais que agora se destacavam em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul, três detinham a circulação mais expressiva: *A Federação*, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. O primeiro era o órgão oficial do PRR. “Os dois últimos, concorrentes, eram os dois jornais de maior circulação na cidade e no interior, respectivamente o primeiro e o segundo”.

Bahia (2009, p. 35) enfatiza que a influência de um jornal, na sociedade da qual ele faz parte, não é medida necessariamente pelo tamanho do periódico ou pelo seu prestígio na comunidade. Na Porto Alegre do começo do século XX, parece ser “à força da opinião, e esta tanto pode aparecer em uma página como em várias. Não é o título, nem a tradição ou o peso econômico, o que prevalece é a **idéia**”<sup>5</sup>.

Sendo importante a ideia veiculada, torna-se necessário analisar a formação das mensagens construídas em diferentes espaços do jornal. Epstein<sup>6</sup> (*apud* BECKER, 2007, p. 98-99) deteve-se em estudar os códigos fortes e fracos presentes nas mensagens dos diferentes meios. Para o autor, “se os percursos através das ruas e praças exibem as paisagens urbanas, também os discursos, através das palavras e dos conceitos, podem exibir (ou descrever) a paisagem dos ‘fatos’”. Assim, “o texto jornalístico também exibe a paisagem dos fatos, representando-os à sua maneira”. A linguagem é “permeada de códigos recebidos pelo público de diferentes maneiras” e, portanto, cria realidades:

Os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados “discursos”. Quase sempre se achou que a linguagem refletia uma realidade dada a priori e que os discursos organizavam os “reflexos”, com vistas à

---

<sup>5</sup> Grifo nosso utilizado para realçar o porquê dos três jornais (*A Federação*, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*) serem os mais lidos no período. Conforme Bahia (2010, p. 35), “o mercado não comportava – como não comporta até hoje, grande concorrência: o público leitor era limitado por fatores econômicos e educacionais, e o número de anunciantes não era suficiente para sustentar várias empresas”. O autor salienta “as tendências jornalísticas que se vêm consolidando desde essa época têm-se caracterizado pela concorrência monopolista entre poucos jornais”.

<sup>6</sup> Em a *Gramática do Poder*, de Isaac Epstein (*apud* BECKER, 2007, p. 99), “esta linguagem é nova porque não está escrita em parte alguma, mas é simultaneamente uma linguagem ‘velha’, porque tem sido efetivamente utilizada pelos atores em determinados marcos socioculturais”. O autor chama atenção para “a ‘nova’ linguagem formulada nada mais faz do que tornar explícito o que de há muito está inscrito e implícito por um lado, em registros da memória cultural, e por outro, em atitudes e desempenhos dos atores”. O autor exemplifica “os atores considerados (agentes e pacientes) podem ser desde indivíduos em relações legitimadas como as familiares de pais e filhos, ou interações no interior das organizações burocráticas, onde superiores emitem ordens a seus inferiores hierárquicos, até relações ilegítimas como as de um assaltante e sua vítima”. Os atores podem ser representados por comunidades, grupos ou categorias que estão em relação de dominantes e dominados e possuidores de certos traços de caráter ou de atuação. E o autor destaca que, “se o exercício do poder é ubíquo, qualquer esquema teórico que se pretenda abrangente terá, necessariamente, um alto grau de abstração”.

comunicação, à compreensibilidade. Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem cria, mais do que reflete, a realidade. Em outras palavras, não é apenas designativa, mas principalmente produtora de realidade (BECKER, 2007, p. 98-99).

Podemos falar, então, em uma prática jornalística que não reflete a realidade, mas que a representa e constitui por meio de uma série de artifícios. Ela se torna socialmente relevante na medida em que contribui para a existência pública dos acontecimentos e para a construção de significações. Para Becker (2007, p. 100), “o jornalismo, nesse sentido, é uma representação social paradoxal ao mesmo tempo em que os jornalistas são vistos como responsáveis pela distorção das informações”; enquanto que, para Sousa (2002, p. 76), em seu exercício de objetividade, “os atores sociais representados nas notícias ditam a forma das mesmas, pois serão as afirmações desses atores a fabricar a história (a representação) do que aconteceu”.

De acordo com Souza (2002, p. 77), “há uma hegemonia da mídia que pode deslegitimar as vozes alternativas, não existindo, portanto, a necessidade da coerção pelos veículos de comunicação”. O público tende a aceitar a versão oficial dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, o Jornalismo

[...] legitima uma ordem social: os meios de comunicação social, apesar de não serem um monólito ideológico, serviram uma função hegemônica por continuamente produzirem uma ideologia que, integrando valores e normas do senso-comum, serviria para reproduzir e legitimar a estrutura e ordem sociais.

Esses elementos são percebidos por meio de diferentes instâncias: em relações cotidianas, em situações de exercício de poder, no âmbito familiar e, cabe ressaltar, nos meios de comunicação, conforme salienta Capelato (1988, p.13):

Partindo-se da convicção de que a preocupação dos meios de comunicação não se reduz a simples veiculação de conteúdos, mas trata de produzi-los de tal forma a manter ou não uma situação, garantindo sua continuidade, e, tendo presente que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, conclui-se que as questões de gênero ainda são um desafio, exigindo uma postura por parte dos meios de comunicação social.

O jornal é fonte de sua própria história e das situações mais diversas; um meio de expressão de ideias e depósito de culturas. Nele, encontram-se dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, e até, informe sobre questões econômicas e políticas. Entretanto, por meio da representação feita pelo jornal, em suas palavras e imagens criadas, a imprensa permite captar uma história viva e em movimento, relacionando personagens com práticas sociais do

período. O fato jornalístico é construído<sup>7</sup>, sendo a objetividade relativa. O jornalista participa dos fatos, criando-os quando lhe convier ou representando ideologicamente uma instituição.

De acordo com Capelato (1988, p. 15) e Sodré (2011, p. 269-289), os estudos sobre a História do Brasil por meio da imprensa têm apontado que todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus “corações e mentes”. A meta pode ser de conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circularam durante as diferentes épocas de publicação. Observa-se através da análise do conteúdo jornalístico e da composição ideária dos representantes da imprensa a complexidade da luta social no espaço, seja ele, regional ou nacional. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, mesclam-se e são matizados. Como fenômeno de grande alcance, portanto, o jornal formula uma linguagem que lhe é particular:

Todo fenômeno social de largo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno. Esta é uma operação de grande importância porque, como todos nós sabemos, inexistem um princípio universal de interpretação das particulares conexões simbólicas que definem a significação como categoria analítica (CAPELATO, 1988, p. 17).

Essa linguagem, posta de diferentes formas e lançada tanto no texto quanto nos elementos visuais, formou imagens sobre as transformações urbanas ocorridas na capital gaúcha, por meio de reportagens, editoriais e anúncios publicitários publicadas nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. Cada um deles constituiu, à sua maneira, mensagens, interpretações e repercussões para a sociedade daquela época. Torna-se um elemento particular, nesse processo, o conceito de autorreferencialidade<sup>8</sup> nos meios de comunicação. Ambos os jornais, alvo deste estudo, a exemplo de outros veículos de imprensa, também construíram realidades reportando-se, constantemente, a si mesmos e ao papel que acreditavam representar na sociedade porto-alegrense no início do século XX. A partir dessa

---

<sup>7</sup> Para Sodré (2009, p. 41), mesmo que seja a interpretação do algo construído, ela nunca é completamente independente do fato a que se refere. Sempre é possível verificar, em alguma medida, a materialidade dos fatos (estes sempre deixam vestígios, resíduos, testemunhos), mesmo quando o fato em questão for um “fato textual”, outro texto, o narrador (historiador ou jornalista) escolhe e singulariza determinado fato, motivado por aquilo que pretende, estrategicamente, demonstrar.

<sup>8</sup> É um sistema que abarca uma concepção estratégica de comunicação adotada pela organização: falar de sim, mesmo tendo como objetivo trazer o leitor cada vez mais próximo e cada vez mais imerso nessa cultura, fazendo isso através da sua matéria significante ofertada – o Jornalismo. Exemplo: O jornal *Correio do Povo*, que se intitula como jornal neutro no período estudado – 1928-1935 (COLBEICH, 2010).

perspectiva, a produção do acontecimento passou a ocorrer no interior do próprio meio de comunicação.

Assim, torna-se possível propor a composição da vida cotidiana dos cidadãos durante o período de 1928 a 1935, através dos dois periódicos. O jornal *Correio do Povo*, com as colunas *Caixa Urbana* (Figura 08), *Microscopio* e *As Queixas do Público* da mesma maneira

que seu concorrente, *Diário de Notícias*, que possuía as colunas *A Cidade*, *O Público Reclama* (Figura 09), *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas do Público*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*, seções estas que redigiam as reclamações dos leitores e de populares interessados a publicar, que viam, nesses impressos, o seu porta-voz.

Podemos observar na coluna *O público reclama* do *Diário de Notícias* (24/08/1929, p. 06), que os leitores depositavam confiança no jornal e, como demonstra a notícia “não posso também deixar de apelar para as



Figura 8: Caixa Urbana – O Foot-ball nas ruas, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 03. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

columnas desse jornal”, na esperança de que suas reclamações fossem atendidas, através do intermédio do impresso.

Os jornais obtinham uma aceitação pública da fala construída em suas páginas e, mesmo que de forma não consciente por parte do público leitor, beneficiava a manutenção de um discurso modernizador, prova está no crescente consumo dos impressos. Epstein (*apud* BECKER, 2007, p. 103) afirma que “o exercício do poder, como circunscrito a situações de emissão e obediência a ordens ou mandatos, deixa aparentemente de lado muitas situações mais latentes onde ordens são menos visíveis ou concretas, mas nem por isso menos reais em seus efeitos”. Assim, o exercício do poder nem sempre é tão visível ou explícito.

Epstein (*apud* BECKER, 2007, p. 104) “reforça que existem duas formas de agenciamento de poder: o modo normal e o modo inverso. O modo normal se estabelece quando há uma relação assimétrica de poder, uma complementaridade entre o papel exercido pelo Agente e pelo Paciente”. Já o modo inverso, para o autor, é aquele no qual “o Agente é equívoco, ambíguo, seja na edição de normas confusas, seja na sucessão da edição e

revogação de normas unívocas”. O autor trabalha com a “hipótese de que os *semas*, construídos no mundo das ideias, têm uma relação com padrões de comportamento e instâncias de poder. Os *semas* são, assim, figuras estilizadas, tipos ideais, marcos fixos para diferentes situações. São, enfim, modos de agenciamento de poder”.

O agenciamento de poder, portanto, faz parte de um sistema cultural permeado por códigos sociais presentes na mentalidade coletiva do grupo humano que compartilha o espaço e tempo,



**Figura 9:** O publico reclama..., A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/08/1929, p. 06. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

ou por vezes da mesma sincronia. O processo acaba por legitimar uma hegemonia existente, sem que haja necessidade de uma coerção explícita para que determinadas ordens (ou códigos fortes) sejam aceitas. O poder não significa, necessariamente, a coerção, o que, na visão de Epstein (*apud* BECKER, 2007, p. 105), constitui um reducionismo: “a multiplicidade de situações em que ocorre o exercício do poder torna oportuno e necessário o estabelecimento de alguns parâmetros”. De acordo com a gramática do poder, em geral, a ordem legítima é dada em certo contexto (burocrático, patriarcal, carismático; neste caso, os jornais, “ditos” informantes do real), com seus matizes de coerção, influência, autoridade, força e manipulação, ocorrendo em proporção variável, mas assegurando que o custo da

desobediência, para o paciente, é superior ao da obediência: uma ordem, não executada ou assimilada, implica a não extração de benefícios por parte do agente.

Entende-se, aqui, que um indivíduo atua sobre o outro em um sistema social: a sociedade é um produto humano; assim como, é uma realidade objetiva; o ser humano como tal, é um produto sociocultural. Nesse quadro, o jornal como um produto, passa a ser um emissor, constituindo um código forte a ponto de contribuir para a normalização das atitudes, das falas e dos comportamentos. O receptor, o público leitor (e mesmo aquele que recebe a fala indiretamente através da transmissão oral), passa a ser alvo das preocupações do impresso. O periódico, após lançar determinada comunicação, recebe como resposta uma espécie de “eco” dessa mesma notícia, constituindo uma certa forma de intervenção do público junto a pauta da próxima edição ou edições seguintes. Quando a mensagem atinge o receptor, ele se tornava emissor e no desencadear, repassa a mensagem ao emissor inicial que, a partir daquele momento, tornava-se receptor. Entretanto, os códigos estabelecidos por um e por outro são diferentes, porque cada um ocupa um papel distinto, ainda que complementares (EPSTEIN *apud* BECKER, 2007, p. 105-106).

Para Hohlfeldt (1997, p. 08), no que diz respeito ao campo de análise, à “hipótese de Agenda”<sup>9</sup>, o autor ressalta que “os meios pautam o conteúdo da agenda do leitor, sugestionando sobre o que ele vai pensar (não impondo necessariamente um enfoque), afetando, sobretudo, os indivíduos que não possuem posicionamento sobre a temática”. Mesmo que inconscientemente, a temática agendada passa a interferir no cotidiano do leitor, ao disseminar a comunicação recebida/lida para além das páginas do jornal.

Esse sistema acabou por criar um senso comum acerca dos comportamentos e condutas adequados à vida em sociedade e sobre a representatividade das transformações urbanas em Porto Alegre, ou seja, a visão de que a modernidade era o bem que traria benefícios a todos, gerando uma boa convivência e saúde pública. Os jornalistas que construíram suas falas nas páginas dos jornais pesquisados acabaram se tornando mediadores da realidade em função da credibilidade neles depositada, por meio de uma espécie de contrato de veracidade, que produz um efeito de real. É de reconhecimento do público leitor

---

<sup>9</sup> Há uma mediação da realidade pelo Jornalismo, empregando impressões reveladoras não apenas das intenções ideologicamente direcionadas, mas elementos antropológicos como crenças, valores, desejos, éticas, morais e diversas outras nuances que fazem parte da cultura onde estão inseridos todos os membros desse processo de mediação. A construção dessa realidade se dá através de uma mescla de elementos da realidade com o imaginário social: esse processo narrativo do cotidiano surge impregnado de elementos provenientes do imaginário e da memória cultural coletiva e mistura-se com a realidade objetiva dos fatos reportados. De acordo com a hipótese de *Agenda*, a imprensa pode até não controlar fortemente as atitudes, crenças e comportamentos do público receptor, mas traz para a sua atenção uma seleta agenda de tópicos para se pensar a respeito (HOHLFELDT, 1997, p. 09).

que ao jornalista cabe o papel de apurar os fatos e torná-los públicos, da maneira mais objetiva possível, limpa de juízos de valor. Mas não é exatamente isto que acontece, percebe-se este enfoque, na coluna *A Cidade* (DN, 21/12/1929, p. 05), o jornalista Roque Callage afirmava que quem tivesse o trabalho de percorrer a cidade em todas as direções, visitando todos os seus arrabaldes, notaria “o incremento formidável” da edificação predial.

Por toda a parte se vão erguendo toda a sorte de edifícios, desde os arranha-céus, dos palacetes de luxo, dos “bungalows” e vivendas confortáveis, até a modesta casinha do operário que aí esfolo como besta, o dia inteiro, para garantir de futuro, o lar humilde e tranquilo de sua família (DN, 21/12/1929, p. 05).

Callage segue, exaltando as construções ao ponto de fazer uma comparação positiva dos edifícios com a “modesta casinha do operário que aí esfolo como besta”, provocado pelos dados das construções dos primeiros arranha-céus, acanhados ainda, mas que causavam euforia na cidade pelo aspecto de modernidade que pareciam proporcionar. Porto Alegre havia saído “da fase das edificações baixas, de beiral de telhado” para entrar no “período do arranha-céu que embeleza extraordinariamente o centro da cidade”.

É o delírio das alturas. É o desejo voluptuoso de subir... E quem não gosta de subir, na vida? Naturalmente, só os asmáticos e os cardíacos. Quanto à edificação predial, é coisa que não se discute. A cidade já está cheia de edifícios altos. Erguem-se por toda a parte esses imponentes dominadores do espaço. Na falta do verdadeiro arranha-céu, desses 15 ou 20 andares, temos aí os seus suplentes de cinco, de seis, de sete “pisos” que já chama, portanto, a atenção do forasteiro (DN, 21/12/1929, p. 05).

A fala do jornalista se refere à “modesta casinha do operário”, pontuada com uma pergunta: “e quem não gosta de subir na vida?” Utilizando-se das edificações altas, para referenciar, conforme Chalhoub (2001, p. 47) “ideologia do trabalho”, por conseguinte, segue o autor (2001, p. 49-50) “desejava-se, na verdade, que os seres humanos<sup>10</sup> livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem o valor supremo regulador do pacto social”. Uma vez que os textos jornalísticos são produzidos por indivíduos, e estes possuem suas crenças e visões de mundo, é possível questionar um posicionamento, pela simples dificuldade que todos têm de se despir absolutamente de tudo aquilo em que acreditam, podemos assim reparar na pequena pergunta de duplo sentido o pensamento do autor sobre como deve se comportar um trabalhador para “crescer” na vida. Mesmo que a proposta do

---

<sup>10</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (CHALHOUB, 2001, p. 49) “homens” pelas palavras “seres humanos”.

jornal seja a da imparcialidade, deve-se colocar em discussão, visto que no mundo cultural, nada é imparcial.

A mídia moderna apresenta, como uma de suas mais importantes características, o fato de selecionar. A indústria jornalística se interessa mais por alguns assuntos do que por outros, dessa forma, exerce certa influência sobre as pessoas, o que vem se tornando, atualmente, alvo das pesquisas no campo da comunicação<sup>11</sup>. De qualquer sorte, o que identifica a comunicação de massa, nos dias que correm, também tem relação com o momento em que a imprensa ainda procurava sua consolidação no Brasil: nas primeiras quatro décadas do século XX. O fluxo contínuo de informações para a audiência, parte desse processo, também é, aqui, encontrado: a imprensa abastece os leitores com informações por meio de uma lista de tópicos e assuntos que parecem importantes para os que administram os veículos midiáticos.

Bem como a utilização do recurso imagético, ou seja, da fotografia. Em maio de 1912, surgia em Porto Alegre uma inovação que, além de atraente, ampliou o mercado jornalístico. A partir do jornal *O Diário*, houve a introdução da clichéria ou zincogravura, possibilitando a reprodução da fotografia no papel de imprensa.

Desde a sua invenção, para alguns autores, a fotografia sintetizou a capacidade de registrar de forma fidedigna a realidade. Inicialmente, era valorizado seu caráter documental, sobretudo quando o objeto focalizado eram as cidades. Possamai (2008, p. 67-77) complementa que, “mais do que documentar, a fotografia criou uma determinada maneira de ver o mundo. O olhar da fotografia conformou uma representação visual diferenciada, num contexto de transformações que marcaram o mundo moderno”. Por fim, a autora ressalta que “a fotografia permitiu ver a cidade, reduzindo sua escala colossal, miniaturizando-a, tornando-a compreensível e manipulável. Garantia, dessa forma, pleno domínio sobre o espaço urbano”.

Possamai (2008, p. 78), prossegue redigindo que uma das consequências importantes no surgimento da fotografia foi o entusiasmo exacerbado por esse novo meio. A possibilidade de satisfazer o apetite pelo real, como contraponto as artes tradicionais, como relata a autora, “nos seus primeiros anos de existência, a imagem fotográfica chegou a ser vislumbrada como um ‘espelho do real’”.

---

<sup>11</sup> O jornal *Correio do Povo*, fundado em 1895, considerado o primeiro jornal gaúcho moderno, em moldes industriais e que se estruturou técnica e administrativamente como empresa. Traz, na sua edição inicial, “a político-partidária não ditaria mais as cartas, vendida pela racionalidade mercantil, nem haveria mais espaço privilegiado para o exercício literário”. E, em 1925, surge o jornal *Diário de Notícias*, que trará em seu corpo editorial o mesmo modelo do jornal *Correio do Povo*, “ser imparcial com os fatos” (FROSI; BERTO, 2007, p. 144).

Nessa quadro, Dubois (2008, p. 28) esclarece, que “a fotografia seria o resultado objetivo da neutralidade de um aparelho, enquanto a pintura seria o produto subjetivo da sensibilidade de um artista e de sua habilidade”. O pintor por mais “objetivo” e “realista” que seja, “faz a imagem passar por uma visão, uma interpretação, uma maneira, uma estruturação”; em suma: “por uma presença humana que sempre marcará o quadro”. Em oposição, “a foto, naquilo que faz o próprio surgimento de sua imagem, opera na ausência do sujeito”. Assim, considera-se “que a foto não interpreta, não seleciona, não hierarquiza”. A máquina fotográfica, como autor complementa, é “regida apenas pelas leis da ótica e da química, só pode retransmitir o espetáculo da natureza”. O autor acrescenta: “eis pelo menos o que fundamenta o ponto de vista comum, a *doxa*, o saber trivial sobre a foto [...] essa noção de fotografia como imitação da realidade era vista, ora com bons olhos, ora como ameaçadora. Para Bazin (*apud* SCHNEIDER, 2002, p. 9-10), acredita “que a fotografia, por conta de sua capacidade de reprodução fiel do real, libertaria a pintura de suas necessidades figurativas e utilitárias”. Segundo este autor, “a fotografia [...] liberou as artes plásticas de sua obsessão pela semelhança”, pois a pintura “se esforçava, no fundo em vão, em nos iludir, e esta ilusão bastava à arte, enquanto a fotografia e o cinema são descobertas que satisfazem definitivamente, por sua própria essência, a obsessão do realismo”. Já do lado oposto, há aqueles que temem que as imagens fotográficas substituam as obras de arte. Baudelaire (*apud* SCHNEIDER, 2002, p. 10), “revela-se como um dos adeptos mais radicais dessa posição, ao denunciar a fotografia como um ato de um deus vingativo que, ao enviar Daguerre como seu messias, atendeu à prece de uma multidão vulgar que queria que a arte fosse uma imitação exata da natureza”.

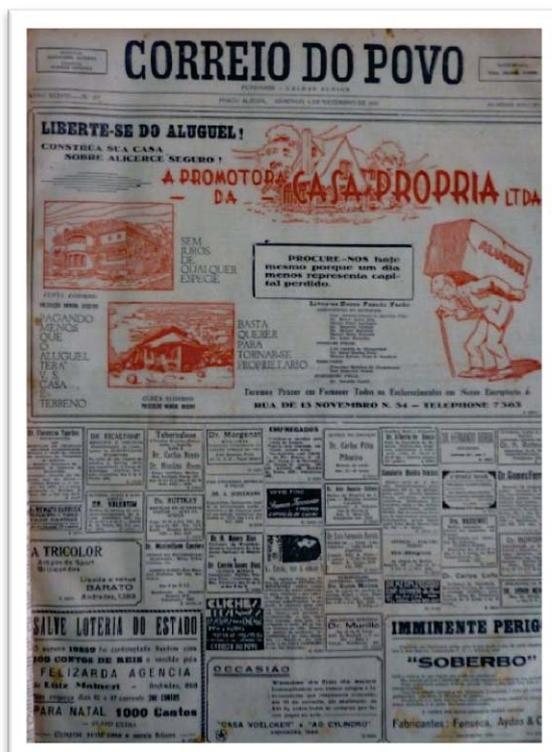
Para Humberto Eco (*apud* SCHNEIDER, 2002, p. 10), irá “desmistificar um pouco essa concepção ao notar que a teoria da fotografia como um análogo da realidade foi abandonada até por aqueles que já a defenderam”. Para estes autor, “a impressão de realidade aparecia nas discussões apenas como uma consequência de algo que realmente marcou as teorias da fotografia desde o início: sua gênese”. Schneider (2002, p. 11) frisa que, “era a coligação do signo fotográfico com seu objeto que importava. A fotografia era (e é até hoje) definida como a emanção de algo que já foi”. Nessa análise é possível observar, que os anunciantes da imprensa impressa, que até então tinham suas publicidades em textos e algumas vezes, estes acompanhados por desenhos (Figuras 10 a 12), passariam a utilizarem o recurso da imagem (fotografia) fortalecendo seus produtos junto aos futuros consumidores, como demonstra as figuras 13 e 14.



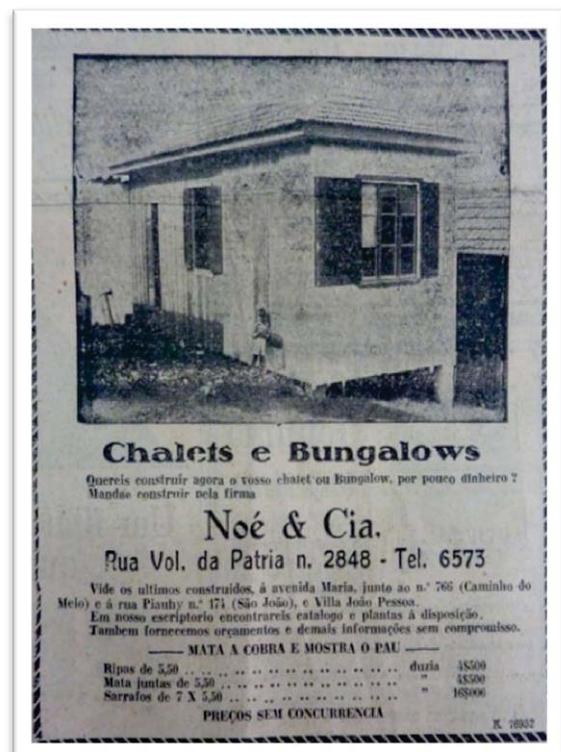
**Figura 10:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/01/1934, p. 20. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



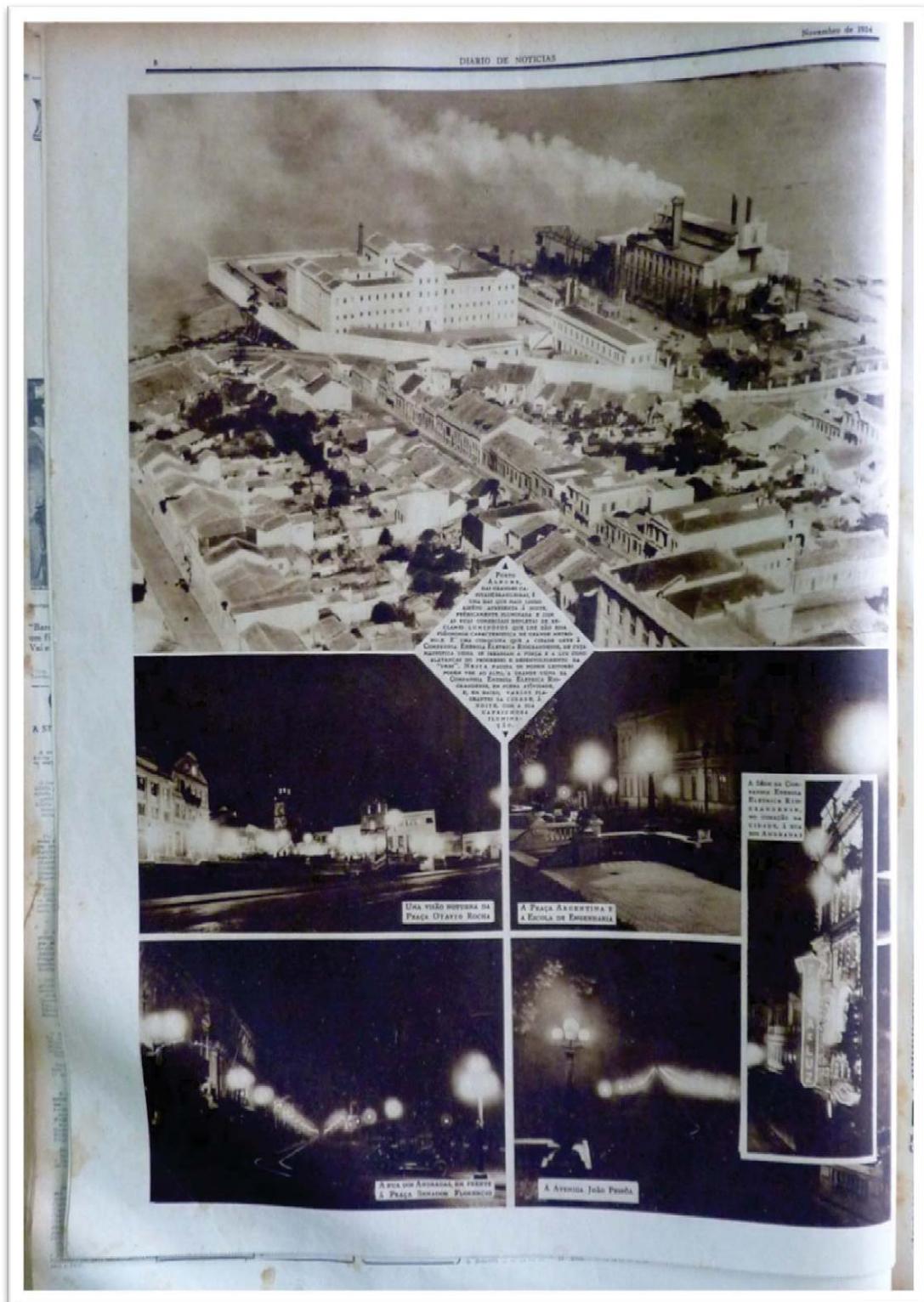
**Figura 11:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/12/1933, p. 14. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 12:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/12/1932, Capa. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 13:** Anúncio publicitário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/07/1933, p. 18. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 14:** Propaganda da Companhia Energia Eletrica Rio-grandense. “Em plena atividade, e, em baixo, varios flagrantes da cidade á noite, com a rua caprichosa iluminação”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, Segundo Caderno, 05/11/1934, p. 08. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. As fotografias da esquerda para direita: Praça Otavio Rocha; Praça Argentina e Escola de Engenharia; a Sede da Companhia Energia Eletrica Rio-grandense, no coração da cidade; Rua dos Andradas em frente á Praça Senador Florêncio; Avenida João Pessoa.

Temos, assim, no corpo dos jornais, as fotografias feitas “para” alguém; para um leitor “previsto”, ideal, diferente de um leitor empírico qualquer. Essa habilitação que o jornal possui em expor a “verdade” cotidiana será o conjunto de estratégias visuais que orientaram a leitura/olhar, as regras que vigoram no pacto ficcional em questão, a fotografia como um corte no tempo e no espaço. Ao editor/fotógrafo, cabe um trabalho de seleção: escolher quais elementos enquadrar, como organizá-los no quadro, o que deixar de fora, qual o melhor ponto de vista e o melhor momento para o disparo.

Dubois (2008, p. 29) dividiu a fotografia em três momentos, a “fotografia como espelho do real (a ideia da semelhança, do ícone); a fotografia como transformação do real (o discurso da convenção estrita, codificada, do símbolo); e um terceiro, no qual se enquadra a fotografia como traço de um real (como o conceito de índice, de referência)”. Para o autor, “a vinculação automática com o referente tem esse apelo de novidade nas teorias da representação”. Nesse sentido, classifica-se a imagem fotográfica não apenas como uma impressão luminosa, mas igualmente como “uma impressão trabalhada por um gesto radical que a faz por inteiro de uma só vez, o gesto do corte, do *cut*”. O autor prossegue (2008, p. 110), o fotojornalismo ou as propagandas visuais, têm “a objetividade deve ser levada em conta como uma característica importante nas fotografias (imagens), ao contrário do que acontece com a arte, na qual os sentidos escorregadios, via de regra, têm mais espaço”. Ao partir-se dessa opção, enfatiza-se um ou outro aspecto dos objetos fotografados, descontextualiza-se, redimensiona-se ou, então, opta-se o que vai ou não ser mostrado. “Selecionar, para uma imagem figurativa, não é unicamente decidir o que deve estar visível, mas também o que deve permanecer escondido”. Assim sendo, “a produção de imagens jamais é gratuita”.

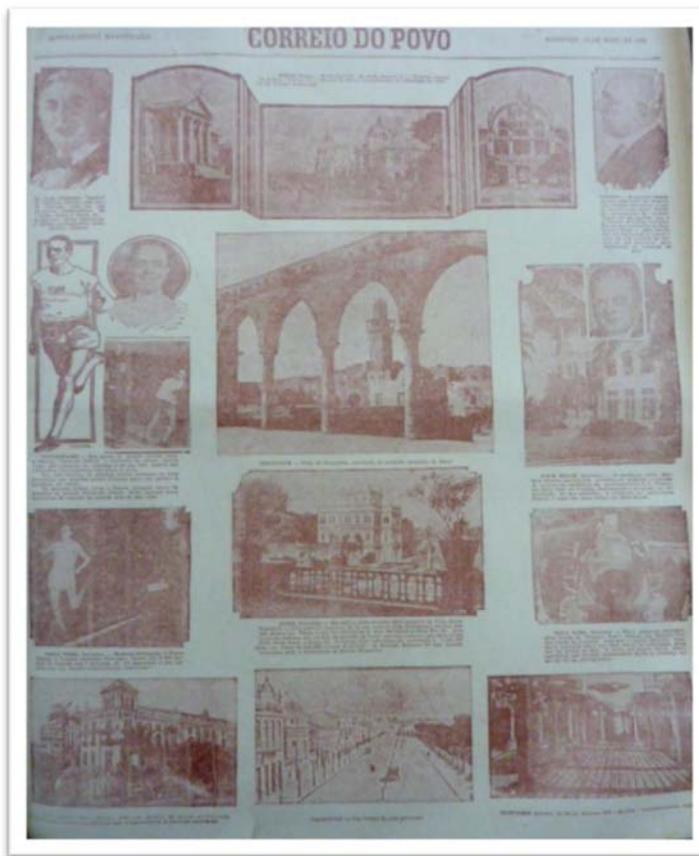
Admitindo que as fotos sejam versões e visões de mundo e não cópias fiéis dele, o próximo passo é compreender como é possível construir mundos fotográficos. Goodman (*apud* DUBOIS, 2008, p. 111), apresenta uma lista de alguns dos principais modos de fazer mundos,

[...] composição/decomposição, ênfase, ordenação, supressão/completação e deformação. Esses modos de organização não são simplesmente “descobertos no mundo”, mas “construídos no interior de um mundo”. A força discursiva de cada foto está na junção de elementos distintos para criar um significado. Esses elementos isolados não condizem com os mundos e efeitos criados a partir de sua junção. A figura de uma rua esburacada com algumas pessoas ao fundo pode representar um descaso do poder público, mas ao aliar-se algum texto ideológico/político/visão de mundo direcionando-o para foto, podemos mudar isto algo positivo ou negativo. Sua mensagem será compreendida.

A supressão e complementação que Goodman (*apud* DUBOIS, 2008, p. 112) menciona, “diz respeito aos caprichos da memória em completar coisas que não estão nas imagens e suprimir coisas que estão lá a partir da comparação com outros mundos já existentes, o fenômeno da ilusão”. Esse aspecto aparece “com mais nitidez, em obras esquemáticas que clamam pelo preenchimento. A nossa capacidade para não ver é

virtualmente ilimitada, e aquilo que assimilamos consiste habitualmente em fragmentos significativos e pistas que precisam de complementação massiva”.

A página (Figura 15), do jornal *Correio do Povo* traz, em sua diagramação, breves textos informativos, completados por fotografias de pessoas e lugares em evidência. A imagem de Porto Alegre, com avenidas amplas como a Avenida João Pessoa em evidência na figura de centro no final da página, exemplifica que a capital gaúcha comunga com o mundo moderno. Esses teatros de operações articulam-



**Figura 15:** Notícias das construções mundiais e regionais, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/06/1929, p. 11. Na página do jornal, Avenida João Pessoa, última imagem no centro. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

se e manipulam-se por meio das demonstrações da intendência de modificar o espaço (não só fisicamente, mas também pelas narrações de veículos de comunicação como estampa os jornais pesquisados) com grande abrangência, usando-se de textos/imagens fundantes com o juízo regulador, comparando aos avanços de outras cidades<sup>12</sup>.

É nessa ideia que a mídia dissemina, em razão da diversificação da sociedade e, sobretudo, da crescente heterogeneidade. A imagem foi recrutada como linguagem pela mídia impressa, de acordo com Leite (2010, p.12), “a modernização das tipografias, com a

<sup>12</sup> Paris, Londres, Nova Iorque, Berlim, entre outras, Capitais ditas como modernas e com ideários burgueses.

implantação de novas tecnologias, resultou na diversificação do tipo de material impresso, pois, além de jornais, começaram a circular revistas e álbuns ilustrados, no quais a preocupação com a estética, além do texto, tornou-se fundamental” para atrair e atender a um público ávido por consumir novidades.

A partir dos anos de 1940, a fotografia passou por um processo de difusão e expansão por meio do aperfeiçoamento das técnicas de edição e de reprodução de imagens. “Câmeras mais portáteis, películas mais sensíveis, objetivas e flash permitiram o avanço da foto instantânea, sobretudo para fotojornalismo, gerando mais dinamismo para o fotógrafo no espaço público em documentar e informar a modernização dos espaços urbanos, das formas de sociabilidade e os movimentos políticos” (MONTEIRO, 1995, p. 12).

### **2.3 Com um pé na modernidade**

A modernidade, segundo Le Goff (1998, p. 25-67), surge “quando há um sentimento de ruptura com o passado”. Charles Baudelaire (apud LE GOFF, 1998, p. 25-67), escritor francês da segunda metade do século XIX, é um dos primeiros pensadores a se utilizar da ideia de modernidade, ele “pensava a modernidade como as mudanças que iam se operando em seu presente, utilizando a palavra, sobretudo para a observação dos costumes, da arte e da moda”.

Le Goff (1998, p. 25-67), esclarece que o termo modernidade (*modernitas*), propriamente dito, já aparece no século XII, referindo-se “aos últimos cem anos então vividos e, ainda, presentes na memória dos contemporâneos”. Contudo, modernidade é “um conceito histórico que difere do sentido original da palavra, que surgiu com o Iluminismo e teve seu ápice nos séculos XIX e XX”, assim explica o autor que “modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura”.

A palavra modernidade “está carregada de contradições, pois muitas vezes é utilizada como oposição ao sentido de tradição (saudosista ou retrógado)”. Em determinadas circunstâncias, “o discurso proferido de modernidade tem sua vertente na eficácia, no progresso, que para algumas pessoas é algo destrutivo e opressor”. Já em outros momentos, “a tradição vincula-se a elementos conservadores das relações de dominação, como, por exemplo, grupos dominantes e dominados, enquanto a modernidade, em outro vértice, propõe a igualdade e a liberdade” (LE GOFF, 1998, p. 25-67).

Berman (1986, p. 72-73), por sua vez, “estabelece a distinção entre ‘modernidade’, ‘modernismo’ e ‘modernização’”. No seu entender, “‘modernidade’ designa o conjunto de experiências vivenciadas pelos homens e mulheres em todo o mundo”; em outros termos, “‘modernidade’ seria a experiência de vida de ‘ser moderno’, de viver no ‘turbilhão da vida moderna’”. Por outro lado, o termo “‘modernização’ serve para denominar os processos que dão vida ao referido turbilhão, movimentando e impulsionando-o”. Os ditos processos consistem nas descobertas técnicas e científicas, movimentos sociais e políticos, crescimento demográfico, desenvolvimento da produção industrial, dos meios de transporte, dos sistemas de comunicação, da expansão capitalista, entre outros; o que, em suma, pode ser resumido como o conjunto das forças produtivas e das relações sociais.

Nesse labirinto de usos diferentes, até mesmo divergentes e contraditórios, de uma mesma terminologia, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2010) designa “modernismo” como: “1. gosto pelo que é moderno; 2. movimento literário e artístico que rompe com as tradições acadêmicas”. Enquanto que o significado de “moderno” consiste em: “1. atual e contemporâneo; 2. novo, recente; 3. que está na moda – **modernidade, modernizar, modernização**<sup>13</sup>”.

Para Berman (1986, p. 75), na “última acepção, ‘modernismo’ é o absoluto equivalente de ‘modernidade’, correspondendo, inclusive, à chamada experiência de vida”. Igualmente, ambos podem remeter a uma época (a “modernidade”, o “modernismo” enquanto período definido). Percebe-se, por outro lado, que para designar os movimentos literários e artísticos (entre eles os culturais) fala-se em “‘modernismo’, em movimento(s) ‘moderno’(s) ou ‘modernista’(s), em arte e/ou ‘literatura modernas’ ou ‘modernistas’ ou da ‘época moderna’, mas não se costuma recorrer ao termo ‘modernidade’, salvo nos casos em que este é qualificado ou serve para qualificar”. Os termos se aproximam, tornam-se sinônimos.

Nesta pesquisa, o termo “modernidade” está em sintonia com essa aproximação, como o ato ou “efeito de se modernizar”, ou seja, o ato de tornar moderno, dar feição moderna e adaptar aos usos ou feições modernas. Proporciona-se a expressão de moderno a uma atualidade do tempo presente em relação ao tempo passado, aquilo que se renova ou a ação que revigora as ações tradicionais. De acordo com o pensamento de Kern (1991, p. 92):

O novo – é belo – frente ao que é tido como antigo, é essencial à compreensão do significado do moderno, a afirmação concomitante do potencial individual e de

---

<sup>13</sup> Para fins desta pesquisa, utilizaremos do item 3 do Dicionário Houaiss, que está na moda – modernidade, modernizar, modernização. Grifo nosso.

múltiplas subjetividades do ser humano no quadro da percepção de uma nova temporalidade, aquela propiciada pela Revolução Industrial e seus desdobramentos.

Nos primeiros decênios do século XX, a realidade histórica e concreta, gerada pelo sistema capitalista, estrutura-se na mudança, nos novos valores, e o antigo torna-se rapidamente obsoleto. Essa compreensão implica, ainda, tem presente um contexto determinado. Não aquela das economias capitalistas centrais, mas a do país de Terceiro Mundo, no qual se combinam o acesso às conquistas técnicas mais avançadas com a manutenção de níveis de miséria muito grandes, no quadro do que pode ser chamado de desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, é uma modernidade periférica. Porém ainda assim: trata-se de uma “modernidade” na periferia da periferia, isto é, numa região caudatária do desenvolvimento do centro do país. Igualmente, não se pode esquecer que esse “local geográfico, duplamente periférico”, é também ostentador e difusor de inovações para outros locais mais provincianos, constituindo-se, assim, em um centro – provinciano, mas um centro. “Outra particularidade desse local geográfico é a de ter estabelecido contato com mais de um centro difuso de inovações, não apenas Rio de Janeiro e São Paulo, mas também França e Alemanha e, ainda, Estados Unidos (Nova Iorque), Buenos Aires e Montevideú”. Sendo assim, “não se pode absolutamente ver nas relações entre centro e periferia uma relação invariável, na qual o primeiro seria sempre exportador de inovações, e o segundo, o seu assimilador atrasado”. Portanto, entende-se que se trata de “uma relação móvel, sujeita a acelerações e tensões bruscas, ligada a modificações políticas e sociais e não apenas artísticas” (MACHADO, 1998, p. 31-35).

A modernidade capitalizou a nacionalidade. O indivíduo via-se, então, atrelado fisicamente à região, mas pertencente ao país e ao mundo. Exemplo são as notícias que chegavam pelas linhas dos telégrafos; era a rapidez da mudança de cotidiano (hábitos) através da tecnologia. A política, a economia e a cultura espalhavam-se pelas páginas dos jornais (PESAVENTO, 1996, p. 28).

Em relação a esta modernidade, há os exemplos: a inauguração, em 1928, da Usina Termoelétrica do Gasômetro, do grupo estadunidense *American & Foreign Power* (AMFORP), representado, no Brasil, pela Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE), que passou a resolver o problema da inconstância do fornecimento de energia para o transporte e a iluminação pública, para o comércio e as fábricas e atendimento aos domicílios; por conseguinte, a Companhia Carris Porto-Alegrense, que possibilitou a rapidez do centro



**Figura 16:** Anúncio publicitário, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/05/1929, Capa. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 17:** Anúncio publicitário, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/06/1929, p. 05. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

aos arrabaldes/loteamentos e vice-versa. Ambas eram subsidiárias da empresa estadunidense *Eletrica Bond and Share* e do *Banco Morgan* de Nova Iorque.

Observa-se esta inclusão da região (Porto Alegre) ao mundo (empresas Multinacionais) pela via da modernidade, conforme os dois anúncios publicados no *Correio do Povo*, o primeiro destaca-se por ser colorido, mesmo que seja somente em vermelho (Figura 16). A diagramação em caixa alta traz a mensagem: “INICIANDO UMA NOVA ERA DE PROGRESSO”, percebe-se a intenção do anunciante de enfatizar ao público que seu serviço não só pontua-se na confiável, em comparação com a prestadora anterior, mas possui um serviço que está diretamente ligado aos anseios modernos, progressistas e de prosperidade, ou seja, “Uma nova era de bons

serviços, feitos com eficiencia”. A figura 16 tem ao fundo um sol nascente, pairando sobre a Usina de energia elétrica, assim como sobre os arranha-céus da cidade que se faz moderna, a iluminação dessa é poderosa que atenderá as demandas que as ruas, as fábricas e as casas necessitam.

O segundo anúncio traz a fotografia de um bonde moderno ou atual frente aos outros que circulam pela cidade (Figura 17), com os dizeres: “INICIANDO UMA NOVA ERA DE PROGRESSO”, prometendo uma nova experiência de transporte urbano. Causando, no imaginário do passageiro, a resolução dos problemas enfrentados, tais como: desconforto, ineficiência e demora. O progresso não está presente só no centro da capital; agora ele se pronuncia encurtando distâncias e aproximando locais. Nas duas publicações, o corpo do anúncio ocupa a metade da folha do jornal, 30 cm de altura e 43,5 cm de largura.

Benjamim (2006, p. 83) ressalta que “a modernidade designa uma época, e designa, ao mesmo tempo, a força em ação nesta época, que a aproxima da Antiguidade, devido à paixão da sua força expressiva, a frase contém: *in nuce*, a teoria baudelairiana da arte moderna”. Segundo o autor, ela tem “o carácter modelar da Antiguidade limita-se à construção, de forma que a substância e a inspiração da obra são o seu lado moderno”. Em síntese, expõe que “o belo actua conjuntamente como um elemento eterno, imutável..., e como um outro, relativo e contingente. Este último é ditado pela época, pela moda, pela moral, pelas paixões”. Baudelaire (*apud* BENJAMIM, 2006, p. 203), ao deparar-se com as transformações urbanas na cidade de Paris, cujos modos burgueses eram impostos frente a costumes, cunhou a exclamação: “a fórmula cruel da cidade que muda mais rapidamente que um coração humano”.

Ao estabelecer um paralelo com os ensaios expostos, observamos a partir de Herschmann; Pereira (1994, p. 37) que, para “a elaboração e implantação do projeto modernizante”, a administração Pública contou com “auxílio das classes dominantes e de um grupo de intelectuais, principalmente médicos e engenheiros, que se engajaram em destruir uma cidade de enfermidades e em edificar uma cidade salubre e saudável, ficando tais profissionais conhecidos como ‘missionários do progresso’”. As medidas executadas com fins de “limpar” a *urbs* e gerar uma boa experiência no espaço urbano, não apenas se voltavam para a infraestrutura, mas também se preocupavam com o lado “social” e possuíam um carácter preventivo, que promovia a normatização da vida social no Brasil.

Os princípios importantes da reordenação urbana foram elaborados no modelo de “modernização francês”, que tinha entre suas ações as “demolições de edifícios antigos e construções de novos, aberturas de ruas mais amplas, entre outros”. A mudança na face urbana parisiense priorizou “a circulação do ar e das pessoas, o que favorecia a dispersão de elementos nocivos à sua saúde”. Com isto, a “cidade aberta” de Haussmann, “largas avenidas, ruas bem traçadas, limpas e iluminadas” se consagrou como a imagem conceito da cidade

“moderna”, o qual todas as outras que desejavam os ares civilidade e modernidade deviam segui-lá (PESAVENTO, 2002, p. 58-59).

Benjamin (2000, p. 21) constata o ocorrido, escrevendo que quando Haussmann começou sua obra, em 1859, as transformações urbanas em Paris já tinham esse esboço feito através de projetos de lei e os cidadãos da *urbs* sentiam a sua necessidade: “as pessoas sufocavam nas velhas ruas estreitas, sujas, confusas em que estavam metidas como em redil, porque não havia outra solução [...] a ideia de uma inevitável e grande purificação da imagem da cidade”.

A implantação da República no Brasil engendrou o desejo pelo moderno, que, sob a filosofia positivista, delegava ao Estado a administração dos interesses públicos e a organização social. Nesse novo momento, ficava sob a responsabilidade do “poder público as intervenções urbanas necessárias para ‘civilizar’ o espaço e seus habitantes”. Para Bakos (1996, p. 23), “esta leitura positivista da República enfatizava, de um lado, a ideia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, que contribuía poderosamente para o esforço da postura tecnocrática e autoritária”. Enfim, o Estado republicano tornou-se autoritário ao incorporar às ideias da doutrina positivista, delegando aos “missionários do progresso”, o meio pelo qual seria possível atingir a tão sonhada civilização.

Souza (2010, p. 18), complementa que a modernização no país, “apesar do pensamento urbanístico vigente, encontrava dificuldades no sentido de embasar uma transformação abrangente, na medida em que o País relutava em adotar um projeto industrialista moderno, com todas suas implicações que incluiriam em última instância a integração fordista e a regulamentação urbanística”. Na capital gaúcha, a sociedade pensante, assim como, os dirigentes públicos debatiam os problemas enfrentados pela cidade, “a superação do problema da saúde pública, relacionado aos graves problemas de saneamento urbano, juntamente com os de circulação, ao mesmo tempo em que respondiam pelo embelezamento”. A cidade se expandia, em seu comércio pulsante, veículos que circulavam perante ruas em más condições. A infraestrutura oferecida pela cidade carecia de políticas de saneamento, circulação e equipamentos para atender às novas demandas que se delineavam.

O Plano de Embelezamento lançado durante o governo de José Montauray (1896-1924) e só implementado no governo de Otávio Rocha (1924-1928) com a constituição da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento, orientou a modernização de Porto Alegre. Mas esta modernização foi superficial, ou melhor, artificialista, sua aplicação ficou restrita a determinadas zonas centrais, tais como o centro e bairros constituídos para atender a

burguesia. A proposta haussmíniana<sup>14</sup>, como informa Souza (2010, p. 23), “uma nova estética, o movimento tinha também como meta a erradicação da pobreza urbana através de projetos que iam da habitação mínima aos conjuntos habitacionais, com construções em altura”, terminou por não ocorrer, visto que os montantes financeiros estavam atrelados as modificações cirúrgicas no espaço urbano.

Este fenômeno urbano, Perez (1998, p. 13) explica, que esse pensamento ou essa busca incessante desse estado de urbanidade “se expandiu em escala planetária e, como modo de vida particular, é relativamente recente e se relaciona a um modo específico de civilização, à modernidade e, também, à urbanização como síntese do processo civilizador do ocidente moderno. A cidade é o laboratório e o palco da modernidade”. A autora afirma, que “embora a modernidade seja refratária a se isolar no espaço exíguo do conceito, ela se deixa conhecer pela sua lógica, pela sua maneira de operar”, sendo que “o modo de civilização fundada no racionalismo, na organização da produção visando a otimização dos resultados, numa consciência burguesa e secularizada [...], possui um sistema de valores, como ideologia – como um discurso particular ou relativo que se faz passar por universal ou absoluto”. A autora reflete, a modernidade como um projeto civilizador, age como “um vetor, isto é, tem uma orientação e um sentido que se encaminham para a realização última e final da Razão e do Progresso, de uma nova ordem, a da produtividade, do desenvolvimento racional dos meios de produção”, pontuando na gestão e organização em uma perspectiva de eficiência e máximo rendimento, o – livre e autônomo – “é o mestre e senhor de seu destino. E Razão, Progresso e Individualismo têm na cidade o seu espaço por excelência de realização” – e a modernidade, atrela-se a invenção do conceito de “bom” futuro, ou seja, um futuro promissor, no qual tudo será possível e viável.

Segundo Dupas (2006, 15-18), a era moderna emergiu “com ideias, planos e propostas futuristas, e com intolerância em relação aos credos da Renascença” – sobretudo, o culto aos antigos – que passaram a ser rotulados como antiquados, ao passo que a palavra “moderno” adquiriu conotação de elogio. O autor enfatiza que a disputa pela primazia entre antigos e modernos envolveu a Literatura, a Filosofia e a Religião, decidindo o destino de obras e autores. Exemplo, as ciências naturais, a partir do século XVII, “prevaleceu claramente a ideia de que o mais recente é sempre o mais verdadeiro ou o melhor. Enfim, os modernos e sua nova onda cultural prevaleceram impondo maior ‘sabedoria’ como condição para o progresso”. O autor avança em suas ideias esclarecendo que o termo “utilizado por Pascal,

---

<sup>14</sup> Colóquio nosso para referir-se as modificações operadas em Paris durante o período de Haussmann.

‘progresso’, está no sentido de natureza e seus movimentos de fluxo (o mar, o sol, o vento) abordagem independente do esforço humano, uma marcha à frente, movimentação em uma direção definida”. E, em outro sentido, o termo progresso está “associado a um tributo de qualidade, ou seja, transformação gradual do ‘menos bom’ para o ‘melhor’, ainda que minimizado, ao final, pela versão reducionista do positivismo de Auguste Comte de que o progresso constitui apenas o desenvolvimento da ordem”. E por fim o autor enfatiza, que o progresso, no sentido de evolução do pior para o melhor, é:

[...] um termo essencialmente relativo, uma vez que depende da opinião professada por aquele que fala sobre a escala de valores de que se trata. O progresso se não raro uma espécie de necessidade histórica ou cósmica, por vezes mesmo um poder real que age sobre os indivíduos, uma finalidade coletiva que se manifesta pelas transformações das sociedades. Mas a dificuldade está em dar conteúdo preciso para essa fórmula ou, por outra, em determinar a direção e o sentido desse movimento.

Para Nicola Abbagnano (*apud* DUPAS, 2006, p. 19), o progresso também designa duas coisas diferentes: “uma série de eventos quaisquer que se desenvolvam num sentido desejável”, ou “a crença de que os eventos da história se desenvolvam [...] realizando uma crescente perfeição”. E, em outro sentido, o autor designa também “uma profecia para o futuro”. Este último sentido só é conhecido da Idade Moderna em diante.

Dupas (2006, p. 22) menciona que há autores com a ideia de progresso como “o desenvolvimento que permite diminuir as diferenças entre aqueles que gozam dos seus direitos e aqueles que ainda não os fazem efetivos”. Para estes, a palavra progresso “é dotada de univocidade semântica e consenso conceitual”, a ideia-força se confunde com discurso hegemônico encastelado no anseio universal de rumar para utopia, ao criar raízes com o idílico do progresso, estabelecendo como base a primazia da ciência e da técnica.

Progresso, para Dupas (2006, p. 30-32), consiste em “ideias-força que podem ser resultados de uma ação coletiva ou encaradas como um processo inexorável”. Por conseguinte, o progresso pressupõe que a civilização se mova em direção entendida como benévola ou que rume ao maior número de existências felizes. A teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma grata profecia para o futuro, baseada em uma interpretação da História que vê a humanidade, avançando lenta e indefinidamente ao destino desejável. Esse processo originar-se na natureza social do ser humano e não de forças externas. Neste parâmetro, progresso também associa-se à uma possibilidade de retrocesso ou declínio. Mesmo que se possa verificar, através de critérios subjetivos ou objetivos, que houve progresso ou declínio no passado, parece claro que não há garantia de continuidade de

qualquer dessas alternativas no futuro. Esse entendimento sujeita-se a duas concepções sob a ideia de progresso: “o acúmulo de conhecimento científico e tecnológico”, assim como, e de “melhorias morais e espirituais para que o ser humano seja mais feliz, tranquilo e sereno”. O autor menciona que “o tempo caminha para frente, avançando sempre de uma condição inferior para outra superior. Conseqüentemente, o presente servirá sempre de alicerce para avanços no futuro (o novo ciclo mais avançado que o anterior)”. E, por fim, o autor conclui que “a preservação do tipo de civilização que se conhece depende da operação de forças que, sob condições favoráveis, produzem progresso”. A ideologia do progresso pode “iludir achando que a evolução científica, industrial e técnica não seriam compatíveis com a barbárie social e política”.

Já para Rossi (2000, p. 46), ao se estabelecer o progresso como conhecimento, desde a Pré-História, há uma tentativa de controle do ambiente e de manutenção de uma relação de equilíbrio entre os seres humanos e meio ambiente. Mas isso não ocorreu de modo homogêneo em todos os tempos e espaços; a ciência ou os estudos científicos estão ligados à Idade Moderna e Contemporânea. Antes desse período, o conhecimento era, por vezes, tratado como algo de Estado ou como misticismo (e, muitas vezes, ligado à religião predominante do Estado). A imagem “moderna” da ciência faz referência ao “papel decisivo e determinante na formação da ideia de progresso”, de fato ela implica:

1. A convicção de que o saber científico é algo que aumenta e cresce, que atua mediante um progresso para o qual contribuem, uma após outra, diferentes gerações;
2. A convicção de que esse processo, em qualquer uma de suas etapas ou de seus momentos, jamais é completo: ou seja, que não necessita de sucessivos acréscimos, revisões ou integrações;
3. Enfim, a convicção de que existe de certo modo uma tradição científica que tem características específicas e dentro da qual se colocam as contribuições individuais.

Rossi (2000, p. 49) explana que o progresso não é marginal, mas constitutivo da imagem moderna da ciência. Do século XVII até a segunda metade do século XIX, “a ideia de um crescimento, de um avanço de saber, acompanha todos os vários e diferentes programas científicos, constituindo, por assim dizer, fundo comum. Este momento é crucial, porque se ressalvam elementos de novidade que estão presentes nas ideias sobre o progresso que operam na cultura”. O autor elege “dois motivos que se colocam como alternativa à imagem do saber que é própria da tradição hermética e que operam conjuntamente naquela cultura”. O primeiro: da recusa do caráter secreto e iniciático da ciência; o segundo: do abandono do mito de uma áurea e originária sapiência perdida nas trevas do passado.

Rossi (2000, p. 79) descreve, assim, a primeira dessas duas recusas, que “é realizada em nome de um ideal ‘laico’ e ‘democrático’ do saber”. A segunda, “é realizada em nome de uma ideia da história em evolução, como lenta e gradual passagem da rusticidade de uma primitiva barbárie para as ‘ordens civis’ e a vida social”. Historicidade e temporalidade, para o autor, aparecem como categorias essenciais, tanto para a interpretação do mundo humano como para a compreensão do mundo natural. Assim, as ideias de progresso não estão pontadas no presente e fixando os olhos para o passado, ou seja, não estão no ápice da civilidade ou da sociedade do presente, que vê o passado e conclui, “os primeiros seres humanos<sup>15</sup> eram simples, rudes, mergulhados no sentido, podiam exprimir suas imperfeitas concepções [...] mediante imagens sensíveis”. O autor segue afirmando que a ideia de progresso é ampla e está contida nas mais variadas e seculares “discussões sobre a origem e a formação da Terra, sobre as conexões entre história da natureza e história do ser humano, sobre a cronologia, sobre a origem da civilização como emersão de uma primitiva barbárie”. Essas discussões ocupam, de fato, um “lugar totalmente marginal ou não ocupam lugar algum, nas várias ‘histórias’ da ideia de progresso”. Esse caleidoscópico de teorias sobre a evolução das civilizações que, desde o Renascimento até os dias atuais, demonstram que os pensadores da Idade Moderna (assim como os da Idade Contemporânea), também não olhavam para o passado e se viam portadores do progresso tanto natural (história da natureza) quanto da civilização (história do ser humano). Para finalizar, o autor discorre que “nenhum dos autores aos quais me referi jamais considerou que a libertação do ser humano<sup>16</sup> pudesse ser confiada à ciência e à técnica enquanto tais”. O progresso, enfim, está ligado a uma contínua evolução, por vezes retroagindo e, por outras, avançando, mas sempre acumulando saberes e conhecimento. Não há competição entre momentos atuais com momentos anteriores. O autor conclui “a história humana mostra-se como um progresso, mas permeada de dúvidas”.

Podemos perceber essa estruturação científica ou construção de modos<sup>17</sup> nos escritos de Elias (2011, p. 63), em que o conceito “de *civilité* adquiriu significado para o mundo Ocidental numa época em que a sociedade cavaleirosa e a unidade de Igreja Católica se esboroavam”. É a encarnação de uma sociedade na formação de seus costumes, nesse caso, o mundo ocidental na Renascença. O autor ainda ressalta que esse conceito de “*civilité*, também, constitui expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o

---

<sup>15</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (ROSSI, 2000, p. 79) “homens” pelas palavras “seres humanos”.

<sup>16</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (ROSSI, 2000, p. 79) “homem” pelas palavras “ser humano”.

<sup>17</sup> Aqui nos referimos aos modos e visões de mundo, ou seja, a cultura.

italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês”. As linguagens agora em vigor assumem a função antes desempenhada pelo latim, traduzem a nova ordem na Europa e, simultaneamente, a uma nova “formação social que fornece a espinha dorsal, a sociedade de corte”. A lembrança outrora de que a cavalaria e a fé romano-latina representam uma fase peculiar da sociedade ocidental, não desapareceu de um momento para outro, não houve substituição abrupta de um ideal de comportamento por outro radicalmente diferente, mas sim, características que “vão substituindo outras até uma total transformação de uma regra, de uma ideia ou modo, para outro novo modo, que se torna então o de uso que é utilizado por todos os indivíduos que formam uma determinada sociedade”.

Nesse processo de ocidentalização, um novo espaço social e de organização da sociedade será experimentado e, para isso, um novo saber será desenvolvido, independente do *status* hierárquico haverá mudanças

Mudanças significativas irão ocorrer nos níveis de Estado e das instituições e, no que se refere ao meio urbano, este irá tornar-se objeto do discurso de uma parte das elites e, principalmente, dos sanitaristas. No que tange diretamente à cidade e seu espaço urbano no Brasil, Perez (1998, p. 19), afirma a urbanização ou, como ela denomina, “o ‘verdadeiro’ desenvolvimento urbano” assinala a época dos anos 1930, “quando todo o país é investido por um grande projeto de modernização, no qual as palavras chaves são desenvolvimento urbano e industrialização”. Para a autora, as cidades do período colonial brasileiro “são frequentemente atreladas a ideias de atrasadas, não passando de um simples vilarejo, sem infraestrutura, suja, sem vida autônoma”.

## **2.4 Dentro do espaço urbano da cidade, a urbanização**

O processo de urbanização é tomado como sinônimo de atividade intensa, seja no plano da atividade econômica, no plano da vida social – marcada por uma intensa movimentação e agitação com os cafés, as confeitarias e, sobretudo, com o cinema – ou ainda no plano da organização espacial das cidades, as quais, cada vez mais, passaram a ser definidas como uma estrutura de elementos geográficos (ruas, praças, edifícios) e de equipamentos materiais (infraestrutura urbana e malha de construções).

A cidade ocidental nasce contra o Estado patrimonial feudal, contra o poder central do “príncipe” e da luta pela autonomia e pela independência política. Do ponto de vista urbano, é importante lembrar que a autonomia urbana está na origem de uma nova forma de

socialização, característica do pensamento moderno, que segundo Perez (1998, p. 15), “sobre um compromisso de interesses motivado racionalmente (em valor ou em finalidade) ou sobre uma coordenação de interesses motivada da mesma maneira ou ainda sobre um acordo”. A luta contra o “príncipe e sua fortaleza que as diferentes camadas sociais urbanas em estado de defesa se unem, dando origem a todas as alianças e conjurações que caracterizam o desenvolvimento urbano ocidental em sua fase moderna”.

Ao apontar outro elemento central para caracterização da cidade ocidental, Perez (1998, p. 15) aponta que “é a modalidade de adesão à comunidade urbana, isto é, a noção de cidadania”. Ser membro de uma cidade, um “cidadão integral”, significou, historicamente, conforme a autora, “uma integração na comunidade [leia-se corporação], a título individual, pois era enquanto indivíduo que o cidadão aderira à burguesia”. A emergência da cidade não se fundou em uma criação de ordem social separada, mas também, reivindicou aos indivíduos o desprendimento de suas ligações comunitárias tradicionais, em geral articuladas em torno de laços de linhagem ou clãs. Sendo assim, conclui a autora “a noção de cidadania nasce, portanto, associada à concessão de um privilégio e à separação de um segmento social em relação aos demais”.

A cidade é vista como forma irracional de organização; à causa das doenças e das mortalidades, advém a busca de um poder capaz de esquadrihar esta população urbana. Surge a necessidade de higienizar a cidade para garantir a vida ao indivíduo, que agora passa a viver em um ambiente populoso e causador de doenças. A cidade deve propiciar boas condições de vida, ser racionalizada em sua totalidade. Sendo assim, conforme Needell (1993, p. 12), as estratégias adotadas pelo Estado brasileiro foram as de reformular o espaço a partir do início do século XX. A capital do Brasil, “centro do progresso e da civilização brasileira, foi pioneira no projeto modernizante, pondo abaixo a ‘Velha Cidade’, com seus logradouros estreitos, abafados e confusos, e dando lugar a uma ‘Nova Cidade’, com ruas alargadas que recebiam mais luz e ar”. A cidade do Rio de Janeiro, segundo uma parcela das elites e dos poderes públicos, precisava-se “Civilizar”, significava para isto reconstruir a *urb*, uma vez que “almejavam atingir a civilização por meio de mudanças concretas, de acordo com os modernos padrões europeus (ou seja, franceses)”. Após essa experiência de reformulação urbana na capital federal, “os discursos e as práticas ditas progressistas se alastraram pelas principais cidades brasileiras”.

As transformações urbanas, implementadas na cidade de Porto Alegre pelos governantes do PRR, desenvolveram e ordenaram os espaços da cidade. Essas modificações tiveram respaldo na Filosofia Positivista, conhecida como a “Religião da Humanidade”.

Conforme Monteiro (1995, p. 15), Augusto Comte, seu idealizador, “acreditava que o Estado tinha a função de manter a ordem social para haver desenvolvimento, daí o lema ordem e progresso”, segue o autor, “o positivismo exigia ainda a continuidade no poder, a não intervenção direta do Estado na economia, [...] a integração do operariado à sociedade moderna e a concepção do Estado como portador dos interesses gerais da sociedade”.

O centro da capital rio-grandense se caracteriza, geograficamente, por uma ponta de terra que avança sobre o Guaíba. A cidade surgiu e se desenvolveu principalmente na margem norte, devido à natureza geográfica favorável do local, com boas características portuárias e proteção dos fortes ventos que vêm do sul. Esse processo ocorreu muito mais pela iniciativa de particulares, que estabeleciam seus negócios junto às margens, erguendo trapiches sobre o lago. Somente mais tarde o poder público começou a regular o uso das margens através dos códigos de posturas e outras legislações urbanas incipientes. No final do século XIX, as primeiras indústrias se instalaram nos futuros Bairros São João, Floresta e Navegantes. Essa área ficava ao longo das estradas de rodagem e da via férrea que conduziam às colônias do norte, além de estar junto ao lago e à zona portuária, mas fora do núcleo mais densamente povoado, proporcionando as condições fundamentais para a logística da indústria e a facilidade do comércio (SOUZA; MULLER, 2007).

Consolidou-se, uma ordem urbano-industrial, em que a cidade se caracterizava por ser fomento de padrões e valores burgueses, ao mesmo tempo em que concentrava as operações comerciais e financeiras e convertia-se no espaço onde se agrupavam as fábricas e os operários. As preocupações de circulação ordenada de pessoas e mercadorias, e as condições higiênico-sanitárias do lugar, estiveram presentes de forma marcante no desenho urbano. Rykwert (*apud* MONTEIRO, 2006, p. 111) acrescenta que, “convergindo com a tendência do Urbanismo do final do século XIX, os planejadores da cidade pretendiam, por meio de seu traçado, definir a relação dos futuros habitantes com o local”.

O urbanismo moderno nasceu na Europa na metade do século XIX. Agentes a serviço dos governos (principalmente médicos e, posteriormente, engenheiros) passaram a atuar na paisagem urbana, transmitindo preceitos do higienismo. A preocupação com as moradias amontoadas nos bairros populares faziam adoecer os indivíduos, através dos chamados “miasmas”, contribuíram para que os médicos higienistas atuassem diretamente no espaço das habitações e nos corpos dessas populações, nesse quadro, o poder público praticava uma política de intervenção no espaço urbano e no controle da circulação das pessoas.

Para os higienistas, a cidade era confusa e imóvel, sendo pertinente diferenciar o indistinto e fazer circular o que era estagnante. Do higienismo deveriam fluir os postulados

que modificassem a atual realidade urbana para uma nova, já que demonstravam, no decorrer do século XIX, o desejo de transformarem um corpo doente em um organismo sadio. Para Pechman (2002, p. 389), tratavam-se da “expressão da primeira forma de uma política urbana de enquadramento e controle da sociedade [...] com a capacidade de desfazer as confusões citadinas, também faz circular âmbitos cada vez mais amplos da atividade urbana, põe em movimento, ligando conjuntos diferenciados”. Assim, com uma nova política urbana, passaram a executar uma minuciosa rearticulação da cidade a partir de outros princípios, diferentes daqueles que estavam vigentes na cidade antiga. Iniciaram com um esforço de transformarem a natureza da cidade, que suprimia sua dimensão histórica, impondo um novo sentido de ideais, de coisa urbana. Dessa forma, uma rede de circulação e desamontoamento das atividades da cidade, por vez executada, tornaram-se fundamental para a nova dinâmica urbana.

De acordo com Pechman (2002, p. 392), “a conscientização da necessidade de intervenção contou, primeiramente, com uma transformação dos antigos significados dos problemas e dos grupos populares, criando-se novos meios de intervenção e formas de dominação”. Prossegue o autor, que estas autoridades falavam e agiam “em nome dos interesses superiores da sociedade, além dos interesses dos grupos particulares que a compõem, os novos profissionais têm pretensão à autonomia e objetividade de sua disciplina e da ciência, da qual seriam os servidores desinteressados”. O poder e o saber formaram um sistema característico desse novo campo de dominação, que requalificou a cidade, e reorganizou seu crescimento e liberando suas potencialidades. Com isso, o descontrole do fenômeno de urbanização foi também o incentivador do surgimento de elementos, caracterizados como problemas urbanos.

Na coluna de Leonardo Truda, *Ecos & Notas do Diário de Notícias* (Figuras 18 e 19), o espaço urbano é tratado como “uma febre de construções novas, obedecendo aos modelos das modernas metrópoles americanas, domina a cidade, que invade os subúrbios, se assenhoreia dos arredores, numa visível febre de progresso”. O jornalista realça a “metamorfose sofrida pela sua physionomia” e prossegue “por toda parte se rasgam novas ruas, que se edificam e povoam com a rapidez surpreendente com que, no teatro, se mudam os cenários das mágicas”. O autor, então, pronuncia seu pedido: “urge, pois, que a secção encarregada da fiscalização dos projectos de novos prédios, na Municipalidade, não tenha piedade de sacrificar as fachadas que não se apresentarem convenientemente”, e alerta, “é preferível contraria hoje meio dúzia de pessoas do que comprometer, com uma benevolência excessiva, a cidade de amanhã”. A solicitação de vigiar e punir as casas, sejam elas de

A ZONA URBANA DE PORTO ALEGRE amplia, a cada momento, o seu perimetro. Uma febre de construcções novas, obedecendo aos modelos das modernas metropoles americanas, domina a cidade, que invade os suburbios, se assenhoreia dos arredores, numa visível febre de progresso.

Quem ha dez annos tivesse deixado Porto Alegre para regressar hoje, por certo não a reconheceria, tal a metamorphose soffrida pela sua physionomia. E' bem certo que perdeu o encanto das velhas construcções tradicionaes que caracterizam e singularizam as cidades do interior brasileiro, mas ganhou com isso o conforto e a elegancia que ambientam a vertiginosa civilisação americana.

Por toda parte se rasgam novas ruas, que se edificam e povoam com a rapidez surpreendente com que, no theatro, se mudam os scenarios das mágicas.

A verdade, porém, é que si um

grande numero das construcções novas obedecem a um criterio esthetico que si não é superior, é, ao menos, aceitavel, outras representam um verdadeiro escarneo ao bom gosto e á architectura.

Urge, pois, que a secção encarregada da fiscalizaçõ dos projectos de novos predios, na Municipalidade, não tenha piedade de sacrificar as fachadas que não se apresentarem convenientemente.

E' preferivel contrariar hoje meio duzia de pessoas do que comprometter, com uma benevolencia excessiva, a cidade de amanhã.

**Figuras 18 e 19:** Seção Ecos e Notas, A.P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/02/1928, p. 05. Coluna escrita pelo editor Leonardo Truda. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

moradia ou comerciais, que não estiverem de acordo com o modelo estabelecido pelos governos e das elites locais de buscar uma cidade “moderna”, onde se desejava viver o padrão burguês.

Já para Alves (2005, p. 69), “essa nova fase se caracteriza pela complexidade da organização dos grupos sociais no espaço urbano, advindas das mudanças estruturais de ordem econômica, político e social”. Essas estavam relacionadas com a abolição da escravidão, com a nova ordem republicana, com o aumento das camadas médias urbanas e com a imigração de trabalhadores. O centro da cidade deveria ser o espaço seletivo para as transformações, cabendo-lhe o lugar para a conduta civilizada. Sendo assim, a construção do porto de Porto Alegre teve, na reestruturação da cidade, o seu ponto fundante para as transformações urbanas. Sua edificação foi tão impactante que modificaria completamente a relação entre a cidade e o

Lago Guaíba. O autor explana que o porto “se propunha a resolver o problema do saneamento urbano”. Tratava-se de sanear o velho problema de insalubridade das margens e da falta de organização espacial, naquela área, ocupada por inúmeras atividades, concentrando a maior parte do comércio, dos transportes e dos serviços urbanos. Isso gerava um foco de problemas que o poder público se via obrigado a solucionar. Não por acaso, o primeiro projeto para o cais, elaborado ainda no final do século XIX, propunha-se quase que exclusivamente a resolver o saneamento do litoral da península. Na visão das autoridades e dos técnicos da época, o problema primeiro a ser resolvido para a melhoria das condições de vida naquele espaço, antes de qualquer outra questão, era acabar com os focos de insalubridade. Mas, para esse imaginário sanitarista, “a transformação espacial viria acompanhada pela mudança de hábitos da população, daí todas as regulamentações e códigos de posturas municipais”. Essas estabeleceriam novas normas para as funções e os usos da zona portuária, acabariam com práticas consideradas arcaicas e incompatíveis com o modelo de vida urbana que se desejava para uma área de importância ímpar.

Alves (2005, p. 69-71) aponta para outra questão: “as transformações geraram na implantação do porto uma ordem simbólica”, ao tratar de um plano de “embelezamento” da cidade através da construção do “‘hall’ para ‘a sala de visitas do estado’, como Porto Alegre era chamada na época”. Para tanto, o Governo construiu um pórtico de entrada no cais, no local de desembarque e embarque de passageiros, em frente ao eixo da Praça da Alfândega, dotando a cidade de uma estrutura digna de receber os visitantes que chegassem ao Estado. Nas áreas aterradas, o Governo Republicano procurou deixar sua marca, construindo edificações públicas de rica arquitetura, ampliando, equipando e ajardinando a praça, abrindo duas grandes avenidas, além de muitas outras obras complementares de infraestrutura. A proposta era de unir o porto até o novo Palácio Piratini através de uma avenida que, por fim, não fora executada devido à falta de recursos públicos para compra dos terrenos entre as Praças da Alfândega e da Matriz. O modelo – Ordem e **Progresso**<sup>18</sup> – de renovação urbana, contou com o auxílio de técnicos e profissionais qualificados, o Governo conferiu ao espaço urbano uma dimensão solene a nova ordem; as concepções dos produtores urbanos que não tardaram por se apropriarem dos espaços, erguendo sobre eles os seus símbolos que transformariam o imaginário urbano. Esse imaginário teria como objetivo “marcar um novo cenário de prosperidade, ordem e limpeza”. Um testemunho destas disposições é dado pelo secretário de obras Augusto Pestana, quando ele comenta que “extraordinário tem sido o

---

<sup>18</sup> Grifo nosso para exaltar que havia uma intenção forte por parte das esferas governamentais e de uma parte das elites, tanto que consta na nossa bandeira nacional.

desenvolvimento da capital do Estado nestes últimos anos [...] por toda a parte grande movimento e nota-se que a cidade progride rapidamente. A valorização dos prédios e terrenos, quer na zona urbana, quer nos subúrbios, tem sido enorme”. Segundo o secretário, esse surto de desenvolvimento era o resultado da união dos esforços dos Governos do PRR no Estado e no Município, “a ação conjunta do Governo do Estado e da Administração Municipal deve-se a esse grande progresso que ora se verifica nesta capital”.

Le Goff (1998, p. 117-120) exprime uma sentença, as cidades “são representadas com canteiros de obras”. Para o autor, “isso deve ser visto como uma prova do otimismo dinâmico urbano, uma vez que a cidade é um lugar em que mais se constrói, do que se conserva ou se destrói. As cidades são lugares de renovação”. O autor questiona: “em que sentido a cidade é sinônimo de sociabilidade, embora tenha se tornado hoje sinônimo de individualismo e de anonimato?” – e logo responde que “o período da Idade Média opõe a cidade, lugar de civilização, ao campo, lugar de rusticidade”. O autor faz um exercício de memória e retorna à Antiguidade, em Roma que, sobretudo, cria “do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes, uma oposição muito forte entre a cidade e o campo”. Nesse mesmo movimento, o desejo da construção em verticalidade expresso nas torres dos castelos: “A Idade Média criou a beleza artística urbana, dando origem a um novo urbanismo”. O autor relaciona, “a imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e principalmente por aqueles que detêm o poder, êxtase de ser urbano. O autor explana, “os burgueses conseguem conservar seu poder sobre elas. Os governantes sonham nelas imprimir sua marca (símbolos). Os pobres nelas se sentem em maior segurança do que em outro lugar”.

Há tentativa de direcionar as ocupações e as apropriações no tecido urbano. Os espaços passam a serem reservados para diversas atividades, não só as de ordem econômica e administrativa, mas também as referentes à vida cotidiana dos moradores, inclusive aos seus divertimentos. Dialogando com o discurso republicano e tendo como referências as principais cidades ocidentais da modernidade industrial, o projeto propunha a implementação de uma sociabilidade pública, em que o indivíduo tem seu modo de vida e sua visão de mundo dirigida pelos produtores urbanos que podem ser os governantes, uma parte da elite, ou até mesmo ambas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a urbanização na capital gaúcha, efetuada pelos governantes e pensada por uma parte da elite, conduziu, conforme Certeau (2008, p. 170), “a uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles, elas regularam as mudanças de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçadas”, ou seja, a prática do espaço ordenado. Para o autor, “as

operações de descrições desses ditos ‘novos’ locais ou lugares exercem um papel significativo no cotidiano, pois transportam aos locais, definindo fronteiras, demarcando limites e estatizando limiares”. As operações de demarcação, contratos narrativos, são compostas com os fragmentos tirados do dito mundo real e “bricolados” no mundo impresso. E, nesse sentido, têm como função fundar e articular espaços. O autor esclarece que a “narrativa tem como função criar um teatro de ações, a escrita e a fotografia destes novos locais tem inicialmente uma função de autorização ou, mais exatamente, de fundação”. Propriamente dita, essa função não é jurídica, isso é, relativa a leis ou a juízos. A base mística, o mundo invisível, no qual todas as “condutas ordenadas ou autorizadas pelo *ius* (direito humano) e, de maneira ainda mais geral, todos os comportamentos humanos, são incertos, perigosos ou até fatais”, cria às ações no espaço que irão empreender, estabelecendo o campo que lhes serve de base de atuação.

Tais operações são efetuadas na epiderme formadora do tecido urbano, que Heller (2008, p. 18) apresenta como “partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. A circunstância da heterogeneidade, “a forma concreta da hierarquia, não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômicas e sociais”.

Para Certeau (2008, p. 175), “as descrições textuais da imprensa escrita produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituindo somente um ‘suplemento’ aos anunciados pedestres e às retóricas caminhatórias<sup>19</sup>”. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. O lugar é “a ordem, a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. O espaço é “um cruzamento de móveis, é um lugar praticado”. Nesse quadro dinâmico de transformações e ordenamentos efetuados no centro da cidade, *O Plano de Embelezamento* pensado pelo seu idealizador, de acordo com Monteiro (1995, p. 80):

[...] mediatizava o sonho e a realidade, Maciel compôs seu plano urbanístico que pensava poder ser executado para atender as exigências do trânsito, da estética e da higiene da capital gaúcha. Mais do que isso, a idéia de boulevard e das edificações obedecendo a padrões estéticos esteve sempre presente em Maciel, que esperava que as novas artérias projetadas se convertessem no *ponto chic do smartismo riograndense*.

---

<sup>19</sup> Retóricas caminhatórias expressas por Certeau (2008, p. 175) como visões de mundo de cada indivíduo ou grupo em que este sujeito esteja inserido.

Produziu-se, por vezes, sobre a cidade, um discurso uníssono entre política e mídia impressa, visando a atualização do imaginário da sociedade porto-alegrense, no sentido de alcançar a modernidade. Nessa época, esta busca incessante de progresso e modernização da capital gaúcha, segundo Monteiro (1995, p. 132), imprimiu “um novo ritmo e uma nova atemporalidade à vida urbana, onde o automóvel era o novo símbolo da burguesia em ascensão”. Os governos do PRR transformariam a *urbs* em um enorme canteiro de obras, onde os aterros, desaterros e restos de demolição, que compunham o cenário, representavam “de forma alegórica a dissolução do passado e da tradição em favor de um ideal de modernidade, e uma perspectiva de futuro ancorada na crença do progresso”. No corpo do jornal, lia-se e via-se que os valores folclóricos ou tradicionais não mais faziam coro às novas dinâmicas que a vida cotidiana reclamava para si.

### 3 DA GEOGRAFIA ÀS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Neste capítulo, apresentar-se-á uma síntese da ocupação da região onde se insere o núcleo habitacional da cidade com sua evolução urbana. O pontal de terra que avança sobre o lago – local em que atualmente se localiza o centro da capital, fora onde “os ilhéus se instalaram às margens da encosta norte do espigão da península, porto natural que oferecia vantagens pela sua profundidade e pela proteção do vento sul, mais frequente e forte”. Esse núcleo alterado por construções, demolições e reconstruções, por sua vez, confabulou com os fluxos das relações sociais. O aumento da população e a transformação da economia colaboraram para que nesse teatro social, os cidadãos porto-alegrenses, experimentassem: à abertura de avenidas, à criação de praças, à implementação de rede de água, esgoto e iluminação pública primeiramente em áreas centrais e posteriormente nos arrabaldes. A estrutura urbana ao longo da Primeira República se consolidava, com a crescente migração da população do campo para cidade, em busca de melhores condições de vida, a opção de produtos importados por produtos fabricados na região, provocado por novas tecnologias e crescimento industrial. Os caminhos que ligavam os arraiais começavam a torna-se vias urbanas, consolidando o sistema viário em forma de leque, devido o centro ficar em uma península. Nessa intensa atividade urbana, produzia-se inúmeros problemas de infraestrutura e saneamento, a modernidade ditava seu lado mais terrível, as vezes chamada de “exclusão” (SPALDING, 1967; MACEDO, 1968; OLIVEIRA, 1993).

A nascente burguesia local, durante o início do século XX, exigia novos ambientes, espelhando os comportamentos da burguesia da capital do país, bem como dos grandes centros mundiais. O cotidiano sentiu a invasão da modernidade, o eixo mais externo comungou com os ditames das cidades cosmopolitas. Essas necessidades de transformações físicas terminaram por gerar consequências sociais, assim como vice-versa. O clamor por reformas, modernização do espaço urbano, saneamento e higiene públicas feitos por uma parte da burguesia, dirigentes públicos e elite letrada. Essas aclamações estavam ligadas diretamente aos intensos relacionamentos com os países de centro (Estados Unidos e os países do continente europeu), provocando uma crescente demanda, como explica Souza (2010, p. 37), “a imagem de cidade que se queria era diferente da imagem colonial que ainda predominava”. As variáveis dessa aclamação, conforme a autora, serão “os aspectos físicos, locacionais, socioculturais, econômicos, políticos e institucionais que vão fornecer a base para elaboração do *Plano Geral de Melhoramentos* de Porto Alegre”.

### 3.1 A geografia e os primeiros habitantes

Porto Alegre está localizada dentro de uma extensa bacia sedimentar, nos limites da Bacia do Paraná e Uruguai, sendo que seus primeiros sedimentos foram depositados no Paleozoico. “O relevo da cidade é dominado pelo maciço de Porto Alegre, parte do cinturão Dom Feliciano, formado entre 2 e 2,4 bilhões de anos atrás e responsável pela existência da cadeia de morros que circunda a cidade”. Os morros que se destacam são: Morro Santana, Morro da Polícia e Morro Pelado. “O centro da cidade, assim como os morros, está assentado sobre um extenso batólito<sup>20</sup> granitoide que, no século XIX, foi amplamente explorado pelas pedreiras” (IBGE).

Na hidrografia, a formação mais importante é o Lago Guaíba, o qual é formado pelos Rios Jacuí, Sinos, Gravataí e Caí. A acumulação de seus sedimentos formou a planície aluvial (planícies da cidade). O clima da cidade se classifica como subtropical úmido. No meio ambiente, “a região está localizada na zona limítrofe entre os biomas da Mata Atlântida, do Chaco e da Patagônia” (FEPAM).

Os cronistas Augusto Porto Alegre (1996, p. 04) e Sebastião Leão (1943, p. 217) descrevem em seus textos que, no século XVIII, houve contato entre os indígenas habitantes do local e os colonizadores (Mapa 1).

A ocupação europeia no atual Rio Grande do Sul está diretamente relacionada à ocupação mais ampla do território sul do Brasil. Essa região constituía uma fronteira em disputa entre os reinos de Portugal e Espanha. No início do século XVII, jesuítas espanhóis fundaram reduções indígenas na região norte desse espaço. Com uma série de constantes ataques realizados pelos bandeirantes portugueses, com a intenção de aprisionar mão de obra indígena, os missionários transferem-se à outra margem do Rio Uruguai. O gado abandonado reproduziu-se, formou grandes rebanhos e constituiu-se em uma riqueza a ser explorada. “Em 1680, o governo português cria a Colônia de Sacramento, na margem oriental do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, protetorado dos espanhóis, com a intenção de comércio, advindo do escoamento da produção de metais preciosos que desciam o rio para a metrópole”. Por volta de 1682, os jesuítas espanhóis retornam ao Rio Grande e criam o que ficou conhecido como “os Sete Povos das Missões”. Em seguida, em torno de 1686, funda-se Laguna, como ponto de apoio para a Colônia de Sacramento e a expansão portuguesa para o sul. Nesse processo,

---

<sup>20</sup> O batólito ou plutonito é uma grande massa de rocha ígnea intrusiva com área superior a 100 km<sup>2</sup>, formado por arrefecimento de magma à grande profundidade na crosta. Os batólitos são quase sempre constituídos por rochas félsicas ou intermédias, como o granito, quartzo, monzonito ou diorito.

devido ao vazio existente entre esses dois pontos, “cria-se também Rio Grande e, além disso, tem início a exploração do gado xucro existente, ao mesmo tempo, são criados os caminhos ligando por terra estas duas localidades” (SANTO, 2006, p. 23-35; MAESTRI, 2010, p. 13-77).



**Mapa 1:** Mapeamento dos primeiros assentamentos humanos na atual região de Porto Alegre. Imagem: COSTA, 1997, p. 11.

A partir de 1730, foram concedidas as primeiras sesmarias no litoral norte e no Estreito – Torres e Tramandaí (1732), Osório e campos de Viamão (1740), Gravataí e outros. Em 1734, assinalavam-se 27 estâncias entre Tramandaí e Rio Grande. “Habitualmente, a sesmaria consistia de três léguas em quadrado, ou seja, pouco mais de treze mil hectares, constituindo doação gratuita e plena, sem qualquer ônus, a não ser o dízimo de Cristo, sob a obrigação dos sesmeiros de ocupá-las e explorá-las.” (SANTO, 2006, p. 23-35; MAESTRI,

2010, p. 13-77). Era comum que os sesmeiros explorassem a terra por alguns anos antes de a requererem à Coroa.

O futuro núcleo urbano de Porto Alegre fazia parte da sesmaria de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos que, em torno de 1732, já tinha instalado sua sede no morro Santana. O local era conhecido como Porto de Viamão, em virtude de sua utilização pelos estancieiros dos Campos de Viamão e, com a acomodação do sesmeiro, também é chamado de Porto do Dornelles. Conforme Spalding (1967, p. 33-34), “Jerônimo de O. M. e Vasconcelos, homem de visão que, ocupando com seu pouso e, depois, estância de criar, as terras que constituem, hoje, o município de Pôrto Alegre, deu início ao povoamento e fundação da mais tarde capital do Rio Grande do Sul”. Com o Tratado de Madri, firmado em 1750 por Portugal e Espanha, procurando solucionar as disputas territoriais da região, fica estabelecida a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões e, com o objetivo de povoar a região missioneira, “o governo português promove a vinda de casais das ilhas dos Açores”. No entanto, eclode a Guerra Guaranítica (1754-1756) quando os indígenas reduzidos rebelam-se, recusando-se a abandonar a região. Durante esse período, o Rio Jacuí torna-se relevante como via de transporte para penetração no território ocidental. Surge Rio Pardo como porto fluvial mais interiorizado possível e, como ponto de apoio, cresce em importância o então Porto do Dornelles.

Em 1752, instala-se, nessa península, a futura Porto Alegre. Conforme Oliveira (1993, p. 40), em terras públicas e provisoriamente, na expectativa do fim do conflito, “60 paulistas, com o objetivo de construir canoas para transporte via Jacuí até as Missões; um padre, frei Faustino, para servir de capelão e em torno de 60 famílias de colonos açorianos somaram-se às pessoas ali existentes”. Existe, porém, controvérsias quanto ao local onde ficaram arranchados os açorianos, podendo estar em terras públicas, junto ao Porto de Viamão, na foz do Riacho Dilúvio. Spalding (1967, p. 33-34) ressalta que, no primeiro momento, “os colonos se estabeleceram em área previamente preparada no morro Santana, mas desgostosos do local, mudaram-se para o entorno da península, seguindo pelo riacho”.

Durante esse período, realiza-se a desapropriação da sesmaria, vendida em 1762 por Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos a Inácio Francisco de Melo. Nesse mesmo momento, o capitão Alexandre José Montanha fica responsável por demarcar, na área da sesmaria desapropriada, “60 meias datas para os açorianos e marinheiros ali existentes e, também, definir o local da nova praça para logradouro da vila, organizando a área urbana”. Iniciada a edificação da matriz, no topo da colina, e localizada a praça onde havia antes o cemitério (MACEDO, 1993, p. 52).

De 1765 a 1770, de acordo com Oliveira (1993, p. 43), já havia a ideia de constituir uma “vila no Porto dos Casais onde se havia iniciado o corte das madeiras para a construção das casas” e, “apesar da morosidade do governo, o povo organizara-se sozinho”, com a “plantação de trigo”. Para o autor, “documentos apresentam a existência de um estaleiro na região que hoje corresponderia ao local da Praça Rui Barbosa”.

### 3.2 A formação do espaço

Nesse espaço em franco desenvolvimento, em 1772, é criada a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, ficando responsável, a partir daí, pelos registros de nascimentos, casamentos e óbitos, independente de Viamão. Tal fato aponta para o crescimento populacional do povoado e suas necessidades decorrentes. Em janeiro de 1773, a freguesia é denominada Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Em razão dos ataques espanhóis, José Marcelino de Figueiredo<sup>21</sup>, então governador da Capitania, transfere a sede do governo de Viamão para a nova freguesia. A cidade estaria definida, nesse momento, pelos alinhamentos das atuais Ruas Demétrio Ribeiro, ao sul, e Marechal Floriano, ao leste. Tal fato justifica-se por sua situação portuária e localização estratégica junto ao Guaíba, possibilitando melhores condições de defesa e acesso mais rápido a localidades como Rio Pardo e São José do Norte, fronteiras na disputa posterior ao fracasso do Tratado de Madri. Sua localização também permitia que fossem barrados avanços pelo Guaíba até Rio Pardo, pois, na ponta da península, fica o canal mais estreito de navegação para o Rio Jacuí, “justificando ali a presença dos arsenais” (MACEDO, 1993, p. 52).

Em 1774, começa a construção do Arsenal e do Palácio do Governo, além de outras edificações públicas. No ano de 1778, foi estabelecida uma linha de fortificação, delimitando a zona urbana da freguesia e orientando o crescimento da mesma. Havia, então, portões; sendo o mais importante aquele localizado no final da Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo), espaço conhecido como Praça do Portão. “À frente deste portão, em 1807, é definida uma área pública que fica conhecida como Várzea (que deu origem ao atual Parque Farroupilha)” (MACEDO, 1968, p. 60-62).

O abastecimento de água era feito diretamente do lago, mas, com a concentração da população nos locais mais distantes, em 1779 foram construídas duas fontes. As casas eram

---

<sup>21</sup> Nome de batismo Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, nascido em Bragança, 1735. Mudou seu nome quando veio para a colônia (Brasil).

simples, rústicas, construídas de taipa ou somente madeira, cobertas de capim ou folhas de jerivá. Em torno de 1780, surgem diversas olarias na área do atual bairro Cidade Baixa. Até então, telhas e tijolos vinham de Laguna, geralmente para edifícios públicos, ou eram comprados do povoado da Aldeia dos Anjos. Desse modo, em 1784, têm início as obras do novo Palácio do Governo, ao lado da praça e igreja Matriz e, em 1790, conclui-se a Casa da Junta ao lado desse (ainda existente); em 1794, decide-se a construção da Cadeia e a Casa da Comédia, posteriormente Casa da Ópera (na atual Rua Uruguai). Em 1803, é iniciada a edificação da Santa Casa de Misericórdia, inaugurada em 1826, juntamente com a Capela, com as funções de hospital e de proteção de crianças abandonadas (MACEDO, 1968, p. 62).

Conforme Oliveira (2005, p. 55), “a implantação do novo povoado seguiu a concepção tradicional portuguesa de cidade alta e cidade baixa”. Na parte baixa, entre o lago e o morro de granito, “existia o Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega), onde se localizavam as atividades ligadas ao comércio e ao porto”. Na parte alta, situavam-se o Palácio e a Igreja Matriz, “ao redor da praça principal, concentrando, assim, as atividades administrativas e religiosas, junto com as residências mais abastadas”. No lado norte da elevada, concentraram-se as melhores construções, enquanto que na parte sul, as simples e pobres. “O traçado das ruas seguia uma orientação ortogonal, definindo ruas com acentuado declive que cortavam a elevação. Durante muito tempo, o crescimento urbano se refletiu no acréscimo de ruas transversais, enquanto apenas três ruas longitudinais permaneciam” (OLIVEIRA, 2005, p. 55).

Os becos tinham um percurso acidentado, estreito e sujo, através das ladeiras que subiam a colina no centro da península. Não tinham a mesma infraestrutura das ruas principais, caracterizavam-se pelas edificações simples de taipa e palha, onde residia a população pobre. De forma geral, na cidade, as ruas tinham caimento para o centro, formando uma canaleta, que servia de sarjeta para as águas pluviais, que levavam o lixo ali jogado. Assim, a implantação das ruas seguiam uma preocupação conforme o escoamento das águas (MONTEIRO, 1995, p. 25).

Porto Alegre tinha importância fluvial e também ligava-se com as demais vilas através de diversos caminhos como: Estrada de Baixo, Caminho do Meio, Estrada da Azenha, entre outros. Esses, posteriormente, transformaram-se nas principais vias do município. Os colonos açorianos empenharam-se, principalmente, no plantio do trigo, chegando a produzir grandes quantidades na região do Vale do Jacuí, por onde foram se espalhando. O comércio, em meados de 1814, se fazia constante no cais do porto, visto pela presença de muitos navios. O

movimento da alfândega era grande e no seu entorno foram se estabelecendo as casas de comércio, atacados e de cambio (MACEDO, 1993, p. 73-74).

A partir de 1824, explica Monteiro (1995, p. 29) “inicia-se a imigração alemã para as terras onde funcionara a Real Feitoria do Linho-Cânhamo, posteriormente São Leopoldo. Os colonos alemães tinham que esperar o transporte de barco, difícil e demorado, de Porto Alegre, onde chegavam, para seu lugar de destino”. Após o declínio do trigo, Porto Alegre será o porto escoador dos produtos coloniais por eles produzidos. Os alemães também se instalam na cidade ou na proximidade, como artesãos, comerciantes, entre outros serviços, principalmente ao norte na região, no Caminho Novo (atual Avenida Voluntários da Pátria).

Existiam diversos “largos que consistiam em espaços de reunião e de atualização das sociabilidades públicas e que, posteriormente, deram origem às praças da cidade. Como os largos da Quitanda, dos Ferreiros, do Pelourinho, do Paraíso e do Arsenal” (MACEDO, 1993, p. 53). Os espaços abertos vão ganhando vida e, a partir da Independência do Brasil, vão ganhar normas e códigos de postura; a vida social cada vez mais será normatizada.

### **3.3 Da Independência à proclamação da República**

Com a Independência do Brasil, a então vila é elevada à categoria de cidade e, em 1829, ganha seu primeiro Código de Posturas. Nele, são estabelecidos os limites urbanos, delimitados aproximadamente pelo alinhamento que formam as atuais Ruas Barros Cassal, Independência, Sarmiento Leite, Lima e Silva e República, até o Riacho Ipiranga (MACEDO, 1993, p. 84-85).

Em setembro de 1835, Porto Alegre é tomada por rebelados, iniciando a Revolução Farroupilha. Entretanto, “o domínio da cidade foi curto, pois, em junho de 1836, há uma reação dos legalistas, que a retomam”. A partir desse momento, “a capital da Província é sitiada pelos revoltosos. Esse cerco não é ininterrupto e ocorre em três períodos, de 1836 a 1840” (MACEDO, 1993, p. 87).

O sítio imposto à cidade, “durante o conflito farroupilha, resultou em dificuldades para o seu abastecimento, mas não o impediu completamente”. Com o isolamento das áreas produtivas mais distantes, houve o fortalecimento da produção colonial alemã, comercializada via Rio dos Sinos. Os maiores problemas parecem ter se relacionado às condições de salubridade que obrigaram mudanças nas posturas policiais. Uma das atitudes tomadas foi instalar o matadouro na Praça do Estaleiro, no Caminho Novo (atual Rua Senhor dos Passos),

até então, no Potreiro da Várzea (imediações da Rua Avaí com Avenida João Pessoa). Também, determinava os lugares à beira do lago onde era permitido despejar o lixo. Além disso, durante o período do cerco farroupilha, estagnou-se a atividade construtiva e a expansão da estrutura urbana. Observa-se, que o litoral permanece não domesticado, apesar de ter sido adaptado a alguns usos localizados, como o Trapiche da Alfândega. Somente na década de 1840, quando da construção de uma doca para o primitivo mercado, houve um avanço sobre o Guaíba. Em 1844, são concluídas as obras de um mercado, localizado próximo à atual Praça XV de Novembro (MACEDO, 1993, p. 88; MONTEIRO, 1995, p. 30-31).

Com o fim do conflito farroupilha, em 1845, as fortificações são demolidas em razão do crescimento que começa a ocorrer extramuros, com a formação dos arraiais. Em 1848, a nova Ponte de Pedra entra em funcionamento, ligando a cidade à margem esquerda do Riacho Ipiranga. Os cemitérios não comportavam mais enterramentos e temendo-se pela saúde pública, em 1850, proibem-se os enterramentos dentro do núcleo urbano, sendo designados os altos da Azenha como nova necrópole. O novo mercado é construído entre 1864 e 1870, inicialmente, de um andar. A nova cadeia é utilizada já em 1855, na área do antigo Largo do Arsenal. Em 1858, é inaugurado o Teatro São Pedro e, em 1870, a nova Câmara, ao lado deste. Em 1866, é concluído o Arsenal de Guerra ao lado da Igreja das Dores; inaugura-se o primeiro banco, Banco da Província, em 1858. Em 1865, concluem-se as obras da Igreja Luterana, na Rua Senhor dos Passos; em 1885, é terminado o edifício Malakoff, com quatro pavimentos, o mais alto da época. Em 1867, inicia o funcionamento do telégrafo, sendo seu prédio inaugurado em 1871, junto à Praça da Matriz (SPALDING, 1967, p. 103; MONTEIRO, 1995, p. 31; OLIVEIRA, 2005, p. 60-62; FRANCO, 2006, p. 75-77).

No governo da Província, o então presidente Luís Alves de Lima e Silva (Barão de Caxias), tratou de munir a capital com calçamentos na parte final da Rua da Praia, a Rua da Graça (trecho atual da Andradas), atuais Duque de Caxias, General Câmara, João Manoel, Uruguai, Demétrio Ribeiro, entre outras. “Procedeu-se a numeração das casas e também foi determinada a realização dos despejos de imundices em trapiches, e não às margens do rio. Contudo, isto provavelmente continuou ocorrendo” (OLIVEIRA, 2005, p. 65).

Oliveira (2005, p. 65) comenta que “as casas coloniais eram construídas em lotes estreitos e profundos, ocupando o terreno sem recuos lateral e frontal”. Dessa forma, era definido o alinhamento da rua. As casas térreas tinham “cômodos encarreirados, havia uma peça na frente, utilizada como sala, comércio ou oficina; seguida pelas alcovas, com a varanda ao fundo, ligada por um corredor lateral”. Possuíam uma área íntima proibida a estranhos, ficando a cozinha afastada do edifício. “As diferenças entre casas ricas e pobres estavam no

tamanho e número de peças”. Os sobrados se caracterizavam pelo uso do pavimento térreo para lojas, depósitos, acomodações de escravos ou animais, ficando a área residencial limitada aos andares superiores.

A expansão econômica, no final da década de 1850 era estimulada, principalmente, pelo comércio com a região de colonização alemã. Houve o aumento na valorização do transporte fluvial e, no final da década, já havia dez vapores em circulação. “Isto foi de grande significado comercial para Porto Alegre, aumentando a importância do porto e da parte norte da cidade, dando início a uma expansão sobre o rio”. Nesse período, também é realizado o aterro para a atual Voluntários da Pátria. Forma-se uma linha entre as Praças da Alfândega e Harmonia, constituída por um cais ao longo da Rua Sete de Setembro (SPALDING, 1967, p. 142).

De 1850 as primeiras décadas do XX, “a cidade foi assolada por várias epidemias que resultaram em muitas vítimas, principalmente entre a população mais pobre, assim como, entre os escravos”. Tal fato se deve ao crescimento populacional, em descompasso com a infraestrutura, principalmente nas questões de saneamento (OLIVEIRA, 2005, p. 67).

Em 1864, foi executada a implementação do serviço de água, que era trazida das cabeceiras do arroio Dilúvio, em encanamentos, por meio de gravidade, até um reservatório junto à Praça da Matriz. Com isso, “proibiu-se a venda de água tirada do riacho e do Guaíba, existindo em 1869, além dos chafarizes, mais de mil ligações domiciliares, que apesar disso eram insuficientes” (MAUCH, 1992, p. 151-153). Segundo Spalding (1967, p. 143), “o reservatório, junto à praça, aproveitou-se de galerias subterrâneas feitas no final do século XVIII, que faziam a ligação de distintos prédios da cidade”.

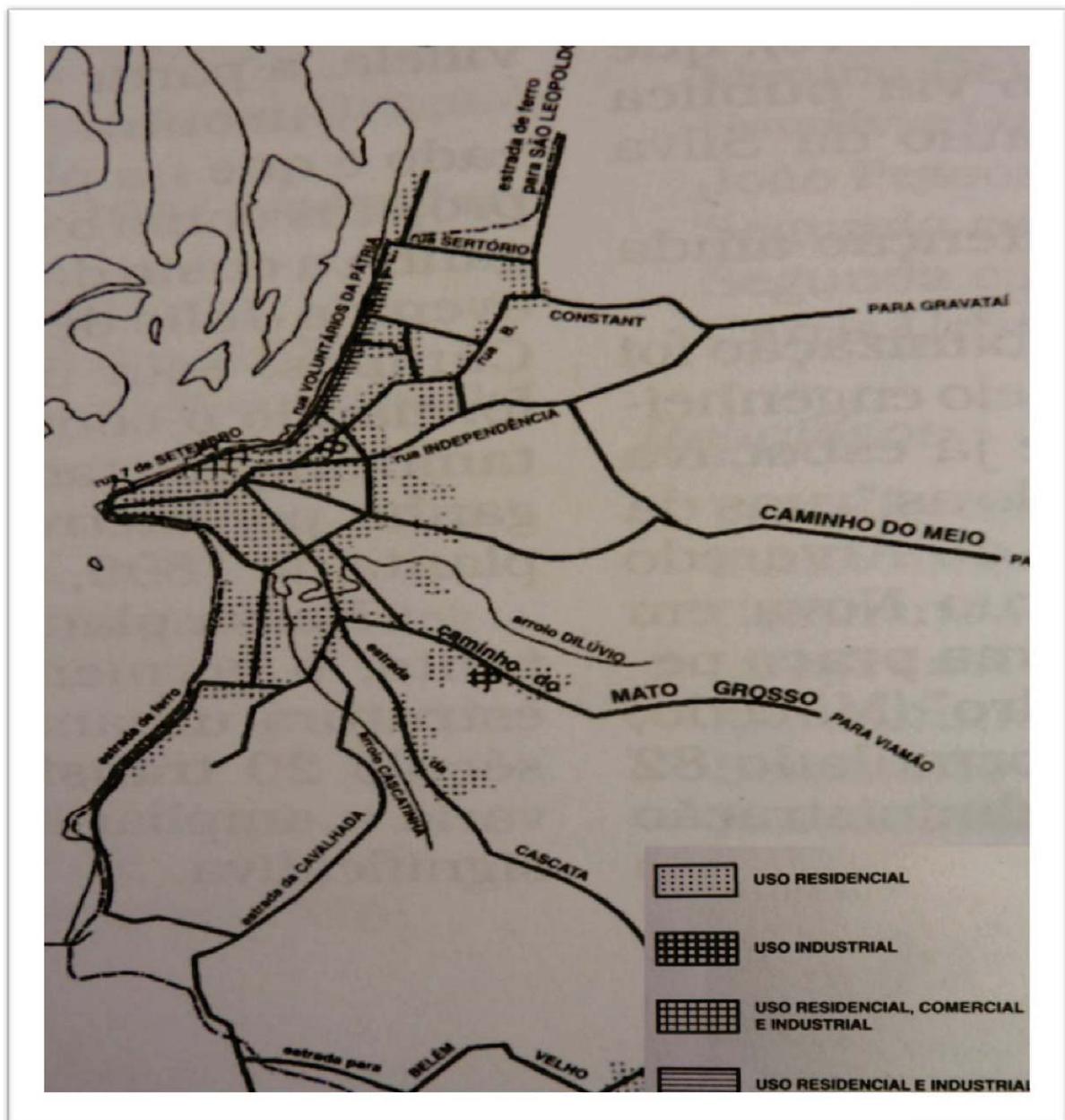
No ano de 1873, é inaugurada a Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense, com linhas de bondes de tração animal, uma vez que as distâncias aumentavam. Esse transporte tinha como objetivo principal ligar a cidade aos arraiais, dado o crescente desenvolvimento destes e o seu valor para o centro urbano. Contudo, ficava limitado às planícies, devido à dificuldade de transpor fortes inclinações (OVADIA, 1980, p. 43).

Igualmente, vê-se parte do percurso da estrada de ferro ligando o centro com o Arraial de Navegantes e a zona de colonização alemã (São Leopoldo, em 1874 e a Novo Hamburgo, em 1876). Após 12 anos, a estrada era ampliada até as cidades de Santa Maria e Uruguaiana (OLIVEIRA, 2005, p. 60).

A iluminação na cidade era feita com lampiões a óleo de peixe e, posteriormente, trocados por lampiões a querosene, contemporâneos da iluminação a gás. A usina de geração de gás hidrogênio-carbonado, conhecida como gasômetro, que funcionou a partir de 1874 na

Praia do Riacho, fornecia gás para iluminação pública através de lampiões e para residências particulares (GUIMARÃES, 2002, p. 25).

Para Pesavento (1996, p. 38), “as ruas antigas davam um sentido à cidade, de uma época em que todos se conheciam e em que os nomes eram um ponto de referência explícita”. Os arraiais são cada vez mais importantes, e os mapas da cidade já não podem mais ignorá-los; as vias de transporte a esses assumem a forma de um leque, partindo do centro em diversas direções (Mapa 2).



**Mapa 2:** Evolução da estrutura urbana: fins do século XIX em Porto Alegre. Fonte: SOUZA, 2007, p. 70.

Por volta de 1877, vários logradouros foram rebatizados com nomes relacionados à Guerra do Paraguai, como as atuais Ruas Pinto Bandeira e Coronel Vicente, nos terrenos da Chácara da Brigadeira, onde, desde 1845, já havia a Rua Conceição cortando esse sítio. Outro exemplo, a antiga várzea, que era denominada Campos do Bonfim em virtude do movimento abolicionista em 1884, e que passa a ser chamada de Campos da Redenção, reafirma uma perspectiva de mudança, a partir da qual novos atores estão se apropriando do espaço urbano (SPALDING, 1967, p. 140-142).

No ano de 1896, foi realizado um levantamento predial que apresentou 5.996 prédios dentro da área urbana, classificados como assobradados, sobrados, cortiços e casas térreas, predominando estas últimas. Havia, também, diversos estabelecimentos manufatureiros pequenos, inclusive com motores a gás, que produziam calçados, móveis, chapéus, roupas, entre outros (OLIVEIRA, 1993, p. 183).

Conforme Oliveira (2005, p. 70), “com o processo de desagregação da escravidão, aumentará o número de libertos, que irão morar no centro, em cortiços ou porões, e trabalhar de biscates, pois o imigrante alemão ou italiano eram mãos de obra valorizadas”. O autor contempla que, “na área central, espaços de vivências desiguais”, misturavam-se residências; e para Symanski (1998, p. 56), as “ricas mansões junto a cortiços abarrotados, elegantes casas de comércio e prédios públicos, vizinhos de prostíbulos e botequins. Os últimos momentos de coexistência de redutos do povo e espaços burgueses”.

Para Pesavento (1996, p. 29-31), “ao aproximar-se o final do século XIX, o crescimento econômico de Porto Alegre, a diversificação social e a incorporação de novos espaços ao meio urbano haviam mudado a fisionomia da cidade”. Era o momento de renovação dos equipamentos comunitários ligados à concentração da população, mudando a paisagem urbana. Iniciava-se um período de transição capitalista no Brasil, centrado na produção de café e caracterizado pela mudança da mão de obra escrava para a livre. Nesse processo, outra Porto Alegre surgirá, norteadas por valores burgueses e perpassada pela ideia do progresso, ligada às transformações econômicas, sociais e políticas.

### **3.4 O final do século XIX e início do XX**

As mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do XX adentram no cenário nacional com ideias progressistas oriundas da Europa, as quais proporcionaram uma reformulação do ideal de “civildade” e de “modernização” e

colaboraram na reformulação dos sistemas políticos, econômicos e, principalmente, culturais. Essa nova forma de ideal ganhou força no final do Império e a implantação da República, no qual os termos “reformatar” e “regenerar” tornaram-se palavras de ordem, já que era necessário deixar para trás tudo o que representasse o passado provinciano. Conforme Pesavento (1999, p. 29-31), “caberia ao Estado a responsabilidade de promover e implantar um projeto disciplinador que pretendia instaurar uma nova ordem capitalista: republicana e racional que daquele período até o fim da Primeira República, atravessou as principais cidades brasileiras”.

O Brasil entrará na Era Republicana a partir de 1889, através do Golpe Militar e, com ele, um novo paradigma se alinhava no horizonte; enquanto que a Monarquia representava o atraso com a escravidão, a colônia e o rural, a República buscava a representação da modernidade com a indústria, o cidadão e a urbanidade. Essa urbanidade só teria efeito concreto com as modificações estruturais que vão estar na Arquitetura, ao modificar-se as estruturas físicas, também se buscava criar modificações culturais. Sendo assim, as principais cidades do país, com suas especificidades regionais, buscaram na capital do país reproduzir em seus espaços a dita “modernidade”, ou a *Belle Époque* francesa, e com isso dialogar com o mundo “civilizado” (SOUZA; MULLER, 2007, p. 07).

A *Belle Époque* é a expressão francesa, “empregada para caracterizar um período de tranquilidade social e de supremacia burguesa nas grandes cidades europeias durante o final do século XIX e os primeiros anos do século XX”; período que assinala também uma fase de expansão internacional do capitalismo, devido ao incremento da produção industrial. Por outro lado, a expansão econômica, acompanhada de avanço tecnológico, modificou a vida de grande número de pessoas, principalmente nas camadas burguesas, que passaram a dar o tom no estilo de vida. “Paris gozava, então, da reputação de ser o centro universal do bem estar, do conforto e da riqueza”. Novas ferrovias, serviço militar e ensino obrigatório, maior incidência dos meios de informações (os jornais se tornaram leitura diária obrigatória) e renovação da moda contribuíam para a convicção de que a vida era boa e confortável. “Na realidade, sob a opulência e riqueza, o descontentamento social não era pequeno, como pareciam demonstrar as frequentes greves” (MATOS, 2010, p. 01-08).

Para Alves (2005, p. 115-116), “a nova modalidade de urbanismo” era distinta da “antiga arte de construir cidades pela sua pretensão científica”. Esse urbanismo se “apoiava na técnica para produzir um ‘efeito de verdade’ e se justificava através de formulações pretensamente racionais” e, ao longo do processo de desenvolvimento, foi sendo constituído por um “discurso totalizante, de apelo à ciência e à técnica, que tinha por objetivo legitimar as intervenções na cidade e que refletia o imaginário do racionalismo e do cientificismo da

modernidade, povoando a mente de diversas gerações de engenheiros e urbanistas”. Agora, através da elaboração de utopias factíveis, realizadas por meio de reformas urbanas de grande alcance, o urbanismo estava capacitado para transformar cidades inteiras como nunca fora visto anteriormente. O autor complementa que “os elementos de referência urbana deste período estão ligados à noção de movimento. A revolução industrial dinamizou a cidade tradicional, transformando sua estrutura”. A ordem do dia era mobilidade, circulação, tanto de pessoas quanto de mercadorias e de capital. “A mudança se materializou e se fez visível através das grandes reformas da época, como por exemplo, a de Paris, Barcelona e Viena, que rasgaram o tecido tradicional com largas avenidas, bulevares, linhas de trem e metrô”.

O processo de modernização de Porto Alegre durante a Primeira República não é um fato isolado, e sim uma prática corrente entre as cidades brasileiras, principalmente entre as capitais<sup>22</sup>. As autoridades locais (governos estaduais e municipais) tomaram para si a responsabilidade de ajustar seus Estados, bem como suas capitais, nos padrões que o progresso exemplificava mundo afora. O discurso era habitual e fez parte do plano de modernização da face urbana, que consistia na implantação e melhoria de alguns serviços de infraestrutura e saneamento.

Para Bakos (1996, p. 135), à intensa atividade econômica de Porto Alegre deve-se acrescentar o fato de ela ser, desde 1773, “a capital política do Continente de São Pedro”, ao abrigar o Governo Regional (Estado) e o Municipal, “a cidade torna-se a sede especial dos aparelhos de Estado necessários para o exercício do Poder”.

Com a Proclamação da República, o Marechal Visconde de Pelotas assume, em caráter interino, o governo do Rio Grande do Sul. A escolha do Marechal, ferrenho monarquista, e o significativo número de republicanos históricos que ele convidou para o seu secretariado, revelam uma tentativa de união entre os gaúchos. Contribuiu para tal instabilidade a polarização em torno de dois partidos bem organizados, onde se instala uma luta pelo poder. “A filiação a um deles servia como o marco referencial mais importante para posicionar um indivíduo<sup>23</sup> no Estado”. Nesse aspecto, também o Rio Grande do Sul “difere de outras regiões brasileiras, no qual os laços familiares eram, nesse sentido, fundamentais” (LOVE, 1977, p. 77-78).

---

<sup>22</sup> Dentre as cidades brasileiras que servem como referenciais deste modelo de modernização no início da República podemos citar os estudos: do Rio de Janeiro (ver Jeffrey Needell, 1993), de São Paulo (ver Nicolau Sevcenko, 1992), de Fortaleza (ver Sebastião Ponte, 1993), de Santos (ver Ana Lúcia Lanna, 1996), de Recife (ver Antônio Paulo Rezende, 1997), de Teresina (ver Alcides do Nascimento, 1999) e de Porto Alegre (ver Charles Monteiro, 1995). Alardearam por todo Estado brasileiro que, com a implantação destas ideias, finalmente, conforme Alves (2005, p. 77), poderiam “acertar o passo com a história”.

<sup>23</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (BAKOS, 1996, p. 38-39) “homem” pela palavra “indivíduo”.

Os adeptos da União Nacional têm Silveira Martins como seu grande líder, e o PRR tem, por sua vez, Júlio de Castilhos. A indicação desse último como Presidente do Estado, no ano de 1891, e dois anos depois, contribui para aumentar o descontentamento dos seus desafetos. “A Revolução Federalista de 1893 foi o resultado cruento deste longo processo de idiossincrasias entre as duas principais agremiações partidárias” (LOVE, 1977, p. 77-78).

Bakos (1996, p. 35-36) salienta que “a situação da violenta disputa pelo poder reverte-se em 1896, quando à paz se segue, no Rio Grande do Sul, a consolidação do PRR, simbolizada pela volta de Castilhos ao governo do Estado”. A agremiação tem um projeto de governo definido, tendo como base o ideário de Augusto Comte, porém “com versão própria: o castilhismo”. Entre as características mais importantes, destacam-se a presença dominadora do “Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista”.

A ideologia tipicamente burguesa, prossegue Bakos (1996, p. 36), continha em si os ingredientes necessários para seduzir “desde uma fração de pecuaristas, descontentes com a política econômica nacional, até os novos grupos emergentes (comerciantes, industriais e financistas), detentores de capital, setores médios urbanos e com o colonato”.

Os Intendentes Municipais eram elementos de proa na consecução do projeto. “A Constituição Estadual de 1891 fornece os meios necessários para o governo do Estado controlar os municípios, apesar de parecer assegurar a autonomia municipal”. Na realidade, “à guisa de reciprocidade entre Governo do Estado e Município, o que de fato ocorre é uma liberdade vigiada do Intendente pelo Governador”. A este, cabe anular todas as resoluções e atos do primeiro, uma vez infringidas leis federais e estaduais. A relação torna-se, “aparentemente, menos autoritária se o Intendente mantiver concordância com os objetivos e meios administrativos castilhistas. Daí, a escolha desses homens para desempenhar tais papéis, que deve ser feita mediante criteriosa seleção”. Os republicanos privilegiam aqueles que “melhor demonstrarem a sua lealdade ao Partido” (BAKOS, 1996, p. 38-39). De acordo com Rodriguez (1980, p. 12):

Para o castilhismo, o Município funciona, como a escola primária da democracia, onde nascem e vivem os elementos geradores dos movimentos sociais e políticos, matriz de indivíduos<sup>24</sup> e líderes que deverão futuramente agir na observância de tais valores. Um destes pontos fundamentais da política castilhista é o continuísmo, estratégia vista como única forma de um administrador conhecer os mais relevantes problemas a resolver durante seu desempenho na chefia do Estado ou dos Municípios. Uma vez que Augusto Comte ensina que o governo era uma questão de competência, pois o poder vem do saber.

---

<sup>24</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (RODRIGUEZ, 1980, p. 12) “homens” pela palavra “indivíduos”.

A vitória de Borges de Medeiros, Presidente do Estado, em sua quinta reeleição, deu início à Revolução de 1923 e a novos episódios de degola, finalizada com o Pacto de Pedras Altas, nesse mesmo ano. A Constituição de 1891, fonte legítima do PRR, foi revisada, permitindo-se o acesso ao poder de outras facções dominantes. Uma vez que, no decorrer da campanha contra a quinta reeleição de Borges, “a crítica se deve no continuísmo que o PRR propiciava aos seus mandatários e na sua repercussão na economia dos municípios e do Estado, e a permanência foi o primeiro dos artigos a ser modificado na Constituição Estadual e nas leis orgânicas municipais”. Com a nova legislação, o Intendente não poderia mais ser reeleito. Assim, José Montaury foi impedido de concorrer ao governo de Porto Alegre, e para sucedê-lo, Borges de Medeiros indicou Otávio Rocha e, sendo seu vice, Alberto Bins. A escolha do primeiro foi, além de política, uma atitude cortês de Borges pela pessoa Rocha, visto que esse agiu em solidariedade no momento em que seu prestígio estava sendo posto em xeque pelo próprio partido, em 1922 (BAKOS, 1996).

A sociedade política de Porto Alegre estava representada pelo Governo Municipal do Intendente (Prefeito, depois de 1930) e seus assessores diretos, o Vice e os Subintendentes, um para cada distrito da cidade. Ao Intendente cabe tomar decisões e legislar por decreto; aos seus subalternos diretos, cabem principalmente deveres policiaescos, que devem assegurar a paz social. Há, ainda, o Conselho Municipal, que substitui as câmaras do Período Imperial, em 1930, sendo que esse órgão passa a chamar-se Conselho Consultivo e, em 1936, Câmara Municipal. Entre 1897 e 1937, sua atribuição está somente na discussão de questões orçamentarias (BAKOS, 1996, p. 40-41).

As eleições para os Intendentes Municipais ocorriam de quatro em quatro anos. Nessas ocasiões, o papel do dirigente político local fazia-se essencialmente importante para representar o partido. Pode-se analisar o processo continuísta da administração pública “pela tabela abaixo (Tabela 1) que entre os anos de 1896 e 1928 sempre houve eleições municipais. Em 1930 o Prefeito será nomeado pelo Interventor do Estado”<sup>25</sup>.

<b>Candidatos das eleições Municipais de Porto Alegre (1897-1937)</b>				
<b>Ano do Pleito</b>	<b>Candidato do PRR</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Oposição</b>	<b>Número de votos</b>
<b>1896</b>	J. A. Montaury	2.418	-	-
<b>1900</b>	-	3.791	-	-

<sup>25</sup> Exemplo de outras capitais brasileiras no número de chefes municipais (Intendentes/Prefeitos) de 1897-1937: São Paulo – n. 15; Recife – n. 18; Belo Horizonte – n. 21; Rio de Janeiro – n. 27 (BAKOS, 1996, p. 46).

1904	-	4.569	-	-
1908	-	5.197	Antão de Faria	393
1912	-	6.051	-	-
1916	-	6.133	Antônio de M. Fernandes	622
1920	-	6.817	-	-
1924	Otávio Rocha	8.012	Cel. Frederico G. da Silva	1.413
1928	Alberto Bins	7.456	-	-
1930	Alberto Bins (permanece nomeado pelo interventor do Estado até 1937)			

**Tabela1:** Candidatos das eleições municipais de Porto Alegre no período entre 1897 e 1937. Fonte: BAKOS, 1996, p. 42.

O mandato de chefe executivo da capital gaúcha adquiriu características peculiares a partir de 1896, como a indicação do candidato à Intendência entre os correligionários (as figuras mais representativas do PRR) que melhor demonstrem sua identificação com o castilhismo, “o que deixa implícita a obediência cega ao líder do Partido e ao Presidente do Estado” (BAKOS, 1996, p. 42). Nesse caso peculiar, o município de Porto Alegre teve – entre os anos de 1896 e 1937 – somente três Intendentes (após 1930 será Prefeito) Municipais, quais sejam:

O **primeiro** intente foi José de Aguiar Montauray a ser indicado por Júlio de Castilhos, em 1896. Eleito no mesmo ano, Montauray assume efetivamente em 1897 o governo da cidade, permanecendo 27 anos nesta função. Montauray nasceu no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilitou-lhe ser bem aceito no Rio Grande do Sul, atuando, conforme preceitos do PRR, como funcionário federal da Comissão de Terras e Estabelecimentos de Imigrantes no Estado. O trabalho dá-lhe oportunidade de visitar e fazer-se conhecido em muitos municípios gaúchos. Governou de 1897-1923 e saiu devido à crise da Revolução de 1923.

O **segundo** foi Otávio Rocha, escolha de Borges de Medeiros, e para Vice Intendente Alberto Bins. Otávio Rocha, gaúcho de Pelotas, engenheiro, 47 anos, metade dos quais dedicados à política partidária, foi colaborador do *Diário Popular* em Pelotas, diretor de A Federação de Porto Alegre, Secretário da Fazenda do Estado, Deputado Federal, membro da Comissão de Finanças e líder das bancadas republicanas gaúcha, baiana, do Rio de Janeiro e Pernambuco. Além de todas essas credenciais, Otávio Rocha era ainda o discípulo predileto de Borges de Medeiros. Governou de 1924-28, não terminando seu mandato devido a problemas de saúde, falecendo em fevereiro de 1928, sendo seu mandato terminado pelo seu vice Alberto Bins.

O **terceiro**, Alberto Bins, sua escolha para o pleito fora ser Vice e depois Intendente no lugar de Otávio Rocha, bem como sua dedicação ao PRR e sua militância político partidária como vereador, conselheiro e deputado estadual. Porto-alegrense, nascido em 1869, estudou na Inglaterra e Alemanha, de onde trouxe ideias novas, especialmente no ramo da indústria metalúrgica. Governou de 1928 até 30, quando foi indicado pelo interventor no rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Ficando no na prefeitura até 1937, ano do golpe de Getúlio Vargas. (BAKOS, 1996, p. 41-43)

Quanto ao Conselho Municipal de Porto Alegre, Bakos (1996, p. 45-47; 49) esclarece que:

o seu principal objetivo era assessorar o Intendente nas questões orçamentárias. Compõem-se de nove conselheiros eleitos, de quatro em quatro anos, que não podem ser reeleitos para o quadriênio seguinte. Reuniam-se, durante dois meses por ano, em sessões públicas para votar as despesas e receitas municipais do próximo ano e examinar as contas do anterior. Entre 1896 e 1928, todos os membros do Conselho pertenciam ao PRR, exceto dois. O primeiro foi eleito para exercer o seu mandato em 1916 a 1928 e o segundo, foi eleito no pleito de 1928. Com a revolução de 1930, extingue-se o Conselho Municipal. E em 1935, em face de reconstitucionalização do país, ocorrida em 1934, realizam-se novamente eleições para os representantes da então denominada Câmara Municipal de Porto Alegre. Nessa ocasião, além dos republicanos liberais, apresentam-se candidatos da Frente Única e dos Integralistas. As atividades profissionais dos integrantes do órgão consultivo, ao longo de seus quarenta anos de vigência, revela a participação predominante de comerciantes, industriais e profissionais liberais.

Ao adentrar nessa fase do fenômeno urbano, com seus padrões arquitetônicos e de sociabilidade, a promoção de uma nova cultura urbana, “particularizou-se pela complexidade da organização dos grupos sociais nesse espaço, advinda de mudanças estruturais de ordem econômica, política e social”. Essas sinergias estavam relacionadas com “a abolição da escravidão, com a nova ordem republicana, com o aumento das camadas médias urbanas e com a imigração de trabalhadores”. O centro da cidade deveria ser o espaço seletivo para as transformações conforme os ideais burgueses, cabendo-lhe o lugar para a conduta civilizada (PESAVENTO, 2002, p. 99-100).

A fisionomia da cidade começa a se transformar e Porto Alegre entra na fase de industrialização, descrita por Franco (1983, p. 105-106) como “um incremento comercial e industrial, possuindo 3 estabelecimentos bancários, 37 armazéns de atacado e 33 de varejo, 10 casas de fazendas por atacado e 56 de varejo e 10 lojas de livros e miudezas”. Também se oferecia uma variada linha de “produtos fabris: sabão e velas, sabonetes, vassouras, espartilhos, licores, couros, camisas, charutos, cigarros, chapéus, cadeiras, águas gasosas e cervejas [...] 63 olarias”.

Pesavento (2002, p. 99-100) reforça que, nesse período, tem-se a criação das empresas:

Metalúrgica Berta, Cia. De Fiação e Tecidos Porto Alegre (1891), Cia. Progresso Indústria (de calçados, 1892), Cia. Fabril Porto-Alegrense (tecidos), Fábrica de Pregos Ponta de Paris (1893), Cia Fábrica de Vidros Sul-brasileira (1894), Fábrica de Roupas Brancas e Gravatas (1895), Companhia Manufatora (1896), entre outras. Em 1890, havia 74 casas de importação sendo que 41 pertenciam a alemães. Atraídos pelas novas possibilidades de trabalho que a cidade começava a oferecer,

houve um intenso crescimento populacional. É nesse contexto que se instalam ao longo da atual Rua Voluntários da Pátria, diversas indústrias.

O PRR tem uma visão modernizadora e progressista, incentivando o desenvolvimento industrial. O desenvolvimento econômico e a representatividade política inerente a uma capital de Estado, com projeto administrativo em moldes castilhistas, significam que o Estado deve proporcionar meios de acesso à cultura. A instrução pública passa a ser elemento crucial para fundamentar os ideais hegemônicos do Partido e, a exemplo disso, o Rio Grande do Sul consagra à educação uma quota maior do que São Paulo e Minas Gerais (PESAVENTO, 2002, p. 102-103).

No final do século XIX e início do XX, a então Rua Independência se afirma como o novo espaço residencial da elite porto-alegrense, deslocando-se da área da Rua Duque de Caxias, mas se mantendo em local alto. “Tal mudança ocorreu devido aos problemas sociais que iam aumentando junto com a proliferação dos cortiços, na área central”. A nova localização “dispôs das melhores condições de infraestrutura da cidade: água canalizada, rede de esgotos, telefone e iluminação pública” (PESAVENTO, 1994, p. 32-33).

A Intendência da Capital, a partir de 1895, estimula novas construções, na medida em que começa a taxar os terrenos baldios existentes no centro, cortiços e porões. Em consequência, há o aumento dos aluguéis que, aos poucos, vai expulsando a população pobre. Volta-se a atenção para os becos, destruindo-os com construções e alargamentos de novas ruas. As casas mais pobres estavam principalmente no lado sul. “Os moradores dessa região, por não terem condições de pagar os serviços de asseio público, jogavam o lixo nos quintais, prática proibida, sendo, pois, a fiscalização de higiene mais assídua nesse lado da península”. Outra forma de higienizar a área urbana foi fixar regras para as novas construções, através do Código de Posturas. As edificações que não se adequavam às novas regras estavam sujeitas à demolição, “o que ocorria geralmente nos locais mais pobres onde havia cortiços, prostíbulos e bodegas”. Cabe ressaltar que, nas primeiras décadas do século, as construções de madeira, geralmente relacionadas aos grupos populares, eram em número significativo. Contudo, “em 1913, são proibidas as construções de madeira em zonas servidas pela rede de esgoto” (PESAVENTO, 1994, p. 44-45).

Nesse momento, alia-se a um discurso higienista, uma política moralizadora, que tinha como foco de ação os pobres, considerando seus espaços de vivência como pontos de criminalidade, prostituição e promiscuidade. No centro, as transformações urbanas foram

sendo realizadas conforme “o projeto burguês, consolidando uma segregação espacial entre ricos e pobres” (BAKOS, 1996, p. 52-55).

A presença de imigrantes na cidade, nesse período, pode ser exemplificada a partir dos dados de 1895 sobre o comércio, identifica-se: 78 de origem italiana; 48 alemã; 22 somando franceses, árabes, judeus, poloneses, espanhóis e gregos; 13 estrangeiros não identificados, sendo os restantes compostos por brasileiros ou lusos. Além disso, com o aumento da imigração, nem todos foram absorvidos na indústria, dedicando-se ao pequeno comércio e ao setor de serviços. Cabe observar que a população pobre na cidade não era formada somente por ex-escravos, mas também por imigrantes, destacando-se os italianos, os quais compunham a população que ocupava cortiços no centro. No ano de 1920, apresentam-se, em ruas como a Demétrio Ribeiro, vários proprietários de origem italiana. Ao mesmo tempo, também na Rua Independência, lugar da elite, encontravam-se imigrantes ou descendentes. Do mesmo modo, nas indústrias, principalmente localizadas na Rua Voluntários da Pátria, predominavam os proprietários de origem alemã (PESAVENTO, 1994, p. 46-48).

A energia elétrica, um dos símbolos da modernidade, apareceu em Porto Alegre em 1891, com a primeira usina Fiat Lux, instalada na Rua João Manoel. Em 1909, é criada a Usina Elétrica Municipal, na Rua Voluntários da Pátria, próximo à Rua Conceição. No entanto, essas pequenas usinas foram substituídas, em 1928, pela Cia. Brasileira de Força Elétrica, com o prédio construído no pontal ao lado da Cadeia, e funcionou até 1974. Em 1908, começaram a funcionar os bondes elétricos. No centro da cidade, concentrava-se o ramal principal, que ligava este aos bairros e, muitas vezes, para se deslocar de um bairro a outro, era necessário ir até o centro, “ocasionando uma concentração viária na *city*” (MACEDO, 1973, p. 55).

Doberstein (1988, p. 114) denomina como “*Quadriênio Glorioso*, durante o período entre 1910 e 1914, devido aos mais de 500 prédios edificadas, somente nesses quatro anos”. Foram construídas residências, casas comerciais, edifícios públicos, monumentos, entre outros, que transformaram fortemente a fisionomia da cidade.

Muitas das edificações desse período já são cobertas com telhas francesas produzidas na cidade. Nesse processo de transformação, dá-se o aperfeiçoamento da mão de obra. Assim, são criados: o Instituto Parobé, para a formação de operários, o Ginásio Júlio de Castilhos, a Escola de Engenharia (1897), a Faculdade de Medicina (1898, ocupando o prédio junto à Sarmiento Leite, em 1924), a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia (1898) e a Faculdade de Direito (1900). Essas instituições vão se localizar na antiga várzea, na parte próxima da cidade. Nesse local, em 1901, realiza-se uma grande exposição estadual, trecho

oeste da Rua Sarmiento Leite, ocupado hoje pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2005, p. 74).

Na gestão do Intendente José Montauray (1897-1923), houve uma grande alteração nas edificações da cidade e pequenas melhorias de infraestrutura. Contudo, “não ocorreu uma reformulação do espaço urbano, as modificações estavam mais voltadas para o arquitetônico do que para o urbanístico, a cidade ainda mantinha traços do período colonial” (MONTEIRO, 1995, p. 92-100).

O esgoto pluvial, até 1912 “saía de canaletas que vinham de dentro das casas para a rua, ‘perfumando’ os ares da cidade”; também eram utilizados “cubos para as ‘matérias fecais’ que eram despejadas no Guaíba”. O deslocamento do local de despejos de “imundícies” para a Ponta do Dionísio foi feito através de uma linha férrea. Quanto ao lixo, havia posturas desde 1876, que orientavam a sua colocação à frente das casas para recolhimento por carroças, sendo despejado em diversos lugares e até incinerado. Em 1925, trocaram-se as carroças por caminhões para essa finalidade (MACEDO, 1973, p. 57).

Durante essa gestão, em 1914, é publicado o primeiro esboço de uma planificação da vida urbana para Porto Alegre, na esteira de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. O *Plano Geral dos Melhoramentos* (Mapa 3) é uma planta singular por seu caráter de projeto para a cidade (OLIVEIRA, 2005, p. 77).



**Mapa 3:** Planta do *Plano Geral dos Melhoramentos*, do engenheiro José Moreira Maciel, 1914. Fonte: PMPA.

O autor do *Plano Geral*, o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, responsável pela Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital, tinha como objetivo realizar reformas no conjunto urbano. Segundo Macedo (1973, p. 65), “Maciel seguia o Positivismo, a mesma linha filosófica do governo. Com o pensamento de ‘melhorar conservando’, foi o primeiro a perceber a cidade e procurar solucionar seus problemas em uma perspectiva global. Tal plano demonstra uma preocupação em “racionalizar a vida e o espaço na *urb*”. O *Plano Geral de Melhoramentos* buscou conferir uma nova imagem à capital, coordenando diversos projetos para a reformulação da zona central, como a abertura de ruas e avenidas, e a criação de praças ajardinadas. Apesar de ser bastante realista, a maior parte de suas ideias só saiu do papel nas administrações seguintes.

O plano incorporou o projeto do porto, com um cais retilíneo na margem norte e uma série de avenidas generosamente dimensionadas na área que seria acrescida. Mas ele também trazia a proposta de prolongá-lo, contornando a ponta da Cadeia até a Praia de Belas, na forma de um cais de saneamento para aquela área. Na área aterrada, foram projetadas as Avenidas Mauá, Júlio de Castilhos, Flores (atual Sete de Setembro) e a Praça da Alfândega. Assim, “a margem norte se apresenta como um ponto especial dentro do programa de projetos para a renovação da cidade”. O porto deixa de ser um conjunto de aterros, trapiches e docas particulares e passa a ser concebido como “um grande equipamento unitário, racionalmente projetado por técnicos especializados e engenheiros competentes. Esse equipamento é visto como mais um dos vários elementos necessários ao bom funcionamento da cidade. Circular, sanear e embelezar eram as palavras de ordem” (ALVES, 2005, p. 110).

O *Plano Geral de Melhoramentos*, de acordo com Spalding (1967, p. 235), Monteiro (1995, p. 36-37) e Oliveira (2005, p. 78), tinha “sua ênfase na estrutura viária, abrindo e alargando ruas, extinguindo becos, havendo uma preocupação em ligar o centro com a periferia, e a região norte com a região sul. Incorpora, em seu plano, o projeto do cais desenvolvido pelo governo federal, ampliando-o por boa parte da orla do Guaíba, em uma grande e larga avenida”. Apresenta, além disso, “a canalização do Riacho, obra que será mais tarde realizada, porém, não da forma indicada. Em uma perspectiva de ‘embelezamento’ da cidade, projetava jardins, o que não foi implementado devido à insuficiente receita municipal”. Sendo assim, o *Plano* “norteou muitas das transformações na fisionomia da cidade durante as administrações seguintes, sendo reeditado em 1927”.

Em 1911, Oliveira (2005, p. 78) e Alves (2005, p. 46), esclarecem “foi celebrado o contrato com R. Ahrons para a construção de um dos trechos do cais. O primeiro trecho ficou

pronto em 1913”, junto ao Portão Principal, “faltando completar o aterramento, onde foram construídos os quatro prédios vizinhos à Avenida Sepúlveda: Delegacia Fiscal, Correios, Alfândega e Secretaria da Fazenda”. Também são construídas, nesse espaço, a Usina Termoelétrica e a Praça Parobé. Em 1921, “havia terminado o cais e o respectivo aterro, entre esta área e a Rua Marechal Floriano, além de parte do mesmo em direção à Praça da Harmonia”.

O Porto Mauá foi o marco inicial para o período das reformas urbanas em Porto Alegre, “modernizando a cidade de acordo com os princípios de saneamento, circulação e embelezamento do urbanismo higienista da época. Ele constituiu um elemento estratégico da política de obras do Governo Republicano para a transformação da capital do Estado”. Essas obras modificaram tanto o espaço físico da cidade como em seu imaginário, transformaram as práticas sociais consagradas e introduziram uma nova forma de viver e sentir a cidade (MATOS, 2011, p. 133-150).

Na Intendência de Otávio Rocha (1924-1928) – o Remodelador<sup>26</sup> –, consciente da importância do dever, procurou cercar-se de técnicos especializados, assim como demais funcionários sujeitos a intendência, aumentando, em muito, a burocracia do governo municipal. Uma das medidas prioritárias do novo Intendente foi organizar o sistema de cadastro de edificações e terrenos baldios para, a partir daí, fazer as reformas tributárias. Elas seriam necessárias para facilitar e agilizar a coleta dos tributos, bem como para estimular a indústria da Construção Civil. “Esse objetivo torna-se óbvio após a aprovação do Ato 328, que autorizava a devolução de 50% do imposto relativo a terrenos não edificados para proprietários que se comprometessem a construir no prazo de dois anos”. E, em 1926, foi aprovado “o Novo Regulamento Geral de Construções, que alterou o de 1913, ao determinar que toda nova edificação deveria passar por um exame arquitetônico, a cargo de funcionários municipais. A título de estímulo, ele criou o prêmio de 10.000\$000 para o prédio de melhor fachada” (BAKOS, 1996, p. 110).

Durante a gestão de Rocha, a cidade já contava com mais de mil automóveis circulando. O centro começava a ser mais frequentado pelos moradores dos bairros distantes, em razão do transporte coletivo, desenvolvendo comércio nessa região. Nesse mesmo ano, à ampliação “dos tributos municipais nos imóveis na área urbana, aumenta o imposto dos terrenos baldios e taxa em 50% – sobre o valor de locação – os cortiços, estalagens ou

---

<sup>26</sup> Denominação empregada pelos jornalistas devido à comparação entre Otávio Rocha e o Intendente Pereira Passos do Rio de Janeiro (1900-1904), quando fez profundas transformações urbanas na capital federal, redefinindo a articulação do espaço citadino.

porões”. No ano seguinte, elevam-se os “impostos dos prédios com características antigas, como beiral de telhado ou esgoto por cima do passeio público; ao mesmo tempo, se reduzem os impostos dos edifícios com mais de quatro andares, havendo uma clara intenção de obrigar os proprietários a modificar seus ‘arcaicos prédios’”. Também houve aumento de impostos sobre “quadras de jogo de bola e bailes públicos, de maior atração popular, além de vários outros” “Todo esse esforço tinha como objetivo reorganizar o espaço urbano, expulsando os pobres do centro, aliado a uma intenção moralizadora de impor novos padrões de vida conforme os valores burgueses” (MONTEIRO, 1995, p. 99-100).

Conforme Monteiro (2005, p. 100-104), “a pavimentação das ruas era feita com macadame, que consistia em uma camada de saibro e pedra britada com aproximadamente 30 cm, aglomerada e comprimida até formar uma massa compacta que formava o leito da rua”. Contudo, apresentava deficiências, como poeira e lama, além da rápida deterioração sob tráfego intenso. Tal técnica será substituída pela colocação de paralelepípedos.

A Avenida Júlio de Castilhos inaugurada no início de 1928, prestigiada como o espetáculo e monumento da modernidade, e, a Avenida Borges de Medeiros foi outro plano de grande envergadura dessa administração. “As obras já haviam sido começadas pela Otávio Rocha (1924-1928), mas o projeto era acanhado. Foi concebida pelo novo governo – Alberto Bins (1928-1937) – para ligar os arrabaldes ao centro e higienizar o antigo Beco do Poço, extensão da Rua General Paranhos”. Foi construído, também, “um viaduto em concreto armado sob a Rua Duque de Caxias. Sendo que, em 1927, já haviam sido demolidos 81 prédios. O trecho entre a Praça Montevideu e a parte entre a Rua Coronel Genuíno foi finalizado em 1935” (MONTEIRO, 1995, p. 105-106).

Monteiro (1995, p. 107- 108), complementa que “a rua 24 de Maio (antigo Beco do Rosário), alargada na sua parte norte, hoje Avenida Otávio Rocha, e realizado o prolongamento da Avenida São Rafael, ligando-a com a rua anterior, formando a atual Alberto Bins e Praça Otávio Rocha. Tudo concluído em 1929”. E o autor, segue, o centro concentrou essas transformações, consolidou-se como o núcleo irradiador dos novos modelos de sociabilidade no espaço público. E traz o relato do viajante Hermann Ullmann, que visitou a cidade entre os anos 1928-1929:

Quando se anda por ruas com o calçamento estragado, com construções de seis ou sete andares ao lado de casebres em ruínas, com grandes casas de comércio e incontáveis postos coletores de loterias, engraxaterias, comércio de bugigangas, se poderia pensar, inicialmente, tratar-se de uma das capitais do sudoeste europeu, em acelerado crescimento. Não há quase nenhuma rua onde não se esteja construindo. Não se é modesto: a abertura de novas ruas, que fazem desaparecer fileiras inteiras

de casas, deve tornar possível o aproveitamento de generosas parcelas de terrenos urbanos que permitirão ligar as ruidosas ruas do porto e das margens do Guaíba com as arejadas e silenciosas ruas que correm mais acima.

Na eleição de 1928, para sucessão municipal de Porto Alegre, o continuísmo prosseguiu com a indicação, pelo PRR, de Alberto Bins para Intendente, em um pleito sem oposição. As razões de sua escolha foram “as mesmas que, quatro anos antes, o guindaram à condição de Vice-Intendente de Otávio Rocha: sua dedicação ao partido e sua militância político-partidária como vereador, conselheiro e deputado estadual”. O argumento utilizado na campanha foi de “ser bem sucedido nos negócios” “garantia para o progresso da cidade”. Nesse ano, Getúlio Vargas também será eleito Presidente do Rio Grande do Sul, em lugar de Borges de Medeiros (BAKOS, 1996, p. 62).

O Intendente/Prefeito Alberto Bins, conclui as obras do antecessor e segue a mesma política de remodelação do espaço urbano, incentivando as construções para Porto Alegre, que não foram concretizadas. É o período de grandes comemorações, em 1935, com a grande exposição do centenário da Revolução Farroupilha e, em 1940, com o bicentenário de Porto Alegre. A cidade também é o palco das agitações políticas, como as greves e a radicalização entre direita e esquerda, que precedeu o Golpe de 1937.

O gradativo avanço das edificações de vários andares acompanha uma mudança na forma de morar. Os prédios, com dois ou três andares, do início do século XX, sendo o térreo utilizado para comércio e o restante como moradia ou aluguel. No final dos anos 1910, já eram comuns edifícios com quatro, cinco e até mais andares como, Ed. Herman (Andradas com Uruguai), Grande Hotel (1918), Hotel Magestic, entre outros. Dá vazão aos edifícios dos anos 1930, dirigidos à uma população que deseja e pode pagar pela “limpeza, conforto e modernidade”. Repetem o esquema geral da casa térrea, com a distribuição interna dos cômodos permanecendo sujeita às composições vigentes de hierarquização do espaço. Entre os anos 1920 e 1930, há uma ânsia pelos edifícios altos, os arranha-céus. Esses são possíveis pelas novas tecnologias e novos materiais incorporados, como as estruturas metálicas, o concreto armado e o elevador. Machado (1998, p. 51-52) apresenta dados sobre as edificações na área central, no período entre 1900 e 1945: em 1900 houve 144 processos de construções; 1910 conta com 354 processos de construções; 1920 com 332 processos de construções; e 1930 houve 1.236 processos de construções.

No decorrer dessas transformações, surge a primeira passagem coberta, Galeria Chaves, inaugurada em 1930, entre Andradas e José Montauray, um dos sinônimos da modernidade da cidade. Também começam a serem edificadas as lojas de departamentos, com

suas amplas vitrines, ligadas às possibilidades das estruturas em metal e ao barateamento do vidro (MACHADO, 1998, p. 162-164).

A partir da década de 1920, o modelo de desenvolvimento agroexportador torna-se inviável. Ao mesmo tempo, diferenças políticas entre as oligarquias, as camadas urbanas e os militares resultam, em 1930, no fim da Primeira República.

A crise político-econômica no país teve como desfecho a deposição do Presidente da República, Washington Luiz, no episódio conhecido como a Revolução de 1930. No Rio Grande do Sul, libertadores e republicanos criaram a Frente Única, conseguindo, graças ao apoio dos Estados de Minas Gerais e Paraíba, formar a Aliança Liberal e, em outubro desse ano, Getúlio Vargas foi alçado à presidência do Governo Provisório. No mês seguinte, como parte de um programa de regeneração, ele assumiu poderes ditatoriais, suspendendo direitos constitucionais.

Em novembro de 1930, Alberto Bins, solidário desde o início com a revolução, na condição de Intendente da capital gaúcha, entrou em contato com os Intendentes do interior do Estado, pedindo-lhes que aguardassem instruções. O Decreto de 11 de novembro dissolveu todos os corpos legislativos do país e, no dia 14, foram extintos todos os mandatos dos Intendentes municipais. A ideia era desmontar a máquina política da Primeira República, cujas raízes estavam entrelaçadas nas situações municipais.

Flores da Cunha, nomeado interventor do Rio Grande do Sul, decidiu manter Alberto Bins no governo de Porto Alegre. Conforme Bakos (1996, p.124), “o edil aceitou a deferência embora sabendo que a missão seria difícil. O estado estava em apuros e o interventor precisou apelar, em 1931, ao governo brasileiro, pois nem os bancos gaúchos suportavam os efeitos da crise mundial”. Por conseguinte, a aflição de Bins quanto à crise financeira por ele herdada, além das despesas ordinárias, a cidade ainda deveria saldar quatro grandes empréstimos contraídos nas gestões anteriores. A administração municipal não poderia mais apelar à capacidade tributária da população, que estava, de fato, onerada com seus encargos fiscais. Para seguir as obras de melhoramentos, embelezamento e proporcionar os serviços públicos à população, uma alternativa seria acordar uma modificação no regime tributário entre o Estado e o município. Com ajuda do interventor do Estado, muitos serviços públicos municipais passam à administração estadual, estabilizando as contas da cidade.

Entretanto, “a Constituição de 1934 vai limitar a competência dos Estados junto aos seus municípios, na tentativa de evitar que se tornassem”, novamente, conforme Borges de Medeiros “armas poderosas das oligarquias” (BAKOS, 1996, p. 124).

Em 1935, Flores da Cunha, conforme a nova constituição, elegeu-se Governador do Estado, mantendo Alberto Bins agora como Prefeito da cidade. Em 1936, foi decretada nova Lei Orgânica para o município de Porto Alegre, sendo que a indicação do chefe municipal continuava a ser encargo do chefe do Estado. O Governador nomeou, novamente, por confiança, Alberto Bins.

A partir da Revolução de 1930, haverá no país uma transição para uma nova forma de acumulação, a indústria, do mesmo modo que novas formas autoritárias de governo estavam se afirmando. Nesse contexto, a ordem urbano-industrial se consolida, e em Porto Alegre “aumentam as desapropriações e demolições, radicaliza-se nas intervenções no espaço urbano com a finalidade de alargar e criar avenidas”. A busca do progresso e pela modernidade, através da harmonia social e de um capitalismo autônomo, tentaria encobrir as grandes diferenças sociais existentes nos grandes centros urbanos, através de ações arbitrárias na reordenação do espaço e da vida nessas regiões. Ocorrem mudanças nos lugares públicos, o bloqueamento que se estampa nas formas de: vestir-se, andar-se, falar-se e gesticular-se. “A vida elegante da burguesia tinha seus espaços nos cafés, como o Colombo e o América; nas confeitarias, como a Rocco e a Central e nos inúmeros cinemas e clubes, enquanto os desfavorecidos frequentavam as rinhas de galo, os carnavais de rua, os botequins, a boêmia” (MONTEIRO, 1995, p. 62-68).

Por não se tratar de nosso objeto de pesquisa, o período do Estado Novo (1937-1945) em diante não será abordado. Para devidos fins de compreensão, “o poder do país concentra-se nas mãos de Getúlio Vargas, nomeando interventores para os governos estaduais e municipais”. Cresce o processo de urbanização em razão da ênfase na industrialização, tornando-se uma prioridade a remodelação das cidades. Na Porto Alegre, há o aumento da população, o número de carros, no centro expande-se, principalmente, o comércio e o processo de verticalização. Com o Estado Novo, a cidade vive uma política autoritária de intervenção no seu espaço. “As grandes obras, começadas anteriormente, são finalizadas, mas as patrulas e picaretas não param, destruindo antigas casas e ruas, tudo para abrir avenidas, desafogando o trânsito e ligando-o com os bairros” (MACHADO, 1998, p. 246).

A modernização das cidades, nesse caso Porto Alegre, a partir das transformações de seus espaços urbanos, partirá de um olhar das elites dirigentes. A capital passou a ser analisada pela sua complexidade e pelo seu conjunto de problemas específicos. Como faz referência Souza (2010, p. 59), “o saneamento, a circulação e o embelezamento se inscrevem nesse contexto, ou seja, os mesmo problemas que nortearam a gênese do urbanismo, no início do século XIX, inquietavam as cidades brasileiras do início do século XX”. Para isto enfrentá-

los significada dar disposição a uma nova conjuntura, traçar o desenho da nova cidade a ser construída e garantir salubridade, beleza, e o bem estar para a população. No próximo capítulo – *Queixas e Reclamações sob Análise* – será abordado as manifestações de uma parte da população que não foi alçada a esta condição de bem-estar. O *corpus* documental da seção *Queixas e Reclamações*, que consta nos jornais selecionados pela pesquisa, demonstra as mazelas e os problemas enfrentados pelos populares, que viam no jornal o seu porta voz contra os descasos nos serviços providos pelo poder público, companhias e até de outros indivíduos ou grupos.

#### 4 QUEIXAS E RECLAMAÇÕES SOB ANÁLISE

A pesquisa da seção *Queixas e Reclamações* da população pontua-se em Eduardo Silva, no livro *As Queixas do Povo*, 1988, que trata das “cartas de gente em geral modesta, única forma viável de expressão de que dispõe [...] reclamações predominam nessas cartas em que se trata de tudo. Se algumas as escrevem para verem seus nomes publicados, muitos desejam denunciar certa irregularidade ou insuficiência” (SILVA, 1988, p. 26-27). Ao interpretar as práticas sociais no espaço urbano através desta seção, passam-se a constituírem os significados que dão sentido ao fenômeno multifacetado que é a *urbs*.

Os dados apresentados desse imenso leque de problemas urbanos foram abordados nas seções intituladas *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *Queixas do Público*, publicadas no *Correio do Povo*, e *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas do Público*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*, publicadas no *Diário de Notícias*. Estas informações se constituíram de cartas escritas por leitores, às vezes assinadas, outras anônimas; denúncias feitas diretamente ao jornalista/colunista ou no balcão do jornal e, por fim, as próprias considerações dos colunistas.

A partir dessas colunas, publicadas nos periódicos entre os anos de 1928 a 1935, procuramos empreender a reflexão teórica realizada no segundo capítulo, com a descrição do processo de formação da cidade de Porto Alegre exposta no capítulo seguinte. Tais fontes primárias transmitem com uma razoável ressonância os sentimentos de uma parcela da população sobre seus problemas cotidianos frente às transformações urbanas implementadas pelo governo municipal, e com aval do governo estadual. Os queixosos são moradores ou transeuntes, vítimas das más condições dos serviços urbanos, empresas e até mesmo indivíduos ou grupos. Esses cidadãos, expostos à ação desses agentes, utilizaram-se do jornal como canal de comunicação para manifestar suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio.

Os jornais pesquisados apresentaram uma linearidade na publicação de matérias diárias, bem como algumas diferenças decorrentes da editoria responsável e da linha jornalística. Ou seja, em geral, os temas não diferem entre si, apenas encontram-se, algumas vezes, evidências de formas diferentes. Estas evidências entre temas se manifestam na diagramação das matérias, sendo mais ou menos visíveis em determinados momentos, de acordo com a premissa de agenda que a mídia impressa pretendiam colocar. É importante lembrar que o texto não é apenas a redação (o corpo) da notícia, mas também a fotografia,

incluindo sua legenda, a página disposta, o tipo de seção, a diagramação, as fontes, a manchete, a ilustração, o editor e o repórter da matéria.

As reclamações criam um paradigma no modo de vida dos grandes centros urbanos, a cidade se mostra como moderna e acolhedora, mas, em suas entranhas, podemos observar, através desta pesquisa, seus problemas e suas deficiências. Conforme Silva (1988, p. 21), as queixas pontuam-se em “relação direta à ação do governo [...] são de dois tipos: reclama-se ao governo e reclama-se do governo”. Acrescentamos, a esses, uma terceira via, a da insatisfação com as empresas e pessoas, cujas atividades, por vezes, afligiam os populares.

O marco temporal inicial da pesquisa se dá em 24 de janeiro de 1928, com a inauguração da Avenida Júlio de Castilhos, e o término do recorte em 20 de setembro de 1935, com a inauguração do trecho da Avenida Borges de Medeiros, compreendido entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideú.

O uso da imprensa como fonte histórica vincula-se ao movimento da própria Historiografia. Durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, a História, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, através de documentos oficiais, mostrava pouca confiança na imprensa. Na década de 1930, o movimento da *Escola dos Annales* passará a examinar uma maior variedade de evidências, vestígios e registros acerca do uso da imprensa como fonte para o historiador.

Diante desse novo quadro, os procedimentos e as análises feitas na mídia impressa vão da materialidade dos jornais: o tipo de papel, o formato, a qualidade da impressão – à estrutura de conteúdo: o uso de imagens, a diagramação, os títulos, o corpo de jornalistas e colaboradores. Essas relações de sentidos ocupam um tempo e espaço com sua circulação e articulação com a sociedade (LUCCA, 2010).

Camargo (1971, p. 12) comenta que, ao utilizar-se da mídia impressa como fonte de pesquisa, “há sempre uma visão parcial e subjetiva da realidade, distorção provocada não só pela proximidade dos seres humanos<sup>27</sup> com os fatos que apareciam no dia-a-dia, mas também, e principalmente, por seu comprometimento com as coisas”. A autora chama, a atenção para o seguinte:

Se admitirmos que a problemática não se reduz à busca da veracidade das informações, pode-se ir mais longe; o jornal é um documento a ser usado com o máximo de cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os textos – onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são mais frequentes.

---

<sup>27</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (CAMARGO, 1971, p. 12) “homens” pelas palavras “seres humanos”.

A imprensa inicia-se em Porto Alegre, conforme Rüdiger (2003, p. 15-20), com as publicações do *Diário Porto Alegrense*, a partir de 1827, tendo vinculação predominantemente político-partidária até o final do século XX. O jornal *A Federação*, vinculado ao PRR, era considerado a publicação oficial do governo na cidade. O surgimento do jornal *Correio do Povo* marcou um novo período no jornalismo gaúcho. Em sua primeira publicação, o jornal fazia oposição a esse jornalismo político-partidário, buscava se adequar à conjuntura política do Estado, em um momento em que a sociedade se encontrava dividida desde a Revolução Federalista (1893-1895). O *Diário de Notícias* começou a circular em Porto Alegre em 1925, com um programa editorial que, à semelhança do *Correio do Povo*, prometia seriedade na informação e honestidade na crítica. O lançamento de outro jornal, após outro momento sensível da história gaúcha – a Revolução de 1923. Seu editorial de fundação, todavia, está além da ameaça do partidarismo que, segundo Carreira (2005, p. 35), “manifestava-se outra espécie de prevenção: ante o sensacionalismo e a demagogia, males supostamente já reinantes no meio jornalístico contemporâneos em disputa pela captura e aprovação de um mercado de assinantes em expansão”.

De acordo com Bahia (2009, p. 224):

O jornal é um bom negócio se o cidadão que o consome se dispõe a pagar pela notícia da mesma forma como paga pelos serviços e bens que eleger como essenciais à sua vida, como paga pelo privilégio de ser ele próprio notícia ou anunciar alguma coisa que tem para vender. Esse é o princípio da informação como mercadoria colocada à venda em forma de entrega avulsa ou domiciliar, em forma de venda de espaço e de tempo.

O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* formavam, para Rüdiger (2003, p. 76), a vanguarda do jornalismo gaúcho, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade. Bahia (2009, p. 177) registra que o progresso gráfico justifica experiências editoriais que envolvem toda a estrutura do produto nos diários e semanários, alarga os conceitos de veiculação, de apresentação dos fatos; inspira e dinamiza a criatividade. O jornal é desafiado por um mercado de múltiplas ofertas, além do livro. O rádio e o cinema falado, pouco a pouco, assimilam a notícia.

O tempo do jornalismo político-literário havia passado, filtrado pela racionalidade emergente do mercado, a partir da qual se constituiu uma nova doutrina jornalística. Para Rüdiger (2003, p. 76), o jornalismo rio-grandense estava em plena transição para “uma nova fase de estruturação, na qual a política partidária não ditaria mais as cartas, vencida pela

racionalidade mercantil, nem haveria mais espaço privilegiado para o exercício literário, substituído progressivamente para publicidade noticiosa, consolidando transformações”.

#### **4.1 O *Correio do Povo***

A estreia do *Correio do Povo* marcou uma nova fase na província, diferente para os padrões da época. Fundado em 1º de outubro de 1895, pelo jornalista e poeta sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, o gráfico porto-alegrense José Paulino de Azurenha e o farmacêutico e, em poucos anos, médico porto-alegrense Mário Totta, que se uniram para dar vida ao periódico que atravessaria o século XX. A cidade, na época, contava com 63 mil habitantes, com iluminação pública a gás e azeite, bondes puxados a burro e com a circulação de outros sete jornais. Os financiadores do empreendimento eram Antônio Mostardeiro Filho, fundador da Companhia de Seguros e Previdência do Sul, e Eugênio Du Pasquier. O jornal ficava na Rua dos Andradas, 132 (ACAUAN, 2009, p. 20-21).

A edição inaugural tinha quatro páginas e, já no seu primeiro editorial, declarava, em poucas linhas, os seus compromissos (CALDAS, 1987), como explana Carreira (2005, p. 33), “o *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuitos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da empresa livre e independente”.

O fundador do jornal apoiava politicamente a República, conforme Fraga (2004, p. 17), “procuraria ser independente, nobre e forte, não adotando nenhuma facção partidária” e, também, “emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores”, procuraria esclarecer “imparcialmente a opinião pública apreciando com isenção de espírito os sucessos que se forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios”. O autor segue, “o surgimento de um jornal que se declarava politicamente neutro, embora não se constituísse em fato inédito, era algo que não passaria despercebido”. Outro ponto, no início de sua história, prossegue o autor, “era o fato de ser publicado, preferencialmente, em papel cor-de-rosa, o que, além de lhe conferir a alcunha de ‘Róseo’, serviria como indicador de sua imparcialidade, uma vez que simbolizaria sua não identificação no contexto político local nem com ‘maragatos’, nem com ‘pica-paus” e prossegue, Acauan (2009, p. 24), que este apelido “durou algum tempo a partir de 1905”.

Breno Caldas, que dirigiu o jornal por quase 50 anos, em depoimento à historiadora Machado, relata que seu pai

[...] quis fundar um jornal moderno, com uma ideia nova de imprensa para a época: uma ideia em que o jornal fosse imparcial [...] quer dizer, o mais imparcial possível, subordinado às circunstâncias, porque a vida estava sempre subordinada às circunstâncias. (MACHADO, 1987, p. 21)

O surgimento do *Correio do Povo* com sua proposta de um jornalismo independente, segundo Dillenburg (1997, p. 10), “causou muita expectativa e mesmo incredulidade entre os gaúchos, mas bastaram poucas edições do novo jornal para que os leitores percebessem que sua proposta de não se vincular a nenhuma facção partidária era verdadeira”. O autor segue afirmando que o jornal, além de ser sinônimo de informação boa e de qualidade, tinha leitores assíduos e que, durante décadas, acreditavam na expressão “se deu no *Correio*, é verdade”, com uma confiança inabalável. E, por fim, conclui “a credibilidade do jornal deve-se muito à postura dele como uma empresa responsável por testemunhar as mudanças e acontecimentos na sociedade”. Porém, essa aceitação não foi unânime, pois era difícil aceitar um periódico que se pretendesse independente de quaisquer das linhas ideológicas, “alguns grupos políticos ligados ao PRR começaram a tecer fortes críticas à linha do jornal”. E para Monteiro (1995, p. 12), talvez porque, “a despeito de sua declarada imparcialidade, os opositores ao governo, parcelas da oligarquia rural ligada à pecuária, federalistas e dissidentes do PRR, tinham o *Correio do Povo* como seu porta-voz”. Ou ainda, como ilustra Rüdiger (2003, p. 77), “Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito”.

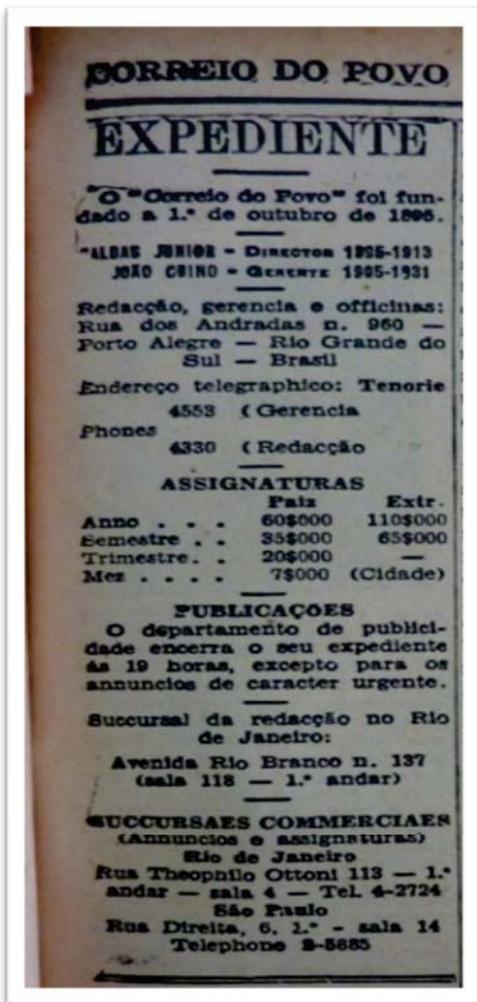
Durante as primeiras décadas do século XX, o jornal registrou todos os acontecimentos políticos, sociais e econômicos da época, acompanhando, através do serviço telegráfico, o que acontecia de importante na Europa e nas Américas (DILLENBURG, 1997, p. 12). Além de contar com seções de esportes, moda, entretenimento e cultura, também eram frequentes as reportagens sobre os melhoramentos urbanos da cidade, com divulgação das novidades em relação à Arquitetura e ao Urbanismo no Brasil e no exterior. Em meio a essas intensas transformações e contradições, presentes na sociedade, o jornal acabou se tornando um espaço para o debate e contendo reclamações, críticas e sugestões (RÜDIGER, 2003).

Os jornais, a partir do momento em que se constituem como grandes empresas, tornam-se, também, instrumentos de divulgação e propagação dos ideais da classe dominante. Rüdiger (2003, p. 59) afirma que “tanto a notícia quanto os anúncios publicitários têm *in loco*, o leitor”. O jornal se utiliza da notícia, da política e de assunto pessoal como diversão para

atingir os leitores, pois “os primeiros tópicos que atraem a atenção dos homens e mulheres são aqueles que se referem às coisas que eles já conhecem, assim, como algum acontecimento”. O



**Figura 20:** Cabeçalho do Jornal Correio do Povo, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1933, Capa. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 21:** Expediente do Jornal Correio do Povo, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1933, p. 03. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

autor prossegue com a ideia de que a imprensa é “um mosaico, uma espécie de organização participante do mundo do tipo, faz a lavagem dos acontecimentos, dando-os publicidade, ao mesmo tempo em que muitos acontecimentos devem ser mantidos em

segredo”. E, é graças a esta engenhosa adaptação do cotidiano, uma retroalimentação da realidade, escrita no corpo editorial e publicado posteriormente, que o processo se dá como verdade. A imprensa é criadora de fatos e verdades e, de acordo com Anderson (1989, p. 44), “o leitor de jornal, vendo réplicas exatas de seu jornal sendo consumidas por seus vizinhos do metrô, da barbearia ou de sua casa, sente-se permanentemente tranquilo a respeito de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida quotidiana”.

A estrutura do periódico se centrava: cabeçalho do jornal, contendo ano de edição e número do exemplar; data; fundador; proprietário; diretor e gerente. Bahia (2009, p. 179) informa que o cabeçalho de “primeira página dos jornais é obrigado por lei a registrar os nomes dos seus diretores responsáveis”. O autor esclarece que “a nova legislação de imprensa, em 1923, altera padrões que vêm do

Império ou do começo da República e que facultavam a omissão, por discrição ou interesse próprio, da identidade dos proprietários e editores” (Figura 20). Já o expediente (Figura 21)

era publicado na primeira coluna da página três: data da fundação; nome do diretor e gerente; endereço da redação, oficinas e telegráfico; telefones; valor das assinaturas anual, semestral, trimestral e mensal; horário do departamento de publicidade; sucursais comerciais com endereços e telefones.

A dinâmica da vida urbana e cotidiana da década de 1920, proporciona ao *Correio* dobrar sua tiragem em relação aos primeiros 25 anos de existência, chegando a 20 mil exemplares e com um crescente número de anunciantes; já na década seguinte, irá para 35 mil exemplares por dia. O interessante é que o jornal traz, na contracapa, ao lado do seu nome, a frase carimbada *O Jornal de Maior Tiragem e Circulação do Rio Grande do Sul* (Figura 22). Seu modelo inovador e pioneiro entre os outros jornais rio-grandenses, devido à visão capitalista de sua organização empresarial, através do novo conceito jornalístico, respondia às



**Figura 22:** Cabeçalho do Jornal Correio do Povo, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/06/1933, Contracapa. O carimbo “*O Jornal de Maior Tiragem e Circulação do Rio Grande do Sul*”, mostra o quanto o jornal aplicava-se para resguardar esta posição. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

novas demandas do tempo, com a consolidação da sociedade urbana (ACAUAN, 2009, p. 24-25).

O preço do jornal avulso teve as seguintes variações: de 1895 a 1904, custou \$100; de 1905 a 1928, \$120; de 1929 a 1932, \$200; e de 1933 a 1935, \$300. O preço

do exemplar avulso do jornal de \$300 se manteve até o final do período estudado. Conforme Bahia (2009, p. 210), “o valor dos diários, nas capitais, ainda custam 300 réis nos dias úteis e 400, aos domingos. A média de páginas, de segunda a sábado, é de 24; e aos domingos, de 40/60. Um carro Ford, 1929, custa 10 contos e 400 réis”. As variações de páginas no *Correio do Povo*, durante o período da pesquisa, foram: de terça-feira a sábado, 12 a 18 páginas e, nos domingos, atingindo 32 páginas. Graficamente cada página manteve o formato, com tamanho de 43,5 cm de largura por 60 cm de altura. A página apresenta nove colunas iguais, de 4,5 cm, e suportava o máximo de 173 linhas, sendo as margens assim dispostas: margem superior e inferior de 2,5 cm; margem esquerda, 2 cm; margem direita, 1 cm.

As matérias estavam dispostas da seguinte forma nas páginas do jornal: na capa e contra capa, encontravam-se as notas e notícias de cunho político nacional e internacional. Na página dois, destacavam-se os telegramas e as notícias internacionais. A página três era totalmente dedicada às colaborações e aos editoriais. Na página quatro, encontrava-se a seção

denominada *Diversos*, que abrangia pequenas notas e comentários dos principais eventos. A página seis normalmente dedicada às notas sociais. Já as páginas cinco, sete e oito constavam o *Noticiário*, *Notas Policiais*, *Trânsito*, *Desportos* e, eventualmente, a seção *Queixas e Reclamações* da população. Outra característica do jornal, geralmente estampada na capa, era a publicação de anúncios em cores - vermelho, verde ou amarelo - destinados a algum produto comercial (carro, imóveis, seguros). Bahia (2009, p. 210) esclarece que “o espaço reservado à política nas edições dos grandes jornais ainda é menor que o ocupado por crimes e tragédias, embora a pequena ou quase nula ocorrência de atos de banditismo”.



**Figura 23:** Anúncio publicitário da *Casa Propria Ltda.*, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/12/1932, Capa. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

As edições de domingo tinham peculiaridades, além de trazer as colunas do dia a dia, traziam, nas páginas seis e sete, *Notas Sociais*, e também notícias de cunho religioso ou cultural, como teatro e seção jurídica. As informações sobre cinema encontravam-se na página nove das edições das quintas-feiras e dos domingos. A página 12 estava dedicada aos colaboradores, o periódico tinha convênios com os principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e, conforme Fraga (2004, p. 50), contava-se também com “a agência *Havas*, e posteriormente o noticiário foi incrementado a partir da contratação da agência *Associated Press*, publicando assim, vários artigos do centro

do país e internacionais”.

O número de páginas dedicadas aos anunciantes, em torno de 7, demonstra a potencialidade do mercado publicitário, desde pequenos anúncios até, posteriormente, os anúncios com *layouts* maiores. Exemplo, que consta no corpo do jornal (Figura 23) é o anúncio de capa, colorido em vermelho, de dimensões 30 x 41,5 cm, da edição de domingo, dia com maior tiragem de exemplares. Nessa mesma página, ocupando a parte inferior, estão os pequenos anunciantes (profissionais liberais, produtos, lotéricos, serviços). Segundo Rüdiger (2003, p. 79), constituíam a principal fonte de recursos do jornal,

[...] a publicidade se estrutura, de maneira orgânica no novo regime jornalístico, fazendo com que os jornais passem a existir para os anunciantes. Na década de 1930, surgem as primeiras agências de propaganda, que estabelecem uma ligação estrutural entre o modo de produção e o consumo pela mediação dos novos meios de comunicação.

Para Bahia (2009, p. 176), “os principais jornais concorrem em tiragem e circulação, instalam o balcão de classificados, estimulam escritórios e agências de publicidade, ampliam a cobertura com prioridade para a reportagem, reservam recursos no balanço anual para o reaparelhamento editorial”. Fraga (2004, p. 36), compartilhando dessa mesma posição, afirma que “a postura empresarial adotada pelo jornal, com constantes investimentos em equipamentos e maquinários, trouxe a redução dos custos e o aumento das páginas da publicação. Desta forma, pode-se inferir que o papel da publicidade nos jornais foi contraditório”. Ainda de acordo com o autor, “se por um lado, auxiliou no desenvolvimento das empresas jornalísticas, estimulando e tornando possível sua modernização gráfica e editorial, por outro, fortaleceu suas tendências à concorrência monopolista, com a conseqüente concentração da imprensa em uns poucos jornais”. E Rüdiger (2003, p. 78) complementa “que esse desenvolvimento vivido pelo *Correio do Povo* não tirou o seu aspecto político. Se seus fundadores defendiam um jornal apartidário, pode-se assegurar que o periódico possuía expresso em suas folhas o caráter político”. Apenas 25 anos depois de sua fundação, o *Correio do Povo* já aparecia “na vanguarda do nosso jornalismo, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade”.

Com a morte prematura de Caldas Júnior, em 1913, ocorrem mudanças na presidência do *Correio* (Quadro 2). Assume como proprietária sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas, que coloca na direção do jornal seus irmãos. Assim, desde a sua fundação, até 1935, o jornal esteve sempre nas mãos da mesma família, Caldas-Alcaraz. A viúva de Caldas Júnior é, então, a única proprietária do jornal até o ano de 1935, quando cede parte da sociedade para seu filho mais moço, Breno Caldas, que assume a direção do jornal, ficando a sua frente por mais de 50 anos (CALDAS, 1987).

**Cargo de Presidência no Jornal *Correio do Povo* (1895-1935)**

<b>Presidente-diretor</b>	<b>Período em que atua na função</b>	
<b>Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior</b>	De: 01.10.1895	09.05.1913
<b>Emílio Kemp e Francisco Leonardo Truda</b> (diretores interinos da redação)	De: 09.05.1913	19.11.1920
<b>Francisco Leonardo Truda</b> (redator-chefe – diretor interino)	De: 19.11.1920	15.11.1923
<b>José Alexandre Alcaraz</b>	De: 15.11.1923	31.05.1927
<b>Fernando Caldas</b>	De: 01.06.1927	22.08.1929
<b>Fábio Barros</b>	De: 23.08.1929	24.06.1930
<b>José Alexandre Alcaraz e André Carrazoni</b>	De: 15.06.1930	14.06.1932
<b>José Alexandre Alcaraz</b>	<b>De: 14.07.1932</b>	<b>17.12.1935</b>

**Quadro 2:** Cargo de Presidência no Jornal *Correio do Povo* entre os anos de 1895 a 1935 (GALVANI, 1994, p. 348).

Na capital dos gaúchos, nos anos iniciais da década de 1930, parece ser mesmo por meio do jornal e das revistas ilustradas que a população poderia se manter informada sobre o mundo ao seu redor. Como indica Farraretto (2002, p. 32), o Brasil, de um modo geral, só entra na “era das comunicações eletrônicas com o início das operações da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em primeiro de maio de 1923”. O que destacamos dessa explanação é que os porto-alegrenses, em sua maioria entre o período de 1928-1935, só podiam contar com os veículos impressos, segundo Rüdiger (2003, p. 80), e “concorriam pela preferência do público-leitor os jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *A Federação*, *Jornal da Manhã* e *Jornal da Noite*, além da *Revista do Globo*”.

O impresso durante o período de 1928 a 1935 divulgou as intervenções pelas quais a cidade passava, bem como os seus problemas e as calamidades. Em suas folhas, figuraram matérias com os seguintes títulos: *As Construções Particulares em Porto Alegre*, *As Grandes Cidades e o Poder de Morte*, *A História da Cidade na Evolução de suas Construções*, *As Grandes Construções da Cidade que se Moderniza*. Acompanhado a estas matérias, figurava as fotografias, que apesar de poucas e com baixa resolução, possibilitaram uma visualização da estrutura da cidade e da escala das transformações urbanísticas, assim como o sofrimento da população que se via desamparada e excluída. São exemplos dessa mecânica entre textos e imagens (Figuras 24 a 27).



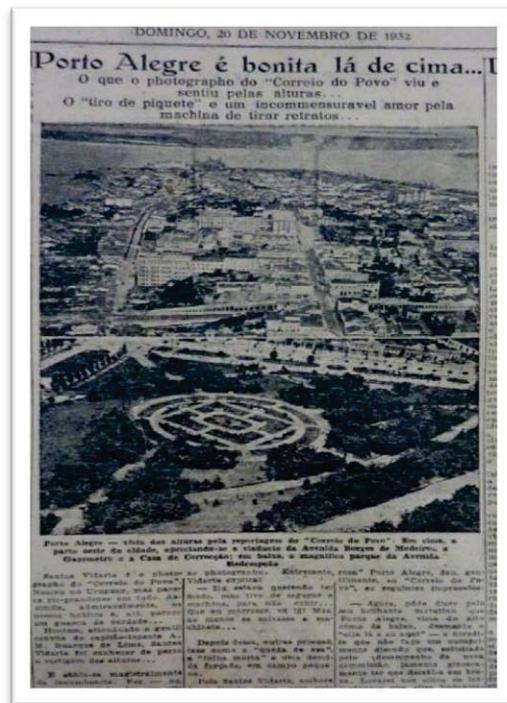
**Figura 24:** As Exigencias da Directoria de Hygiene, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/06/1931, p. 10. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 25:** Os Miseraveis, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 08. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 26:** Os Nossos Arrabaldes, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/12/1931, p. 06. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 27:** Porto Alegre é Bonita lá de Cima, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/11/1932, p. 12. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

## 4.2 O *Diário de Notícias*

O *Diário de Notícias* foi o segundo maior jornal a circular no Rio Grande do Sul durante o período pesquisado, ultrapassando em alguns momentos o seu concorrente. Começou a circular em Porto Alegre em 1º de março de 1925, com um programa editorial que, à semelhança do *Correio do Povo*, prometia seriedade na informação e honestidade na crítica. Fundado por Francisco de Leonardo Truda (diretor de redação), Raul Pilla (suplente), José Pedro de Moura (diretor-gerente), Raul Ribeiro (suplente), Roque Callage e Juvenal Mendisco, sendo quase todos ex-redatores do *Correio do Povo* (RÜDIGER, 2003, p. 80).

A viúva Dolores Alcaraz Gomes, e seu irmão Joaquim Alcaraz, no intuito de ter um representante da família na administração do jornal *Correio do Povo*, convocaram José Alexandre Alcaraz, o irmão mais novo, para assumir a direção. Leonardo Truda “terminou não se acertando com o Alexandre e saiu. Saiu e fundou o jornal *Diário de Notícias* com o José Pedro Moura, que era guarda-livros da Livraria do Globo”. O periódico “apareceu com o apoio velado da Livraria do Globo”. A fundação do *Diário de Notícias* (01/03/1925, p. 03. Suplemento do Cinquentenário)<sup>28</sup> tomou corpo a partir de 23 de outubro de 1924, quando surgiu a Sociedade Anônima Gráfica Porto-Alegrense, com 78 acionistas. Em abril de 1928, a Empresa foi transformada em S.A. *Diário de Notícias* e, em dezembro de 1930, foi incorporada à cadeia dos *Diários Associados* (CALDAS, 1987, p. 103-104).

O primeiro número do *Diário de Notícias* (02/03/1925, p. 04. Suplemento do Cinquentenário) saiu numa “velha rotoplana que pertenceu ao *Diário Alemão*. Esse jornal havia fechado com a guerra de 1914 [...] grande parte do material usado nesse primeiro número foi emprestado por outros jornais”.

O novo periódico foi conquistando, nos anos seguintes, uma expressiva parcela do público leitor no Rio Grande do Sul. Desse modo, em seu primeiro editorial, o periódico tentou contrapor-se a uma velha prática dos novos jornais – de dizer aos seus leitores “ao que vem, o que propõe e o que espera”, pois, “no fazer essa obrigada exposição, o jornal novo se assemelha, frequentes vezes aos políticos velhos e matreiros, cujos programas, em busca de votos, abundam sempre de promessas sedutoras, que raro ou nunca se cumprem”. Sendo

<sup>28</sup> Adroaldo Mesquita da Costa, Pedro da Silva Pereira e Rosa Araújo & Cia. (conselho fiscal); Barcellos, Bertaso & Cia. (Livraria do Globo), Osvaldo Kroeff e Barbosa, Barros & Cia. (suplentes). A redação do *Diário de Notícias*, em 1925 era formada por: Raul Pilla, Roque Callage, Raul Ribeiro, Juvenal Mendisco, João Jacinto Costa (secretário da redação), Luiz Vergara, Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, João Santana, Sotero Gomes, João M. Cavalcanti, Paulo de Gouveia, Armando Fay de Azevedo, Sergio de Gouveia e Anor Butler Maciel. Ainda, como secretários de redação, faziam parte: João Jacinto Costa; Jornalistas: Cícero Soares, Luiz Miranda, Augusto Totta Rodrigues. Rafael Saadi, Jaime Vignoli, Aluísio Corrêa Franco, Arno Muhlen, Ernesto Corrêa, Dario Vignoli e Almicar Suza da Silva. Gerência: J. Pedro Moura.

assim ele se apresenta “liberto de todo vínculo partidário, para percorrer a sua estrada à margem da política e acima dos partidos”.

Para Monteiro (1995, p. 15), o *Diário de Notícias*, que se intitulava “independente” de partidos políticos, “era o jornal que mais se afinava com os interesses dos grupos em ascensão (burguesia industrial e comercial) e do governo gaúcho, defendendo a remodelação da cidade, criticando as negligências e indicando caminhos a tomar”. A modernidade, proposta pelo jornal, espelhava-se nas mudanças tecnológicas e na tentativa de romper com um compromisso político-partidário. A responsabilidade de posicionamento político foi passada a terceiros, na medida em que o jornal “permitia” posicionamentos abertos, desde que assinados.

As relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a sociedade, não se furtam de considerar as instituições de comunicação em si, onde também configuram redes de interesse. Conforme Rüdiger (2003, p. 59), “o jornal é uma forma confessional de grupo que induz à participação comunitária”. O periódico pode até dar uma “coloração”, esclarece o autor, “aos acontecimentos, utilizando-os ou deixando de utilizá-los”, mas é “a exposição comunitária diária de múltiplos itens em justaposição que confere ao jornal a sua complexa dimensão de interesse humano, tanto dos profissionais que estão ‘fabricando a notícia’ quanto das pessoas que ‘consomem’ estas”. E foi justamente a pretensa “crítica desapassionada” que levou o *Diário de Notícias* a uma grande crise financeira. Passados apenas alguns anos da sua fundação, fugindo da crise os fundadores do *Diário de Notícias* passaram o controle ao *Diários e Emissoras Associados*, de propriedade do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, conservando, entretanto, a mesma linha editorial (Quadro 3).

Em 1924, Assis Chateaubriand<sup>29</sup> comprou o seu primeiro jornal no Rio de Janeiro, o matutino *O Jornal*. Em São Paulo, seis meses mais tarde, adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*. Partindo desses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser chamada de *Diários Associados* (DE GRANDI, 2005).

A estruturação desse empreendimento começou a se concretizar, mais eficazmente, a partir de 1929. Com o apoio de Getúlio Vargas, Assis Chateaubriand conseguiu recursos para ampliar sua cadeia jornalística e adquiriu, neste mesmo ano, o jornal de Belo Horizonte, *O Estado de Minas*. Ainda no ano de 1929, foram realizadas as convenções que lançaram os

---

<sup>29</sup> Conforme Moraes (1994, p. 16), Assis Chateaubriand possuía “dezenas de jornais; algumas estações de televisão; várias estações de rádio, dezenas de revistas; agências de notícias de propagandas; um castelo na Normandia; algumas fazendas produtivas espalhadas por 4 estados brasileiros; indústrias químicas e laboratórios farmacêuticos”.

candidatos à presidência, e Chateaubriand colocou seus jornais a serviço da causa aliancista, ou seja, apoiando Getúlio Vargas. Com essa adesão, obteve recursos para lançar mais dois órgãos, o *Diário de São Paulo*, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, além de comprar o *Diário de Notícias*, no Rio Grande do Sul (DE GRANDI, 2005).

### Cargo de Presidência no Jornal Diário de Notícias (1925-1935)

Presidente-diretor	Período em que atuou na função	
<b>Francisco Leonardo Truda</b> (Diretor de redação)	De: 01.03.1925	09.12.1930
<b>José Pedro de Moura</b> (Diretor Gerente)		
<b>Edgar Luiz Schneider</b> (Diretor de redação)	De: 10.12.1930	Dezembro, 1930 – Proprietário Assis Chateaubriand – <i>Diários Associados</i>
<b>José Pedro de Moura</b> (Diretor Gerente)		
<b>Ismael Ribeiro</b> (Diretor)	De: 1932 – 1933	Dezembro, 1930 – Proprietário Assis Chateaubriand – <i>Diários Associados</i>
<b>Saboia de Medeiros</b> (Diretor de redação)	De: 1934 – 1935	Dezembro, 1930 – Proprietário Assis Chateaubriand – <i>Diários Associados</i>
<b>Arnaldo Fonseca</b> (Diretor Chefe em Exercício)		

**Quadro 3:** Cargo de Presidência no jornal Diário de Notícias entes os anos 1925 a 1935. Fonte: DE GRANDI, 2005, p. 43.

Em 1927, Assis Chateaubriand havia tentado comprar o *Diário de Notícias*, ao saber que enfrentava uma crise financeira, conforme relata Moraes:

[...] achou que era hora de colocar um pé no Rio Grande do Sul. O que os donos do jornal lhe ofereciam era uma subscrição de ações para o aumento do capital da empresa que lhe daria o controle absoluto do *Diário*. O negócio estava na eminência de ser fechado quando o jovem deputado gaúcho Osvaldo Aranha conseguiu breçar as negociações. Aranha temia que por trás da ambição de montar uma cadeia nacional de jornais e revistas estivesse oculto algum plano político de Chateaubriand com vistas à sucessão de Washington Luís, em 1930. O suposto candidato podia até não ser o próprio jornalista, imaginava o deputado. Mas, com jornais estrategicamente plantados em algumas capitais brasileiras, aquele nortista baixinho poderia complicar os projetos que um pequeno grupo de gaúchos, liderados por Getúlio Vargas, tramava para as eleições presidenciais de 1930. O melhor era não correr riscos, e Aranha preferiu, por segurança, fazer gorar a compra do *Diário de Notícias* (MORAIS, 1994, p. 173).

Com vistas às eleições presidenciais em 1930, o ainda candidato Getúlio Vargas utilizou-se dos jornais dos *Diários Associados* para divulgar a sua plataforma; em contrapartida, Assis Chateaubriand utilizou-se do apoio político e financeiro do líder gaúcho e da Aliança Liberal para incorporar novos veículos à sua rede. Contando com a “simpatia” dos maiores jornais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Chateaubriand defendeu a aquisição de jornais para transformá-los, declaradamente, em militantes, devendo assumir como sua a causa aliancista. Utilizando-se desse argumento, em menos de um ano, duplicou sua rede:

Primeiro teve de superar a enorme antipatia que alimentava por Osvaldo Aranha (“um incendiário permanentemente zangado”) e convencê-lo da importância, para o movimento, de que ele, Chateaubriand, assumisse a propriedade e modernizasse o letárgico *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Envolvente e astucioso, Chateaubriand, não apenas conseguiu contornar o azedume do gaúcho, como os primeiros cinquenta contos dados a Leonardo Truda, dono do jornal (de um total de quatrocentos contos que custara o *Diário de Notícias*), saíram do caixa da Aliança Liberal e foram pagos pessoalmente por Osvaldo Aranha – o mesmo que meses antes abortara o negócio, temendo que aquilo fosse uma tentativa dos mineiros de pôr os pés no Rio Grande (MORAIS, 1994, p. 201).

Desse modo, em dezembro de 1930, o *Diário de Notícias* passou a ser propriedade dos *Diários Associados*. A partir de então, esse jornal precisou adequar-se às táticas de seu proprietário frente à vitória da revolução e à instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas. “Prevendo problemas com a censura”, Assis Chateaubriand ordenou que os jornais e a revista *Cruzeiro* “mantivessem uma postura neutra e imparcial diante do governo, apenas noticiando atos. Quem quisesse ter opinião que fizesse como ele: comprasse um jornal. Nos associados, só o dono emitia opinião”. Assim, enquanto os seus jornais cobriam intensamente os atos do governo, dando a impressão de apoio ao governo, os seus artigos indicavam apoio à oposição. O fato é que as empresas de Assis Chateaubriand continuaram crescendo (MORAIS, 1994, p. 261).

O *Diário*, como era chamado informalmente, no Rio Grande do Sul, ao fazer parte da construção do império dos *Diários Associados*, “passou a dedicar-se mais às notícias locais, política nacional e informações do exterior” (DN, 02/03/1975, p. 5. Suplemento do Cinquentenário). Entre suas atuações, está o impulsionamento do Movimento Literário Modernista no sul do país, divulgador da Revolução de 1930, inovador em soluções gráficas e um dos principais formadores de jornalistas em sua área de abrangência no período estudado. Beneficiou-se do fornecimento de imagens da Agência Meridional de Notícias, criada no Rio de Janeiro em 1931, por Chateaubriand. Assim, o periódico passou a ter maior agilidade na divulgação das notícias.

O *Diário*, conforme Rüdiger (2003, p. 80-81), se organizou em bases de alta capitalização, “a proposta de seu corpo de redatores era fazer um jornalismo moderno, que se



**Figura 28:** Cabeçalho do Jornal Diário de Notícias, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/05/1928, Capa. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 29:** Expediente do Jornal Diário de Notícias, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/05/1928, p. 05. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

empenhou bastante em promover campanhas de opinião pública, pelo menos em sua primeira fase”. O parque gráfico foi montado dois anos depois do seu lançamento e dispunha de possante rotativa, que permitiu o aumento das tiragens com barateamento dos

custos. Em 1930, a folha já era a segunda mais importante do sul, com uma tiragem de 25 mil exemplares diários. Carreira (2005, p. 36) afirma que, com o passar do tempo, “o *Diário de Notícias* se tornou um dos mais importantes órgãos comerciais da imprensa no Rio Grande do Sul, ultrapassando, em determinados momentos, a circulação do seu mais próximo concorrente, o *Correio do Povo*”.

A análise que apresentamos do jornal segue a forma do que fora apresentado anteriormente com o *Correio do Povo*. No cabeçalho da capa está o nome do diretor de redação e diretor gerente; controle acionário; ano da edição e número do exemplar; data; telefones da redação, gerência e seção de anúncios (Figura 28).

O expediente (Figura 29) era publicado na primeira coluna, nas páginas cinco ou sete, com as seguintes informações: valor de assinaturas na capital, interior e exterior; valor do exemplar avulso; prazo de início e fim de

assinaturas; endereço da redação, gerência, oficina e distribuição; endereço das sucursais. O preço do exemplar avulso do jornal era de \$200, em 1928 e, ao final de 1935, \$300.

As variações de páginas no *Diário de Notícias*, durante o período da pesquisa, foram: de terça-feira a sábado, 10 a 14 páginas, e nos domingos, 18 páginas. Graficamente, cada página manteve o formato *standard*: tamanho de 41,5 cm de largura por 64 cm de altura. Cada página apresentava oito colunas iguais, de 5 cm, e suportava 183 linhas, sendo as margens assim dispostas: margem superior e inferior de 2,5 cm; margem esquerda e direita, 2 cm.

As matérias estavam dispostas: na capa e contra capa, encontravam-se o editorial e as notas e notícias de cunho político nacional e internacional. A página dois estava voltada para as notícias do país, de cunho político e econômico. Na página três constavam os telegramas e as notícias do interior do Rio Grande do Sul. A página quatro destacava notícias internacionais e a cinco era totalmente dedicada às colaborações, aos editoriais e à seção *Queixas e Reclamações* da população. O jornal tinha convênios com os principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e contrato com agência de notícias estadunidense *United Press*, além de correspondentes particulares. Nas páginas seis, sete, oito e nove, encontrava-se a seção denominada *Noticiário*, além de notas policiais, de trânsito e editais da Intendência/Prefeitura. As páginas dez a 13 buscavam notícias sociais, abrangiam pequenas notas, comentários dos principais eventos e vida esportiva.

As edições de domingo tinham peculiaridades e, além de trazerem as colunas do dia a dia, traziam, na página dez, a seção *Página Feminina* (também publicada na quinta-feira). As páginas 11 a 17 traziam, em suas folhas, notas sociais, notícias de cunho religioso ou cultural, como teatro, cinema, circos, além da seção jurídica, da seção infantil, dos contos literários e históricos.

Outra característica do jornal, geralmente estampada na capa, era a publicação de anúncios em cores (vermelho, verde ou amarelo). As páginas dedicadas aos anunciantes eram a 10 até a 18, mas, ao longo do periódico, encontramos muitas propagandas e até mesmo páginas inteiras reservadas aos anunciantes. O forte do *Diário de Notícias* era o departamento comercial, que angariou grande volume de anúncios. Essa peculiaridade de vender espaço no corpo do jornal era destinada mais a anúncios publicitários de porte médio, exemplo: 10 x 20 cm ou 15 x 20 cm de tamanho, porém, em volume maior do que seu concorrente. Estes reclames tinham como destino, na maioria das vezes, a parte interna do exemplar, enquanto a capa e a contracapa estavam destinadas a anúncios maiores (exemplo: 30 x 41,5 cm).

Várias propagandas (Figura 30) já apareceram no primeiro número desse jornal, apesar de ainda não se ter a prática de investir em publicidade. Apenas na década de 1930 a palavra “anúncio” se tornou corrente na imprensa, momento em que surgiu, também, uma empresa publicitária gaúcha (DN, 02/03/1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário). Foi a Arthur do Canto Júnior, fundada em 1933, a primeira agência de “anúncios e reclames” do Rio Grande



**Figura 30:** Anúncio publicitário, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/01/1935, p. 16-17. Os anúncios do Jornal figuravam normalmente na parte interna do exemplar. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

do Sul. Desde o início, essa empresa passou por muitas dificuldades financeiras, visto que a fonte de renda principal continuava sendo “a exploração da vaidade humana. Um novorrico, um ganhador de ‘sorte grande’, um pecuarista de médios rebanhos, um agricultor de colheitas fartas, um advogado de sucesso ou um político ambicioso” que necessitasse dos serviços (DN, 02/03/1975, p. 4. Suplemento do Cinquentenário).

Dependentes em larga medida da publicidade, tanto no que diz respeito à sua manutenção financeira como no que tange à sua autopromoção,

os grandes periódicos passam a disputar a influência sobre um público que se constitui (também) como mercado. Por vezes, associados a empresas maiores, ligadas ao setor da comunicação como um todo. Os jornais assumem um tamanho e uma demanda tecnológica que veda a possibilidade de uma maior concorrência, tanto com outros títulos como com outras formas de pensar diferentes daquelas que representam. Suas páginas, assim, se tornam verdadeiros “locais de poder”, pontos privilegiados para acessar e formatar a opinião pública (BARBOSA, 1996, p. 91).

É a diferenciação da comunicação, face a face ou interpessoal, na comunicação midiática, em que mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para

outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Nesse processo de transmissão simbólica (ainda que a codificação seja de uma interpretação pessoal e a leitura do jornal quase que individual), há um compartilhamento das informações, em que as molduras explanadas no contexto noticioso vão gerando uma cultura massiva, opiniões por vezes iguais ao do grupo interlocutor.

O *Diário de Notícias* também divulgará as intervenções pelas quais a cidade passa, assim como as mazelas. Em suas páginas, as de número cinco e dez, estão estampadas as matérias que criticam e também elogiam a administração pública: *As Construções Modernas, As Misérias da Cidade, Para Embelezar a Casa, A Remodelação dos Serviços Urbanos, Quadros da Vida Urbana, Pra Quem quer Construir, Kaleidoscópio Urbano*. As matérias promovidas pelo público ficaram a cargo das seções *A Cidade, Coisas Irritantes, O Público Reclama, Ecos & Notas, Editorial, Pontos de Vista, Reportagem, Queixas e Reclamações, Os focos de enfermidade, Crônica do Dia e Carta à Direção*.

Comparativamente, o *Diário de Notícias* publicou muito mais fotografias do que o *Correio do Povo*, ainda assim, ambos os periódicos ilustravam suas matérias com imagens de baixa resolução. São exemplos dessa mecânica entre textos e imagens. As colunas e os anúncios que formam o corpo do jornal são elementos utilizados para a intervenção na vida social, como já abordado durante ao longo dos capítulos anteriores

Os grandes jornais, entre eles o *Correio* e o *Diário*, como empresas que são, operam a partir de uma lógica de mercado. Conforme Bahia (2009, p. 177), a empresa jornalística “é vista como um investimento atraente, duradouro, responsável. Essa concepção de empreendimento responsável que se atribui ao jornal substitui a concepção de risco inevitável, quase sempre associada a uma conveniência de ocasião ao partidarismo, ao aventureirismo”. E o autor conclui a ideia que “nela se abrigam objetivos que equilibram o lucro, a ética e o crescimento”.

Desta forma, sua finalidade principal, a informação, passa a ter o duplo caráter de produto e instrumento, devendo seduzir o leitor ao mesmo instante em que influencia sua percepção sobre a realidade que o cerca. Tanto a dominação social que fomentam quanto o papel pedagógico que desempenham constituem-se em fatores extremamente inter-relacionados, com fronteiras nem sempre definidas de forma clara. Tais funções, contudo, têm sido executadas de forma eficiente ao longo do tempo, garantindo a imagem de instituições detentoras da verdade e agentes imparciais de informação, fato que enseja discussões sobre o assunto.



**Figura 31:** Kaleidoskopio Urbano, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/04/1928, p. 08. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 32:** A Infância Desamparada, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/04/1928, p. 08. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 33:** A Remodelação dos Serviços Urbanos, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/09/1928, p. 10. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.



**Figura 34:** A Cidade e Coisas Irritantes, A. P. Matos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/10/1928, p. 05. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Os exemplos (Figuras 31 a 34) acima, ilustram dessa forma o acontecimento carregado de dualidades e adjetivações são constantes e se repetem na imprensa de forma cotidiana. Enfim, fica clara a ideia de que, dentro da instituição jornalística, a atuação do proprietário e de seu *staff* tratam o jornal como um produto, e como tal, esse responde dentro da “hipótese de agenda” com conteúdo oriundo de diversas dimensões de compreensão, como veremos a seguir.

### 4.3 Os periódicos sob análise

A partir de 1930, a expansão do Jornalismo e das Artes Visuais, que se manifestaram nos anos 1920, tomam impulso. A economia se verticaliza com novos e importantes ingressos de capitais na indústria e no comércio interno e externo. De acordo com Bahia (2009, p. 210), “o governo propõe novas prioridades entre as quais a siderurgia e as riquezas minerais. Inaugurada em 1928, a aviação comercial é um símbolo do progresso brasileiro. Define-se a fase moderna da imprensa no Brasil”. O autor observa que esse momento “é o passo para uma indústria cultural de identidade própria, enriquecida desde a Semana de Arte Moderna por movimentos diversos que procedem de várias partes do país e tanto têm origem intelectual como operária”, e reitera que a consubstancia do espírito renovador é “por vezes acentuadamente nacionalista, dos sentimentos populares”.

Nessa visão midiática, Morin (2009, p. 13-77) esclarece que o poder industrial se estendeu por todo globo terrestre. As feiras internacionais de amostras e máquinas de níqueis são o que se processam nas imagens e nos sonhos. A industrialização do espírito tende a tomar forma; é a colonização da alma. Por meio dessa indústria, opera-se o progresso ininterrupto da técnica, penetrando no domínio interior do homem e da mulher e, aí, derramando mercadorias culturais. Não há dúvidas de que o livro, e agora o jornal, passam a ser tratados como mercadoria.

As fontes escolhidas, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, por se tratarem dos dois periódicos de maior circulação dentro do período analisado. O processo de pesquisa parte da seguinte metodologia: na primeira etapa, buscar os periódicos intactos e, posteriormente, selecionar o material da seção *Queixas e Reclamações* do público.

Os relatórios da Intendência/Prefeitura e os Anais do Conselho Municipal poderiam servir como fonte adicional e contraponto sobre as colunas pesquisadas, porém, no livro de atas das reuniões e em seus despachos havia somente pedidos, orçamentos e as futuras

resoluções de alcance macro. Assim, constavam as mudanças na infraestrutura da cidade como um todo e não a resolução de uma queixa em específico. A exemplo disso, podemos observar no relatório divulgado pelo Conselho no jornal *A Federação*, de 1º de janeiro de 1928, que traz, em ata publicada: “Reunião ordinária do Conselho Municipal, sob a presidência do dr. Sarmiento Leite e com a presença dos demais conselheiros: Affonso Fonseca, dr. Jayme da Costa Pereira, Victor Kessler, Vgo Collin, João Pinto da Fonseca Guimarães e Pedro Dossena” e: “passou-se á ordem do dia, que constou da aprovação, em ultima discussão, em seguida, da redacção do projeto de lei sobre a macadamização das ruas que conduzem aos arrabaldes, com as emendas dos conselheiros Victor Kessler e João Pinto da Fonseca Guimarães”. No corpo da coluna, dá-se a seguinte informação: “encerrados os trabalhos, falou o conselheiro João Pinto da Fonseca Guimarães, propondo fosse consignado em acta um voto de louvor e reconhecimento pela maneira correcta e distincta com que a mesa dirigiu os trabalhos da presente sessão”; concluindo a ata que “o dr. Sarmiento Leite, encerrando a sessão, agradeceu o concurso que lhe prestaram seus collegas e a imprensa local e convidou o Conselho para ir cumprimentar o major Alberto Bins”. Diante dessas informações tão escassas e que não acrescentam um material que evidenciaria a resolução de alguma queixa, optamos pela não utilização dessas atas publicadas no jornal como fonte.

Na segunda etapa, realizou-se a organização do material, tornando indispensável o olhar para o conjunto de documentos de forma analítica. Os materiais classificados constituíram um banco de dados de informações que disponibilizaram quadros comparativos para análise. Posteriormente, com as informações do levantamento quantitativo, com análise do conteúdo, obteve-se o levantamento qualitativo de assuntos e, por fim, gerou a conjunção de temáticas que agrega assuntos afins, totalizando nove temas.

O banco de dados dos jornais se compôs de duas maneiras: a parte virtual, que são as fotografias tiradas das páginas e arquivadas por nome e em ordem cronológica, e a parte física, constituída de fotocópias dos exemplares do jornal *Correio do Povo* - supridas pelo Departamento de Arquivo do *Correio do Povo* - visto que é proibido fotografar o periódico. Quanto ao jornal *Diário de Notícias*, a falta de alguns exemplares não pôde ser suprida pelos arquivos públicos Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, devido ao extravio total de algumas edições (perfazendo, dentro do período 1928-1935, 34 meses).

A diagramação de um jornal ultrapassa, conforme Lucca (2010, p. 139-142), uma apresentação estética (distribuição do texto, títulos e elementos gráficos), ou seja, o corpo de texto e agrupamento de frases e períodos, a codificação icônica do texto imagético, os espaços

preenchidos e vazios de página e as linhas de composição tipográficas que formam os boxes e destaques de matérias e anúncios, fotos e ilustrações. A autora esclarece que a tomada de importância de uma matéria colocada no corpo de página segue a seguinte estratégia “um eixo diagonal imaginário da esquerda para direita, ao nível dos olhos, cruzando a folha do impresso, destacam-se as matérias localizadas acima do eixo; e na parte inferior as matérias opostas ao primeiro”. Contribui, assim, para que “o leitor concentre-se no lado direito superior deste eixo, ou seja, nas páginas de numeração ímpar parte superior” e a autora conclui “as motivações de uma publicação segue circunstâncias e objetivos ideológicos”. No caso da seção pesquisada esse aspecto configurou-se na distribuição aleatória da coluna pelas folhas de ambos os periódicos, sendo assim, não pudemos utilizar desse dado para uma análise de captação ótica pelo leitor.

O universo de exemplares pesquisados é composto por 3.933; sendo 2.394 edições do jornal *Correio do Povo*, com um olhar sobre as seções *Caixa Urbana*, *As Queixas do Público*, *Microscopio*, *Editorial* e *Reportagens*; e por 1.516 edições do jornal *Diário de Notícias*, em que se analisaram as seções *A Cidade*, *Coisas Irritantes*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Editorial*, *Pontos de Vistas*, *Reportagem*, *Queixas e Reclamações*, *Os Focos de Enfermidade*, *Cronica do Dia* e *Carta á Direção*, e, por 23 edições do jornal *A Federação*, com publicação das atas do Conselho Municipal (Tabela 2 – Gráfico 1 – Apêndices I, II, III e IV – Planilhas do Banco de Dados).

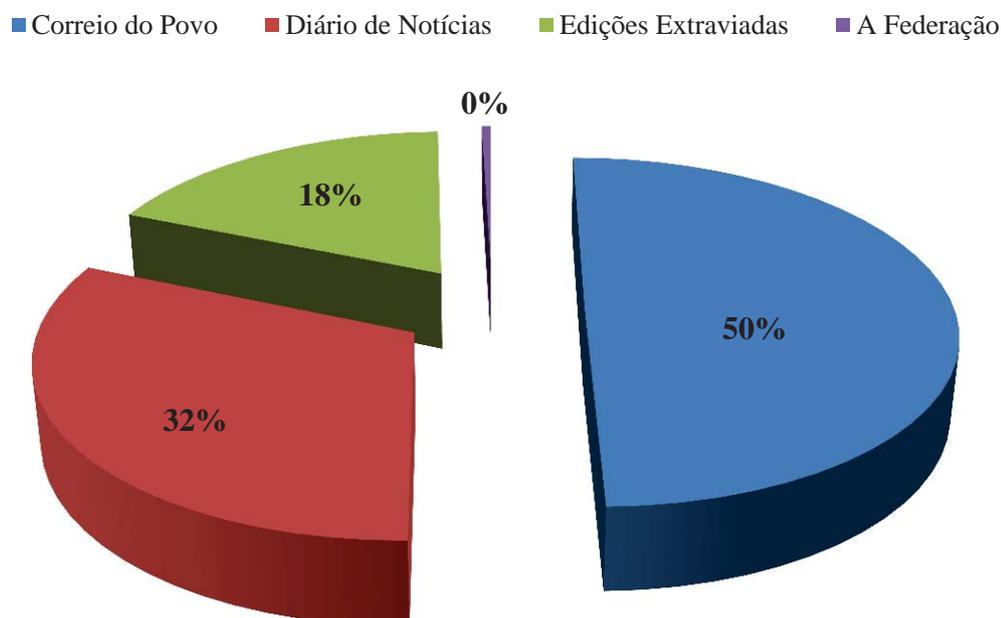
A diferença de 18% entre as edições pesquisadas do jornal *Diário de Notícias*, em relação ao *Correio do Povo*, se deve a exemplares extraviados de: 1928 – março; 1929 – março e abril; 1930 – janeiro a junho, setembro e outubro; 1931 – março e abril, julho a outubro; 1932 – março a dezembro; 1933 – janeiro e fevereiro, setembro e outubro; 1934 – setembro e outubro; 1935 – setembro. Quanto ao jornal *A Federação*, as consultas tomaram os exemplares: 1928 – janeiro a março; 1935 – agosto a setembro.

#### Distribuição de quantidades de jornais por ano (1928-1935)

Jornais	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
<b>Correio do Povo</b>	292	312	311	312	315	314	312	226	2394
<b>Diário de Notícias</b>	265	260	106	155	51	211	259	209	1516
<b>Edições extraviadas</b>	27	52	205	157	264	103	53	17	878
<b>A Federação</b>	6	0	0	0	0	0	0	17	23
<b>Universo Total</b>	590	624	622	624	630	628	624	469	4811
<b>Universo Pesquisado</b>	<b>563</b>	<b>572</b>	<b>417</b>	<b>467</b>	<b>366</b>	<b>525</b>	<b>571</b>	<b>452</b>	<b>3933</b>

**Tabela 2:** Distribuição de quantidades de jornais por ano, entre o período de 1928 a 1935. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

### Universo de Jornais pesquisados em %



**Gráfico 1:** Universo de jornais pesquisados – 4811 edições em porcentagens. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

No universo de reclamações de 2.494 reclamações (Tabela 03), no jornal *Correio do Povo* foram de 599 queixas, constituídas pelas colunas: *Caixa Urbana*, *Microscopio*, *As Queixas do Publico*, *Reportagem* e *Editorial*.

#### Total de reclamações no período de 24/01/1928 a 20/09/1935

Jornal	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total Queixa
<i>Correio</i>	54	42	43	54	53	43	184	126	599
<i>Diário</i>	445	717	104	157	48	214	192	18	1895
<b>Total</b>	499	759	147	211	101	257	376	144	2494

**Tabela 3:** Total de reclamações distribuídas anualmente no período de 24/01/1928 a 20/09/1935. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

As seções do *Correio do Povo* são compostas por:

- *Caixa Urbana* – Jornal *Correio* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;

- *Microscopio* – Jornal *Correio* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;
- *As Queixas do Publico* – Jornal *Correio* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação. O repórter, editor ou o jornal analisavam essas queixas e davam sua opinião;
- *Reportagem* – Jornal *Correio* – algumas queixas, muitas vezes, acabavam por resultar em uma reportagem que investigava e divulgava o problema, ecoando apelos por providências às autoridades;
- *Editorial* – Jornal *Correio* – algumas vezes, com menor frequência, os problemas levantados pelas reportagens terminavam por ter como foco o Jornal, o qual explicitava sua posição frente à situação.

Os valores representativos de cada coluna expressos na Tabela 4, podemos observar que as seções *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *As Queixas do Publico* contabilizaram 449 queixas, contra as colunas *Reportagem* e *Editorial*, que contabilizaram 150. A seção *Caixa Urbana* manteve-se estável durante o período, variando entre nove a 18. A *Microscopio* termina por apresentar em 1928, quatro queixas e, em 1935, duas.

Já a seção *Queixas e Reclamações* tem, durante o período, uma crescente vertiginosa, passando da variação dos primeiros cinco anos da média de 15 queixas para, nos últimos três anos, crescer para 26 (1933); sendo 134 seu maior número de queixas (1934) e, em 1935, um número de 94 queixas. Isso demonstra que o jornal destinou maior número de cartas para esta coluna do que para as outras. Também demonstra que houve um acréscimo substancial nas reclamações da população.

No Gráfico 02, a seção *As Queixas do Publico* concentra 73% de todo o universo (449) de reclamações do jornal *Correio do Povo*. Podemos especular que, provavelmente, por ser uma seção denominada “as queixas do público”, demonstrou mais afinidade com a causa da população do que as outras duas. O aumento de queixas também poderá estar na eficiência da repercussão perante o público leitor, já que não temos como mensurar se essas reclamações foram atendidas ou não.

### Distribuição das queixas por coluna no Jornal *Correio do Povo*

Colunas	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total	%
Caixa Urbana	17	17	9	19	18	9	15	10	114	5
Microscopio	4	0	0	0	0	0	0	2	6	19
As Queixas do Público	16	9	17	18	15	26	134	94	329	1
<b>Subtotal</b>	<b>37</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>37</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>149</b>	<b>106</b>	<b>449</b>	-
Reportagem	17	16	17	17	9	3	26	17	122	20
Editorial	0	0	0	0	11	5	9	3	28	55
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>150</b>	-
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>54</b>	<b>53</b>	<b>43</b>	<b>184</b>	<b>126</b>	<b>599</b>	<b>100</b>

Tabela 4: Distribuição das queixas por coluna no Jornal *Correio do Povo*. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

### Seção de Queixas do Jornal *Correio do Povo* em %

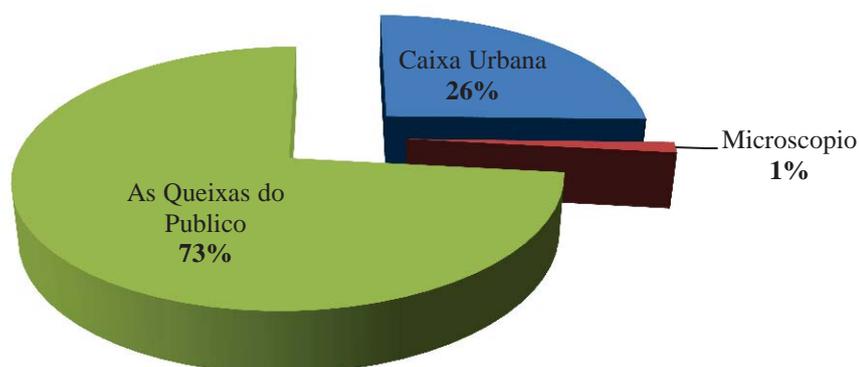


Gráfico 2: Seção de Queixas do Jornal *Correio do Povo* – 499 queixas em porcentagem. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Durante a coleta de dados nas três colunas pesquisadas no jornal *Correio do Povo*, identificamos os nomes dos reclamantes e também suas ruas e bairros, bem como quais incidências de queixas recaem em cada temática (Apêndices V, VI e VII).

As colunas que constam no corpo do jornal *Diário de Notícias* são assim distribuídas:

- *A Cidade* – Jornal *Diário* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação, assim como interpelavam o cronista pelas ruas da capital. O colunista também emitia sua opinião sobre as queixas e os problemas da cidade;

- *O Publico Reclama* – Jornal *Diário* – constituída de reclamações efetuadas pelo jornal, mas em nome dos cidadãos, contendo texto e imagem. O cronista, em nome do jornal, emitia sua opinião sobre as queixas e os problemas da cidade;
- *Eco & Notas* – Jornal *Diário* – constituída, por vezes, de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, por reclamantes que se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação. O cronista também emitia sua opinião sobre as queixas e problemas da cidade;
- *Pontos de Vista* – Jornal *Diário* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;
- *Queixas e Reclamações* – Jornal *Diário* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;
- *Crônica do Dia* – Jornal *Diário* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;
- *Carta á Direção* – Jornal *Diário* – constituída de cartas escritas por leitores, endereçadas ao jornal, assinadas ou anônimas. Também, muitos reclamantes se dirigiam ao balcão do jornal para fazer a reclamação;
- *Coisas Irritantes* – Jornal *Diário* – constituída de reclamações efetuadas pelo jornal, contendo texto e imagem. O repórter, em nome do jornal, emitia sua opinião sobre os problemas da cidade;
- *Editorial* – Jornal *Diário* – algumas vezes, com menor frequência, os problemas levantados pelas reportagens terminavam por ter como foco o jornal, o qual explicitava sua posição frente ao problema;
- *Reportagem* – Jornal *Diário* – algumas queixas, muitas vezes, acabavam por resultar em uma reportagem que investigava e divulgava o problema, ecoando apelos por providências às autoridades;
- *Os focos da enfermidade* – Jornal *Diário* – algumas queixas acabavam por resultar em uma reportagem que investigava e divulgava o problema, ecoando apelos por providências as autoridades;

O jornal *Diário de Notícias* contabilizou 1.895 queixas, as quais estavam distribuídas entre as colunas: *A Cidade, O Publico Reclama, Ecos & Notas, Pontos de Vista, Queixas do*

*Público, Crônica do Dia, Carta á Direção, Coisas Irritantes, Editorial, Reportagem e Os Focos de Enfermidade*, conforme é apresentado na Tabela 05:

<b>Distribuição das queixas por coluna no Jornal <i>Diário de Notícias</i></b>										
<b>Colunas</b>	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total Queixa	%
<b>1. A Cidade</b>	261	253	86	150	48	194	186	0	1178	62
<b>2. O Publico Reclama</b>	51	193	4	0	0	0	0	0	248	13
<b>3. Ecos &amp; Notas</b>	21	25	0	0	0	0	1	0	47	3
<b>4. Pontos de Vista</b>	4	3	0	0	0	0	0	13	20	1
<b>5. Queixas e Reclamações</b>	17	7	0	6	0	0	0	4	34	2
<b>6. Crônica do Dia</b>	0	0	0	0	0	18	0	0	28	1
<b>7. Carta á Direção</b>	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
<b>Subtotal</b>	<b>354</b>	<b>481</b>	<b>90</b>	<b>156</b>	<b>48</b>	<b>212</b>	<b>187</b>	<b>18</b>	<b>1546</b>	<b>-</b>
<b>8. Coisas Irritantes</b>	69	225	5	0	0	0	0	0	299	16
<b>9. Editorial</b>	12	11	0	0	0	0	5	0	28	1
<b>10. Reportagem</b>	10	0	9	0	0	2	0	0	21	1
<b>11. Os focos de enfermidade</b>	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
<b>Subtotal</b>	<b>91</b>	<b>236</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>349</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>445</b>	<b>717</b>	<b>104</b>	<b>157</b>	<b>48</b>	<b>214</b>	<b>192</b>	<b>18</b>	<b>1895</b>	<b>100</b>

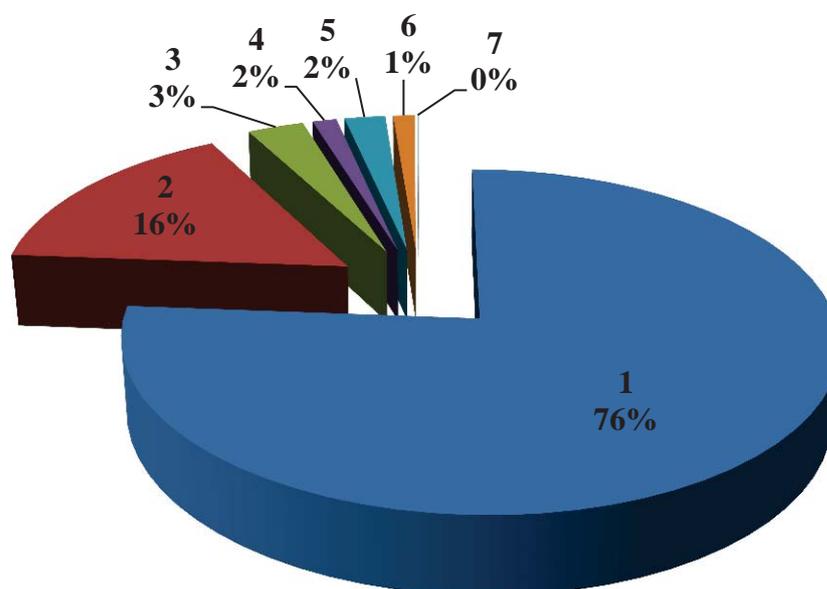
**Tabela 5:** Distribuição das queixas por coluna no jornal *Diário de Notícias*. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Podemos observar que as seções *A Cidade, O Publico Reclama, Ecos & Notas, Pontos de Vista, Queixas do Público, Crônica do Dia e Carta á Direção* totalizaram 1.546 queixas. Enquanto as colunas *Coisas Irritantes, Editorial, Reportagem e Os Focos de Enfermidade* contabilizaram 349 reclamações e reportagens do jornal. Os índices de todas as colunas têm um elevado número de problemas. No ano de 1928 são apresentados 445 e, no ano de 1929, 717, avançando para os anos de 1930 a 1934. Posteriormente, o decréscimo é acentuado e, no ano de 1935, constam somente 18 queixas, justamente nas colunas que recebem as

reclamações da população. Ainda que haja comprometimento com o número elevado de edições extraviadas, estas totalizaram apenas 34 meses.

A coluna *A Cidade* sempre se manteve estável até sumir em 1935, provavelmente tendo sido substituída pelas colunas *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações* e *Carta á Direção*, já que essas congregam as cartas de queixas durante esse período. Já as colunas *O Publico Reclama* e *Ecos & Notas* tiveram vida durante os anos de 1928 e 1929 e, depois disso, não apareceram mais no jornal. Damos ressalva à coluna *Ecos & Notas* que continuou existindo, mas não mais com matérias relativas à cidade e sim com cunho político e econômico, nacionalmente e internacionalmente. Já *Coisas Irritantes* terminou por existir durante três anos, trazendo, em seu corpo, texto e imagem das “coisas irritantes” para o jornal, sendo seu auge em 1929, com 225 reclamações do jornal sobre a cidade. Depois disso, o jornal pouco se pronunciou sobre os problemas e queixas da população; exemplo está nas colunas *Editorial e Reportagem* que, em três anos (1928 a 1930), participou com 42 vezes e, nos anos de 1931 até 1935, apresentou somente sete vezes. A coluna *Cronica do Dia* chegou a ter uma participação tímida em 1933, com 18 reclamações e depois disso não figura mais nas páginas do jornal. O que pode ter modificado as ações do jornal perante as cartas de queixas da população talvez tenha sido o fato de que o periódico resolvera não divulgar as queixas em si (como observamos em 1934, com 187 queixas, e em 1935, com 18 queixas), optando por receber a carta e utilizá-la como matéria prima para as reportagens, não mais divulgando o conteúdo.

A porcentagem da coluna *A Cidade*, com 76%, com número de 1.178 queixas, seguido da coluna *O Publico Reclama*, com 16% e um número de 248 queixas, demonstra que o colunista tinha grande afeição do público. Conforme narra Carreira (2005, p. 37), a coluna *A Cidade* “à época, era responsabilidade do escritor regionalista Roque Callage, que escreveu a coluna desde a inauguração do jornal em 1925, até seu afastamento em 1930, em consequência de uma doença”. A autora ainda acrescenta que, nessa coluna, “eram discutidos os principais problemas urbanos de Porto Alegre e muitas vezes questionada a maneira como a administração municipal se posicionava diante dos casos e tentava resolvê-los”. Por fim, Carreira conclui que, “após o afastamento de Callage, com sua morte, em maio de 1931, a coluna continuou sendo publicada até o ano de 1934, sem assinatura”. Além disso, a edição do jornal seguiu sem nomear outro colunista (Gráfico 03 – Tabela 06).

Seção Queixas do Jornal *Diário de Notícias* em %

**Gráfico 3:** Seção de Queixas do Jornal *Diário de Notícias* – 1546 queixas em porcentagens. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

## Quantidade de queixas por colunas e distribuídas anualmente no

Jornal *Diário de Notícias*

Colunas	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
1. A Cidade	261	253	86	150	48	194	186	0	1178
2. O Público Reclama	51	193	4	0	0	0	0	0	248
3. Ecos & Notas	21	25	0	0	0	0	1	0	47
4. Pontos de Vista	4	3	0	0	0	0	0	13	20
5. Queixas e Reclamações	17	7	0	6	0	0	0	4	34
6. Cronica do Dia	0	0	0	0	0	18	0	0	18
7. Carta à Direção	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>354</b>	<b>481</b>	<b>90</b>	<b>156</b>	<b>48</b>	<b>212</b>	<b>187</b>	<b>18</b>	<b>1546</b>

**Tabela 6:** Quantidade de queixas por colunas e distribuídas anualmente no Jornal *Diário de Notícias*. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Para Bahia (2009, p. 235), a apresentação da notícia, neste caso, a coluna *Queixas e Reclamações*, pode ter sido interpretada por outro viés, pois, “a notícia tende a considerar ângulos de interesse através de uma fórmula de alcance comum”. O autor ressalva, também, que “de 1930 em diante, transformações profundas na sociedade e na empresa incidem na reorganização dos meios de comunicação, revitalizando neles as especializações, ampliadas

pela televisão, pelo rádio e na própria imprensa”. Sendo assim, é possível nos depararmos com uma população que pode ter encontrado no rádio outro meio de expressar suas angústias.

Comparando os dados dos jornais, observamos que o *Correio*, no período de 1928 e 1929, teve 835 queixas, enquanto que o *Diário*, no mesmo período, teve 63 reclamações. Podemos notar que, nesse momento, que esse segundo era o jornal mais atuante junto à população, talvez porque buscasse se posicionar como um produto confiável e de diálogo junto aos cidadãos; em virtude disso, há o grande número de colunas dedicadas às reclamações. Já no período de 1934 e 1935, esse índice muda: o *Correio* passa a ter 149 queixas e o *Diário* conta com 205. O número de queixas do segundo ainda é maior, mas nada comparado aos dois primeiros anos da pesquisa, em que o *Diário* apresenta um número 13 vezes superior ao do *Correio*.

Os temas utilizados nesta pesquisa, que agregam as *queixas e reclamações* em tópicos, foram elaboradas a partir de Silva (1988), Benvenuti, (2004) e de Lemos (2009).

Para Lemos (2009, p. 83), a classificação adotada devido ao “grande número de registros com a pesquisa documental [...] para facilitar a análise e torná-la o mais objetiva possível”, está assim disposta: “1. A falta de água; 2. Falta de limpeza pública; 3. Enchentes; 4. Mosquitos e moscas; 5. Fuligem e energia; 6. Carris; 7. Calçamento, tráfego de veículos e estacionamento”.

Analisando, inicialmente, as Queixas do Público, é possível identificar os assuntos mais constantes trazidos às páginas do jornal, enquanto problemas da cidade. Normalmente, entretanto, eles não estavam associados ao todo da cidade, mas à determinada rua, bairro ou região da cidade. Os problemas mais reiteradamente relatados estavam associados à estrutura viária, aos equipamentos e serviços e às questões administrativas da Prefeitura (LEMOS, 2009, p. 83).

No “Quadro demonstrativo dos assuntos abordados nas queixas (1909-1916)”, de Benvenuti (2004, p. 154), tem-se “1. Ruas, praças e logradouros; 2. Limpeza pública; 3. Insegurança; 4. Esgoto; 5. Iluminação elétrica; 6. Transporte; 7. Presença de animais; 8. Água; 9. Conduta policial; 10. Fiscalização; 11. Construções; 12. Prostituição; 13. Jogatina; 14. Estabelecimentos comerciais; 15. Outras”.

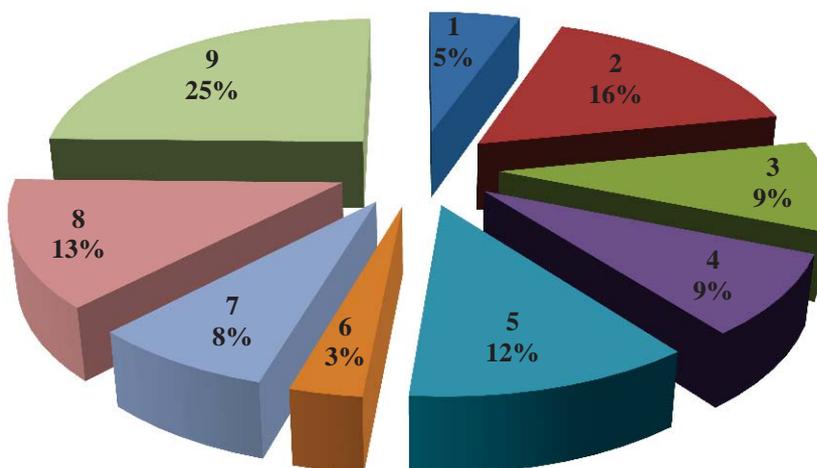
Utilizamos as premissas de análise sobre o universo pesquisado de 1.995 queixas distribuídas conforme a Tabela 07, apresentada abaixo:

Quantidade de queixas distribuídas anualmente nos jornais									
Jornais	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
<i>Correio</i>	37	26	26	37	33	35	149	106	449
<i>Diário</i>	354	481	90	156	48	212	187	18	1546
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>507</b>	<b>116</b>	<b>193</b>	<b>81</b>	<b>247</b>	<b>336</b>	<b>124</b>	<b>1995</b>

**Tabela 7:** Quantidade de queixas distribuídas anualmente nos jornais. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

As temáticas formadas a partir desse universo de reclamações foram as respectivas: 1. Energia Elétrica, 107; 2. Limpeza Pública, 328; 3. Outros, 187; 4. Saneamento, 169; 5. Segurança, 236; 6. Serviço, 60; 7. Trânsito, 152; 8. Transporte, 264 e 9. Urbanidade, 492 (Gráfico 4).

**Temáticas das reclamações em %**



**Gráfico 4:** Temáticas das 1995 reclamações em porcentagens. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Nr.	Colunas	Quantidades	Nr.	Colunas	Quantidades
1.	Energia Elétrica	<b>107</b>	6.	Serviço	<b>60</b>
2.	Limpeza Pública	<b>328</b>	7.	Trânsito	<b>152</b>
3.	Outros	<b>187</b>	8.	Transporte	<b>264</b>
4.	Saneamento	<b>169</b>	9.	Urbanidade	<b>492</b>
5.	Segurança	<b>236</b>			

As quantidades das queixas distribuídas nas temáticas anualmente, pontuam-se na Tabela 8 (Apêndice XI):

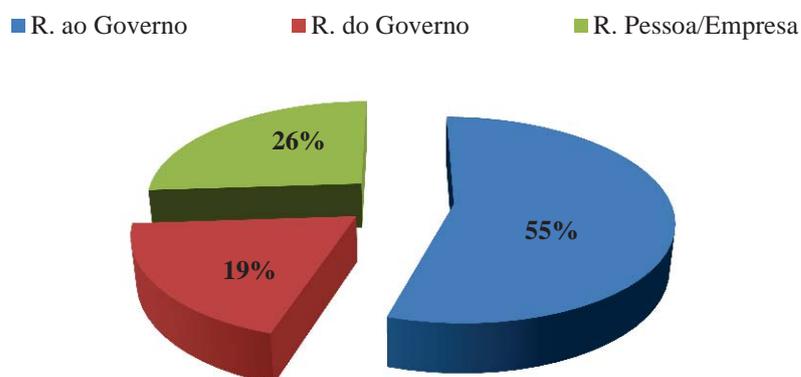
**Temática dos assuntos abordados anualmente no *Correio do Povo* e *Diário de Notícias***

Temática	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total Queixa	%
<b>1.Energia Elétrica</b>	41	21	4	6	3	6	20	6	107	5
<b>2.Limpeza Pública</b>	76	74	11	33	12	41	62	19	328	16
<b>3.Outros</b>	45	32	8	17	7	13	56	9	187	9
<b>4.Saneamento</b>	21	46	11	14	8	14	41	14	169	9
<b>5.Segurança</b>	32	75	21	24	11	37	28	8	236	12
<b>6.Serviço</b>	11	8	3	6	1	5	9	17	60	3
<b>7.Trânsito</b>	17	39	14	19	6	19	23	15	152	8
<b>8.Transporte</b>	56	67	10	32	14	31	42	12	264	13
<b>9.Urbanidade</b>	92	145	34	42	19	81	55	24	492	25
<b>Total Geral</b>	<b>391</b>	<b>507</b>	<b>116</b>	<b>193</b>	<b>81</b>	<b>247</b>	<b>336</b>	<b>124</b>	<b>1995</b>	<b>100</b>

**Tabela 8:** Temática dos assuntos abordados anualmente nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Outros índices, que puderam ser medidos nas colunas e estão baseadas em Silva (1988, p. 21) foram: “reclama-se ao governo pedindo medidas de segurança e regulamentação de atividades econômicas” e “reclama-se do governo protestando contra o arbítrio de seus agentes, especialmente fiscais e policiais”. Tomamos a liberdade de acrescentar nesse quadro as reclamações contra pessoas e empresas que são alvo das queixas. Dispomos, assim, o quadro: reclamações ao governo – pedindo; reclamações do governo – reclamando; e reclamações contra pessoas e empresas (Gráfico 5).

**Reclamações ao governo, do governo e de pessoas/empresas em %**



**Gráfico 5:** Reclamações ao governo, do governo e de pessoas/empresas em porcentagens. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os índices demonstram que a Reclamação ao Governo era de 55%, ou seja, solicitando medidas que se pontuam nas temáticas: Limpeza Pública, Saneamento, Segurança e Urbanidade, em relação às quais o governo deixava a desejar. Podemos observar, conforme a Tabela 9 abaixo:

<b>Demonstrativo por reclamação ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa</b>				
<b>Temática</b>	<b>Ao Governo</b>	<b>Do Governo</b>	<b>Pessoa/Empresa</b>	<b>Total</b>
<b>1.Energia Elétrica</b>	18	21	68	107
<b>2.Limpeza Pública</b>	291	9	28	328
<b>3.Outros</b>	34	46	107	187
<b>4.Saneamento</b>	143	17	9	169
<b>5.Segurança</b>	187	43	6	236
<b>6.Serviço</b>	17	2	41	60
<b>7.Trânsito</b>	144	5	3	152
<b>8.Transporte</b>	17	21	226	264
<b>9.Urbanidade</b>	243	217	32	492
<b>Total</b>	1094	381	520	1995

**Tabela 9:** Demonstrativo por reclamação ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os dados da Tabela 9 mostram que as temáticas – pertencentes ao critério Ao Governo – Limpeza Pública, com 291 reclamações e Urbanidade, com 243, estão diretamente ligadas às transformações urbanas, como poderemos ver no próximo capítulo, visto que a cidade ainda estava em meio às construções e ainda, caminhava para melhorar seus serviços públicos.

Já no critério Do Governo, a temática Urbanidade, com 217 reclamações, continua se mantendo alta, também ligada às transformações urbanas já mencionadas, seguida por Outros, com 46 reclamações, cuja temática abrange principalmente alimentação (preço e condicionamento dos alimentos, tais como carne e leite) e lazer. A população sofria muito com a falta de critérios do Departamento de Higiene que, por vezes, liberavam locais que há pouco tempo haviam sido fechados por apresentarem alto grau de insalubridade nos seus derivados, colocando a população em risco.

Por fim, no critério Pessoa/Empresa, está a temática Transporte, com 226 queixas pelas péssimas condições que a empresa Carris oferecia a seus usuários, seguida por Outros, com um número de 107 queixas, que também acompanha a questão de higiene dos alimentos e pela temática Energia Elétrica, com 68 queixas, ligada aos transtornos com falta de iluminação pública e atendimento aos bairros e arrabaldes.

Será apresentado, no próximo subcapítulo, para fins de amostragem, algumas *queixas e reclamações* das seções pesquisadas, assim como a análise destas para compreensão da vida cotidiana.

#### 4.4 As *Queixas e Reclamações* em textos nos periódicos

A partir da seção de *Queixas e Reclamações*, publicada nos periódicos *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* entre os anos de 1928 e 1935, procuramos empreender a reflexão teórica realizada no segundo capítulo com a descrição do processo de formação da cidade de Porto Alegre, no capítulo seguinte. Essas fontes primárias transmitem, com uma razoável ressonância, os sentimentos de uma parcela da população sobre seus problemas cotidianos frente às transformações urbanas, implementadas pelo governo municipal, com aval do governo estadual. Os queixosos são moradores ou transeuntes expostos às ações do dia a dia, vítimas das más condições dos serviços públicos, empresas e pessoas, que não dispunham de outro canal de comunicação para manifestar suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio destes agentes. Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

Para Certeau (2008, p. 170-171), ainda que a urbanização efetuada na capital pelos governantes e pensada por uma parte da elite tenha “uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles”, regulando espaços, como uma onda “modernizadora” que assolava a cidade, varrendo todos que não se encontravam sintonizados, “não há implementação social sem que haja (*alguma*<sup>30</sup>) resistência”.

A investigação empreendida perfaz os escritos dos reclamantes na seção de *queixas e reclamações*. A população em geral, conforme Silva (1988, p. 49), “encontrou um espaço de dimensões absolutamente inéditas na imprensa”, em que as reclamações chegam por meio de cartas, no balcão do jornal ou, por vezes, diretamente aos colunistas. Provavelmente sofriam algum senso, controle por parte do jornalista, do editor e, por fim, do próprio jornal e sua posição ideológica. Ou pela lógica de aproximação com o *staff* do jornal: quanto mais próximo, mas atendidos estavam, o que é exemplificado com o relato de De Grandi (2002, p. 15):

---

<sup>30</sup> Observação pontuada por nós.

[...] a redação inteira se dirigia ao gabinete. Ali tratava de redigir o editorial, antes da chegada de amigos, políticos, intelectuais, empresários. Vinham trazer uma colaboração, fazer pedidos, conversar”. Esta passagem demonstra como as redações dos jornais eram visitadas pelos grupos de interesses, políticos, empresários, todos que pretendiam algum apoio jornalístico procuravam os jornais.

Alguns editoriais e reportagens eram resultados de algumas queixas ou reclamações de indivíduos ou grupos que se sentiam lesados pelos órgãos públicos, privados e por outros indivíduos ou companhias. A investigação jornalística, assim como o editorial, coletavam os fatos e imagens e, posteriormente, eram divulgados os problemas, solicitando assim, providências as autoridades competentes. Estas reportagens não tinham uma periodicidade, também abrangiam os problemas de forma macro, ou seja, de um determinado bairro ou da própria cidade. Devido a tais assuntos seres de investigação de autoria do jornal (*Correio e Diário*) e não dos grupos ou indivíduos que esta pesquisa pretende abordar, estas análises não compõem o número final do trabalho de pesquisa. Mas tomamos algumas reclamações, a seguir, para fins de ilustração, os problemas apresentados por estas duas colunas (editoriais e reportagens).

No editorial do *Correio do Povo*, intitulado O problema da habitação aborda:

A crise das habitações e dos alugueres, é a questão que, nestes últimos anos, tem vingado a mais impressionante ressonância nos centros populosos do paiz. E mesmo de tal porte a sua significação e a sua gravidade, como fator de desequilíbrio econômico das varias classes sociaes, sobresahindo, neste ról, os operários, os empregados do commercio e os funcionários públicos, que as cores do mais severo realismo não senseguiriam pintar ao vivo toda a extensão do fenómeno, nas suas consequências directas e immediatas sobre o custo geral da vida (CP, 14/12/1928, p. 03, Editorial: O problema da habitação).

O texto revelava que o problema, de longas datas, havia se agravado com a “carestia de alojamentos higienicos, sobremodo sensível, tanto nesta capital como noutras aglomerações urbanas”, o jornal lembra que durante as eleições para novos mandatos “alguns de nossos homens públicos, não desadoraram de inscrevel-o nas suas plataformas, acenando á collectividade social com as promessas duma solução definitiva”. Mas o certo é que vigora só no discurso, enquanto na pratica “os operários, os empregados do commercio e os funcionários públicos” continuam a sofrer com a falta de uma política habitacional que melhore as condições de vida, desta parcela da população mencionada pelo impresso. Também no corpo do editorial há as sugestões para avançar nas construções de casas populares, tais como “o governo a auxiliar materialmente as empresas constructoras” segue concluindo que “emquanto se não convencerem os nossos dirigentes da necessidade de

medidas que revistam um caracter generalizado e duradouro, abrangendo o problema de habitações baratas sem as peias que têm entravado a solução, hão de perdurar, sinão agravar-se” a situação de habitação da população menos favorecida, o editorial termina o texto solicitando que o governo estimule a iniciativa privada, “dando ensejo ao surto de algumas construcções baratas e hygienicas” atendendo assim a demanda represada de casas populares.

O tipo de moradia residencial muito conhecida na cidade, habitadas pelas famílias de posses modestas, eram a casa de porta e janela, conforme Oliveira (1993, p. 241), “cazinhas contíguas [...] são de alvenaria de tijolos, tamanho reduzido, cobertura de telhas de barro ou chapas de zinco ondulado. Geralmente se compõem de apenas sala, quartos e cozinha, o sanitário fica nos fundos. As divisórias são de estuque, cutelo ou madeira.”

Conforme Bakos (1996, p. 149), a legislação sobre moradias, aprovado em 10/05/1926 sob o novo Regulamento Geral de Construções, implanta medidas e estratégias para “o afastamento das moradias proletárias do centro em direção à periferia urbana”. As primeiras moradias construídas pelo poder público foram para os funcionários da limpeza pública na Estrada Dona Theodora, nas proximidades da Viação Férrea de Gravataí, trata-se de um local afastado da cidade. Entretanto, conforme a autora, “a vila não tem continuidade”. Outras áreas escolhidas, tais como os Bairros São João e Navegantes, se revelam em péssimas condições, por possuir alagamentos. E as áreas acima, em morros, tem problemas na questão dos transportes públicos, pois estão muito afastados. Sendo assim, a continuidade não se dá devido ao “custo de saneamento das zonas que é de tal ordem que determina a suspensão dos projetos de construção de vilas operárias”. A autora salienta que o “encaminhamento da questão da habitação tem relação com o jogo de interesses de classe nela implicado”.

Consoante palavras de Alberto Bins, alguns anos depois, o crescimento desordenado das classes brasileiras atinge principalmente a população operária, localizada em novos arruamentos, onde a alienação do solo feita a preço e em condições cômodas, o que lhe permite fugir dos aluguéis caros, próximos aos centros de trabalho. A distância que permeia o centro e os novos arruamentos intermediada por centenas de terrenos baldios, dificulta ao Governo da cidade estender a essas zonas os serviços básicos de água, esgoto e eletricidade, bem como os meios de transportes coletivos necessários (BAKOS, 1996, p. 152-153).

Em outro editorial *Organização Policial do Diário de Notícias* (18/04/1928, Capa), trás:

[...] em primeiro lugar, pela falta de uma organização policial moderna, á altura de nossas necessidades, que faça, realmente, da policia uma corporação de defesa

social, valendo-se na luta contra o vicio e o crime, dos methodos scientificos que, hoje, por toda parte se aplicam [...].

O texto desse editorial salienta a desorganização do departamento de policia, informando que o poder público não toma medidas para sanar, “o resultado disso tudo é que diante do exercício do crime, que aumenta dia a dia, cresce em audácia e vae revelando a cada passo maior temibilidade”. Assim como no editorial do Correio, o texto apresenta uma resposta para tal desorganização “para corrigir os males dessa situação, só um remédio se apresenta verdadeiramente eficiente: a instituição da policia de carreira. E’ o que fazem os paizes mais adiantados”. O impresso saliente que o policia de carreira terá mais estímulo no exercício de suas funções, devido a estabilidade proporcionada por ser um funcionário público, gerando menos falhas e mais compromisso com o ato de policiar.

Conforme Mauch (2008, p. 70), o esquadrinhamento do espaço urbano efetuado em setembro de 1896, delimitou os distritos e comissariados policiais no município “visava tornar mais eficiente o policiamento com a multiplicação dos postos policiais”. Esta divisão tinha como objetivo facilitar a ação policial, estabelecendo atuação eficaz nas áreas destacadas. A autora ressalta que “cada vigilante deveria empregar todos os meios para ficar conhecendo os habitantes da região por ele policiada, a fim de poder proteger eficazmente suas pessoas e propriedades”. Mas, prossegue a autora, o poder público mesmo com intenção de tornar a polícia eficiente, moderna e civilizada, esbarrou, “nas deficiências da profissionalização do serviço e na resistência criada pela população contra a interferência do policial no seu cotidiano. E assim os índices de criminalidade avançam bem como as reclamações contra a força policial e seu mau comportamento que estampam as folhas dos jornais” (MAUCH, 2008, p. 70).

Na reportagem do jornal *Diário de Notícias* (09/07/1929, p. 05), com a chamada *Coisas Irritantes* (Figura 35), o texto abaixo, abrange as questões de estrutura urbana, trata-se da ponte na Avenida Azenha, sem manutenção “há cerca de um mez”:

Para que se abrisse esse rombo no muro que se vê ao lado da ponte da Azenha, bastou que nelle esbarrasse um dos veículos que por ali constantemente trafegam. E, apesar de se haver tal facto verificado há cerca de um mez, permanece irreparável o damno resultante, estando a municipalidade, pelo visto, a esperar que algum desastre pessoal ali occorra, para, só depois disso, tratar de providenciar a respeito...(DN, 09/07/1929, p. 05).

A reportagem trás o texto explicitando o descaso do poder público frente a manutenção da ponte, como também estampa a fotografia para ilustrar a matéria. A preocupação no texto jornalístico é chamar atenção para a falta de reconstrução da proteção da ponte poderá ocasionar um “desastre pessoal ali ocorra, para, só depois tratar de providenciar a respeito”.



**Figura 35:** Coisas irritantes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/07/1929, p. 05. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

A reclamação reportagem apresenta em seu texto o constantes acidentes de tráfego. Os desastre eram rotineiros, assolavam pedestres, motoristas de carros, bondes e seus usuários. A crítica aponta que um desastre poderá causar outro se não for sanado o primeiro.

Conforme Amaral (2006, p. 29), os jornais destinam-se a um segmento mais popular, não tanto a interesses políticos ou ao segmento sensacionalista, “sua aproximação se dá com o leitor por intermédio de outras estratégias, a prestação de

serviços”. O autor saliente que este reposicionamento não é sinônimo de qualidade, “a cobertura jornalística tem uma importância maior”. Os editoriais, reportagens e seções que facilitam “a leitura, identificação, interatividade, emoção, serviço e diversão”, também destinam-se a um público leitor de renda baixa e pouca escolaridade. O autor ressalta que “o fato de necessitarem sobreviver mercadologicamente entre um público de baixa escolaridade e pouco hábito de leitura demanda dos jornais grande aproximação com os leitores. Para isto, como demonstra as reportagens/reclamações feitas pelos jornais, bem com as reclamações de demandas partindo do público leitor provocam aproximação da imprensa (os jornais pesquisados) com gráficos, linguístico e temáticos como estratégia para buscar estes leitores e, conseqüentemente, o lucro.

Amaral (2006, p. 30), complementa que a necessidade do aumento da circulação de exemplares pelos jornais, sobrepõe muitas vezes à de exercer o papel social da imprensa. “O suposto interesse do leitor” fica acima do interesse do público. Os textos que são vistos como prestação de serviço, se aproximam-se de um segmento de público com baixa renda mensal, agregando as notícias a seção de queixas e reclamações como uma estratégia de marketing, caracterizando-se como assistencialismo, “pela ideia de que o leitor popular não se interessa pelos temas políticos e econômicos”. Por fim, os jornais pesquisados cedem um espaço específico à fala e escrita do seu leitor, com um tom que se desloca do jornalismo<sup>31</sup>. A seção de cartas *queixas e reclamações* do público destina-se a representar e encaminhar as demandas da população frente aos seus problemas cotidianos, “o jornal escreve para pessoas do povo e não para formadores de opinião. Busca atender às necessidades dos leitores com prestação de serviço, clareza, didatismo e informação, com o cuidado de não descambar para a gíria e a linguagem chula.”

Os jornais através das seções que serão abrangidas, subscreve, representa e cobra das autoridades sobre os diversos assuntos trazidos pelos reclamantes, tais como: segurança pública, abuso policial, corrupção, burocracia e atividades públicas (limpeza, água, esgoto, luz, calçamento). Busca assim, orientar os populares a enfrentarem as diversidades do cotidiano, a defender seus direitos e a fiscalizar os serviços públicos e privados, constituídos por companhias particulares.

As análises sobre as queixas do jornal *Correio do Povo* estão distribuídas nas seções: *Caixa Urbana*, *Microscopio e Queixas do Público*, e as queixas do jornal *Diário de Notícias*, distribuídas pelas seções: *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas do Público*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*. A pesquisa revelou assuntos de uma gama muito heterogênea, trazidos às páginas do jornal,. Normalmente, estes não estavam só associados ao todo da cidade, mas também à determinada região, bairro ou rua. Nessa profusão de informações, esta pesquisa se investe da História Social que, conforme Barros (2008, p. 110), “veremos que começam a se destacar certos objetos mais evidentes: os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais (entre estes grupos e dos indivíduos no seu interior), e os processos de transformação da sociedade”. O processo de modernização que a cidade sente e que irá tramitar mesmo no embelezamento do centro e de alguns bairros, mas mesmo assim esta

---

<sup>31</sup> Amaral (2006, p. 112), explica que o texto da seção mais popular não se afasta da linguagem jornalística, mesmo que utilize termos mais coloquiais “o fato de um jornal ser mais popular não significa que tenha de abrir mão da linguagem informativo”.

conjuntura irá penetrar e repercutir no cotidiano de todos que vivem na *urbs*, o espaço social modificado trará uma dicotomia entre o mundo desejado (sonhado ou imaginado) e o mundo aplicável (com suas perturbações e problemas). Para isto observamos através do montante de 1.995 queixas e para abarcar estes dados com eficiência, distribuímos essas reclamações por nove temáticas:

- Energia Elétrica, 107;
- Limpeza Pública, 328;
- Outros, 187;
- Saneamento, 169;
- Segurança, 236;
- Serviço, 60;
- Trânsito, 152;
- Transporte, 264;
- Urbanidade, 492.

A coluna *A Cidade*, de 03 de janeiro de 1928, publicada no *Diário de Notícias* inicia com uma constatação “o anno de 1927 foi simplesmente um anno de fatura... de assumpto... Não houve um dia que a matéria prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiril-a”, a dinâmica da cidade, a remodelação da *urbs* pela administração da municipal, bem como os problemas causados pelo mesmo. E o autor da coluna segue “para qualquer ponto da cidade que se olhe surge immediatamente o motivo ou o thema para commentario despretençioso, feito não pelo prazer de se o fazer, mas em razão de um espinhoso dever de officio”. Conforme Monteiro (1995, p. 113), “o projeto de remodelação urbana da administração Otávio Rocha baseada nas propostas do Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento da Capital de 1914” toma novo impulso com a Comissão de Obras Novas e com a Seção de Embelezamentos.

Rocha constituiu uma estrutura administrativa, com “recursos provenientes da reforma do sistema de arrecadação dos impostos municipais e de um empréstimo externo de 4 milhões de dólares em Nova Iorque” (MONTEIRO, 1995, p. 93). A estreita ligação entre os governos municipal e estadual dava estímulo para o projeto de modernização. Os argumentos de salubridade, estética e progresso pautavam quando o assunto eram os hábitos e costumes das classes populares, que não estariam esses à altura da dinâmica dos novos tempos, como considera Machado (1998, p. 70), “relacionando-a com o progresso vivenciado pela capital do

estado e evidenciando que a cidade coloca-se lado a lado com outras capitais”. A abertura de novas avenidas, conforme Monteiro (1995, p. 103), proporcionaria “um acesso fácil e rápido dos trabalhadores pobres ao seu local de trabalho [...] outra justificativa como mais uma das exigências da modernização da infraestrutura urbana, que pretendia viabilizar o desenvolvimento capitalista de Porto Alegre”. Sendo assim, as saudações para as novas construções eram bem vindas, mas estas também geravam problemas como congestionamento, buracos, desocupação, deslocamento de materiais, entre outros. E os não atendidos vinham à coluna reclamar desses disparates, como veremos nas temáticas apresentadas com seus assuntos de casos.

Anno novo, vida nova. Mais uma vez a trefega e trahidora esperança ahi surge, enchendo-nos a alma de enganadoras ilusões neste aspirar constante pela ventura e pela felicidade que nunca chegam. Deixemos, porém, de lado esse aspecto quase mystico que a todos nós domina e empolga através dos nossos vaticínios e augúrios e falemos das possibilidades de que é capaz o anno que entrou em relação a esta obscura e acanhada coluna de jornal, onde diariamente archivamos uma impressão da cidade. Do que já se foi nada temos que nos queixar. Sombrio e triste para uns, alegre e prazenteiro para outros, o anno de 1927 foi simplesmente um anno de fatura...de assumpto. Não houve um dia que a matéria prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiri-la neste vasto empório de miscelâneas que é em verdade a nossa valorosa e progressista capital. Tudo nos tem sido vasqueiro na vida, menos o assumpto, que é a razão de ser desta chroniqueta. Para qualquer ponto da cidade que se olhe surge immediatamente o motivo ou o thema para commentario despretençioso, feito não pelo prazer de se o fazer, mas em razão de um espinhoso dever de officio. Ora é um facto a censura, ora um melhoramento a louvar; aqui, o registro de uma impressão de desagrado; ali, a nota viva e incisiva de um acontecimento brilhante – tudo isso vae constituindo o cabedal necessario para que diariamente se diga alguma cousa por meio deste inexpressivo palmo de columna. O ano que findou foi, nesse particular, de uma prodigalidade a toda prova. Jámais nos sonogou a graça dadivosa desses favores. Logo pela manhã cedo, a primeira cousa que elle nos fazia era mostrar-nos sem muito trabalho de pesquisa, o assumpto para o commentario do dia. Tudo o mais elle nos negou avaramente, menos esse. Esperamos agora que o mesmo aconteça com esse enigmatico 1928, que acaba de entrar com muito ruido e muitas promessas. A cidade atravessa uma phase de forte transformação, de intensa e extraordinaria actividade. Innumeros problemas urbanos ahi estão palpitantes annunciando a metamorphose da capital, emquanto outros reclamam, realização urgente em veneficio do proprio desenvolvimento da metropole. Não será por certo por esse lado que o anno que se inicia irá tolher a vida e a razão de ser deste commentario. E se isso fizesse, que beneficio para os nossos leitores!... C (DN, 03/01/1928, p. 05).

Por fim, o autor encerra a coluna com o que virá: “1928, acaba de entrar com muito ruido e muitas promessas. A cidade atravessa uma phase de forte transformação, de intensa e extraordinaria atividade”.

A abertura das novas avenidas, largas e perfeitamente calçadas, desimpediriam o trânsito, permitindo instaurar um novo ritmo no comércio e na indústria. Nessa nova fase do capitalismo internacional, necessitava-se eliminar as barreiras constituídas

pelo espaço e pelo tempo para criar ininterrupta, incessante e velozmente mais valor e reproduzir o capital. O ritmo frenético da vida urbana é o ritmo da produção e do mercado que criam novos valores de troca. Além das necessidades de infra-estrutura urbana e modernização dos hábitos e valores pré-capitalistas, o desenvolvimento econômico buscava instaurar essa nova noção de tempo “rápido, fluído, vertiginoso” relacionando-o a ideia de progresso. O tempo útil, produtivo que se opõe e impõe ao tempo da vadiagem e do repouso (MONTEIRO, 1995, p. 115).

A seguir, apresenta-se exemplos desse conteúdo ordenado por essas temáticas.

A temática **Energia Elétrica** ocupa 5% das queixas, com um total de 107 reclamações por parte da população. Dentro desse tópico, os assuntos são: iluminação pública, Usina e fuligem.

A Usina do Gasômetro, conforme Guimarães (2002, p. 35 e 38), era composta por uma verdadeira parafernália cheia de automatismos que buscava a economia de movimentos e o aumento da produção. Nela, estavam guardadas as últimas surpresas “deslindadas pelo espírito e a inteligência dos sábios através dos tempos, [...] vinte mil quilowatts estavam rugindo dentro de um prédio novo, de concreto armado, em máquinas alucinadas prestes a transformar a noite em dia nunca visto”. O autor segue afirmando que a Usina é “a grande fornecedora de energia para a cidade, incorporava os elementos simbólicos de um imaginário fascinado pela ciência, pela eletricidade e por ilimitada força geradora”. Mas, conforme as queixas foram se apresentando, a Usina não transparecia algo que agradasse ao grande público com sua fuligem.

#### **A fuligem da Usina electrica é o problema da hora**

Polluindo a atmosfera da cidade, ella acarreta inconvenientes á hygiene e á saúde publica (...) a lucta dos hygienistas contras as fumaças, nas grandes aglomerações – comtanto que essa lucta seja eficaz – permitiria economizar grandes quantias, suprimindo as perdas econômicas (...). Em toda parte oeste da capital, continuam as reclamações contra a fuligem expelida pelas chaminés da usina da Companhia Energia Rio Grandense. Com o vento sudoeste de anteontem e de hontem, o mal se agravou ainda mais, ficando casas e casas cobertas por ella. Ao que parece, desta vez, a Companhia Brasileira de Força Electrica que controla a Energia, vae tomar providencias. E’ o que diz um telegrama que a respeito publicou hontem, a nossa colega “A Federação” e que, data vênha, abaixo transcrevemos: RIO, 2 – Seguiu para ahi levando technieos para estudar o assumpto da fuligem da usina da Companhia energia Electrica Rio Grandense, o sr. George Sands, gerente geral da Companhia Brasileira de Força Eletrica nesse Estado. Antes de partir, estiveram no Hotel Riachuelo, combinando com o sr. General Flores da Cunha, que muito se interessa pelo assumpto, medidas de interesse publico a serem tomadas brevemente. Assistiu á conferencia o presidente da Companhia das Minas de São Jaronymo. Aqui também se fala sobre a fuligem da energia e espera-se que os porto-alegrenses recebam satisfeitos essa noticia que enviamos para “A Federação” (...). O “Correio do Povo”, procurando cooperar para a solução do problema que tantos inconvenientes traz para uma zona da cidade, crêou um verdadeiro debate em torno do caso da fuligem da Uzina da Energia Electrica (...) (CP, 02/05/1931, p. 04).

A queixa apresenta que “em toda parte oeste da capital, continuam as reclamações contra a fuligem expelida pelas chaminés da usina da Companhia Energia Rio Grandense. Com o vento sudoeste de anteontem e de ontem, o mal se agravou ainda mais, ficando casas e casas cobertas por ella”, o centro da *urbs* terminava por sofrer as consequências de ter, no pontal, a instalação da Usina, devido à fumaça que provinha da queima do carvão para gerar energia elétrica. Em 1928, procurando superar os problemas de fornecimento de energia, devido à demanda crescente do comércio, da indústria e da população, conforme Monteiro, “a Intendência fecha um contrato para o fornecimento de energia com a Cia Brasileira de Força Elétrica. Esta compraria as ações da Cia. Carris Porto-Alegrense e a Usina Municipal, unificando as três redes de distribuição. Ela se comprometia com o fornecimento de energia para a iluminação pública, tração dos bondes e usos particulares” (MONTEIRO, 1995, p. 123).

A Companhia tinha preocupação quanto a esse problema, tanto que informa, conforme nota emitida junto ao jornal *A Federação*, que “seguiu para ahi levando technicos para estudar o assumpto da fuligem da usina da Companhia Energia Electrica Rio Grandense, o sr. George Sands, gerente geral da Companhia Brasileira de Força Eletrica nesse Estado”. Ela pretendia realizar melhoramentos para acabar com o problema que afeta os moradores do centro da cidade, mas, não é o que se constata na reclamação de 1933, da seção *Caixa Urbana* do *Correio*, identificada pelo nome de J. Magalhães Bastos, que se considera “uma das victimas da empreza E.E.R.G”. Conforme o morador da “rua Duque de Caxias n. 193”, a fuligem da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) - que causa imensos prejuízos aos moradores dos prédios próximos, de tal ordem que se apresentam “damnificados e desocupados” - provoca a seguinte situação: “inquilinos, como acontece todos os annos já começaram o exodo em massa, obrigando-os a despezas extra-oridnarias”. Percebemos que o problema ainda é grave e que nada foi feito pela Companhia para pelo menos amenizar os efeitos da fumaça.

#### **A fuligem da energia electrica**

Continuam as queixas contra a fuligem expelida pela usina da Companhia Energia Electrica Rio Grandense (...). Com a entrada da estação hivernal vem se tornando insupportavel a qualquer vivente nas cercanias da já famosa “Usina Electrica”. Refiro-me a fuligem que tantos prejuizos vem causando a quem teve a infelicidade de construir uma morada ou alugal-a naquella zona. Os proprietarios são obrigados a verem seus predios damnificados e desoccupados; os que são inquilinos, como acontece todos os annos já começaram o exodo em massa, obrigando-os a despezas extra-ordinarias! Parece-me fôra de duvida, que os poderes publicos terão os meios ao seu alcance para pôrem termo á indifferença com que os senhores daquella empreza cosntumam encarar aas reclamações do nosso publico, quando á fuligem. Só é admissivel o descado da C. R. R. R. G. si de facto “elles tem direitos

adquiridos” como alegam. O “roseo” prestaria um relevante serviço aos proprietários daquela zona, servindo de interprete dos mesmo, junto aos poderes publicos (...) – **J. Magalhães Bastos**, uma das victimas da empresa E. E. R. G., rua Duque de Caxias n. 193 (CP, 14/06/1933, p. 04. Caixa Urbana).

A seção de queixas recebeu muitos pedidos para que a empresa e o governo municipal fizessem algum procedimento para aplacar a fumaça oriunda da Usina. Esse problema ou queixa terminou por gerar uma série de reportagens (Figura 36).

Em outra carta do ano de 1934, o problema se alastra. É prometido, em um comunicado de 1931, que técnicos iriam verificar e sanar as causas da fumaça, mas a poluição daquele local contaminava o centro da capital. O autor menciona como “flagelado” e reporta o sofrimento dos detentos na Casa de Correção e “as familia das circunvisinhanças, vivem eles enclausurados (CP, 07/02/1934, p. 11. As queixas do publico). A pergunta intrisega na carta é

como poderiam ter algum tipo de ar agradável, as famílias saírem para passear, se a poluição contamina o ar.



**Figura 36:** O problema da fuligem. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/06/1931, p. 10. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

#### As queixas do publico

**A fuligem da Usina Electrica** “[...] a Casa de Correção situada ao lado da famigerada usina é o predio que mais padece. Com o aumento do flagello, nos ultimos dias no funcionariso daquela penitenciarria têm de supportar, encerrados nas salas, durante as horas do expediente, o calor abrazador que ultimamente tem feito [...] quanto as familias das circunvisinhanças, vivem elles enclausurados, como pode verificar quando fixer um passeio por alli [...] Os flagelados (CP, 07/02/1934, p. 11).

As queixas não se verificavam somente referente à fuligem, existia a questão do serviço de fornecimento de

energia elétrica, que era deficiente em quase todos os bairros da cidade, inclusive nas áreas centrais. O assunto foi abordado em diversas colunas, que reproduziam os apelos dos leitores, apontando as deficiências. Em ambas as reclamações, apresentadas a seguir, os suplicantes da

“rua Machado de Assis no Parthenon” e os moradores da “Travessa Theresopolis” questionavam os “projectos grandiosos que são realizados aos poucos”, mas que seus efeitos eram sempre sentidos pela metade, já que nunca eram acabados como haviam sido prometidos. Apela ao “Correio do Povo, no sentido de sermos o éco da supplica á Prefeitura ou á Energia Electrica”.

**Os nossos arrabaldes. Uma rua, no Parthenon, com lindas vivendas e sem iluminação publica.** E os postes, sem fios, nem lâmpadas, parecem estiletos de ferro para vasar o céu. Quase tudo em Porto Alegre é feito pela metade. Há projectos grandiosos que são realizados aos poucos. Todos têm idéas mais ou menos geniais. Mas, na hora da onça beber agua, que é a hora das realizações praticas falta a verba e o serviço fica pela metade. Por todos os arrabaldes abrem-se, seguidamente, ruas novas. Algumas recebem calçamento. Outras ganham apenas iluminação. Nenhuma consegue ter as duas coisas no mesmo tempo. Está nessas condições a rua Machado de Assis no Parthenon, mais ou menos enfrente ao cortume. Há, ali, lindas vivendas “bangaloes” elegantes e modernas. Bom calçamento. Arborização. Luz e ar á vontade. Falta, porém, o principal – a iluminação publica. Os postes foram collocados ao longo dos passeios e lá ficaram, inertes e esquivos, esperando os fios e as lâmpadas complementares. Quem quer que, á noite, precise sahir de casa, tem de lutar com as trevas, o que, positivamente, não é muito agradável, salvo á gatunagem, que tem pavor da claridade. E os moradores da rua Machado de Assis appellaram hontem, para o “Correio do Povo”, no sentido de sermos o éco da supplica á Prefeitura ou á Energia Electrica, ou a ambas ao mesmo tempo, para que aquella artéria seja iluminada com a possível brevidade (CP, 23/12/1931, p. 10).

**A iluminação da Travessa Theresopolis** Entre os melhoramentos que acompanharam a administração Octavio Rocha e, em proporções semelhantes, caracterizam a do actual edil, merece especial reparo a iluminação publica. Com relação aos nossos arrabaldes nota-se, todavia, certas defficiencias e lacunas pouco recommendaveis, que os collocam em manifesta inferioridade, com danos os mais sensiveis para a população. Ao passo que algumas ruas são fartamente illuminadas, arterias existem onde os moradores vivem ás escuras, sujeitando-se a todos os inconvenientes dessa situação. Tal é o cado da travessa Theresopolis, sitio no aprazivel bairro do mesmo nome. A outrem que não os seus moradores, seria muitissimo difficil transpl-a á noite, dado os accidentes naturaes do terreno e a impossibilidade de os evitar. E dizer que se trata de um ponto relativamente populoso, sujo transito é já regular? E dizer que tres ou quatro combustores, apenas, resolveriam o problema, sem maiores despesas para os cofres municipaes? Que a prefeitura tenha, pois, em vista o appello dos moradores da Trevesa Theresopolis, attendendo-os com urgencia em seus justos reclamos. – Um assiduo leitor (CP, 03/11/1934, p. 04. Caixa Urbana).

Machado (1998, p. 86) informa que a Cia. Brasileira de Força Elétrica, em sua publicidade, “não deixava de assinalar a importância da eletricidade em vários aspectos da vida cidadina (entre os quais, a vantagem para o transporte através dos bondes elétricos, a ampliação da capacidade industrial, o aumento do conforto doméstico e a maior possibilidade de construção de edificios em altura)”. Explica a autora, e vai de encontro às queixas e reclamações do público ao longo dos anos 1930, que “as instalações da fornecedora de

eletricidade veem-se defasadas frente ao aumento da demanda, negando-se a empresa a ampliar a sua capacidade”. Machado complementa, afirmando que as consequências “ para os consumidores são drásticas: altas tarifas infligidas pela companhia para compensar o capital já investido e, paralelamente, a retração de muitas indústrias que procuram outros locais para investi, com tarifas mais baixas”.

A **Limpeza Pública** é a segunda fonte de maior concentração de queixas do público, com 328. Nesse tema, os assuntos envolvidos são: animais soltos e abandonados (cães, vacas, cavalos, cabritos); banheiro e bebedouro público; forno do lixo; estátuas, praças, prédios públicos, residências e prédios, rio, lago e arroio (transbordamento, lixo, vegetação), urbana (lama, lixos, imundícies, mictório, cubos e peste, vegetação).

A carta (CP, 10/12/1931, p. 04. Caixa Urbana) inicia por uma frase de desabafo feita em caixa alta na diagramação do jornal *Mais uma vez, a rua dias da Cruz* e segue informando “os moradores daquela rua, por intermédio do jornal mais lido do Rio Grande [...] acolha as justas reclamações collectivas” para pedir à Diretoria de Higiene que retire “as imundices que, naquella rua, em quantidade se encontra, afim de livrarmo-nos das pragas incessantes das moscas e mosquitos”. Os moradores se juntam para tentarem dar fim ao problema do lixo acumulado próximo às suas residências, mas não mencionam quem poderia ter colocado tal lixo ou “imundice”, ou seja, os próprios moradores ou outros. O que se identifica é a demonstração de cidadania ou trabalho em conjunto, para reclamarem sobre o problema que os afeta. Como informa Monteiro (1995, p. 121), “na administração de Otávio Rocha, os serviços de recolhimento de lixo eram feitos somente através de carroças de tração animal”; posteriormente, “esse serviço passa a contar com auxílio de caminhões para a coleta e transporte do lixo” O autor prossegue afirmando que “o foco principal dos melhoramentos era a área central, que passa a contar com turmas de varredores até às 22 horas. Nota-se, também, que nos arrabaldes o serviço continuava a ser feito por carroças de tração animal”.

#### **MAIS UMA VEZ, A RUA DIAS DA CRUZ**

Escrevem-nos: “Porto Alegre, 9 de dezembro de 1931 – Ilmo. sr. redactor do “Correio do Povo” – N|C, Lemos, ante-hontem, com grande surpresa, em vosso sympathico “Correio do Povo”, defensor dos interesses collectivos a transcripção de uma carta de Augusto Silva, na qual o mesmo relata o deplorável estado em que se encontra a rua Dias da Cruz. Na qualidade de moradores que somos da referida rua, e há já dois anos vimos aguentando o lamaçal que nos dias chuvosos a torna quase intransitável, cometeríamos um crime si permanecêssemos calado ante a campanha que óra iniciam os moradores daquella rua, por intermédio do jornal mais lido do Rio Grande, que é o “Correio do Povo”, acolhedor das justas reclamações collectivas. Sendo justíssima a causa que esposamos, pedimo-vos, que chameis a atenção da Directoria de Hygiene para que esta repartição sanitária obrigue a prefeitura a remover as imundices que, naquella rua, em quantidade se encontra afim de livrarmo-nos das pragas incessantes das moscas e mosquitos, que inquietam o

mais calmo morador daquela zona. Assim, a Directoria de Hygiene, é justo que bem alto se diga, que não tem medido esforços, embora na phase embrionária em que se encontra afim de livramo-nos das pragas incessantes das moscas e mosquitos, que inquietam o mais calmo morador daquela zona. Ainda desprovida de recursos, para o bem estar colectivo, zelando, sempre, pela saúde da população, deve estender, também, o seu campo de acção até ali para que os moradores daquela zona, nos domingos e dias feriados, dias consagrados ao repouso reparador das energias perdidas no mourejar quotidiano de 8 a 10 horas de trabalho, não sejam obrigados a respirar o ar viciado, que nos dias de canícula, com a fermentação daquelas matérias immudas, oferece até um sério perigo para a saúde. Esperamos, sr. redactor, que como sempre, por intermédio do orgam do povo que dirigia, defendais a nossa situação, pois todos aquelles que têm appellado para o “Correio”, tem encontrado sempre um baluarte na defesa de seus interesses. Eis porque, sr. redactor, o “Correio” conquistou o conceito publico o que, eloquentemente, prova a sua grandiosíssima tiragem. Esperando mercê, subscrevem-se com elevada estima e consideração. – Diversos moradores” (CP, 10/12/1931, p. 04. Caixa Urbana).

Os moradores compreendem que “a Directoria de Hygiene, é justo que bem alto se diga, não tem medido esforços, embora na phase embrionária em que se encontra, a fim de livrarmo-nos das pragas incessantes das moscas e mosquitos, que inquietam o mais calmo morador daquela zona”. Contudo, tais moradores necessitam que esse departamento lhes dê uma alternativa, de forma a “estender, também, o seu campo de acção”, para que “os moradores daquela zona, nos domingos e dias feriados, dias consagrados ao repouso reparador das energias perdidas [...], não sejam obrigados a respirar o ar viciado, nos dias de canícula, com a fermentação daquelas matérias immudas”.

Nas três queixas apresentadas na coluna *As queixas do publico* (CP, 16/02/1934, p. 08), constata-se o problema enfrentado pela falta de limpeza urbana nas ruas do centro urbano, Rua 15 de Novembro, no arrabaldes próximos como a Rua Gonçalves Dias e, nos mais longínquos, a Rua Príncipe. Observamos que o problema de limpeza nas sarjetas, a poeira que afetava as casas e “immundicies de toda a especie, exhalando um fétido insupportavel” comprometem a qualidade de vida dos cidadãos que habitam esses locais que fazem circunvizinhança com os lixos. Conforme Bakos (1996, p. 163), “há especulação de terrenos nos centros urbanos, que favorece os proprietário, em prejuízo da comunidade, pois os lotes permanecem vazios à espera de valorização, transformando-se, geralmente em depósitos de lixo e focos de proliferação de insetos”. A autora abarca as amostras dessa temática, afirmando que “a tal ponto se intensifica essa situação em Porto Alegre que o Prefeito Alberto Bins precisou criar, em 1931, a chamada Brigada da Saúde para combater nesses locais colônias de mosquitos que infestavam a Capital”.

**Com a Limpeza Publica** “[...] varias reclamações sobre o estado deploravel de hygiene em que se encontram as sargetas que circundam o edificio Malakoff, a praça

15 de Novembro [...] toda a agua utilizada pelos moradores daquelle predio, naturalmente devido ao encanamento irregular, vae tel-a sargeta, a qual permanecem sempre suja e exhalando um fétido insupportavel [...]” (CP, 14/01/1934, p. 09. As queixas do publico).

**A poeira na Rua Marcilio Dias** “[...] compaixão para o trecho da rua [...] entre Gonçalves Dias e Azenha, onde nós, pobres moradores, não podemos ter as janellas abertas, visto a poeira que ali existe, durante o dia. E’ necessario, sr. redactor, que essa rua seja regada, por um caminhão de Limpeza, afim de terminar esse Inferno [...]. A.M” (CP, 11/03/1934, p. 12. As queixas do publico).

**Falta de limpeza** “[...] afim de mandar effectuar uma limpeza nos corregos e valos da rua Principe principalmente nas proximidades da rua D. Thereza, pois os mesmo estão atulhados de immundicies de toda a especie, exhalando um fétido insupportavel [...] é de justiça por termo a esses fócios de mosquitos, pois a actual epocha que atravessamos, em que o typho e variola pholiféra, requer muita limpeza e a maxima hygiene, afim de estarmos precavidos para o que der e vier” (CP, 16/02/1934, p. 08. As queixas do publico).

As reclamações também abrangiam outros problemas, que foram reunidos sobre a temática **Outros**, com a quantidade de 187 queixas, e tendo como assuntos: o aluguel (preço, desocupação), bandas musicais (falta, barulhos, horários), bandeiras (falta, desleixo), bebidas (preço, higiene), catedral (igreja fechada), compostura pessoal (banhistas, chapéu no cinema, gritos, decadência de costumes, pisar no gramado, roupas estendidas na rua), ensino e escola (aulas de má aplicação – inglês, francês, alemão, ensino deficitário, falta de carteira de estudante, matrículas, falta de prédio escolar, falta de professores, futurismo literário), fogos de artifício, leite (problema sanitário, preço), moeda (falta de troco).

A carta (CP, 18/11/1932, p. 04. Caixa Urbana) de um queixoso que se intitula como um “oprimido” relata o alto preço da carne vendida em Porto Alegre, e faz a comparação com a cidade de “Triumpho”. O reclamante questiona o porquê de tal diferença: “qual o motivo de tamanha differença, que vae a cento por cento, para mais?!”. E o mesmo especula que os “srs. machantes” conservam o preço assim para abarcar lucros com “os elevadissimos preços da carne que é fornecida para esta esfolada população.

#### **O Preço da Carne**

Escrevem-nos: Sr. director do “Correio do Povo”. – Como acolheis sempre as reclamações dos oprimidos resolvemos dirigir esta, afim de que digneis publical-a. Vae com vistas ao nosso digno prefeito, afim de ver se o mesmo apieda-se dos desprotegidos da sorte que residem nesta cidade. A carne, aqui, está sendo vendida por 1\$600, 1\$500 e 1\$400 réis o kilo; no entretanto na visilha villa do Triumpho, que dista daqui apenas 3,30 horas em vapor, está se vendendo carne gorda, de primeira qualidade, a “oitocentos réis o kilo!”

Qual o motivo de tamanha differença, que vae a cento por cento, para mais?!

O gado presentemente está sendo vendido por um preço infimo. Quem vos dirige esta há pouco deixou de ter invernada de gado gordo, por que rezes que lhe haviam custado altos preços, viu-se obrigado a vendel-as por metade mais ou menos do custo. Apesar dessa grande baixa os srs. machantes conservam os elevadissimos preços da carne que é fornecida para esta esfolada população. Ao sr. prefeito pedimos providencias. – Um assiduo leitor (CP, 18/11/1932, p. 04. Caixa Urbana).

Os problemas com os gêneros alimentícios são recorrentes nas reclamações, tanto do público quanto no levantamento jornalístico dos colunistas. A questão do leite vai gerar algumas reportagens e também comentários do próprio jornal no seu editorial. Em outra reclamação, consta o problema sanitário do leite, a falta de fiscalização ou sua insuficiência e, por vezes, a presença da Diretoria de Higiene, mas com o agir ineficaz para apreender os fora da lei:

**A única solução pratica** O problema sanitario do leite [...] tal systema de fiscalização é, portanto, de si mesmo, insufficiente e inócuo em muitos casos, visto que os recursos á fraude são mais faceis e numerosos, tendo a seu favor o facto tempo [...] (CP, 02/03/1934, p. 05).

Segundo Bakos (1996, p. 118), “a carestia da vida em Porto alegre vai se tornando mais e mais sensível. Consoante à legislação em vigor, proíbe-se ao Município intervir diretamente no preço dos gêneros de alimentação vendidos em retalhos à população”.

Seguindo nessa temática, outras reclamações abrangidas são aquelas sobre os relógios públicos parados na cidade e a falta de atitude do poder público em resolver esse incômodo. Na carta (CP, 14/06/1933, p. 04) do leitor *A quantas andamos?* o autor termina por ironizar a existência dos relógios e seus destinos por estarem atrasados e conturbando o tempo de quem necessita saber das horas: “esse destino vem sendo cumprido á risca”. Como relata Monteiro (1995, p. 115), a respeito desses novos tempos na *urbs*, “o ritmo frenético da vida urbana é o ritmo da produção e do mercado [...] essa nova noção de tempo ‘rápido, fluído, vertiginoso’ relacionando-o a ideia de progresso. O tempo útil, produtivo, que se opõe e impõe ao tempo da vadiagem e do repouso”.

#### **A quantas andamos?**

Os relógios da cidade estão em completo desacordo. Contradizem-se. E dessa desharmonia, dessa discórdia há apenas uma victima: a população.

Aliás, um elementar sentimento de justiça manda informemos que a balburdia chronometrica não é mal dos dias que passa. Está, já na historia da cidade.

Desde que há relógios em Porto Alegre, eles não tem outra função além desta: desorientar os que precisam andar a tempo e a hora. Esse destino vem sendo cumprido á risca. Rigorosamente. [...] O relógio do edificio dos Correios e Telegraphos, por exemplo, localizado no ponto mais central da cidade, podia prestar optimos serviços. Só de longe em longe o faz, entretanto. E isso porque, quando não

está adiantado ou atrasado – está parado... Além disso, á noite esse chronometro só se ilumina nas grandes datas nacionais, ficando assim invisível grande parte do anno. [...] A lâmpada fixa, de luz forte, que o fazia visível á noite, acaba de ser substituída por outra de claridades intermitentes, como a dos pharões – e fraquíssima. Com o povo e inesperado processo de iluminação, também o relógio da Intendencia passou a ser inteiramente inútil á noite. E por ahi vamos...Cada vez peor... (CP, 10/05/1931, p. 04).

Passamos para o problema com *Os vira-latas* que ocupam as ruas centrais da Capital, “as ruas Duque de Caxias, Canabarro, Arvoredo, Arroio, a propria rua dos Andradas tornaram-se os quarteis de concentração da cainçalha” (CP, 14/06/1933, p. 04). Conforme Monteiro (1995, p. 128), as ruas centrais eram destinadas a uma série de regras de condutas (contratos não assinados, mas culturais aos novos padrões), de acordo com os novos padrões de sociabilidade pública: “a rua dos Andradas era exaltada pela sua beleza, elegância e formosura. Outros espaços e formas de sociabilidade que não estavam em harmonia com esse processo de modernização [...] eram taxados de velhos e imundos”, nesse caso, os cachorros deveriam se deter nos arrabaldes e não no centro da capital rio-grandense.

#### **Os vira-latas**

Veze sem conta já nos ocupamos do triste aspecto das ruas da capital que abrigam diariamente uma infinidade de cães erradios. Esses exercitos de vira-latas e de outras proezas menos decentes abundam nas vias publicas mais movimentadas da capital, pondo uma nodoa de descuido em nossos serviços de limpeza urbana. A liberdade, porém, de que gozam os cães parece uma medida de excepção da prefeitura, ou de outra repartição competente. As ruas Duque de Caxias, Canabarro, Arvoredo, Arroio, a propria rua dos Andradas tornaram-se os quarteis de concentração da cainçalha, sem que haja o menor gesto da autoridade encarregada de mandar proceder ao serviço de limpeza dessas e de outras vias urbanas (CP, 14/06/1033, p. 04).

Por fim, *O uso de chapéus nos theatros e cinemas*, o caso de comportamento individual em um teatro da cidade, em que a moça não foi complacente com o espectador atrás da sua cadeira e não retirou o chapéu para que o outro também pudesse usufruir da peça. O atingido terminou se queixando desse modelo de comportamento. Conforme Monteiro (1995, p. 116), “os concertos noturnos”, assim como as salas de cinema, “recriavam um ambiente, misto de sonho e ostentação, que caracterizavam os espetáculos apoteóticos de manifestação do prestígio burguês”, e finaliza: “nestes espaços modernos se cultivavam os novos padrões de sociabilidade pública”. O capitalismo, que não produz e também não deseja uma vida em comunidade ou um clã, necessita de indivíduos, que são potenciais compradores (clientes); logo isso será sentido devido à mudança na esfera do sujeito como indivíduo e a visão de preencher somente suas necessidades e não a do grupo.

### O Uso de Chapéus nos Theatros e Cinemas

“(...) Domingo ultimo tendo ido ao theatro ver uma opereta, fiquei collocado atraz de uma mocinha que, com o seu chapeu me impedia de ver o que se passava no palco. Sendo uma localidade numerada, não me era permittido mudar de lugar a vontade. Depois de procurar, em varias posições, olhando por cima, olhando por baixo do chapeo que estava a minha frente e nada conseguindo, resolvi pedir delicadamente, a mocinha, a fineza de o tirar. Alias, devia ser do seu conhecimento e educação que não se deve usar chapeo em theatros ou cinemas. Mas a menina offendeu-se com o meu pedido, achando que era um desaforo (...) não era o lugar apropriado para uma discussão alias mesmo que se metesse o cavalheiro que acompanhava tão gentis senhoritas, pois o espectáculo já recomçara e qualquer movimento ou ruido prejudicaria a todos os assistentes... Na rua nada adiantaria, pois já estariamos fóra da occasião oportuna (...)” Um leitor (CP, 07/12/1933, p. 05. Caixa Urbana).

Por meio da queixa (DN, 15/04/1928, p. 04. Ecos & Notas) “a população se queixa da falta de agua [...] que um pingo do mesmo precioso liquido das penas da Hydraulica”, abre-se a temática **Saneamento**, com 169 queixas. Apesar de ocupar o quinto lugar das nove temáticas, não deixa de ter sua importância, visto que os problemas da falta de água eram gerados pela má distribuição na rede (velha, gasta ou não instalada fisicamente), reabastecimento dos caminhões tanques ou as caixas d’água, além do tratamento de baixa qualidade que comprometia o seu consumo.

Os moradores da Rua Caldas Junior, no Bairro do Partenon, se queixavam que “varios dias, se encontram quase sem agua, o que lhes vem causando serios transtornos na vida domestica” (CP, 12/12/1933, p. 09. As queixas do publico), informam que não podem precisar “as causas daquela falta, julgando que existe, ali, alguma derivação arreventada” e, sendo assim, precisam da intervenção do departamento de águas do município para resolver a confusão. A próxima reclamação termina por juntar a reclamação dos moradores das Ruas Otavio Rocha e novamente da Caldas Junior no Partenon, que consideram “indispensavel uma revisão nas installações dagua” (CP, 07/01/1934, p. 11. As queixas do publico). Percebe-se que o problema continua sem a resolução do departamento de águas, ou que tenha sido resolvido de maneira improvisada, pois novamente a falta de água ocorre na mesma via da Rua Caldas Junior, no Bairro Partenon. Conforme Monteiro (1995, p. 120), “o município encampou o reservatório subterrâneo da Praça Marechal Deodoro e a rede de distribuição da Hidráulica Porto-Alegrense” promovendo, desta maneira, a modernização da rede de abastecimento central. Além disso, “estendeu-se as redes do Menino Deus, São João e Navegantes”, estando estes três próximos ao centro da capital. Já os arrabaldes teriam que esperar pela construção de suas próprias hidráulicas. Talvez faltassem arquitetos preocupados

em fazer desta “uma obra de arte, com seus tanques e jardins” para tornar-se “um ponto elegante de passeio e lazer da população”.

Aqui em Porto Alegre frequentemente a população se queixa da falta de água. Em certos dias de canícula, precisamente quando um mergulho no banheiro constitui o único paliativo contra o calor mais fácil será rebentar um fio de água da subida do antigo Lyceu do que um pingo do mesmo precioso líquido das penas da Hydraulica. No interior, como se pôde verificar através da leitura dos nossos telegrammas, as queixas são de outro teor. Não reclamam falta de água e sim falta de sellos (DN, 15/04/1928, p. 04. Ecos & Notas).

**Uma queixa contra a falta de água na rua Caldas Junior, no bairro do Parthenon** (...) uma queixa dizendo que, há varios dias, se encontram quase sem água, o que lhes vem causando serios transtornos na vida domestica. Apeza de não poderem precisar, com absoluta segurança, as causas daquela falta, julgando, que existe, ali, alguma derivação arrebatada. Por isso, os prejudicados pedem, por nosso intermedio que a Directoria competente da Prefeitura mandasse fazer uma verificação no encamento da rua Caldas Junior, para as devidas providencias (CP, 12/12/1933, p. 09. As queixas do publico).

**Moradores das ruas Octavio Rocha e Caldas Junior, no Parthenon, dizem estar privados, há muitos dias, do fornecimento d'água** (...) segundo diversas reclamações (...) de ver as suas torneiras pingarem o precioso líquido (...) julgarem indispensavel uma revisão nas installações d'água da rua Dr. Octavio Rocha (CP, 07/01/1934, p. 11. As queixas do publico).

Dentro dessa temática, os assuntos tratados são: água (corte de fornecimento, falta, preço, tratamento), enchente/inundação (arroio, lago), esgoto e bueiro.

Se, por um lado, existia o problema da água, por outro, os esgotos e bueiros dominavam as queixas, visto que eles proporcionavam as ditas “águas paradas”, geravam “imundices” e estragavam calçadas e ruas. Para Monteiro (1995, p. 120), “as obras de saneamento da cidade eram uma outra necessidade urgente que se impunha” e a falta de colocação de redes de esgotos terminava provocando a contínua utilização do “Asseio Público para a remoção dos ‘cubos de despejo’ ou ‘fossas móveis’”. O serviço era contratado por assinatura e consistia no recolhimento e na troca dos cubos, feita semanalmente pelas carroças do Serviço de Asseio. Os habitantes da periferia enfrentavam a irregularidade deste serviço. Como relata a reclamação abaixo, “um boeiro entupido formou uma lagoa, cheia de toda sorte de porcarias, exhalando insupportavel máu cheiro”.

**A rua Gonçalves Dias com o transito prejudicado por diversas valetas que a Prefeitura ali mandou abrir para o serviço de exgottos com vistas a' Prefeitura** [...] na esquina rua Visconde do Rio Branco com a travessa Guimarães, junto a um armazem de seccos e molhados, um boeiro entupido formou uma lagoa, cheia de

toda sorte de porcarias, exhalando insupportavel máu cheiro, a ponto do proprietario do referido armazem não poder manter aberta a porta que dá para aquelle lado. São João e Navegantes, em toda sua extensão, mostram, em cada esquina e mesmo no meio das quadras, espectaculos identicos [...] A’ população dos nossos arrabaldes só resta um remedio; transferir residencia para outra cidade mais limpa ou suicidar-se naquelle amontoado de cisco e de malefícios (CP, 12/01/1934, p. 10 – Figura 37).

Bakos (1996, p. 114) explica que o “serviço obsoleto e anti-higiênico mostra o atraso da expansão da rede de esgotos em relação à cidade. Tanto é assim que, em 1932, ainda há uma lista de cerca de 16.640 subscritores do Serviço de Asseio Público para a remoção de fossas móveis, com a média diária de 2.773 substituições”. A autora também observa que o “serviço de abastecimento d’água também continua insatisfatório [...] a Intendência vê-se obrigada a restabelecer o sistema da livre concorrência para as instalações hidráulicas, que



**Figura 37:** A Rua Gonçalves Dias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 10. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

anteriormente proibira. A medida faz-se necessária devido à impossibilidade da Intendência de manter os serviços”.

O tópico **Segurança** contabilizou 236 queixas, que abrangem: algazarra, perturbação, malandragem (na rua, no cinema, no teatro, no arroio, no rio, no lago, com a bebida, a garotada), cartomante e charlatanismo, casa de tolerância, desaparecimento de

familiar, jogo (ilícito, futebol nas ruas), miseráveis, mendigos, morféticos, leprosos, desocupados, polícia (falta, insegurança, truculência) e roubos.

Mendigar era caso de polícia, como na reclamação a seguir. Com a entrada em vigor das novas disposições policiais sobre a mendicância (o policial deveria coibir o ato de “estender a mão”), só poderiam ter este direito quem apresentasse “a chapa identificadora da verdadeira necessidade (CP, 13/06/1931, p. 12). Aquele que não estivesse coberto com tal “chapa” de identificação poderia sofrer as sanções das leis. Assim, o mendigo passa de um indivíduo que esmola para alguém identificado como marginal

#### **A mendicância**

Embora tenha entrado em vigor as novas disposições policiaes sobre a mendicância, continuam a abundar, pelas ruas, os que estendem a mão á caridade publica.

A impressão é de que, de facto, há no seio de nossa cidade um numero incalculável de mendigos, a única cousa de realmente triste que as autoridades puzeram em destaque, esperando nós que a estatística dos matriculados sirva de prova real a essa impressão.

Mas, também pode ser que tanto os esmoladores como os esmoleres hajam prescindido da sancção policial, aquelles não apresentando a chapa identificadora da verdadeira necessidade, estes não as exigindo pelo simples motivo de que a repressão não lhes affecta a vontade de dar a quem quizer ou de negar a quem bem entender (CP, 13/06/1931, p. 12).

A falta de policiamento gerou a reclamação que foi assim relatada em carta ao jornal (CP, 02/05/1931, p. 04), “visivelmente embriagada que entrou a praticar toda sorte de actos atentatórios á moral publica”, mas não por seus atos em si, e sim porque provocaram um espetáculo revoltante e constrangedor junto as “Senhoras, senhoritas, e crianças [...] que tiveram de afastarse do local em condições facilmente compreensíveis”. A sorte da cidadã embriagada foi que a polícia, mesmo chamada, após 30 minutos não compareceu ao local, assim, a multidão deu por encerrado o espetáculo. Monteiro (1995, p. 128) ressalva que “as classes populares e os marginalizados não estão, de modo algum, ausentes nesta rua”, ou seja, os cidadãos requintados e elegantes, ao ocuparem as ruas, também se viam em frente à contradição social que abarca o viver urbano.

#### **E a policia?**

Vamos relatar uma ocorrência verificada ante-hontem, 01 de maio, a poucos passos do centro, para que os leitores do “Correio do Povo” avaliem o triste abandono em que se encontram zonas populosas e movimentadas da capital. Terminara a primeira sessão do cinema Garibaldi. As circumvisinhanças daquela casa de diversões, á rua da Republica, encheram-se rapidamente. Cavalheiros, senhoras, senhoritas e creanças. A’ esquina daquela via publica com a rua João Alfredo, surge inesperadamente, uma mulher visivelmente embriagada que entrou a praticar toda sorte de actos atentatórios á moral publica. Senhoras, senhoritas, e crianças, constrangidas com o revoltante espectáculo tiveram de afastarse do local em condições facilmente compreensíveis. E a policia seque não existia, ali para reprimir a scena degradante. Indignado com o que via, um cavalheiro dirigiu-se a uma pharmacia, de onde, pelo telefone, narrou á policia o que se estava passando. E como, meia hora depois não houvesse comparecido ao local uma só autoridade, o cavalheiro retirou-se, o edificado com a desídia que preside o nosso serviço policial. Como se vê, quaisquer comentários ao que ahi fica consignado, seriam inúteis si não fosse ridículos (CP, 02/05/1931, p. 04).

As reclamações que se seguem começam como *Novella policial...* (CP, 10/05/1931, p. 04), onde o fato principal não é o roubo em si, mas os ladrões que, após a fuga, ao alcançarem a rua “entraram a caminhar despreocupadamente, garantidos que se sentiam contra qualquer surpresa”, pois os criminosos, “sabem que policia, em Porto Alegre...”, a falta de continuação da frase, mostra a ironia da reclamante frente a falta de policiamento na cidade.

### **Novella policial...**

A' rua Riachuelo, que é uma das principais artérias do centro da cidade, num dos pontos mais movimentados daquela via pública, dois gatinos penetram tranquilamente em uma casa de família para roubar.

Mas era dia claro. O sol estava longe, ainda, do ocaso. E foram pressentidos. Dados o alarme, os ladrões puzeram-se em fuga. Alcançando a rua, entraram a caminhar despreocupadamente, garantidos que se sentiam contra qualquer surpresa, pois os criminosos mais do que ninguém, sabem que polícia, em Porto Alegre... (CP, 10/05/1934, p. 04).

Mas a polícia também aparece e, quando aparece, é truculenta. Conforme reclamação abaixo, um incidente no *Becco do Imperio* (CP, 15/11/1931, p. 10), onde a ação policial terminou sendo mais brusca do que o necessário, ou seja, com abuso de poder. Podemos observar a ironia por parte do reclamante quando relata que “poucos minutos depois compareciam naquella local uma “viúva alegre” conduzindo vários policias e um inspector motocyclista da Guarda Civil [...] a pensão foi invadida pelos policias e um outro inspector mandado pela Chefatura de Policia” que terminaram por dar ordens de prisão para os estudantes, levando-os para a delegacia. O reclamante completa contando que “si não fossem os seus enérgicos protestos e haverem explicado o ocorrido ao inspector, que por ultimo ali compareceu, teriam por certo, sido presos”. Conforme Benvenuti (2004, p. 66), para resolver os problemas ou ameaças, solicitava-se uma ação da polícia, “mas apelar para essas autoridades tornava-se muitas vezes complicado. Inúmeras queixas denunciavam o envolvimento de policiais, guardas civis [...] agressões, assaltos, descaso, falta de atenção e disciplina, convivência com o crime e abuso de autoridade”.

### **No “Becco do Imperio”**

Um incidente ali ocorrido e varias queixas contra a acção de um policial. Hontem, á noite, vários estudantes residentes da pensão situada na rua Espirito Santo, mais conhecida por “Becco do Imperio”, estiveram na redação desta folha afim de fazerem uma reclamação contra a acção do guarda civil destacado para o patrulhamento daquella zona da cidade. Dizem os reclamantes virem, há tempos, sofrendo tenaz perseguição por parte do policial n. 305 que para ali foi designado afim de exercer vigilância sobre varias casas de meretrizes naquela rua localizadas.

Hontem, á tarde, segundo ainda declaram os nossos informantes, o referido mantenedor da ordem implicou com dois hospedes da pensão pelo facto de se acharem os mesmo postados no portão central do prédio. Que ás 22 horas mais ou menos, achavam-se vários moradores daquella casa (...) tocando violão e cantando, quando um delles, do alto do muro do edificio, deixou cahir na via publica um pedaço de páu. Um dos componentes do grupo, procurou, então jogar, novamente, para os altos do prédio para que seus collegas o agarrassem, esse mesmo pedaço de madeira. Tentava elle praticar esse acto, quando ali acorreu o guarda civil n. 305 que se oppôz peremptoriamente á sua realização (...) o policial tentou prendel-os, o que não chegou a fazer em virtude dos protestos que de todos os lados surgiram por parte das pessoas (...) poucos minutos depois compareciam naquella local uma “viúva alegre” conduzindo vários policias e um inspector motocyclista da Guarda Civil (...) os reclamantes que a pensão foi invadida pelos policias e um outro inspector mandado pela Chefatura de Policia, naturalmente representando a

autoridade de serviço naquela repartição (...) que si não fossem os seus enérgicos protestos e haverem explicado o ocorrido ao inspector, que por ultimo ali compareceu, teriam por certo, sido presos (...)” (CP, 15/11/1931, p. 10).

A qualificação das queixas dentro da temática **Serviço** abarcou os trabalhos exercidos de atendimento ao público, sendo eles de origem privada ou pública. As 60 queixas abordaram os seguintes assuntos: comércio (falências, concordatas, atendimento inadequado, preço), Correios e Telégrafos (atrasos, atendimentos inadequados), Fórum, Comarcas, Cartórios, higiene nos estabelecimentos comerciais, impostos, lavadeiras, Porto Mauá (atendimento inadequado), trabalho (8 horas diárias de expediente, salários atrasados, menores) e vendedor (ambulante, camelô).

A reclamação *A Prefeitura e as decimas urbanas* (CP, 06/06/1931, p. 12. Caixa Urbana) trata-se do atendimento da prefeitura frente ao seu contribuinte ou cliente, visto que cobra, nos jornais, o pagamento de impostos, mas esses, ao se dirigirem ao guichê de pagamento, não obtêm a liquidação do imposto, porque os registros do município não estão em dia. O reclamante questiona “em linguagem lamuriante, pede, por todos os santos, o pagamento de um tributo e depois nos despacha com a maior “sans façon” porque os lamentos ainda não foram feitos”. Após esta provocação em texto, o queixoso termina assinando como “Juca Boa Sorte”.

#### **A Prefeitura e as decimas urbanas**

Escrevem-nos: “Sr. Redactor: não fora o “Correio do Povo” o jornal que mais se preocupa com a sorte da população rio-grandense e, certamente, nos não lhe incomodaríamos com um pedido sem duvida justo. Há, entretanto, urgente necessidade de reclamar o que se está passando na Prefeitura do major Bins, que, há dias, mandou publicar editaes em que appella, chorosa, para os contribuintes no sentido de pagarem, o quanto antes o imposto de decimas urbanas relativo ao 1. semestre deste anno. Ora, sr. Redactor, eu e dezenas de outros “patos” formos, imediatamente ao “guichet” e, em lá chegados, uma surpeza nos esperava: os livros de lançamentos ainda não estavam em dia e só depois do dia 10, poderíamos effectuar o pagamento do imposto predial... De sorte que a Prefeitura, em linguagem lamuriante, pede, por todos os santos, o pagamento de um tributo e depois nos despacha com a maior “sans façon” porque os lamentos ainda não foram feitos...

Si duvidas houver sobre o que aqui se afirma, basta, sr. Redactor, a ida á Prefeitura, de uma pessoa da sua confiança, para se certificar da verdade...Grato pela acolhida que me recer esta, subscreve-se – **Juca Pouca Sorte**” (CP, 06/06/1931, p. 12. Caixa Urbana).

Também a respeito dos serviços prestados, o Departamento de Higiene, conforme reclamação, tem deixado a desejar, pois anteriormente ao ano de 1932, esse departamento era rigoroso, ao ponto de muitas pessoas se queixarem pelo atendimento e serviços prestados pelo órgão. Agora, porém, a severidade da repartição parece ter “brandado, a tal ponto que,

segundo foi trazido ao nosso conhecimento, muitas casas são alugadas sem que lá apareça um único fiscal” (CP, 27/12/1932, p. 07). E, por fim, o texto informa que tal reclamação é “de todo justa”, visto que há casas sendo alugadas que não passam por vistorias, sendo assim, os donos não procuram atender o mínimo para uma habitação com qualidade. Conforme Machado (1998, p. 72), “o aumento de 50% para 55% nos impostos incidentes aos cortiços ou



**Figura 38:** Imagem do desastre no tráfego, A. P. Matos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1932, p. 10. “Photographia apanhada após o accidente á rua Voluntarios da Patria. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

porões, nas zonas onde houvesse instalação de esgotos; 30% para 35% para prédios”, e assim, sucessivamente, “são aprovados em janeiro de 1929 e mantêm-se em vigência, no geral, durante toda a gestão de Alberto Bins”. A autora continua, afirmando que “o endividamento da cidade e a continuidade das reformas urbanas programadas exigiam,

então, a ampliação da renda do município” (MACHADO, 1998, p. 72). Se havia necessidade de capital monetário pela cidade, logo, o Departamento de Higiene deixa realmente a desejar como órgão público em dois momentos: no primeiro, por não fiscalizar e, no segundo, consequência do primeiro, por não receber. Deixando tanto o município sem essa verba, quanto as casas alugadas sem uma vistoria de saúde que garantisse sua qualidade de habitação.

#### **As Vistorias da hygiene**

[...] tal serviço vinha sendo feito normalmente, queixando-se mesmo muitas pessoas da severidade com que aquella repartição agia na defesa da saude publica. Mas, de tempos a esta parte, as exigencias da Hygiene foram se abrandando, a tal ponto que, segundo foi trazido ao nosso conhecimento, muitas casas são alugadas sem que lá appareça um único fiscal. Essa reclamação é de todo justa [...] ( CP, 27/12/1932, p. 07).

A temática **Trânsito** contabiliza 152 queixas e abarca os assuntos referentes a: acidentes, agentes, carretas, carroças, corrida nas ruas, estacionamento proibido, falta de placas e sinalizações, garagem, ocupação do leito da via, ruídos, tráfego de automóveis e tráfego de pedestres. Já a temática **Transporte** possui 264 queixas e concentra os assuntos

ligados à Carris (acidentes, atraso nos horários das linhas, descaso da empresa “Companhia”, estrutura dos carros, excesso de velocidade, falta de bondes, falta de cobrador, falta de higiene, falta de ônibus, ônibus/bondes lotados, permissão dos jornaleiros, reduzido número de carros, truculência dos motorneiros/cobreadores/fiscais) e transporte interurbano.

A princípio, a separação dos dois tópicos foi para fins de quantificação, no quesito de *Reclamações Pessoa/Empresa* (Gráfico 5). Já para análise, as temáticas serão apresentadas em conjunto. O número alto de cartas publicadas com os problemas ligados à empresa Carris, durante o período pesquisado, incentivou ambos os jornais a se queixarem, na seção de noticiário, das deficiências do transporte público na cidade e advogar em favor da instalação de linhas de ônibus, unindo os arrabaldes ao centro. Além das reportagens ligadas à falta de transporte público, os editoriais também lançavam mão do seu espaço. Outra trama ligava os automóveis particulares ou públicos aos acidentes automobilísticos. Os desastres, como eram comumente descritos, eram rotineiros, assolando pedestres, motoristas e usuários dos transportes coletivos, bem como problemas viários nas ruas, estradas e faixas devido à má conservação.

A velocidade e imperícia dos condutores dos bondes comprometiam o bem estar dos passageiros. De acordo com o queixoso T.S. Engenheiro Civil “o que nos atormenta naquella zona é o abuso provocado por conductores” (CP, 09/02/1934, p. 13). Isso trazia uma grande preocupação a quem utiliza os serviços, informa o reclamante. Assim como na foto e na reclamação a seguir, a velocidade e imperícia comprometiam o tráfego pelas ruas de Porto Alegre (Figura 38).

**Nova reclamação contra o serviço de transporte de passageiros do fim da linha Floresta para o Passo da Areia** “[...] transporte dos passageiros do bonde da linha Floresta para a estrada do Passo da Areia, a cargo do cidadão Jacob Ferrantino [...] o que nos atormenta naquella zona é o abuso provocado por conductores de automoveis, que, aproveitando-se do bom estado da faixa de cimento, põem em perigo a vida dos transeuntes com a desenfreada velocidade com que, por ali, guiam seus vehiculos [...] bastaria que a Inspectoria de Vehiculos ou mesmo a Guarda Civil ali destacasse um ou mais de seus agentes [...] T. S. engenheiro civil (CP, 09/02/1934, p. 13).

Monteiro (1995, p. 131), relata que “à medida que os automóveis foram surgindo a cidade foi também se modernizando. O automóvel alterou hábitos e costumes, comércio e indústrias, trabalho e passeios, tudo, enfim, sofreu a sua decisiva e poderosa influência, num curto espaço de tempo foi-se do coche de praça de tração animal ao [...] popularíssimo Ford”. Essa dinâmica aplicada ao atravessar a rua, sinalizar para um ônibus ou bonde, estacionar,

andar na via de forma a pensar no pedestre e este pensar no automóvel, não foi ensaiada. O autor segue informando que “as novas avenidas eram as vias expressas deste tráfego de automóveis, caminhões e ônibus que não parava de crescer e tomar conta da cidade” e, dentro deste imaginário que vinha atrelado aos automóveis, “modernizando a atividade comercial, industrial e social da cidade”, as vidas eram consumidas através dos “desastres do tráfego”. Os automóveis que passaram circular representavam um perigo para o pedestre. Para esses, atravessar uma rua já era sinônimo de atenção. A capital, até então acostumada com o trânsito de carroças, cavalos e bondes puxados a burros, teve de adaptar-se à velocidade dos automóveis. E, para muitos, essa adaptação não foi tarefa fácil, pois acidentes configuravam nas seções e nas reportagens dos jornais. Como enfatiza Benvenuto (2004, p. 68), “os acidentes no trânsito envolvendo veículos, carroças, bondes elétricos e pedestres não eram problemas que seriam resolvidos apenas pela atuação policial. Faltava uma legislação de trânsito”. As sinalizações e os agentes de controle do trânsito só apareceriam após 1931, assim mesmo, teria que se esperar um longo processo para que os envolvidos se respeitassem.

As reclamações a respeito do transporte público em Porto Alegre eram de uma ordem quase sem fim, como podemos notar na reclamação feita na coluna *A Cidade* (DN, 06/01/1928, p. 05), que retrata o mal-estar que a Companhia Carris Porto-Alegrense “presta a nossa população urbana e suburbana”. O colunista faz notar ao leitor que “não há arteria nova ou velha no centro da cidade que não esteja dominada pelos nervos de aço dos trilhos dos bondes. São como tentáculos que se distribuem por todas as direcções” e ainda observa que “o que a companhia exploradora do serviço de bondes devia fazer era conquistar outros pontos mais afastados do centro, avançar pelos arrabaldes, levando os meios de conducção além dos seus pontos terminaes. Muito mais lucrará a empreza com o prolongamento de suas linhas”. O estranhamento do colunista é “não estar aparelhada para attender as naturaes exigencias da nossa capital, cujo desenvolvimento e aumento de população são hoje devéras notaveis”. Esse era uma dos problemas que a população enfrentava com a Carris.

Se fossemos julgar dos serviços que a Companhia Carris Porto-Alegrense presta a nossa população urbana e suburbana pelo desdobramento e ramificação das suas linhas a impressão desse serviço seria certamente de primeira ordem. Por toda parte nota-se o assentamento de “rails”. Não há arteria nova ou velha no centro da cidade que não esteja dominada pelos nervos de aço dos trilhos dos bondes. São como tentáculos que se distribuem por todas as direcções promovendo, mór das vezes, o atravancamento das ruas. Onde quer que se verifique a obra do novo calçamento, ver-se-hão tambem ahi os trilhos collocados ou por colocar, da referida companhia. Todas as ruas que desembocam no Caminho Novo e se prolongam até a nova avenida Julio de Castilhos estão invadidas por linhas ou desvios dos electricos, retardando algumas vezes a propria marcha do serviço das obras do novo calçamento, não podendo este proseguir enquanto os trilhos não estiverem

definitivamente assentados. Ahi, então, na praça 15 de Novembro e praça Parobé, que lhe fica fronteira, a ramificação é verdadeiramente fantastica, como não vimos ainda nos dois maiores centros do paiz – Rio e São Paulo. Entretanto, no nosso vêr, tudo isso está errado. O que a companhia exploradora do serviço de bondes devia fazer era conquistar outros pontos mais afastados do centro avançar pelos arrabaldes, levando os meios de condução além dos seus pontos terminaes. Muito mais lucrará a empreza com o prolongamento de suas linhas para além dos pontos em que vão até agora, do que se embarafustar por todas as ruas da capital, ruas na rua maioria acanhadas e estreitas. Para atravancar a “urbs” é sufficiente o que já existe destinado á circulação desses pesados vehiculos, hoje tão deficientes, tão retardatarios entre nós, como a venha carreta de bois. Deixemos em paz o centro da cidade. O que precisamos é que a companhia normalize não só o seu trafego actual como procure estender a sua rêde por uma infinidade de zonas que estão até agora sem o menor meio de condução. Esse seria o melhor serviço a prestar a uma grande parte da população de Porto Alegre. Claro que só a construcção da rêde não bastaria. Precisamos de bondes, também, para circularem nessas linhas. Fazer a rêde pelo simples prazer de fazer, seria ficarmos na mesma situação em que hoje nos encontramos, vendo que a companhia vae sendo dia a dia empolgada pelos auto-omnibus por não estar aparelhada para attender as naturaes exigencias da nossa capital, cujo desenvolvimento e augmento de população são hoje devéras notaveis. C (DN, 06/01/1928, p. 05. A Cidade).

Conforme Machado (1998, p. 60) denomina a situação como “dimensão viária da modernidade”. Os maiores exemplos dessa relação encontram-se na inauguração, em 1928, da Usina Termoelétrica do Gasômetro, do grupo estadunidense *American & Foreign Power* (AMFORP), representado no Brasil pela CBFÉ, que passou a resolver o problema de falta e da inconstância do fornecimento de energia para o transporte e a iluminação pública, bem como para o comércio e as fábricas. Ambas eram subsidiárias da empresa estadunidense *Eletrica Bond and Share* e do *Banco Morgan*, de Nova Iorque e, por conseguinte, proprietários da Companhia Carris Porto-Alegrense, que unificou as antigas chácaras, agora partimentadas e loteadas, com o centro da cidade. As companhias estadunidenses, utilizando-se de serviços primordiais ao desenvolvimento urbano (transporte e energia elétrica), atuaram de forma clara na valorização de áreas de seu interesse imediato, e através de contratos privados para o oferecimento destes serviços em determinadas regiões da cidade, como o caso dos vários contratos firmados com as diferentes empresas imobiliárias visando à instalação do serviço de bonde em loteamentos recém abertos e dirigidos às elites.

A reclamação inicia com um ditado *OMNIBUS PARA INGLEZ VER* (CP, 08/05/1931, p. 12. Caixa Urbana), e, em seu relato, pede explicação à empresa Carris sobre os ônibus mais confortáveis não estarem disponíveis, escrevendo, “e porque, pergunto eu, que a poderosa empresa norte-americana, não põe em trabalho os referidos omnibus, ao menos nas horas de movimento, para atender a um serviço que absolutamente não está na altura desta capital. Será que estes omnibus fechados são para inglez vêr?” Esta constatação mostra que a empresa

dona da Carris não apresentava os serviços, como era proposto na sua divulgação de propaganda no corpo dos jornais.

**OMNIBUS PARA INGLEZ VER...** Escrevem-nos: “Porto Alegre, 7 de Maio de 1931. – Illmo. Sr. Redactor do “Correio do Povo” – N/capital. – Saudações. Peço acolhida na coluna “Caixa Urbana” desse simpatico matutino, que, com tão bôa vontade publica as reclamações e queixas do povo desta capital, quando reconhece que as mesmas são justas e dignas de atenção. Desejaria saber porque motivo não trafegam mais os confortáveis omnibus fechados “White” que a Carris tinha em trafego aqui em Porto Alegre servindo ao agrado de todos, varias linhas da cidade. Principalmente agora no inverno, muita falta fazem os referidos omnibus, pois, com a falta de outros e estando como estão os bondes completamente repletos nas horas de movimento, é mais do que desagradável ter-se que esperar outro bonde nos pontos de parada dos mesmos que sabemos, são os mais desconfortáveis possíveis. Porque será que os referidos omnibus não trafegam mais? E’ uma pergunta que se ouve continuamente. E porque, pergunto eu, que a poderosa empresa norte-americana, não põe em trabalho os referidos omnibus, ao menos nas horas de movimento, para atender a um serviço que absolutamente não está na altura desta capital. Será que estes omnibus fechados são para inglez vêr? Um assíduo leitor – Juca Pato”. (CP, 08/05/1931, p. 12. Caixa Urbana).

E por fim, a temática **Urbanidade** contabilizou 492 queixas, sobre os diversos assuntos: calçamento (buracos, conservação, depredados), cemitério (limpeza, falta, iluminação), estradas/ruas/faixas (sinalização, buracos, lamas, poeira), ponte sem conserto, praça (abandono, sem estrutura), prédios depredados, relógios públicos atrasados, teatro (construção, falta, horário), urbanismo (remodelação, abandono, construções, albergue noturno, estética da cidade, poste de luz no caminho, prédios em ruínas, inacabados, ausência de muros, materiais de construção na calçada, excesso de aterro, trilhos velhos, bancos da praça depredados, arborização). O vocabulário urbanidade vem do latim “*urbs*” e está relacionado à cidade é a valorização, segundo Le Goff (1998, p. 120), “do eixo de orientação do baixo ao alto [...] esta tendência se deve um pouco à falta de espaços (devido à muralha), mas as cidades contemporâneas herdaram este conceito da verticalidade”.

Já para Machado (1998, p. 25), o termo urbanismo é definido como “o saber e a técnica da organização e da racionalização das aglomerações humanas, que permitem criar condições adequadas de habitação às populações das cidades; o modo de vida característico das cidades; a arquitetura urbana”.

As queixas evidenciavam vários outros problemas na cidade. Segundo as cartas publicadas nos periódicos, a deficiência, aliada à carência de vários serviços, comprometia em muito o bom andamento da vida urbana. Conforme a carta (CP, 04/06/1931, p. 10. As queixas do publico) a seguir, alguns moradores do Parthenon desejavam que sua aflição fosse encerrada, visto que as Ruas Matto Grosso, Nova Boa Vista e São Francisco, passam por

inúmeros problemas: “o que existe – Ruas esburacadas, valetas constantemente atulhadas, onde as águas estagnadas permanecem indefinidamente, de onde exhala um horrível mau cheiro e de onde emana uma infinidade de incommodos e perniciosos mosquitos”, e, fazendo um contraponto: “o que não existe – Policiamento, luz eléctrica ou outra qualquer, exgottos ou cousa parecida”. O autor conclui com uma sentença sobre impostos, afirmando que a população dessas regiões citadas “como toda outra da capital paga os respectivos tributos”. Essa é uma temática bastante importante, uma vez que traduz o sentido de “eu pago os impostos e estes não tem um retorno imediato para a comunidade como meio de proporcionar qualidade de vida”. Conforme Monteiro (1995, p. 115), “a abertura das novas avenidas, largas e perfeitamente calçadas, desimpediriam o trânsito, permitindo instaurar um novo ritmo no comércio e na indústria”. O autor informa que as transformações urbanas sempre estiveram pontuadas “a partir do centro da cidade, as obras de ajardinamento e arborização se estenderam pelas avenidas”, para que “a remodelação da cidade, praças e avenidas, atenda a demanda por uma nova estética urbana e das sociabilidades públicas”.

#### **No Parthenon**

“Sr. Redactor: Velendo-nos da sua reconhecida e sempre amável boa vontade em atender às reclamações justas, por intermédio da secção “Caixa Urbana” desse brilhante órgão, tomamos a liberdade de informal-o do que abaixo segue, na certeza de que algo se fará para sanar o mal que nos **afflige**. Existe nesta capital uma zona que parece ter sido completamente esquecida pela Prefeitura ou por quem de direito. Queremos referir ao trecho compreendido entre as ruas Matto Grosso, Nova, Boa Vista e São Francisco, no arrabalde Parthenon. Para simplificar enumeramos o que existe e o que não existe na referida zona! **O que existe** – Ruas esburacadas, valetas constantemente atulhadas, onde as águas estagnadas permanecem indefinidamente, de onde exhala um horrível mau cheiro e de onde emana uma infinidade de incommodos e perniciosos mosquitos. Na rua São Manoel esquina da Luiz de Camões há so longo da rua uma valeta que faz de sarjeta e que já alcançou uma respeitável profundidade a ponto de medir em determinado ponto nada menos de 70 ou mais centímetros de fundo onde quase quotidianamente, immerge veículos, os incautos passantes, – Mante v. s. averiguar a veracidade do exposto. **O que não existe** – Policiamento, luz eléctrica ou outra qualquer, exgottos ou cousa parecida. Duvidamos que pessoa não moradora do local se arrisque a transitar á noite, sem que tenha que raspar um susto pessoal ou inutilizar roupa e calçado nas pequenas e imundas lagoinhas que por lá existem em boa dose. Abstemo-nos de relatar o que mais aflige a população do referido trecho, que como toda outra da capital paga os respectivos tributos; pois, quem duvidar poderá certificar-se por seus próprios olhos. Immensamente agradecidos – **Alguns moradores**” (CP, 04/06/1931, p. 10. As queixas do publico).

Quanto às reclamações sobre ajardinamento e embelezamento das praças, os reclamantes observam que as palmeiras não eram bem cuidadas e que os animais (bovinos) estavam consumindo os pés que foram plantados um ano antes. A preocupação com a proteção da área onde se encontrava a praça era para usufruí-la como havia sido planejado e

não disputar lugar com animais. Assim como a Praça Jayme Telles, no Bairro Parthenon, “é com grande pesar que vejo o lamentável abandono a que foi votado aquele jardim, que tantos encantos proporcionava aos seus frequentadores [...] hoje está tudo mudado. O arrabalde acompanha o progresso vertiginoso que está modernizando a nossa capital dia a dia”(CP, 07/01/1934, p. 11. As queixas do público). O autor da carta faz uma constatação em relação à mudança no bairro, estas mudanças – chamadas de modernização – terminam por afetar o cotidiano na sua simplicidade, agilizando processo, fazendo a vida transcorrer mais rápido pelas faixas de cimento.

Monteiro (1995, p. 131) informa que as transformações no meio físico teve companhia o automóvel, segundo o autor, “ele era a síntese desta modernidade fluída, vertiginosa e gloriosa que demolia casas, hábitos e costumes do passado, que imprimia essa nova temporalidade a produção, ao comércio e, por extensão, a toda a vida urbana”. O autor ainda segue, afirmando que “a criação das novas praças proporcionaria, também, a manifestação destas novas formas modernas de sociabilidade.

Como podemos observar no pedido dos moradores do arrabalde Theresopolis, a Praça D. Maria Luiza “é um lugar aprazível que, recebendo alguns melhoramentos, bem podia servir de ponto de recreio às famílias daquele populoso e adeantado arrabalde” (CP, 07/03/1934, p. 09). Esses moradores solicitam ao prefeito uma atenção e também justificam que a remodelação garantirá o convívio familiar, o que vem ao encontro da segunda queixa, da Praça Jayme Telles, no Bairro Parthenon. A queixa informa que “é com grande pesar que vejo o lamentável abandono a que foi votado aquele jardim, que tantos encantos proporcionava aos seus frequentadores [...] hoje está tudo mudado”. Trata-se do parque que, segundo Monteiro (1995, p. 131), “estava destinado, também, ao desfrute da burguesia e suas formas de sociabilidade modernas [...] recalçadas com concreto, iluminadas e arborizadas pela administração”. As mudanças na sociabilidade também afetavam os arrabaldes, o querer desfrutar das praças que circunvizinhavam as residências. Esse convívio garantido por uma praça bem arborizada, com aparelhos de brinquedos para crianças e calçadas para o *footing* era desejado pelas populações que, ao irem para o centro, sentiam-se desprivilegiadas em seus bairros, porque lá na *urbs* existia espaços para o convívio e, na borda da cidade, só os lamentos de praças abandonadas.

#### **O que se passa na Avenida 13 de Maio**

Assignado, por “Um leitor”: “Sr. redactor do “Correio do Povo”. Verdaderamente lamentável é o que se está passando Avenida 13 de Maio com respeito ao seu ajardinamento. Há um anno a Prefeitura mandou plantar lindas palmeiras em toda a extensão da Avenida, e em pouco tempo a maior parte desapareceu comida pelas

vaccas de quem dá-se ao luxo de ter estes animaes sem ter onde tratá-los. Agora, após um anno, A Prefeitura mandou repor outras palmeiras no mesmo local e outra vez as vaccas iniciaram o seu exterminio [...]. Pela Avenida Padre Cacique dá-se a mesma cousa, sobre gado vaccum, pois é uma verdadeira tropa invadindo jardins, quintaes e pelas calçadas arrancando e respando tudo que lhes chega ao alcance. Levar estes animaes para o curral é uma medida exigida por lei, que beneficia a esthetica da cidade [...] e ao proprio dono, porque assim não os deixarão soltos, arriscados a serem estropiados por um bonde ou auto como já tivemos occasião de ver. – Um Leitor (CP, 14/06/1933, p. 04. Caixa Urbana).

**A Praça Jayme Telles reclamando melhoramentos** [...] sendo um antigo morador do pittoresco arrabalde do Parthenon, e residindo nas immediações da antiga praça Jayme Telles, é com grande pesar que vejo o lamentavel abandono a que foi votado aquelle jardim, que tantos encantos proporcionava aos seus frequentadores [...] hoje está tudo mudado. O arrabalde acompanha o progresso vertiginoso que está modernizando a nossa capital dia a dia. Mas a praça Jayme Telles retrogradou. Uma parte da praça foi transformada em Jardim de Sport [...] e a outra parte, mais de dois terços ficou em lamentavel abandono [...] quando a illumination e policiamento é melhor silenciar [...] aos poderes publicos no sentido de que voltem as suas vistas para aquelle recanto [...]. Um assiduo leitor (CP, 07/01/1934, p. 11. As queixas do publico).

**Moradores do arrabalde de Theresopolis pedem ao prefeito alguns melhoramentos para a praça D. Maria Luiza** [...] no ponto terminal da linha de Theresopolis, é um logar aprazível que, recebendo alguns melhoramentos, bem podia servir de ponto de recreio ás familias daquelle populoso e adeantado arrabalde [...] intercedessemos, junto ao prefeito Alberto Bins, para que mandasse fazer ali uma limpeza e collocar alguns bancos, como possuem as praças situadas nos pontos centraes da cidade. Tambem desejam os interessados que a fiscalisação da Prefeitura faça a Companhia Carris compor a parte do terreno onde correm as linhas do bonde, pois os trilhos se acham a descoberto, difficultando o proprio trafego de autos, carroças e demais vehiculos (CP, 07/03/1934, p. 09).

A partir dos *cases* ou amostras de queixas para cada temática, buscamos identificar a presença da cidadania por parte da população que se queria fazer ouvir. Por meio desta seção, “o nível de organização dos setores populares pode ser avaliado” (SILVA, 1988, p. 56). Os jornais, mesmo que permeados por fatores políticos, econômicos e ideológicos, ainda assim eram vistos, devido aos seus colunistas e jornalistas, como porta-vozes da população em geral. As *queixas e reclamações* sobre os problemas da cidade de Porto Alegre, ao longo de todo o período pesquisado, em sua maioria, pedem a intervenção dos jornais e, por algumas vezes, do jornalista ou colunista para reivindicação de suas causas.

A euforia causada pela reedição do *Plano de Melhoramentos* de 1914, em relação às obras de vulto, como melhorias e abertura das grandes avenidas, tomaram os ânimos da população, mas, conforme observamos nas tabelas de queixas e reclamações, esses benefícios demoraram a chegar nos arrabaldes. A seção mostra, por vezes, a falta de atendimento básico das reivindicações da população que se encontrava à margem dessas transformações e que,

assim, utilizaram-se da mídia impressa para se fazer ouvir e buscar dar voz aos seus pedidos. De alguma maneira, desejavam ser escutados.

Os aspectos positivos da cidade, tais como sistema viário, ruas e avenidas; praças, jardins e sistema de transporte público; iluminação; limpeza - entre outros mencionados ou retratados no corpo do jornal - contraditoriamente geravam os problemas (aspectos negativos) na cidade de Porto Alegre.

A Administração Pública estava focada no centro e ali regimentava esforços, tanto físicos quanto econômicos, enquanto nos arrabaldes, a especulação imobiliária loteava antigas chácaras, com isso absorvendo o bônus. Para a prefeitura ficava o ônus de sanear, iluminar, policiar e transportar os cidadãos que tinham adquirido essas unidades. A venda de terrenos, nesse modelo, seguiu conquistando, conforme Monteiro (1995) relata, “corações e mentes”, porque anunciava um mundo perfeito nas folhas de ambos os jornais pesquisados, uma ideia linda de moradia. Promessas que, na prática, não eram garantidas ao trabalhador, ao operário e à população em geral.

As **transformações para uns e desocupação para outros** pontua-se nas construções das Avenidas Júlio de Castilhos e principalmente da Borges de Medeiros. Avenida esta, que durante a construção do seu trecho compreendido entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideu, compõe o cenário de fundo desta pesquisa. Tal obra, conforme Monteiro:

[...] traria benefícios diretos a abertura dessa avenida: à burguesia comercial. As desapropriações para a abertura da avenida [...] somadas à política de majoração dos impostos dos prédios térreos, de madeira, com beiral e dos cortiços e estalagens, concorria para o afastamento desses elementos sociais, indesejáveis e perigosos à nova ordem, do coração da cidade rumo aos arrabaldes e novos loteamentos. A modernização se faz em prejuízo dessas classes populares e dos costumes “tradicionais” creditados a elas. (MONTEIRO, 1995, p. 102)

Monteiro (1995, p. 104) redigi que o “ideário de modernização e o trabalho de abertura da avenida começava, desde já, a causar um impacto no perfil da cidade e na ocupação social do espaço urbano”, consideramos como a transformação para uns, visto que avenida iria ligar o centro da capital com a zona periférica e principalmente a zona sul da cidade, locais estes que até então eram tratados como região rural ou de lazer. E desocupação para outros, outros estes que habitavam casarios antigos que não mais condiziam aos planos de remodelação. No início da década de 1920 e na seguinte, as desapropriações juntamente com a chegada cada vez maior de cidadãos provindos do interior do estado e imigrantes de outros países, causou um aumento no contingente urbano. As habitações do centro e bairros

próximos (São João e Navegantes) já se constituíam de uma massa humana apertada entre o morro e o lago, e seus destinos convergiam cada vez mais para os arrabaldes, causando o efeito medido através das *queixas e reclamações*, a inconformidade que o não atendimento dos serviços por parte da Intendência/Prefeitura deveria fazer para o bem estar desta população.

Na sociedade, não são poucos os que vêm o projeto de abertura com bons olhos. Os proprietários dos prédios a serem desapropriados pretendem auferir altas somas [...] o setor imobiliário aposta nos lucros que advirão das edificações a serem construídas [...] as camadas médias e as burguesias industrial e comercial emergentes necessitam da avenida que fará a cidade funcionar melhor [...] os setores populares, através da implementação de linhas de transporte coletivo, terão seu deslocamento facilitado e agilizado [...] a imprensa ressalva que avenida contribuirá à nova imagética moderna da cidade, festejada e buscada por todos, da qual estaria ausente o Beco do Poço e seus pardieiros. Ou seja, todos lucram ou pensam lucrar com a abertura da Avenida Borges de Medeiros (MACHADO, 1998, p. 87-88).

Alberto Bins, ao assumir a administração do município (1928-1937) e dar continuidade aos trabalhos, recebe a construção da Avenida Borges de Medeiros como caráter de urgência, mas, conforme Machado (1998, p. 90 e 93), as dificuldades serão das ordens monetárias, negociações com antigos proprietários, burocracia, mão de obra e intempéries, principalmente a “falta de verbas para prosseguir os trabalhos e nas dificuldades enfrentadas durante as negociações vistas às desapropriações”, segue o autor lembrando que “a Borges de Medeiros deve ser para Porto Alegre ‘o que a Rio Branco foi para o Rio de Janeiro’ que aquela artéria deve ‘mudar por completo a fisionomia do centro urbano dando-lhe novas perspectivas e a beleza que não tem [...] dar orientação nova ao tráfego, encurtando trajetos, desviando ladeiras”.

Para Machado (1998, p. 93), “uma vez resolvido o conflito, trata-se de agilizar os trabalhos para que a nova avenida esteja ultimada até setembro de 1935, data em que será realizada a exposição comemorativa ao centenário farroupilha. Neste ínterim, Alberto Bins impulsiona as tratativas” e a autora conclui que “são aceleradas as obras concernentes ao calçamento, instalações subterrâneas, iluminação e assentamento de trilhos para os bondes daquela artéria [...] consegue a prefeitura entregar a nova via ao público na ocasião pretendida”.

Durante a construção desse trecho da Borges de Medeiros com o trabalho da pesquisa, podemos observar, através das reclamações que constam na seção *Queixas e Reclamações*, que a Administração Pública não tinha capital monetário suficiente para atender os arrabaldes e a construção da grande avenida, a “Avenida Rio Branco” de Porto Alegre.

Os serviços básicos não eram satisfatoriamente empregados e muito menos atendidos pela prefeitura, devido, muito, a drenagem monetária dos cofres públicos, destinados à construção do trecho da avenida, assim como, o embelezamento do centro da capital. Salientamos também que a especulação imobiliária que vendia um imaginário ligado ao progresso e modernidade, à prosperidade de ter água, luz, esgoto, transporte e segurança, tudo próximo à residência, quando, na realidade, a entrega feita ao proprietário estava somente no terreno e não nos serviços que facilitariam sua vida na nova morada, pois estes, que deveriam estar atrelados, ficavam a cargo da administração do município e esta como foi colocado anteriormente estava com os cofres esgotados devido as demandas e obrigações já assumidas.

Para Monteiro (1995, p. 141), a modernização tem “caráter de cartão portal, imagético e facadista, para atender aos anseios e atualização da burguesia e propiciar novos investimentos, do que da criação de condições reais para o desenvolvimento social”. A natureza de tais modificações seria de subjugar a diacronia que existe na superfície da *urbs*, pois a fisionomia social contempla a conglomeração de populações advindas dos mais diferentes lugares, engendrava a impressão de desordem e causador de uma espécie de mau estar entre os governantes e em parte da elite.

A “profilaxia” dos espaços públicos e dos corpos deveria ser, portanto, acompanhada daquela dos lares e, por extensão, dos bairros e do centro, livrando a capital das convivências tachadas de insalubres e perigosas, sanitária e socialmente. Caso fosse necessário, punham-se as habitações condenadas abaixo garantindo ao menos a eliminação das moradias indesejadas por suas permeabilidades, consideradas promíscuas (MARINS, 1998, p. 144).

Ao inaugurar em 20 de setembro de 1935, nos festejos do Centenário Farroupilha, o trecho da Avenida Borges de Medeiros, Bakos (2007, p. 200) redige, que “se por um lado demonstraram a pujança do estado e o lado bonito de Porto Alegre, no Parque da Redenção, onde estavam os pavilhões da Exposição, assinalaram difíceis tempos no panorama político nacional”. As elites do poder gaúcho tinham que estabelecer uma integração com o cenário nacional e, ainda de acordo com Machado (1998, p. 108), “as principais preocupações e realizações no campo urbano, na área central de Porto Alegre, ocorridas durante a gestão de Alberto Bins, mostram o compromisso com um ideário de remodelação da cidade, visando a corporificar espacialmente a sua modernidade, isto é, a presença do novo no tecido urbano”. Assim, podemos refletir baseados na série de *Queixas e Reclamações* dos populares que não haveria tempo e muito mais capital financeiro para implementar com eficiência os serviços públicos que a população necessitava, já que a dita “modernidade” na capital gaúcha drenava

os cofres públicos para a área central, ou seja, em vez da modificação “haussmíniana”, que para Marins (1998, p. 162), pontua nas “dificuldades geradas pela experiência fragmentada das reformas urbanas”, tanto no Rio de Janeiro quanto em outras cidades do Brasil, que tentaram “reproduzir nos estados os modelos europeus ou cariocas de readequação espacial [...] tanto para implementar intervenções que livrassem as cidades das epidemias e de ‘promiscuidade’ entre espaços públicos e privados, quanto para homogeneizar vizinhanças ou segurar a exclusão das moradias populares do centro”, houve isto sim, uma modificação pontuada no embelezamento, sem “que houvesse fôlego para uma intervenção drástica no tecido urbano e na geografia das habitações e setores sociais (MARINS, 1998, p. 164) a preocupação não continha uma modificação estrutural que atendesse a todos os segmentos constituintes da cidade. Dentro deste panorama de modernidade e embelezamento, demonstrava que a sala de visitas do Rio Grande do Sul tinha suas mazelas; procuraram escondê-las, mas essas teimavam em sair pelas frestas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever a Porto Alegre de 1928 a 1935, a partir das colunas dos periódicos pesquisados, deparamo-nos com uma imagem negativa. Suas calçadas e ruas são esburacadas, cheias de poeira e lama; os bueiros e os meios-fios encontram-se com águas paradas; a limpeza pública é deficitária, há lixo e sujeira jogados ao longo das ruas e calçadas, tanto na área central quanto nos arrabaldes; existem problemas de ordem administrativa no poder público, nas escolas e nos estabelecimentos comerciais; há insegurança devido à falta de policiais e à truculência destes e, por fim, há a precariedade dos serviços, tais como transporte e saneamento. E, nesse quadro nada promissor, visto pela ótica das *Queixas e Reclamações* da população, também se observou, conforme Silva (1988, p. 146), “um grau de consciência”, que o autor identifica a partir desse amplo leque de reclamações: “ninguém se queixa se não do que possa considerar um direito”.

Nessa temática, Amado (1990, p. 6-7) discute que a possibilidade no estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas “as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular”. A Historiografia Nacional ressalta as semelhanças; a regional lida com as diferenças, com a multiplicidade. A Historiografia Regional tem, ainda, a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano e o ser humano historicamente determinado, além de fazer a ponte entre o individual e o social. Assim, buscamos centralizar os esforços dentro da História Social, considerando que, conforme Barros (1998, p. 112), “não é o tipo de fato - político, econômico, social ou cultural por definição - o que define uma subespecialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um destes tipos de fatos”. Nesse universo de propostas, tomamos o caminho de abranger o cotidiano.

Os estudos efetuados na seção de queixas do público contribuíram para o diálogo estabelecido entre o regional e o nacional. Pesquisas já elaboradas, que abrangeram outras cidades do país, colaboram no sentido de evidenciar o dia a dia da população em geral e, agora, através desta dissertação, insere-se a cidade de Porto Alegre nas investigações das queixas e reclamações. Conforme Silva (1988, p. 149), há três pontos em comum nestas pesquisas: os queixosos, suas reclamações e as práticas exercidas por estes cidadãos. O primeiro ponto: “os recursos que possuía para negociar politicamente os seus direitos de trabalhador, morador ou cidadão eram escassos”; o segundo ponto: os serviços básicos, tais

como “a agenda das necessidades [...] questões de saneamento/limpeza pública e meios de comunicação e transporte”, que não eram fatores preponderantes nas demandas dos poderes públicos e, por fim, de suma importância, observado pelo autor (e em concordância com José Murilo de Carvalho - que confabula com os dados levantados por este trabalho) - o terceiro ponto: “embora possa algumas vezes criticar o sistemático beneficiamento das áreas nobres da cidade em detrimento das demais populares, o queixoso típico não questiona o estilo autoritário das decisões do governo, nem reivindica uma participação maior no processo das decisões que afetavam a sua vida”. Conclui-se, por meio da observação feita por Benvenuti (2004, p. 143), durante suas pesquisas feitas na cidade de Curitiba, que “o desejo de modernização era compartilhado tanto pelos setores governamentais como por parte da população. Não é por acaso que as falas dos queixosos, às vezes, confundem-se com os discursos da administração”.

O processo político (incluimos o econômico) foi estudado por Monteiro (1995). A partir dessa pesquisa, puderam-se perceber as mudanças efetuadas no espaço citadino, o processo de industrialização, os novos enfoques que norteavam uma parte dos governantes e, também, um segmento da elite econômica e cultural, bem como os planejamentos arquitetônicos e urbanísticos feitos por Machado (1998). O que procuramos acrescentar a estes dois trabalhos foram a perspectiva e as manifestações das formas de sociabilidade, a dificuldade dos cidadãos de menor poder aquisitivo em conseguir deslocar-se em uma cidade em transformação física e os conflitos de seus costumes, com novas práticas sociais, gerando entrechoques e construindo fronteiras invisíveis, sentidas por aqueles que não faziam parte dos ditos “eleitos” para a modernidade.

O presente trabalho encontra-se em aberto, devido à limitação do tempo (dois anos) e ao volumoso número de dados levantados nas duas fontes escolhidas. Os dados massivos, das informações levantadas na amostra analisada, mostraram-se aptos à consecução dos objetivos centrais da pesquisa. Para refletir sobre o momento histórico de uma dada sociedade, infelizmente o historiador deve fazer os cortes espacial, temporal e de fontes. Contudo, há o efeito contrário: o de abranger ainda outros impressos, documentações de origem oficial ou privada.

O que tange a esta pesquisa são os indícios e alguns dados, narrados nos textos expostos pelos periódicos de uma vida cotidiana, para além dos registros repressivos do estado, tais como quando o pobre comete um crime ou é acusado de cometê-lo, como relata

Barros (1998, p. 121): “é só quando comete um crime que o ser humano<sup>32</sup> pobre adquire uma identidade para a História!”. Assim, podemos ilustrar essas implicações com os dados da Tabela 10, a respeito do posicionamento do público queixoso frente ao que Silva (1988, p. 21) chamou de “concordância em que estas atividades pertencessem e devessem pertencer ao governo; mais ainda, que era obrigação do governo exercê-las com prioridade, isto é, com equidade e justiça”.

### Quantidades de reclamações ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa por temática

Temáticas	Reclamações Ao Governo	Reclamações Do Governo	Reclamações Pessoa/Empresa	Total
Energia Elétrica	18	21	68	107
Limpeza Urbana	291	9	28	328
Outros	34	46	107	187
Saneamento	143	17	9	169
Segurança	187	43	6	236
Serviço	17	2	41	60
Trânsito	144	5	3	152
Transporte	17	21	226	264
Urbanidade	243	217	32	492
<b>Total</b>	<b>1094</b>	<b>381</b>	<b>520</b>	<b>1995</b>

**Tabela 10:** Quantidade de reclamações ao Governo, do Governo e de Pessoa/Empresa por temática. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A pesquisa de Lemos (2009, p. 81), no capítulo dedicado às *Queixas do Público* do jornal *Correio do Povo*, abrange o total de queixas por ano, que corresponde a 1936, 20; 1937, 15; 1938, 5; 1939, 6; 1940, 4; 1941, 5; 1942, 4 e 1943, 3. A partir desses dados, é possível fazer um mapeamento da coluna durante a década de 1930, iniciando com 1928 e indo até 1943 (Tabela 11).

### Índice de queixas da coluna *As Queixas do Público* - Jornal *Correio do Povo*

Anos	1928	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	1943
Queixas	16	9	17	18	15	26	134	94	20	15	5	6	4	5	4	3

**Tabela 11:** Índice de queixas da Coluna *As Queixas do Público*, no Jornal *Correio do Povo*. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

<sup>32</sup> Troca da palavra utilizada pelo autor (BARROS, 1998, p. 121) “homem” pelas palavras “ser humano”.

Os dados constituem-se de falta de água e de esgotos, problemas de recolhimento de lixo e de limpeza pública, consequência das enchentes, serviços de fornecimento de energia e transporte público, calçamento e tráfego de veículos.

É possível observar, na perspectiva da longa duração, que houve uma ascensão da coluna nos anos de 1934 e 1935 e, posteriormente, uma decaída. Estamos de acordo com Lemos (2009, p. 105-106) quando esta assevera que: “se as obras da Prefeitura não responderam diretamente às necessidades da cidade, expressas via reclamações do público, [...] pode-se supor que a redução das publicações das Queixas se dá por outro motivo – que não a solução dos problemas”. A autora traz duas hipóteses pertinentes: “a redução das queixas como resultado de intervenção do DIP” ou “haveria uma espécie de euforia em relação às obras e melhorias [...] a população estava mais esperançosa e satisfeita com a atuação da administração”.

Por meio desse estudo (LE MOS, 2009) e desta pesquisa, podemos levantar um dado hipotético: teriam as cartas e reclamações via balcão, destinadas às seções de queixas do público, migrado para outra mídia (panfletos de bairros, rádio)?

Bahia (2009, p. 211-212) observa que, em momentos críticos ou revolucionários, “muitos jornais escondem em suas colunas a situação real do país”. A partir dessa observação, é possível buscar subsídios para uma dissertação, tese ou livro de consultas que contemple as *queixas e reclamações*, pois a coluna é de grande importância para a compreensão da formação da cidadania na região (município) e no país. Como afirma José Murilo de Carvalho (*apud* SILVA, 1988, p. 22), as colunas “captam a voz de um setor da população difícil de ser contactado pela pesquisa histórica; elas surpreendem o cidadão em seu cotidiano, nas dificuldades do dia-a-dia, nas necessidades elementares; elas levantam parte do véu que ainda encobre o mundo dos valores políticos populares”. Ao atentar para essa produção social, levantada nas colunas dos dois maiores periódicos, o autor nos fornece um parâmetro de reflexão para a questão do controle social pelos poderes públicos.

Outro dado que a pesquisa aponta, e que vem ao encontro dos trabalhos já realizados por Monteiro (1995), Bakos (1996) e Machado (1998), trata-se da especulação imobiliária durante o período das transformações urbanas. O setor imobiliário, diante da relação de embelezamento e de melhoramentos urbanos, com vista à valorização do espaço da *urb*, acabou fomentando cada vez mais os interesses do capital privado na compra de antigas chácaras (Menino Deus, Glória, Tristeza, Rio Branco, Mont Serrat, Petrópolis, Bella Vista, Tristeza, Ipanema, Assunção etc.), aproveitando as oportunidades de expansão urbana e

loteando esses espaços, como é possível ver nas propagandas que imperavam nas folhas dos jornais.

No período, a venda desses lotes estava atrelada à falta de infraestrutura urbana. O capital privado obtinha seu lucro com a venda do parcelamento do solo e, por conseguinte, o Estado deveria entrar com os serviços públicos. Mas, sem a verba necessária para atender à demanda de loteamentos que surgiam, a Administração Pública ficava devedora de tais obras de saneamento e a população sofria a carência de não ver seus pedidos atendidos. Com isso, os cidadãos iam bater à porta dos jornais pedindo que intervissem junto aos órgãos públicos para terem os seus problemas resolvidos, ou pelo menos amenizados. Outro quesito levantado pelos autores, que também ficou evidente, foi a dinâmica da Usina Termoelétrica do Gasômetro, do grupo estadunidense *American & Foreign Power*. No Brasil, o grupo foi representado pela CBFÉ, que passou a resolver o problema de falta e da inconstância do fornecimento de energia para o transporte e a iluminação pública, bem como para o comércio e as fábricas. A pesquisa suscitou um questionamento: o quanto as companhias estadunidenses se utilizaram dos serviços primordiais ao desenvolvimento urbano (transporte e energia elétrica), atuando de forma clara na valorização de áreas de seu interesse imediato e, por meio de contratos privados, oferecendo os seus serviços a esses núcleos, firmando contratos com diferentes empresas imobiliárias que visavam à instalação do serviço de bonde em loteamentos recém-abertos? A essa pergunta não pudemos responder, visto que o tempo para uma dissertação é curto. Contudo, fica aqui o desejo de uma pesquisa sobre o tema relativo às empresas estadunidenses e ao setor imobiliário na cidade de Porto Alegre.

Por fim, o fato de Porto Alegre encontrar-se no extremo do país não significou a falta de anseio de seus habitantes pela urbanidade. Ao observarmos a capital gaúcha, hoje, anunciada ao mundo como uma das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, percebemos que uma parcela significativa da elite, dos governantes e do setor imobiliário busca transpor para *urbs* a representação do poder econômico, político e sociocultural que esse evento necessita.

Na epiderme da velha cidade, dá-se a recuperação de prédios públicos e privados, instituições e museus, bulevares, teatros e cinemas, praças e jardins, ruas e calçadas. E, atuando em conjunto, novas construções são erguidas, tais como hotéis, estádios, *shoppings centers*, avenidas e um aeroporto. O que salientamos é que essas propostas estão destinadas a atender mais aos visitantes do que aos locais. O imaginário desses projetos está na demonstração da riqueza conquistada, símbolo de um capitalismo de consumo.

Paira sobre a fundação do núcleo urbano – Centro Histórico – o *fetich*e dessas autoridades pelo “antigo”, a busca pelo passado idílico. Observamos, nas demandas apresentadas e na sua aplicação modernizante, que o atual momento não é mais o de destruir para reconstruir; o termo, agora, é recuperar ou, conforme a moda, “preservar”. Assim, buscase transformar prédios, lugares e outros espaços históricos em momentos fundantes no imaginário dos locais e no dos futuros visitantes.

Nesse pontal de terra, que adentra o Lago Guaíba, há o traçado da Rua José Montaury que desemboca no início da Avenida Otávio Rocha e esta, por conseguinte, na Avenida Alberto Bins. Elas são, de acordo com Bakos (1996, p. 187), “o registro físico do continuísmo político no governo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, ao longo de quarenta anos...” – três ruas que, ao mesmo tempo, são abraçadas pelas Avenidas Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

## REFERÊNCIAS

ACAUAN, Ana Paula Bragaglia. **Comunicação: Correio do Povo** na gestão Ribeiro – Ideologia e Poder. 2009. 232 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALVES, Augusto. **A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930: modernidade urbanística** como suporte de um projeto de estado. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AMADO, Janaína. **História e região: reconhecendo e construindo espaços**. In: SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

\_\_\_\_\_. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. Política na sala de visitas (1897-1937). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Luiz Carlos Tau (orgs.). **História do Rio Grande do Sul: república**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. 1994. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Imprensa, poder e público**. 1996. Tese Professor Titular (Professora Titular em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1996.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. O que a História pode legar aos estudos de Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

BARROS, José Costa D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECKER, Gisele. **A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a Hipótese de Agendamento (1895-1897)**. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BORDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: **Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: FFCH-USP, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARREIRA, Maria Antônia Stumpf. **Cidade, imprensa e arquitetura**: as crônicas e os debates de modernização em Porto Alegre, 1928-1937. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de São Paulo, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**: seminários 1986-1987 - a criação humana I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. v.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

COLBEICH, Júlio Cezar. **A auto referencialidade como estratégia**. Blog Ensaios Críticos. Disponível em: <<http://ensaios-criticos.blogspot.com/2010/01/auto-referencialidade-como-estrategia.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

COSTA, Elmar Bones da (Org.). **História ilustrada de Porto Alegre**. Porto Alegre: Já Editores, 1997.

DE GRANDI, Celito. **Diário de Notícias**: o romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo**: história e memórias. Passo Fundo: UPF, 1997.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Porto Alegre**: estatuária facadista e monumental, ideologias e sociedade (1898-1920). 1988. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. São Paulo: Papyrus, 2008.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40):** dos pioneiros às emissoras comerciais. Canoas: ULBRA, 2002.

FEPAM, **Qualidade Ambiental** – Região Hidrográfica do Guaíba. Acessado em 01 de julho de 2011.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias:** capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branços e Vermelhos:** a guerra civil espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936-1939). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre:** guia histórico. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FROSI, Fabíola; BERTO, Sônia. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos. In: BATTISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história:** indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GALVANI, Walter. **Um século de poder:** os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GUIMARÃES, Emerson de Carvalho. **A Usina do Gasômetro:** memórias da construção de um patrimônio de Porto Alegre. 2002. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A invenção do Brasil moderno:** medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HOHLFELDT, Antônio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 7, p.42-51, nov. 1997. Semestral.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial do Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_dtb\\_int.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm)>. Acesso em: 01 jul. 2011.

LEÃO, Sebastião. *Os fundadores de Porto Alegre*. In: **Boletim Municipal**. Porto Alegre, v.6, ano 5, 1943.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1998.

LEITE, Carlos Roberto S. da Costa. **Imprensa escrita**. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, abr. 2010.

LEMOS, Marília Roennau. **O urbanismo em Porto Alegre no jornal Correio do Povo, durante o Estado Novo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do sul como fator de instabilidade da República. In: BÓRIS, Fausto (Org.). **O Brasil republicano III**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes Impressas. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

KERN, Maria Lúcia B. Modernidade: significações na história. In: BRITES, B.; CATTANIA, I; KERN, M. L. B. (Orgs.). **Modernidade**: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Arte. Porto Alegre: Instituto de Artes/UFRGS, 1991. Col. Estudos de Arte, n. 22, p. 72-73.

MACEDO, Francisco. **Porto Alegre**: Origem e Crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre**: História e Vida da Cidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1973.

\_\_\_\_\_. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. **Breno Caldas: meio século de Correio do Povo – Glória e agonia de um grande jornal.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

MACHADO, Nara. **Modernidade, arquitetura e urbanismo: o centro de Porto Alegre (1928-1945).** 1998. Tese (Doutorado em História Ibero-Americana). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais.** Passo Fundo: UPF, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In.: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio.** V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Alexandre Pena. A mídia impressa na construção do imaginário social durante as transformações urbanas em Porto Alegre entre os anos de 1897-1937. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2010, Chapecó. **Anais...** Chapecó: ANPUH-SC, 2010. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. Modernidade para uns e desocupação para outros: início da construção do porto Mauá como marcador das transformações urbanas na cidade de Porto Alegre. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL MERCOSUL, 1., 2011, Passo Fundo. **Dimensões históricas das imagens visuais: práticas de leitura de iconografias como documentos históricos.** Passo Fundo: UPF, 2011. p. 133-150.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **Revista de História, Cultura e Arte,** Porto Alegre, v.10, n.16, p. 33-50, jan. - jun. 2008.

MAUCH, Cláudia. História de Porto Alegre Processo de Ocupação e Urbanização. In: **Porto Alegre: Memória e Identidade.** Porto Alegre: SMC, 1992.

\_\_\_\_\_. O policial e a cidade: um olhar vigilante (Porto Alegre, final do século XIX). In: PESAVENTO, Sandra Jantahy; SOUZA, Célia Ferraz de (Orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre - urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (O espírito do tempo). v. 1.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do Papel. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação.** Porto Alegre: Metrópole, 1993.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Um estudo em Arqueologia Urbana: a Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre.** 2005. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OVADIA, Maurício. **Cento e Onze anos de transporte: do bonde de mulas ao transporte seletivo.** Porto Alegre: PMPA/CARRIS, 1980.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Dir.); CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a modernidade e a cidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina; TORRESINI, Elizabeth W. R. **Modernidade e Urbanidade no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920).** Porto Alegre: UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo da Rua**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e cidade. **Revista de História, Cultura e Arte**, Porto Alegre, v.10, n.16, p.67-77, jan - jun. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Planta do Plano Geral de Melhoramentos**, 1914. Disponível em:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

RODRIGUEZ, Ricardo V. **Castilhismo**: uma filosofia da república. Caxias do Sul: UCS, 1980.

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: UNESP, 2000.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTO, Miguel Frederico do Espírito. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Luiz Carlos Tau (Orgs.). **História do Rio Grande do Sul**: colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Domando as águas**: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHNEIDER, Greice. **Fotografia e representação visual**: pressupostos teóricos para uma metodologia de análise fotográfica. 2002. TCC (Trabalho de Conclusão em Comunicação). Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Célia Ferraz de; MULLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e a evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

SPALDING, Walter. **Pequena História de Pôrto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

SYMANSKI, Luís. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

**FONTES DOCUMENTAIS*****A Federação*****1928**

*A Federação*, Porto Alegre, 08/01/1928, Capa.

*A Federação*, Porto Alegre, 25.01.1928, Capa.

*A Federação*, 28.06.1928, p. 01 – artigo publicado em MONTEIRO, 1995, p. 83.

***Correio do Povo*****1927**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/12/1927, p. 10.

**1928**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/05/1928, p. 11.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/11/1928, p. 04.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/11/1928, p. 07.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/12/1928, p. 03. Editorial – O problema da habitação.

**1929**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/05/1929, Capa.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/05/1929, p. 04.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/06/1929, p. 11.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/06/1929, p. 05.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/06/1929, p. 08.

**1930**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1930, p. 02.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1930, p. 05.

**1931**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1931, p. 05.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/01/1931, p. 02.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/01/1931, p. 08.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/05/1931, p. 09.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1931, p. 04.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1931, p. 12.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/05/1931, p. 14.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/05/1931, p. 25.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/05/1931, p. 12.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/05/1931, p. 15.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/05/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/05/1931, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/05/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/05/1931, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/05/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/05/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/05/1931, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/05/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/05/1931, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/05/1931, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/05/1931, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/05/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/05/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/06/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/06/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/06/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/06/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/06/1931, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/06/1931, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/06/1931, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/06/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/06/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/06/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/06/1931, p.07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/06/1931, p. 07. Noticiário.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/06/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/06/1931, p. 08. Desportos.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/06/1931, p. 08. Desportos.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/06/1931, p. 10. Noticiário.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/06/1931, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/06/1931, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/06/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/11/1931, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/11/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1931, p. 20.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/11/1931, p. 12.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/11/1931, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/11/1931, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/11/1931, p. 17.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/11/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/11/1931, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1931, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1931, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 03.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/12/1931, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/12/1931, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/12/1931, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/12/1931, p. 13.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/12/1931, p. 15.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/12/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/12/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/12/1931, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/12/1931, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/12/1931, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/12/1931, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1931, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1931, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1931, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1931, p. 11.

## **1932**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/01/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/01/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/01/1932, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/01/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/01/1932, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1932, p. 04. Editoriais e Colaborações.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/01/1932, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/01/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/01/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1932, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/01/1932, p. 04.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/01/1932, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/01/1932, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/01/1932, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/01/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/01/1932, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/01/1932, p. 13.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1932, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1932, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1932, p. 15.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/02/1932, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/02/1932, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/02/1932, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1932, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1932, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/10/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/11/1932, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/11/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/11/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/11/1932, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/11/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/11/1932, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/11/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/11/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/11/1932, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/11/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/11/1932, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1932, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/12/1932, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/12/1932, Capa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/12/1932, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/12/1932, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/12/1932, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/12/1932, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1932, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1932, p. 15.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/12/1932, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/12/1932, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/12/1932, p. 04.

### 1933

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/01/1933, p. 08.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1933, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1933, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/01/1933, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/01/1933, Capa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/01/1933, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/01/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/01/1933, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/01/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1933, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/02/1933, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/02/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/02/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/02/1933, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/02/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/02/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/04/1933, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/06/1933, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/06/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/06/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/06/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/06/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/06/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/06/1933, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/06/1933, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/06/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/06/1933, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/06/1933, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/06/1933, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/06/1933, p. 04.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/07/1933, p. 17.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/07/1933, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/07/1933, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/07/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/07/1933, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1933, Contracapa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/07/1933, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/07/1933, p. 12.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/07/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/07/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/07/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/07/1933, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/07/1933, p. 16.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/08/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/08/1933, p. 13.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1933, p. 03.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/09/1933, p. 03.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/12/1933, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/12/1933, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/12/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/12/1933, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/12/1933, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/12/1933, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/12/1933, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/12/1933, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1933, Capa.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1933, p. 03.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/12/1933, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/12/1933, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/12/1933, p. 05.

#### **1934**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/01/1934, p. 06.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/01/1934, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/01/1934, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1934, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1934, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1934, p. 25.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/01/1934, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/01/1934, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/01/1934, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/01/1934, p. 20.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/01/1934, p. 31.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/01/1934, p. 15.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/01/1934, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/01/1934, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/01/1934, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/01/1934, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/01/1934, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/01/1934, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/01/1934, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/02/1934, p. 05.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/02/1934, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1934, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1934, p. 25.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/02/1934, p. 26.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1934, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/02/1934, p. 19.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/02/1934, p. 11.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/02/1934, p. 13.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/02/1934, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/02/1934, p. 10.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/02/1934, p. 08.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/02/1934, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/02/1934, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 24/02/1934, p. 13.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/03/1934, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/03/1934, p. 09.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/03/1934, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/03/1934, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/03/1934, p. 12.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/03/1934, p. 07.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/03/1934, p. 05.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/05/1934, p. 18.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 14.  
*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/12/1934, p. 09.

### **1935**

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/12/1935, p. 05.

### ***Diário de Notícias***

#### **1928**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/01/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/02/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/04/1928, p. 08.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/04/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/04/1928, Capa. Editorial – Organização Policial.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/05/1928, Capa.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/05/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/06/1928, p. 16  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/06/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/08/1928, p. 01.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/09/1928, p. 10.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/10/1928, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22/12/1928, p. 01

### **1929**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/07/1929, p. 05. Seção *Coisas Irritantes*.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/07/1929, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/08/1929, p. 06.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/12/1929, p. 05  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/12/1929, p. 05.

### **1930**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/02/1930, p. 04.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/05/1930, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/06/1930, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/08/1930, p.05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/09/1930, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/10/1930, p.05.

### **1931**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22/05/1931, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31/05/1931, p. 05.

### **1932**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25/06/1932, p. 04.

### **1933**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/02/1933, p. 05.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/06/1933, p. 14.

### **1934**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/12/1934, p. 09

### **1935**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/01/1935, p. 16-17.  
*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 23/02/1935, p. 05.

**1975**

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/03/1975, p. 01. Suplemento do Cinquentenário.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/03/1975, p. 03. Suplemento do Cinquentenário.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/03/1975, p. 04. Suplemento do Cinquentenário.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/03/1975, p. 05. Suplemento do Cinquentenário.

**APÊNDICE I** - Planilha de dias que compõem o período pesquisado – 24 de janeiro de 1928 a 20 de setembro de 1935

Planilha de dias no período de 24/01/1928 - 20/09/1935								
Ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Mês/quantidade de dias de jornais (exceção das segundas-feiras devido a expediente)								
Janeiro	6	27	26	27	27	26	26	27
Fevereiro	25	24	24	24	24	24	24	24
Março	27	27	26	26	27	27	26	27
Abril	25	25	26	26	26	26	25	25
Maio	27	27	27	27	26	26	27	27
Junho	26	26	25	25	26	26	26	26
Julho	26	26	27	27	27	26	26	26
Agosto	27	27	27	26	26	27	27	27
Setembro	26	26	25	26	26	26	26	17
Outubro	25	25	26	26	27	27	27	0
Novembro	26	26	26	25	26	26	26	0
Dezembro	26	26	26	27	27	27	26	0
Total	292	312	311	312	315	314	312	226
							Dias computados	2394

**APÊNDICE II** - Planilha de dias pesquisados do Jornal *Correio do Povo* - 24 de janeiro de 1928 a 20 de setembro de 1935

<b>Correio do Povo</b>								
Planilha de dias no período de 24/01/1928 - 20/09/1935								
Ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Mês/quantidade de dias de jornais (exceção das segundas-feiras devido a expediente)								
Janeiro	6	27	26	27	27	26	26	27
Fevereiro	25	24	24	24	24	24	24	24
Março	27	27	26	26	27	27	26	27
Abril	25	25	26	26	26	26	25	25
Maio	27	27	27	27	26	26	27	27
Junho	26	26	25	25	26	26	26	26
Julho	26	26	27	27	27	26	26	26
Agosto	27	27	27	26	26	27	27	27
Setembro	26	26	25	26	26	26	26	17
Outubro	25	25	26	26	27	27	27	0
Novembro	26	26	26	25	26	26	26	0
Dezembro	26	26	26	27	27	27	26	0
Total	292	312	311	312	315	314	312	226
							Dias computados	2394

**APÊNDICE III** - Planilha de dias pesquisados do Jornal *Diário de Notícias* - 24 de janeiro de 1928 a 20 de setembro de 1935

<b>Diário de Notícias</b>								
Planilha de dias no período de 24/01/1928 - 20/09/1935								
Ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Mês dias de jornais (exceção nas segundas-feiras devido a expediente)								
Janeiro	6	27	0	27	27	0	26	27
Fevereiro	25	24	0	24	24	0	24	24
Março	0	0	0	0	0	27	26	27
Abril	25	0	0	0	0	26	25	25
Maio	27	27	0	27	0	26	27	27
Junho	26	26	0	25	0	26	26	26
Julho	26	26	27	0	0	26	26	26
Agosto	27	27	27	0	0	27	27	27
Setembro	26	26	0	0	0	0	0	0
Outubro	25	25	0	0	0	0	0	0
Novembro	26	26	26	25	0	26	26	0
Dezembro	26	26	26	27	0	27	26	0
Total	265	260	106	155	51	211	259	209
Dias computados								1516

<b>Exemplares Extraviados do Diário de Notícias</b>								
Planilha de dias no período de 24/01/1928 - 20/09/1935								
Ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Mês dias de jornais (exceção nas segundas-feiras devido a expediente)								
Janeiro	0	0	26	0	0	26	0	0
Fevereiro	0	0	24	0	0	24	0	0
Março	27	27	26	26	27	0	0	0
Abril	0	25	26	26	26	0	0	0
Maio	0	0	27	0	26	0	0	0
Junho	0	0	25	0	26	0	0	0
Julho	0	0	0	27	27	0	0	0
Agosto	0	0	0	26	26	0	0	0
Setembro	0	0	25	26	26	26	26	17
Outubro	0	0	26	26	27	27	27	0
Novembro	0	0	0	0	26	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0	27	0	0	0
Total	27	52	205	157	264	103	53	17
Dias computados								878

<b>Total Geral</b>	<b>2.394</b>
--------------------	--------------

**APÊNDICE IV** - Planilha de dias pesquisados do Jornal *A Federação* - 24 de janeiro de 1928 a 20 de setembro de 1935

<b><i>A Federação</i></b>								
Planilha de dias no período de 24/01/1928 - 20/09/1935								
Ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Mês/quantidade de dias de jornais (exceção das segundas-feiras devido a expediente)								
Janeiro	6	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	0	0
Março	0	0	0	0	0	0	0	0
Abril	0	0	0	0	0	0	0	0
Maiο	0	0	0	0	0	0	0	0
Junho	0	0	0	0	0	0	0	0
Julho	0	0	0	0	0	0	0	0
Agosto	0	0	0	0	0	0	0	0
Setembro	0	0	0	0	0	0	0	17
Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0
Novembro	0	0	0	0	0	0	0	0
Dezembro	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	6	0	0	0	0	0	0	17
Dias computados								23

**APÊNDICE V** – Planilha com o nome dos reclamantes – Jornal Correio do Povo

Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<i>Correio do Povo</i>
Nomes dos Reclamantes
70 assinaturas dos moradores das 3 Figueiras, Villa Bom Jesus e Villa Jardim
A. S. B. M. C.
A.Chaves
A.da F.
A.L.
A.M.
A.Strehl
Afeiçoado da boa música
Affonso Rodrigues de Camargo
Alguns legionários
Alguns moradores
Amigos da Rua Marquez do Pombal
Ant. G. de Souza
Ant. J. Ges.
Antônia Oliveira
Antonio B. Chaves
Assinante da Floresta
Augusto Jenisch
Augusto Silva
B. Marques
Bonbontere K. Woltmann
C.B.
Caetano La Porta
Carlos Krugs
Carlos Lima
Casa Alberto
Casa Colombo
Casa Gesche
Casa Krieger
Casa Masson
Constantes leitores e moradores da Rua da Republica
Deputado José Vitaca
Diversos assíduos leitores
Diversos moradores
Diversos proprietários
Dorival Moun
E.C.G.
Estudantes
Estudantes Instituto Parobé
F. F. dos Santos
F. Nunes
Fiscal secreto

Funcionarios publicos estaduaes
G. C. de Almeida
G. E.
G.R.A.
Gonçalo Valente Dias
H. A. de Almeida Jor.
Habitantes da Rua Silveiro
Irineu Medeiros de Albuquerque
J. Garibaldi
J. Magalhães Bastos
J. P.
J.C.F.
Jé. Mel. de Albuquerque
José A. Polidori
José Antonio da Silva e Manoel G. do Nascimento
José Augusto Lopes
José Gonçalves de Oliveira
José Marques Vianna
Juca Boa Sorte
Juca Pato
Julio Dias
Julio Sorter
L. M. Sobrº.
L. R. Amorim
Leitor
Leitor amigo
Leitor assíduo
Leitor constante
Leitor e amigo
Leitores da zona Independência
Manoel Alves dos Santos – comerciante
Marquês
Me. De Az. Silveira e Antº. Ricardo de Almª.
Mel. A. de Alm.
Mohrdieck
Moradores da Estrada da Pedreira
Moradores da Gloria
Moradores da Rua 1º Março
Moradores da Rua 28 de Setembro
Moradores da Rua Avahy
Moradores da Rua Boa Vista
Moradores da Rua Caldas Junior
Moradores da Rua Clara
Moradores da Rua Dona Thereza
Moradores da Rua Luiz Affonso
Moradores da Rua Machado de Assis
Moradores da Rua Portuguesa
Moradores da Rua Ramiro Barcellos

Moradores da Rua São Manoel
Moradores da Rua Silveiro
Moradores da Ruas Octavio Rocha e Caldas Junior
Moradores de S. João e Navegantes
Moradores do arrabalde de Theresopolis
Moradores do Menino Deus
Moradores do Parthenon
Moradores do Passo da Mangueira
Moradores do Passo das Pedras
Moradores Rua Maryland
Moradores Rua Príncipe
Na. D. Fernandes
Oficial do Exercito
Oramaes
Os flagelados
Os moradores da Rua Minas Gerais
Os prejudicados
Oscar Moreira
Otavio Heinzelmann – funcionário municipal
Outro varejista
Passageiros da zona Independência
Prejudicados
Proprietários e locatários dos prédios na Avenida Brasil (63 assinaturas)
Rodolpho Heinz
Roque Fiori e filhos
S. Gavillon
Sem identificação
T.R.
T.S. – engenheiro civil
Tamoyo Rosa
Tamoyo Velho
Tristenzense
Tutú
Um amigo da cidade
Um assíduo leitor
Um chefe de familia
Um constante leitor
Um constante leitor do “roseo”
Um interessado
Um leitor
Um leitor constante
Um leitor grato e assíduo
Um morador da zona
Um negociante
Um portoalegrense
Um prejudicado
Um techinco da Carris
Vários moradores da Avenida Bom Fim

Vários prejudicados
Veranistas de Belém Velho
Walter Gerdau Hannsen

**APÊNDICE VI** – Planilha com nome das ruas e respectivas reclamações – Jornal Correio do Povo (nomenclatura e grafia mantida conforme o período pesquisado (1928 a 1935).

Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<i>Correio do Povo</i>	
Nome das Ruas	Reclamações
Avenida 13 de Maio	Tráfego acidentes
Avenida Bomfim	Animais soltos, terreno sem muros
Avenida Borges de Medeiros	Saneamento, calçamento, limpeza urbana, construção da avenida, ruínas de prédios
Avenida Brasil	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Ceará	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Eduardo	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Esther	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida França	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida João Pessoa	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Mauá	Limpeza urbana
Avenida Napolitana	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Padre Cacique	Limpeza urbana
Avenida Pará	Limpeza urbana, valos, entulhos
Avenida Pátria	Limpeza urbana
Avenida Redenção	Buracos na via, trânsito congestionado, valetas, urbanismo (estética), calçamento
Avenida São Raphael	Construções antigas, calçamento, buracos na via, abandono de prédio
Avenida Sepulveda	Remodelação urbanística
Avenida Theresopolis	Abandono, calçamento
Avenida Veneza	Abandono, calçamento
Avenida Ypiranga	Abandono, calçamento
Campo da Redenção	Buracos na via, trânsito congestionado, valetas, urbanismo (estética), calçamento
Estrada da Pedreira	Abandono, calçamento
Estrada do Matogrosso	Abandono, vagabundos
General Bento Gonçalves	Abandono, calçamento
Ilhota	Abandono, calçamento
Praça 15 de Novembro	Vendedor ambulante
Praça Alto da Bronze	Abandono
Praça Argentina	Calçamento
Praça Conde de Porto Alegre	Limpeza urbana
Praça da Alfandega	Remodelação urbanística, limpeza urbana, abandono
Praça Dona Maria Luiza	Limpeza urbana, abandono
Praça Garibaldi	Limpeza urbana, abandono
Praça Jayme Telles	Limpeza urbana, abandono
Praça Marechal Deodoro	Limpeza urbana, abandono
Praça Montevideo	Pisar na grama
Praça Parobé	Construções, mictório

Praça Senador Florencio	Dormir em bancos públicos, banheiros públicos
Rua 1 de Março	Iluminação pública, excesso de aterro
Rua 13 de Maio	Inundações, calçamento, falta de muros nos terrenos, iluminação, limpeza pública, buracos na via
Rua 14 de Julho	Buracos na via
Rua 3 de Novembro	Urbanismo (estética)
Rua 7 de Abril	Lama, limpeza urbana
Rua Almirante Barroso	Lama, limpeza urbana
Rua Alvaro Chaves	Lama, limpeza urbana
Rua Arthur Rocha	Limpeza urbana (cubos)
Rua Arvoredo	Limpeza urbana, abandono
Rua Avahy	Ponte em mau estado
Rua Bahia	Limpeza urbana, abandono
Rua Barão do Amazonas	Limpeza urbana, abandono
Rua Barros Casal	Limpeza urbana, abandono
Rua Benjamim Constant	Carroças no trânsito
Rua Boa Vista	Limpeza urbana, abandono
Rua Caldas Júnior	Limpeza urbana, abandono
Rua Caminho do Meio	Limpeza urbana, abandono
Rua Caminho Novo	Tráfego acidentes
Rua Canabarro	Limpeza urbana, abandono
Rua Cancio Gomes	Lama, limpeza urbana
Rua Capitão Montanha	Prédio em ruínas, limpeza pública, esgoto
Rua Christovam Colombo	Buracos na via, limpeza urbana, bebedouro público, trânsito acidentes
Rua Clara	Iluminação pública
Rua Conceição	Falta de bondes, malandragem da garotada, agentes de trânsito
Rua Coronel Bordini	Limpeza pública, bebedouro público
Rua Coronel Carvalho	Bueiros entupidos,
Rua Coronel Fernando Machado	Postes de luz antigos na calçada
Rua da Cascata	Falta d'água
Rua da Misericórdia	Falta de bondes
Rua da Republica	Tráfego acidentes, iluminação Pública
Rua das Flores	Poeira, Prédio em ruínas, limpeza pública, esgoto
Rua Demetrio Ribeiro	Urbanidade (casa abandonada), limpeza urbana, tapume de tábuas
Rua Dias da Cruz	Limpeza urbana, abandono
Rua do Arvoredo	Postes de luz antigos na calçada
Rua do Rosário	Limpeza urbana, abandono
Rua Dona Margarida	Limpeza urbana, abandono
Rua Dona Thereza	Limpeza urbana, abandono
Rua dos Andradas	Malandragem, iluminação pública, buracos, calçamento, urbanismo (materiais na calçada)
Rua Dr. Flores	Limpeza urbana, buracos na via, calçamento, vegetação
Rua Dr. João Inácio	Limpeza urbana, abandono
Rua Dr. Octavio Rocha	Limpeza urbana

Rua Dr. Timoteo	Limpeza urbana
Rua Duque de Caixas	Trilhos velhos
Rua Eduardo Cartier	Limpeza urbana
Rua Esperança	Prédio em ruínas
Rua Euclides da Cunha	Limpeza urbana, abandono
Rua Floresta	Tráfego acidentes
Rua Garibaldi	Calçamento
Rua General Câmara	Trânsito (estacionamento), mau cheiro
Rua General Lima e Silva	Iluminação pública, prédio em ruínas
Rua General Netto	Calçamento
Rua General Pantaleão Telles	Trânsito (estacionamento), mau cheiro
Rua General Salustiano	Buracos na via
Rua General Victorino	Calçamento
Rua Germania	Calçamento
Rua Independência	Calçamento, agentes de trânsito
Rua Jeronimo Coelho	Roupas estendidas na rua
Rua João Alfredo	Urbanismo (prédio abandonado)
Rua José do Patrocínio	Iluminação pública, buracos na via
Rua Larga	Urbanidade (materiais de construção na calçada)
Rua Laurindo	Trânsito congestionado
Rua Leopoldo Bier	Limpeza urbana
Rua Luiz Affonso	Buracos na via
Rua Marcilio Dias	Urbanidade (terreno falta de muros)
Rua Marechal Floriano	Falta de bondes, calçamento
Rua Monsenhor Vêras	Limpeza urbana, buracos na via, calçamento, animais abandonados
Rua Mostardeiro	Calçamento
Rua Nunes Machado	Limpeza urbana (cubos)
Rua Olavo Barreto Vianna	Inundações
Rua Pacífico	Buracos na via
Rua Pantaleão Telles	Buracos na via, calçamento, urbanismo (prédio abandonado), limpeza urbana
Rua Paraíba	Iluminação pública
Rua Paraná	Inundações
Rua Pernambuco	Inundações
Rua Piauí	Inundações
Rua Portuguesa	Inundações
Rua Praia de Bellas	Inundações
Rua Príncipe	Limpeza urbana, buracos na via, trânsito de veículos
Rua Ramiro Barcellos	Limpeza urbana, buracos na via, trânsito de veículos
Rua Riachuelo	Falta de bondes
Rua Sant'Anna	Trânsito congestionado, urbanidade (materiais de construção na calçada)
Rua Santo Antonio	Bueiros entupidos,
Rua Santos Pedrosa	Lama, limpeza urbana
Rua São Carlos	Lama, limpeza urbana
Rua São Manoel	Limpeza urbana

Rua Tobias da Silva	Limpeza urbana
Rua Tres de Novembro	Bueiros entupido
Rua Vasco Alves	Calçamento, buracos na via
Rua Vasco da Gama	Prédio em ruínas
Rua Veador Porto	Limpeza urbana, buracos na via, calçamento, animais abandonados
Rua Venancio Ayres	Limpeza urbana, abandono, animais soltos, buracos na via, calçamento, restos dos materiais do calçamento
Rua Verissimo Rosa	Bueiros entupidos
Rua Vieira de Castro	Vegetação na via,
Rua Vigario José Ignacio	Trânsito (estacionamento), cortiço, abandono de prédio, calçamento
Rua Vinte e Seis	Iluminação pública
Rua Voluntarios da Patria	Limpeza urbana
Travessa Commendador Baptista	Iluminação pública
Travessa Cruzeiro	Calçamento, buracos na via,
Travessa do Carmo	Buracos na via
Travessa Itapian	Mictório no muro
Travessa São João	Iluminação pública
Travessa Theresopolis	Iluminação pública, calçamento, buracos na via

**APÊNDICE VII** – Planilha com nome dos bairros e respectivas reclamações – Jornal Correio do Povo (nomenclatura e grafia mantida conforme o período pesquisado (1928 a 1935).

Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<b>Nome dos arrabaldes</b>	<b>Reclamações</b>
Azenha	Forno do lixo, pontes em mau estado, limpeza urbana
Floresta	Muro nos terrenos
Gloria	Transporte urbano, falta d'água
Menino Deus	Buracos na via, inundações
Mont Serrat	Limpeza urbana, valos, entulho
Navegantes	Saneamento, buracos na via, limpeza urbana, iluminação, calçamento, fossas nas próprias casas, transporte público
Parthenon	Pontes em mau estado, abandono, falta de bondes,
Pedra Redonda	Compostura pessoal (banhistas)
São João	Saneamento, buracos na via, limpeza urbana, iluminação, calçamento, fossas nas próprias casas, transporte público
Bom Fim	Trânsito congestionado
Independência	Trânsito congestionado
Moinhos de Vento	Limpeza pública, inundações
Baronesa	Policiamento
Tristeza	Trânsito acidentes

**APÊNDICE VIII** - Planilha com o nome dos reclamantes – Jornal Diário de Notícias

Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<i>Diário de Notícias</i>
Nomes dos Reclamantes
81 assinaturas de oficiais, medicos, dentistas, farmaceuticos, advogados, engenheiros, academicos, comerciantes, proprietarios, varios funcionarios, etc, moradores á rua Venancio Aires e em vias publicas transversais ao outros.
A.C.V.
A.Leão
A.M.
Assiduo leitor
B. M.
C.
C. Q.
C.C.H.
Conductores de veiculos
Constante leitor
Constante leitor e admirador
Dr. Norberto de Freitas
E. H.
EMESPE
F. A. S.
F. L.
Freitas Lima
G.C.O.
Garagem central
Hildebrando Bekhauser
J. C. F.
J. N.
J.C.J.
João Azambuja Soares
João Maria
L. V.
Leitor assíduo
M. K. L.
Marcondes Maia
Miguel Pereira
Morador da Rua Cascata
Morador do arraial da Baronesa
Moradores da Rua Arthur Rocha
Moradores da Rua Clara
Moradores da Rua Coronel Bordini
Moradores da Rua Monsenhor Vêras
Moradores da Rua Nunes Machado
Moradores da Rua Pantaleão
Moradores da Rua São Pedro

Moradores das seguintes ruas: Alvaro Chaves, Almirante Barroso, São Carlos e Cancio Gome, esta até ao entroncamento com a 7 de abril.
Moradores do arrabalde da Gloria
Moradores Rua Leopoldo Bier
O cronista desta praça
Oderfia
P. M.
Portoalegrense
Sem identificação
Sr. C.
Três cavallheiros
Um admirador
Um amigo da cidade
Um assiduo leitor
Um constante leitor
Um leitor assiduo
Um leitor e morador do rincão
Um morador da S. Antonio
Um morador do Pathenon
Um municipe
Um portoalegrense, naturalizado
Um prejudicado
Um socio da Sociedade Protectora dos Animaes
Um veranista prejudicado
Uma victima
Vosso leitor
W. M.

**APÊNDICE IX** – Planilha com nome das ruas e respectivas reclamações – Jornal Diário de Notícias (nomenclatura e grafia mantida conforme o período pesquisado (1928 a 1935). Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<i>Diário de Notícias</i>	
Nomes das Ruas	Reclamações
Avenida Bomfim	Limpeza na feira
Avenida Brasil	Construção da faixa de cimento, falta calçamento, valas, buracos na via, bueiros entupidos
Avenida Ceará	Bueiros entupidos
Avenida Eduardo	Buracos na via, valas
Avenida Esther	Buracos na via
Avenida França	Construção da faixa de cimento
Avenida João Pessoa	Limpeza urbana
Avenida Napolitana	Esgoto, inundações das chuvas
Avenida Padre Cacique	Vacas a solta na via
Avenida Pará	Lama
Avenida Theresopolis	Matos e animais venenosos
Avenida Veneza	Inundações das chuvas, buracos na via, lama
Avenida Ypiranga	Calçamento, valas, buracos na via
Bairro Passo das Pedras	Limpeza urbana
Bairro Tristeza	Falta de bondes
Campo da Redenção	Construção antiga, iluminação pública, preços nos bares
Estrada da Pedreira	Falta de energia elétrica
General Bento Gonçalves	Casa de tolerância
Ilhota	Limpeza pública
Parthenon	Limpeza urbana
Praça 15 de Novembro	Encanamento irregular d'água
Praça Conde de Porto Alegre	Falta d'água
Praça Dona Maria Luiza	Limpeza urbana, abandono
Praça Garibaldi	Limpeza pública
Praça Jayme Telles	Praça sem estrutura
Praça Marechal Deodoro	Falta d'água
Praça Parobé	Iluminação
Praça Pinheiro Machado	Iluminação pública
Rua 1 de Março	Calçamento e buracos na via
Rua 13 de Maio	Vacas a solta na via
Rua 18 de Novembro	Lama
Rua 28 de Setembro	Buracos na via
Rua Arroio	Cães soltos
Rua Arvoredo	Cães soltos
Rua Avahy	Algazarras e perturbação na rua, policiamento, lixo, jogo de futebol, casa de tolerância
Rua Bahia	Construção da faixa de cimento

Rua Barão do Amazonas	Algazaras no arroio
Rua Barros Casal	Limpeza urbana
Rua Boa Vista	Calçamento, esgoto, buracos na via, valetas
Rua Caldas Junior	Falta d'água
Rua Caminho do Meio	Limpeza pública, acidentes no Trânsito
Rua Canabarro	Cães soltos
Rua Carlos Gomes	Falta de energia elétrica
Rua Christovam Colombro	Algazaras nas ruas
Rua Clara	Iluminação
Rua Conceição	Mendigo inconveniente
Rua da República	Calçamento
Rua Dias da Cruz	Limpeza urbana
Rua do Rosário	Animais maus tratados
Rua Dona Margarida	Valos profundos, lamas
Rua Dona Thereza	Limpeza urbana, calçamento
Rua dos Andradas	Estacionamento, cães soltos, mau cheiro
Rua Dr. Flores	Limpeza dos moradores, estacionamento indevido
Rua Dr. João Inácio	Falta de ônibus
Rua Dr. Octavio Rocha	Falta d'água
Rua Duque de Caixas	Cães soltos, corridas de automóveis, calçamento
Rua Eduardo Cartier	Falta de energia elétrica
Rua Espirito Santo	Truculência policial
Rua Euclides da Cunha	Limpeza urbana
Rua Feliz da Cunha	Casa de tolerância
Rua Francisco Terra	Valas, buracos na via
Rua Gaspar Martins	Falta d'água
Rua General Lima e Silva	Desordens públicas
Rua General Netto	Algazaras nas ruas
Rua General Pantaleão Telles	Falta policiamento
Rua Germania	Construção da faixa de cimento
Rua Gonçalves Dias	Valas de esgotos
Rua Itália	Sarjetas, águas estagnadas e pútridas, calçamento
Rua João Alfredo	Calçamento precário
Rua Larga	Buracos na via, entulhos de lixo
Rua Luiz Affonso	Ocupação da malandragem
Rua Machado de Assis	Iluminação pública, algazaras no arroio
Rua Marcilio Dias	Limpeza urbana, calçamento, poeira
Rua Marechal Floriano	Correrias infantis
Rua Marquez do Pombal	Limpeza pública
Rua Maryland	Limpeza urbana
Rua Matto Grosso	Calçamento, esgoto, buracos na via
Rua Minas Geraes	Falta de bueiros
Rua Moinhos de Vento	Buracos na via
Rua Nova	Calçamento, esgoto e buracos na via
Rua Octavio Rocha	Falta d'água
Rua Paraná	Buracos na via

Rua Pernambuco	Inundações das chuvas
Rua Piauí	Buracos na via
Rua Portuguesa	Iluminação pública
Rua Príncipe	Limpeza urbana
Rua Ramiro Barcellos	Pessoa morféctica perturbando, algazarra nas ruas, limpeza pública, animais soltos
Rua Riachuelo	Roubo
Rua Sant'Anna	Falta de ônibus
Rua Santa Catharina	Buracos na via
Rua Santos Pedrosa	Valos profundos
Rua São Carlos	Limpeza urbana
Rua São Francisco	Calçamento, esgoto, buracos na via
Rua São Luiz	Iluminação pública
Rua São Manoel	Desaparecimento de familiar, entulhos de lixo, limpeza urbana, iluminação pública
Rua São Nicolau	Buracos na via
Rua São Paulo	Ponte estragada
Rua São Pedro	Construção da faixa de cimento, inundações das chuvas, buracos na via, calçamento, limpeza urbana
Rua Silveiro	Trafego de veículos
Rua Taquary	Buracos na via, entulhos de lixo
Rua Thereza	Valetas
Rua Thomaz Flores	Jogo de futebol, limpeza urbana
Rua Tiradentes	Algazarra nas ruas
Rua Tres de Novembro	Casa de tolerância
Rua Venancio Ayres	Limpeza urbana, transporte urbano
Rua Verissimo Rosa	Algazarra no arroio
Rua Vinte e Seis	Buraco na via, entulhos de lixo, limpeza urbana
Travessa Cruzeiro	Casa de tolerância
Travessa Itapian	Barulho de Veículos
Travessa São João	Calçamento, limpeza urbana
Travessa Theresopolis	Iluminação pública

**APÊNDICE X** – Planilha com nome dos bairros e respectivas reclamações – Jornal Diário de Notícias (nomenclatura e grafia mantida conforme o período pesquisado (1928 a 1935). Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

Nome dos Arrabaldes	Reclamações
Azenha	Limpeza urbana
Belem Velho	Iluminação pública, estradas em mau estado
Bom Jesus	Falta de ônibus
Caminho do Meio	Falta de ônibus
Centro	Barulho dos veículos, fuligem da Usina, cães soltos, falta d'água
Floresta	Limpeza urbana, calçamento, velocidade dos bondes, falta de transportes
Gloria	Falta de ônibus, falta de água, leproso vagando pelas ruas
Ilhota	Inundações das chuvas
Menino Deus	Falta de ônibus, valas de esgotos
Mont Serrat	Falta de ônibus, enxurrada pelas chuvas
Navegantes	Abandono das ruas, inundações das chuvas, limpeza urbana, mau cheiro, sujeira, águas paradas, pó, buracos, animais mortos, lixo doméstico, falta de ônibus, mosquitos, lama, bueiros entupidos
Parthenon	Calçamento, esgoto, buracos na via, policiamento, luz elétrica, falta d'água, praça sem estrutura, casa de tolerância
Passo da Mangueira	Falta de ônibus
Pedra Redonda	Buracos na via, falta de praça esportiva
São João	Abandono das ruas, inundações das chuvas, limpeza urbana, mau cheiro, sujeira, águas paradas, pó, buracos, animais mortos, lixo doméstico, falta de ônibus, mosquitos, lama, bueiros entupidos
Therezopolis	Falta de ônibus, mato e animais venenosos, de água, limpeza de praça
Três Figueiras	Falta de ônibus
Tristeza	Buracos na via, falta de água, falta de praça
Villa Baronesa	Inundações das chuvas
Villa Guahyba	Ponte em mau estado
Villa Jardim	Falta de ônibus

**APÊNDICE XI** – Tópicos da Seção *Queixas e Reclamações* da população nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Todos os textos transcritos dos jornais conservam sua forma de escrita e diagramação do período pesquisado (nomenclatura ou grafia da época).

<b>Reclamações</b>	<b>Temáticas dos assuntos abordados</b>
Água – corte de fornecimento	4
Água – falta	4
Água – preço	4
Água – tratamento	4
Algazarra/Perturbação/Malandragem – rua, cinema, teatro, arroio, rio, lago, bebida, garotada	5
Aluguel – preço, falta, desocupação	3
Animais soltos/abandonados (cães, vacas, cavalos, cabritos)	2
Bandas musicais (falta/barulhos/horários)	3
Bandeiras – falta, desleixo	3
Banheiro público – falta, conservação, depredado, limpeza	2
Bebidas – preço, refrigeração	3
Calçamento (buracos, conservação, depredado)	9
Carne – preço, higiene	3
Carris (acidentes, atraso nos horário das linhas, descaso da empresa “Companhia”, estrutura dos carros, excesso de velocidade, falta de bondes, falta de cobrador, falta de higiene, falta de ônibus, ônibus/bondes lotados, permissão dos jornaleiros, reduzido número de carros, truculência dos motorneiros/cobreadores/fiscais)	8
Cartomante/Charlatanismo	5
Casa de tolerância	5
Catedral – igreja fechada	3
Cemitério (limpeza, falta, iluminação)	9
Comércio – falências, concordatas, atendimento inadequado, preço	6
Compostura pessoal – banhistas, chapéu no cinema, gritos, decadência de costumes, pisar no gramado, roupas estendidas na rua	3
Correios e Telégrafos – atrasos, atendimento inadequado	6
Crianças na rua	3
Desaparecimento de familiar	5
Enchente/Inundação (arroio, lago)	4
Energia Elétrica – iluminação pública	1
Energia Elétrica – Usina – fuligem	1
Ensino/Escola – aulas de má aplicação (inglês, francês, alemão), ensino deficitário, falta de carteira de estudante, falta de matriculas, falta de prédio escolar, falta de professores, futurismo literário	3
Esgoto/Bueiro	4
Estradas/Ruas/Faixas (sinalização, buracos, lamas, poeira)	9
Fogos de artifício	3
Forno do lixo	2
Fórum/Comarcas/Cartórios – preço	6
Higiene nos estabelecimentos comerciais	6

Impostos	6
Jogo – ilícito, futebol nas ruas	5
Lavadeiras	6
Leite – problema sanitário, preço	3
Limpeza – estátuas, praças, prédio públicos, residências e prédios, rio/lago/arroio (transbordamento, lixo, vegetação), urbana (lama, lixos, imundícies, mictório, cubos, peste), vegetação	2
Miseráveis/Mendigos/Morfético/Leproso/Desocupados	5
Moeda – falta de troco	3
Mosquitos/Moscas	2
Polícia – falta, insegurança, truculência	5
Ponte sem conserto, sem conservação	9
Porto Mauá – atendimento inadequado	6
Praça – abandono , sem estrutura	9
Prédios depredados	9
Relógios públicos – atraso	9
Roubos	5
Teatro – construção, falta, horário	9
Trabalho (8h diárias de expediente, salários atrasados, menores)	6
Trânsito (acidentes, agentes, carretas, carroças, corrida nas ruas, estacionamento proibido, falta de placas e sinalizações, garagem, ocupação do leito da via, ruídos, tráfego de automóveis, tráfego de pedestres)	7
Transporte interurbano	8
Urbanismo (remodelação, abandono, construções, albergue noturno, estética da cidade, poste de luz no caminho, prédios em ruínas, inacabados, ausência de muros, materiais de construção na calçada, excesso de aterro, prédio, trilhos velhos, bancos da praça depredados, arborização)	9
Vendedor – ambulante, camelô	6

<b>Numeração</b>	<b>Temática dos assuntos abordados</b>
<b>1</b>	Energia Elétrica
<b>2</b>	Limpeza pública
<b>3</b>	Outros
<b>4</b>	Saneamento
<b>5</b>	Segurança
<b>6</b>	Serviço
<b>7</b>	Trânsito
<b>8</b>	Transporte
<b>9</b>	Urbanidade